



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

JANINE VICENTE DIAS

**TRANSFORMAÇÕES DA GRANDE PROPRIEDADE RURAL E DO
SISTEMA DE MORADIA NO SERTÃO PARAIBANO: ENTRE
VELHAS ESTRUTURAS DE DOMINAÇÃO E NOVOS CONTORNOS
DE RESISTÊNCIA**

**CAMPINA GRANDE
2019**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

JANINE VICENTE DIAS

**TRANSFORMAÇÕES DA GRANDE PROPRIEDADE RURAL E DO SISTEMA
DE MORADIA NO SERTÃO PARAIBANO: ENTRE VELHAS ESTRUTURAS DE
DOMINAÇÃO E NOVOS CONTORNOS DE RESISTÊNCIA.**

**Tese de Doutorado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Ciências
Sociais da Universidade Federal de
Campina Grande, como requisito para
obtenção do título de Doutora em Ciências
Sociais.**

Orientadora: Dr^a Ramonildes Alves Gomes

**CAMPINA GRANDE
2019**

D541t

Dias, Janine Vicente.

Transformações da grande propriedade rural e do sistema de moradia no sertão paraibano: entre velhas estruturas de dominação e novos contornos de resistência / Janine Vicente Dias. – Campina Grande, 2020. 272 f. : il. color.

Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2019.

"Orientação: Profa. Dra. Ramonildes Alves Gomes".

Referências.

1. Sociologia Rural. 2. Grande Propriedade Rural. 3. Sistema de Moradia. 4. Trabalho Rural. I. Gomes, Ramonildes Alves. II. Título.

CDU 316.334.55(043)

TESE DE DOUTORADO

JANINE VICENTE DIAS

TRANSFORMAÇÕES DA GRANDE PROPRIEDADE RURAL E DO SISTEMA DE MORADIA NO SERTÃO PARAIBANO: ENTRE VELHAS ESTRUTURAS DE DOMINAÇÃO E NOVOS CONTORNOS DE RESISTÊNCIA.

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito para obtenção do título de Doutora em Ciências Sociais, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a. Ramonildes Alves Gomes

Este exemplar corresponde à redação final da tese defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 14/02/2019.

Comissão Julgadora:

Prof.^a. Dr.^a. Ramonildes Alves Gomes – PPGCS/UFCG (orientadora)

Prof. Dr.^o. Luís Henrique Hermínio Cunha – PPGCS/UFCG

Prof.^a. Dr.^a. Kaliane de Freitas Maia – PNPB/UFCG

Prof.^a. Dr.^a. Mércia Rangel Batista – PPGCS/UFCG

Prof. Dr.^o. Cidoval Moraes de Sousa – PPGDR/UEPB

Prof. Dr.^o. Jairo Bezerra Silva - UEPB

CAMPINA GRANDE
2019

**Dedico esta Tese a todos os moradores-meeiros que fizeram do algodão o Ouro
Branco do Sertão**

E a Tatiana Rocha (*in memoriam*)

AGRADECIMENTOS

Deus Criador, pela criação.

Meus pais Joca Freire e Aldenira, por todo suor, cuidado e amor.

Meu esposo João Paulo e a minha menininha Isadora, por vivermos juntos.

Minha orientadora Ramonildes Alves, por não ter me soltado. Sua força e incentivo foram mais que necessários para me encorajar na escrita de cada uma dessas linhas.

Especialmente a agradeço.

Às professoras Mércia Rangel Batista e Kaliane Maia, pela atenção, competência e generosidade na banca de qualificação.

Aos meus mestres do PPGCS, em particular: Luís Henrique, Lemuel Guerra, Márcio Caniello, Maria Assunção, Elisabeth.

Todos os funcionários do PPGCS, em especial, nosso querido Rinaldo.

À CAPES, pelo auxílio financeiro.

A todos os moradores e ex-moradores sertanejos que ouvi.

À Fundação Ernani Satyro.

À Fazenda e Instituto Tamanduá.

Família Xavier Andrade.

Aos meus colegas de turma deste Doutorado.

Aos amigos e amigas que são do ‘cordão’.

*Sertanejo do norte
Vamos plantar algodão
Ouro branco que faz nosso povo feliz
que tanto enriquece o país
Um produto do Nosso Sertão.*

Luís Gonzaga / Zé Dantas. Algodão

RESUMO

Esta tese analisa as transformações socioprodutivas e relações de trabalho vinculadas ao sistema de moradia da grande propriedade rural, no sertão paraibano, durante o período do binômio algodão-pecuária e após a sua falência, com a desagregação do regime de parceria. Centrada em dois casos de estudo bastante singulares em sua composição, que contemplam condições distintas de subordinação e reprodução de um grupo social, frente a velhas e novas estruturas de dominação e realinhamento do sistema de moradia, buscou-se compreender quais os itinerários escolhidos e destino social dos diferentes atores envolvidos, bem como a atualização de suas representações enquanto categorias ou grupo no meio rural. Para isso se combinaram bem os procedimentos de interpretação dos estudos clássicos e historiografia local sobre ocupação, economia regional e políticas oligárquicas, com a investigação, especialmente através do uso da história de vida e da observação participante, em que a liberdade do narrador é respeitada no que tange à sua vontade sobre o encadeamento e conciliação dos momentos do seu passado e presente. Como resultado, foi possível conceber um tipo puro de categoria, ou grupo social existente nos tempos áureos do “ouro branco”, o qual se denominou *morador-meeiro*, cuja identidade e sociabilidade é vinculada a um tipo específico de economia moral, distinto dos moradores “sujeitos”, tradicionais dos canaviais. Esta desvinculação de trabalhadores rurais de produção tutelada, que se situavam em contextos contrapostos: morador da zona açucareira x morador-meeiro do algodão, é necessária por promover a especificidade de cada grupo social e os campos de força dos quais faziam parte. Considera-se que o intuito maior deste estudo foi revelar a existência deste específico grupo social, hoje ressignificado e resistente diante de processos de exploração-dominação ainda presente na grande propriedade rural, que por sua vez, buscou sua reestruturação produtiva após a derrocada da economia algodoeira no sertão paraibano. Em tal situação atualizada, consideramos ainda o lugar do sistema de moradia na manutenção da grande propriedade rural, como condição de sustento tanto em sua reprodução, quando em avanços de novos arranjos produtivos, projetados em torno de discursos modernos sobre sustentabilidade e inovação, porém cercados de sombras da tradição.

Palavras-chave: grande propriedade rural, sistema de moradia, trabalho rural.

ABSTRACT

This thesis analyzes the socio-productive transformations and labor relations linked to the housing system of the large rural property, in the interior of Paraíba, during the period of the cotton-livestock binomial and after its bankruptcy, with the breakdown of the partnership regime. Focused on two very unique study cases in their composition, which contemplate different conditions of subordination and reproduction of a social group, in the face of old and new structures of domination and realignment of the housing system, we sought to understand which itineraries were chosen and destination different actors involved, as well as updating their representations as categories or groups in rural areas. For this, the procedures for interpreting classical studies and local historiography on occupation, regional economics and oligarchic policies were well combined with research, especially through the use of life history and participant observation, in which the narrator's freedom is respected in that relates to your will on the chain and conciliation of the moments of your past and present. As a result, it was possible to conceive a pure type of category, or social group existing in the heyday of the “white gold”, which was called resident-meeiro, whose identity and sociability is linked to a specific type of moral economy, distinct from the residents “Subjects”, traditional of the cane fields. This untying of tutored rural workers, who were in opposing contexts: resident of the sugar zone x resident of cotton, is necessary for promoting the specificity of each social group and the force fields of which they were part. It is considered that the main purpose of this study was to reveal the existence of this specific social group, today resignified and resistant to the processes of exploitation-domination still present in the large rural property, which in turn, sought its productive restructuring after the collapse of the economy cotton in the interior of Paraíba. In such an updated situation, we still consider the place of the housing system in the maintenance of the large rural property, as a condition of sustenance both in its reproduction, and in advances in new productive arrangements, designed around modern discourses on sustainability and innovation, but surrounded of shadows from tradition.

Keywords: large rural property, housing system, rural work.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Produção paraibana de algodão, de 1911 a 19270
Quadro 2	Arrecadações do Estado da Parahyba entre os anos de 1891 e 192071
Quadro 3	Família Materna Motta Wanderley da Nóbrega116
Quadro 4	Família Paterna Motta Wanderley da Nóbrega117
Quadro 5	Composição de matrimônio de moradores da Fazenda Tamanduá259
Quadro 6	Moradores-funcionários e suas ocupações259

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Fazenda Carnaúba – pintura em óleo	20
Figura 2	Messorregião do Sertão Paraibano	35
Figura 3	A casa da Torre	52
Figura 4	Caminhão carregado com plumas de algodão	61
Figura 5	Algodoeiros	74
Figura 6	Colheita de Algodão	75
Figura 7	Fábrica de Beneficiamento de algodão	78
Figura 8	Fundação Ernani Satyro	120
Figura 9	Fórum Miguel Satyro	121
Figura 10	Diagrama sobre as características da patronagem	141
Figura 11	Relação pessoal de dependência	149
Figura 12	Dona Luiza, professora	159
Figura 13	Alunos e professora em escola rural na Fazenda Tamanduá	160
Figura 14	Seu Severino, o vaqueiro	162
Figura 15	Vaqueiro no cercado de gado	163
Figura 16	Seu Afonso e dona Creuza	163
Figura 17	Adesivo de candidatura	165
Figura 18	Casa de Morador – Zé Bié	170
Figura 19	Fogão a lenha – Casa de Zé Bié	171
Figura 20	Potes d’água – Casa de Zé Bié	171
Figura 21	Baús no quarto – Casa Zé Bié	172
Figura 22	Correntes para medição do plantio do algodão	176
Figura 23	Casarão e Sede da Fazenda Carnaúba	207
Figura 24	Capela e segundo Casarão da Fazenda Carnaúba	207
Figura 25	Morador-Meeiro após reunião com Pedro Xavier	214
Figura 26	Inscrições Rupestres na Pedra do Letreiro	219
Figura 27	Equipe do IBAMA na cova do Caboclo Bravo	220
Figura 28	Dr. Antônio e Frei Damião na Capela Carnaúba	221
Figura 29	Casarões da Fazenda Carnaúba	223
Figura 30	Dona Ivete, filho, neta e Dona Teresa	224
Figura 31	Dr. Antônio no Terraço da Fazenda Carnaúba	225
Figura 32	Trabalhadores cuidando da horta	226
Figura 33	Trabalhadores no antigo curral	227
Figura 34	Colheita de alface na fazenda Carnaúba	228
Figura 35	Publicações em rede social @sertão verde_	228
Figura 36	Modo de Vida na fazenda Carnaúba	229
Figura 37	Publicação em rede social Perfil Denise	229
Figura 38	Postagem de objetos no perfil social @casadelumiar	230
Figura 39	Pierre Landolt na sede da Fazenda Tamanduá	238
Figura 40	Folha de pagamento semanal de 1977	241
Figura 41	Pierre Landolt e Família	243

Figura 42	Crianças na Fazenda Tamanduá	245
Figura 43	Serrote Fazenda Tamanduá	249
Figura 44	Animal monitorado na Fazenda Tamanduá	250
Figura 45	Livros Publicados da Fazenda Tamanduá	250
Figura 46	Visita de certificador a Fazenda Tamanduá	251
Figura 47	Raça Parda-Suíça	252
Figura 48	Mangas Orgânicas	253
Figura 49	Mel e Spirulina	254
Figura 50	Açude Fazenda Tamanduá	255
Figura 51	Trio Tamanduá	257
Figura 52	Dudu Vaqueiro, Silvana e filhos	262

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: objeto, pressupostos teórico-metodológicos, apresentação da tese.....	16
--	-----------

CAPÍTULO I - A GRANDE PROPRIEDADE RURAL: CONQUISTA, OCUPAÇÃO E POLÍTICA NO SERTÃO DA PARAÍBA.

1.1 INTRODUÇÃO.....	42
1.2 A CONQUISTA DAS TERRAS SERTANEJAS NA PARAYBA.....	44
1.2.1 Os Oliveira Ledo como “desbravadores e heróis” do Sertão Paraibano.....	47
1.2.2 A Casa da Torre: vantagens e posses de terra no sertão.....	51
1.2.3 O sistema sesmarial no Sertão Paraibano e tipos de sesmeiros.....	54
1.3 A OCUPAÇÃO DA REGIÃO DE PATOS E A FORMAÇÃO DE UM SISTEMA CRIATÓRIO.....	56
1.4 A CAPITAL DO SERTÃO E SUA ECONOMIA REGIONAL.....	60
1.5 POLÍTICA OLIGARQUICA E MONOPÓLIO DA TERRA: AS BASES DO PODER NO MÉDIO SERTÃO.....	62

CAPÍTULO II - A ECONOMIA DO ALGODÃO NO MÉDIO SERTÃO PARAIBANO

2.1 INTRODUÇÃO.....	65
2.2 NOTAS SOBRE O DESENVOLVIMENTO DA CULTURA DO ALGODÃO NO SERTÃO PARAIBANO, NA REGIÃO DE PATOS.....	70
2.2.1 Do Cultivo, Beneficiamento e Supervalorização do Algodão.....	73
2.3 SOBRE AS FORÇAS E RELAÇÕES DE PRODUÇÃO NA CULTURA DO ALGODÃO.....	80
2.4 A PROPRIEDADE DA TERRA: POSSE E AUSÊNCIA NA DEFINIÇÃO DA SITUAÇÃO DE PRODUÇÃO E TRABALHO.....	86

CAPÍTULO III

A GRANDE PROPRIEDADE RURAL EM PATOS DO “MAJOR MIGUÉ”: ENTRE O DOMÍNIO DO ALGODÃO E DA POLÍTICA

3.1 INTRODUÇÃO.....	96
3.2 A LAVOURA DE ALGODÃO E O BINÔMIO FAZENDA-MORADIA.....	102
3.3 TERRA, HERANÇA E VOTO: GÊNESE DE UMA ELITE SERTANEJA.....	111
3.3.1. A Família Satyro como Modelo do Poder Agrário e Político do Sertão Paraibano.....	121

CAPÍTULO IV

O SISTEMA DE MORADIA NAS FAZENDAS SERTANEJAS: INTERPRETAÇÃO DE UMA ECONOMIA DE PARCERIA E EXPLORAÇÃO

4.1 INTRODUÇÃO.....	127
4.2 SINGULARIDADE E MORALIDADE NAS RELAÇÕES DE TRABALHO NO SERTÃO PARAIBANO.....	132
4.2.1 O “Morador-Meeiro” e sua definição a partir do princípio da reciprocidade desequilibrada.....	142
4.3 SOBRE O MODO DE SER E DE VIVER NA <i>MEMÓRIA SOCIAL</i> DO MORADOR-MEEIRO DO OURO BRANCO.....	152
4.3.1 Lembranças do Algodão.....	158
4.3.2 Inventário dos Elementos Comuns, Convivência e Situações de Vida.....	165
4.4 A DOMINAÇÃO SOB O VÉU DA PARCERIA: RELAÇÕES ASSIMÉTRICAS E EXPLORAÇÃO.....	178

CAPÍTULO V

ATUALIZAÇÃO DO SISTEMA DE MORADIA E SOBREVIVÊNCIA DA GRANDE PROPRIEDADE RURAL NO SERTÃO PARAIBANO

5.1 INTRODUÇÃO.....	190
5.2 A FALÊNCIA DO ALGODÃO E A CRISE DA PARCERIA.....	194
5.3 DISSOLUÇÃO OU RECONVERSÃO DO SISTEMA DE MORADIA?.....	197
5.4 DOIS CASOS PARA ESTUDO E UM CAMINHO POSSÍVEL: O EXERCÍCIO DA IMAGINAÇÃO SOCIOLÓGICA.....	201

5.5 A FAZENDA CARNAÚBA: UMA APOSTA NA TRADIÇÃO COMO GARANTIA DE SOBREVIVÊNCIA.....	203
5.5.1 Passado e Poder: restos de um tempo vivo.....	206
5.5.2 Presente e Disputa: o desencaixe de um tempo morto.....	212
5.5.3. O Futuro na Tradição: a volta no tempo perdido.....	222
5.6 A FAZENDA TAMANDUÁ: ENTRE A EXPERIÊNCIA E A INOVAÇÃO.....	232
5.6.1 Dos Alpes Suíços ao Calor do Sertão: Pierre Landolt e a Mocó Agropecuária.....	237
5.6.2 A Fazenda Tamanduá: crise, reestruturação e integração.....	242
5.6.3 O Instituto e Fazenda Tamanduá: semear ideias ecológicas e colher sustentabilidade.....	247
5.6.4 O Sistema de Moradia como condição de existência da Fazenda Tamanduá.....	256
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	263
BIBLIOGRAFIA.....	266

INTRODUÇÃO

“É nos limites, nos extremos da realidade social, que a indagação do cientista se torna fecunda. A explicação sociológica é incompleta e pobre se não passa pela mediação do insignificante. O relevante está no ínfimo, na vida cotidiana fragmentária e aparentemente sem sentido” (José de Souza Martins, 2013).

Era somente uma data comum. E nela esbarrei com uma situação social que em sua aparência seria apenas mais um acontecimento marginal, evento sem maior significância, especialmente para a indagação sociológica que se difundiu entre nós: aquela pouco interessada pelo o que parece banal e repetitivo¹. No entanto, o que neste dia vivenciei tocou nas distantes lembranças de um tempo e lugar do qual brotei e que em nada tinha em comum com o que então experimentava, fazendo-me refletir sobre o que de forma incompleta aprendi nos escritos historiográficos e na literatura da sociologia rural. Tal impressão, ilusória e agora revelada, foi a responsável pela elaboração do objeto desta tese.

Sendo natural do município de Arara, região que se localiza no Agreste Paraibano, na região do Curimatáu Ocidental, mas que em seus limites se encontra com os municípios do Brejo Paraibano, a exemplo de Areia (sul), Serraria e Pilões (leste) me acostumei a enxergar minha terra natal como uma área de transição, já que encontrava uma vegetação seca de caatinga de um lado, de forma predominante, e de outro, mais a leste do município, se tinha uma vegetação mais verde, remanescente da Mata Atlântica. Cresci dividindo a minha infância e adolescência entre estas duas áreas bem distintas, já que na maior parte do ano frequentava uma pequena propriedade rural da família do meu pai: no coração do Curimatáu; e em outro período visitava a família da minha mãe: que residia em uma também pequena propriedade rural localizada próximo aos brejos do município de Serraria.

¹ Recorremos aos recentes trabalhos de José de Souza Martins (2013, 2014) que busca caminhos alternativos para a chamada ideologização do conhecimento que incide sobre as opções temáticas das Ciências Sociais, desde as escolhas de temas que confirmem certas pautas ideológicas até a censura de questões que destoam da história e do protagonismo de certos grupos sociais. Nesse sentido, buscamos nesse autor a inspiração para tomar as experiências da vida cotidiana, de suas relações sociais sem visibilidade, e especialmente do homem, pessoas e grupos que foram postos à margem dos estudos sociológicos, por compreender a existência e suficiência ilusória de explicações sobre tais realidades e processos sociais.

A primeira propriedade, herança do meu avô, possuía uma área de doze hectares, cujas terras serviam prioritariamente para fazer roçado de feijão e milho. Minha avó, já viúva, plantava em regime “de meia” com o meu pai, seu filho mais velho, e juntos retiravam anualmente, mesmo nos anos com pouco inverno, algumas sacas de feijão e milho. Com um clima seco e a água escassa, a propriedade pequena só permitia, afora as plantações sazonais de feijão e milho destinadas em parte para a subsistência da família e o que sobrava para a venda, o plantio de jerimum, maxixe, quiabo e feijão macassa. Em relação à criação de animais, havia na propriedade algumas poucas “cabeças” de boi, cuidados pela própria família. Recordo-me que meu pai nunca passava da quantidade de seis reses, já que a média eram quatro “cabeças”, contando com os bezerros, no quadro de bens rurais. Já a minha avó mantinha a herança de suas nove cabeças de gado, deixados pelo meu avô para os momentos de crise. Os outros integrantes da família também possuíam suas “reses” em currais um pouco mais distantes da casa branca², bem como seu pedaço de terra para rociar. Visitei com frequência este sítio do meu pai, o ajudei a semear feijão, a colher depois de maduro e seco, a “bater” no terreiro e ensilar para não faltar durante o ano na nossa mesa, bem como ensacar e levar para o comprador no mercado da cidade.

A outra propriedade, por sua vez, se equilibrava em um morro úmido e a única semelhança com aquela pertencente à família paterna era o seu pequeno tamanho: oito hectares, já que as diferenças entre ambas eram gritantes: do clima à vegetação, da qualidade do solo aos tipos de plantações, a sociabilidade entre os vizinhos, etc. Assim, quando lá chegava vivenciava situações que destoavam completamente da outra propriedade, como as noitadas nas casas de farinha - animadas pelas rodas de mulheres que raspavam mandioca e contavam histórias de trancoso e as calorosas novenas acompanhadas de muitas brincadeiras e pouca fartura. Sem o cultivo de roçados como economia prioritária, era a produção de frutas, destinadas à venda direta nas feiras das cidades: banana, laranja, jaca e principalmente manga e caju, que garantiam o sustento das famílias dessa região, aliada à atividade criatória de galinhas e porcos, usados

²A Casa Branca era a antiga casa de moradia da família de meu pai. Depois com a mudança para cidade tornou-se uma casa de pouso, um espaço para as refeições e descanso do trabalho rural. Destaca-se por ser de alvenaria e assim se distinguir de outra construção na propriedade, uma casa de pedras. Segundo relatos da família, em especial dos membros mais velhos, a Casa de Pedra foi à primeira moradia levantada em toda área de extensão do sítio onde se localiza a propriedade e parece datar dos tempos das andanças do Padre Ibiapina, fundador da Santa Fé e figura lendária da região. A Casa de Pedra servia para abrigar famílias de moradores que no tempo de vida do meu avô (agricultor e negociante de feijão, milho e algodão), temporariamente se afixavam para trabalhar na propriedade, seja no cuidado com gado e no cultivo do roçado.

também para a alimentação da família. Além disso, a maioria das casas possuíam alguns animais de tração, como o cavalo, o burro e o jumento para ajudar na busca de água nas cacimbas e transportar as frutas para o mercado na cidade. De origem familiar pobre, meus avós maternos sentiam orgulho em manter-se em sua pequena propriedade com as frutas cultivadas e mesmo que por alguns períodos precisassem encaminhar os filhos ao trabalho “alugado” nas plantações de sisal, para “arrancarem agave”, ainda assim não precisavam se “sujeitar” a pedir moradia e trabalho em outro lugar, nem nos engenhos e nem nas fazendas, pois tinham sua “terrinha”.

Lembro-me que estas duas propriedades possuíam cercas e seus limites eram bem visíveis. Toda sua extensão de área era utilizada a partir de um sistema tradicional de produção e manejo, e apesar das singularidades, ambas cultivavam laços fortes de solidariedade junto com a vizinhança local. Em relação à distinção social ou indicativos de poder da propriedade ou de seus proprietários, estes eram atribuídos mais pela estruturação de arranjos produtivos de cada lugar do que pelo tamanho da área da propriedade. Enfim, as duas famílias, materna e paterna, pertencentes a cada espaço social sinalizava a seu modo um sentimento de pertencimento ao lugar, registrando nas estórias contadas como aquele pequeno pedaço de terra era responsável pela construção da identidade familiar de cada grupo³.

Como anunciado, estas recordações de um passado distante e até então pouco acessadas ganharam projeção naquele dia, ainda no ano de 2012, quando em um passeio na região de Patos, cidade que estava a residir, fui convidada a conhecer uma Fazenda. O convite, é preciso destacar, surgiu a partir de uma conversa informal com a

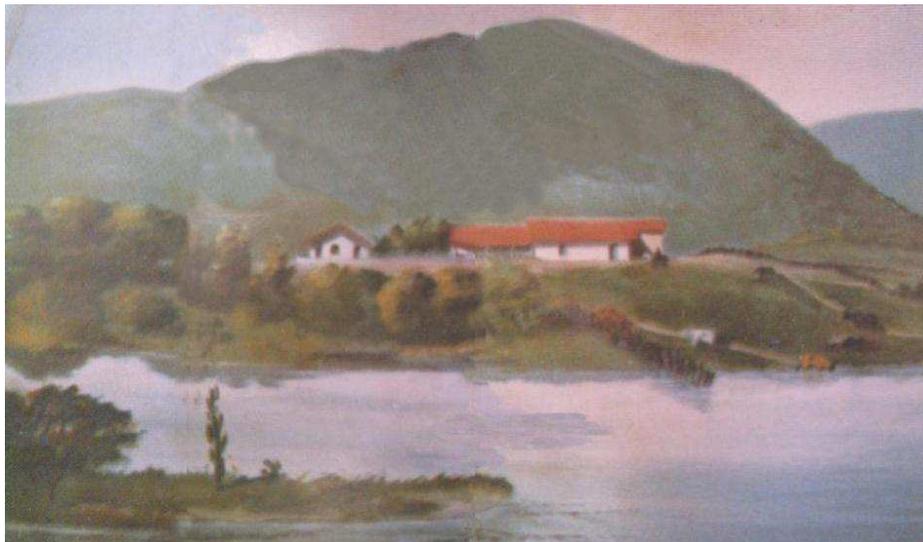
³ É interessante destacar que mesmo participando de um mesmo meio social, que de certo os aproximava: a vivência numa pequena propriedade rural, de herança familiar, as duas famílias eram marcadas por uma grande distância social, pois possuíam uma grande diferenciação de poder simbólico, conquistado via acúmulo de capitais, sejam econômicos, políticos, escolares e sociais. Nesse sentido, enquanto a família de minha mãe, que não teve acesso aos estudos - seja pela distância do sítio à cidade, pelo trabalho diário no cultivo das frutíferas e animais, pelo trabalho “alugado” e pela própria herança cultural familiar, a família do meu pai estabeleceu residência na cidade para que todos os filhos, com exceção dos mais velhos (que deveriam em primeira ordem cuidar do patrimônio e do sustento familiar, juntamente com o pai) pudessem frequentar a escola e conquistar outros ofícios além da agricultura e da criação de animais. Assim, num tempo mais recente, a família paterna, apenas utilizava o sítio de forma secundária em sua economia, já que não dependiam de forma exclusiva da sua produção para sobreviverem, já que puderam escolher outros ofícios na cidade. Em situação oposta, a minha família materna só “comia o que o sítio dava” (com exceção da minha Tia Socorro, irmã da mãe, que migrou para o Rio de Janeiro, na década de 70 para trabalhar como empregada doméstica e que hoje, com 77 anos ainda mora na casa dos patrões) ou do pequeno salário pago por trabalhos temporários. Essa diferença no campo econômico orientou uma lógica de distinção social no interior das minhas relações de parentesco, em que a família paterna é ainda hoje considerada superior pelos familiares maternos, chegando a atribuir o meu histórico escolar como herança da família dos Freire Dias: “só pode ter puxado a família do pai, que era tudo rico, gente sabida” (Tia Nita – irmã de minha mãe e agricultora, 2016).

proprietária de um conhecido restaurante local. O lugar, com uma decoração sofisticada - elaborada com objetos refinados, demonstrando certo requinte, possuía uma cartela de clientes preenchida por notáveis da região, especialmente políticos locais. Segundo a proprietária, o estabelecimento foi idealizado como um espaço para abrigar as memórias do município, aliando o bom gosto culinário e musical. No entanto, o *Centenário Café* acabou por torna-se um lugar privilegiado de especulações e negociatas políticas da região, reunindo diariamente grupos partidários que ainda hoje discutem sobre o governo executivo e legislativo local e buscam visibilidade entre os radialistas, que também buscam afoitos as notícias mais frescas do poder político do lugar.

A motivação para a função social deste espaço político-social, somente mais a frente poderá ser problematizada. Contudo, sua aparência já apresenta sinais de como a família da proprietária do estabelecimento teria participado da história política e econômica de Patos e região: já que nos muitos quadros, sempre bem iluminados, são retratados personagens bem conhecidos da Morada do Sol (nome afetivo dado à cidade de Patos), como o Major Migué (Miguel Satyro de Sousa), o Capitão Silvino (Silvino Xavier) e o Dr. Ernani Satyro, governador da Paraíba nos anos de 1971 a 1975. Tal apresentação, sem dúvida, deve-se ao fato destas personalidades se destacarem nos diversos espaços econômicos, políticos, culturais e sociais desse município e do próprio Estado e, especialmente, por se constituírem, respectivamente, como o bisavô materno, o bisavô paterno e tio-avô da proprietária do *Centenário Café*.

Ao lado destas figuras ainda encontramos pinturas e fotografias de fatos considerados importantes que marcaram a história da região, como: desfiles cívicos, festas e bailes tradicionais, inaugurações de prédios e, principalmente algumas grandes fazendas de gado e algodão, retratadas em seu período mais generoso, o da colheita da lavoura. Dentre estas propriedades, uma fazenda se sobressai em relação ao número de ilustrações, trata-se da Fazenda Carnaúba, lugar herdado pelo Capitão Silvino, no qual fez moradia, negócios e política de família. Atualmente a Fazenda pertence ao Dr. Antônio Andrade, esposo da **Sra. Ivete Satyro Xavier** - filha de Pedro Xavier e Antônia Satyro, que por vez, são filhos respectivos, do Capitão Silvino Xavier e do Major Miguel Satyro. Desse modo, a proprietária do Centenário Café, Denise Xavier de Andrade é a filha mais velha do casal e também herdeira da Fazenda Carnaúba, o que explica a exposição das imagens no estabelecimento, já que “as identidades são para usar e exibir, não para armazenar e manter” (BAUMAN, 2005, p.96).

FIGURA 1: Fazenda Carnaúba em sua origem



Fonte: Pintura em óleo - Acervo da Família Xavier Andrade

É interessada nestas imagens, referências de um mundo agrário, político e familiar, cuja atualização era por mim desconhecida, que organizei alguns questionamentos sobre a propriedade em evidência: sobre o que produzia, como se mantinha, quem fazia moradia, etc. As respostas para tais questões não foram elucidadas diretamente, mas da conversa informal surgiu um convite para uma visita ao lugar. E foi nesta viagem, no caminho para Fazenda, concentrada com as novas histórias de um lugar que não pertenco, que as minhas lembranças foram reconstruídas.

Este passeio de retorno ao passado, em tempo e espaço já descrito, ocorreu no meio deste trajeto quando observava o vazio e a imensidão destas velhas terras e do quanto se diferenciava do lugar de onde eu vinha, um agreste brejeiro animado por gente e lavouras. Na verdade, ainda demorei a perceber que as terras solitárias que estavam em minha frente eram os arrabaldes do Sertão, que como dizia Guimarães Rosa: eram do “tamanho do mundo” (2003). E assim, sendo lentamente despertada pela vegetação retorcida e rala que se despontava, entreguei-me às imagens e imaginário que a literatura armorial de Ariano Suassuna e a retórica de Barroso me havia fornecido sobre aquele lugar, o Sertão, do deserto e do calor:

[...] “uns doze graus abaixo da Linha Equatorial, aqui onde se encontra a Terra do Nordeste metida no Mar, mas entrando umas cinquenta léguas para o Sertão dos Cariris Velhos da Paraíba do Norte, num planalto pedregoso e espinhento onde passeiam Bodes, Jumentos e Gaviões sem outro roteiro que os serrotes de pedra cobertos por coroas-de-frades e mandacarus, aqui nesta

bela Concha, sem água, mas cheia de fósseis e velhos esqueletos petrificados” (SUASSUNA, 2006, p. 33).

“Todo Sertão é duma grande tristeza, na cor, no silêncio, no aspecto [...]. Só duas árvores ficam eternamente verdes e orgulhosamente ostentam sua força extraordinária e sua vitalidade imperecível, num doloroso contraste que as cerca. São a oiticica e o joazeiro” (BARROSO, 1912, p. 13).

Sobre tais generalizações, inscritas também em outros universos da literatura e também da historiografia regional, as narrativas sobre a seca também foram emergindo, firmada como o principal infortúnio da vida na região sertaneja, como descreveu ainda Barroso e Patativa do Assaré:

“Na Natureza não desabrocha um sorriso, o céu não derrama uma lágrima; o sol refulge sempre; e a cópa verde dum joazeiro ao longe, perdida nas caatingas esqueléticas, tem um tom de raridade e heroísmo. O Sertão fica seco, nú, inóspito, quase negro; estendem-se ondulações desnudas, apontadas de mirrados capões. O céu é árido, sem manchas – como se fora varrido por um vento de maldição” (BARROSO, 1912, p. 21).

“Setembro passou
Com outubro e novembro
Já tamo em dezembro/
Meu Deus, que é de nós?
Assim fala o pobre
Do seco Nordeste
Com medo da peste
Da fome feroz”. (PATATIVA DO ASSARÉ, 2001, p.)

Nestes versos, da última citação, o poeta prescreveu os meses do ano em que o povo espera as chuvas e que sem nenhuma assistência apelam para Deus, que é uma das formas de como as pessoas, especialmente no meio rural, expressam e procuram suprir as suas carências, cultivadas com resignação. Neste imaginário da seca, marcado pela vivência social do tempo, relação cíclica das estações e interpretação religiosa, é possível identificar algumas distinções em relação ao lugar de onde parti, uma terra que mesmo enfrentando grandes estiagens não apresentava narrativas tão dramáticas da seca como a região do sertão, cujo lugar e tempo social estão incorporados na figura do homem sertanejo, apresentado no limite de sua condição humana.

Por isso, na obra literária *O Quinze*, Rachel de Queiroz, de forma épica nos apresenta o herói deste lugar e tempo: Chico Bento, que abraçado com toda adversidade e miséria da seca, bravamente luta pela vida:

“A voz lenta e cansada vibrava, erguia-se, parecia outra, abarcando projetos e ambições. E a imaginação esperançosa aplanava as estradas difíceis, esquecia

saudades, fome e angústias, penetrava na sombra verde do amazonas, vencida a natureza bruta, dominava as feras e as visagens, fazia dele rico e vencedor” (Queiroz, 1979, p. 18).

Assim, imagem idealizada do grande Sertão, valente e resistente, é projetada no homem viver destas paisagens, um ser criado e reproduzido nas agruras da seca e que persiste neste lugar, sonhando com tempos⁴ de fartura. A continuidade e controle de sua vida estão mesmo vinculados a esta representação temporal, que é antes uma construção e expressão coletiva, um sistema de referência que organiza e planeja sua vida e suas lutas.

Através deste imaginário literário segui pelo mundo real sertanejo, orientada pelo olhar curioso e brejeiro, a fim de conhecer os homens-heróis que habitavam tais cenários embrutecidos e descritos de forma tão triste. Neste trajeto, para minha surpresa, tomei conhecimento de que já estávamos “dentro das terras”, cujas cordilheiras de serras avistadas ao longe eram o marco da propriedade a ser visitada. Ainda mais atenta, mantive-me a observar a paisagem dos míticos juazeiros, juremas e mandacarus que estavam ainda verdes e de maneira injusta ainda comparei a grandeza daquele lugar com as pequenas áreas rurais de onde saí. A impressão é que o tempo presente continuava emergindo de outro tempo, dimensionando lembranças antigas nos corredores da memória.

Somente mais a frente, redirecionei a atenção para uma nova vista, que *virá a ser* o mais importante motivo da escrita destas linhas. A paisagem em evidência era um conglomerado de casas, uma escola e uma igreja, que muito se assemelha a uma pequena vila rural, mas que na verdade se trata de casas de moradia pertencentes à propriedade visitada. O espaço, que é habitado, parece anunciar a entrada do lugar e juntamente com uma grande porteira recebe aos que ali chegam.

Na especialidade deste contexto, a porteira em particular, emerge como um elemento simbólico de reflexão do mundo rural, pois ao fixar os limites territoriais de cada propriedade impõe condições relativas de ordem neste espaço social. Nesse sentido, também pode ser reconhecida como um símbolo de poder ou mesmo “um

⁴ Destacamos a importância da categoria **tempo** como representação coletiva, derivada dos diversos atos e atividades realizadas pelos grupos sociais historicamente constituídos (CARVALHO, 2018).

capital simbólico *objectivado*” (Bourdieu, p. 15, 2011) na medida em que serve para identificar e representar a figura de dominação do indivíduo, da família ou do grupo de um lugar. Ora, o episódio anunciado já nas primeiras linhas deste texto e que tanto demandou atenção se revelou na constatação de como esta produção simbólica pode tornar efetiva a representação de uma nova realidade - no sentido imediato do mundo social que Bourdieu (2011) denomina ordem *gnoseológica*⁵, ou que seja, na produção de uma nova ordem social.

Mas o fato episódico somente despontou durante o *tempo* de espera da abertura da porteira, quando observei os meus acompanhantes, proprietários da Fazenda, aguardando a aproximação das pessoas que estavam junto às casas de moradia. Porém, a esperada “boas vindas”, encenadas no ato servil do abrir da porteira não se realizou, pois nenhuma daquelas pessoas sequer se aproximou, cabendo ao filho mais novo descer do veículo e abri-la para que todos pudessem adentrar. Naquele instante do acontecido, mesmo sem uma maior análise dos motivos e sentidos daquela situação, percebi naquela realidade a representação de uma nova marca identitária, elaborada por aquele outro grupo. Essa percepção se deu sobretudo, quando o proprietário do lugar, Dr. Antônio Andrade, um senhor que na época já contava com mais de oitenta anos, em tom de resignação tece o seguinte comentário: **“Este sertão não é mais o mesmo. Olhe em volta, nem a porteira foi aberta pelos moradores”**.

Aqui, cabe destacar como o poder simbólico, que se manifesta nas funções atribuídas aos símbolos, serve para integrar e marcar posição de grupos/indivíduos a partir do estabelecimento de consensos acerca dos sentidos e representações que circulam em determinado espaço e contribuem para a reafirmação e reprodução de paradigmas, de ideias e de uma ordem social (BOURDIEU, 2011). Com efeito, a porteira que naquele cenário tinha antes uma função alternativa (que ia além da principal finalidade que é controlar o trânsito de gado, pessoas e veículos) de exercer junto aos grupos um efeito ideológico de ordem estabelecida por meio da afirmação das hierarquias, parece no episódio descrito, perder este poder de legitimação das distinções. Destarte, compreendi que naquela circunstância: **a não abertura da porteira** representava uma mudança de *habitus* com significações distintas para os diferentes grupos: proprietários e moradores. A porteira, enquanto um símbolo era parte do modo

⁵ O poder simbólico através de sistemas simbólicos constrói a realidade com base na homogeneidade temporal, espacial, etc., conforme uma ordem epistemológica, chamada por Bourdieu (2011) de ordem *gnoseológica*, que vai ditar essa homogeneidade e os sentidos do mundo a partir da validade e dos limites desse conhecimento, tornando possível a concordância entre os sujeitos.

como se representava a realidade e o mundo, o meio pelo qual uma cultura e seus valores se expressavam e se reafirmavam. Desse modo, a ação em si do não abrir da porteira, provocada pelos moradores, desencadeava uma ruptura com um modo de vida, da concepção de mundo, bem como a marcação de novos posicionamentos dos grupos que estavam situados neste determinado espaço social.

Movida por esta cena fiquei a seguir de longe as pessoas que ali ficaram e não abriram a porteira, questionando o que hoje ali faziam. Soube mais a frente que se tratava de filhos e netos de antigos moradores da Fazenda que ainda residiam na propriedade, mas que já não trabalhavam efetivamente para o proprietário e por isso deixaram de “cumprir com certos deveres”, como abrir a porteira para os donos do lugar. Soube que alguns deles eram associados ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais e inclusive participavam da diretoria e conselho da entidade. De imediato, novamente lembrei-me das propriedades da minha família e de nunca ter esperado que outras pessoas abrissem a porteira para a família. O fato é que me interessei por aquela situação e nela enxerguei uma expressão de transformação social daqueles grupos sociais, percebidas através do embate das diferentes posições anunciadas naquela ação cotidiana.

E assim, de forma ainda primária, fui tecendo algumas considerações sobre aquele lugar, aquele mundo rural sertanejo que me era apresentado: primeiramente a constatação da existência da grande propriedade rural e a reprodução de grupos sociais ainda estabelecidos, mesmo após a falência do famoso binômio algodão-pecuária, que foi a principal economia no sertão paraibano. Naquele tipo de situação existia uma elite agrária que persistia/resistia junto a outro grupo social, a dos moradores, e que juntos pareciam disputar, a partir de uma reformulação de suas relações, um novo mundo social.

Em segundo lugar, verifiquei naquele universo social um lento e contínuo processo de reestruturação da grande propriedade a partir da reconversão de estratégias de investimento dos seus proprietários, bem como uma atualização do sistema de moradia. Essa última comprovação me foi oferecida em outras visitas a propriedade quando com mais atenção detive-me na arquitetura rural do lugar e examinei alguns arranjos recentes em sua composição, a exemplo da construção de um espaço para a ordenha de leite de cabra (uma novidade no histórico criatório da propriedade), cujo destino era a venda, na época, para a Usina de Beneficiamento de Leite da região, que

por sua vez direcionava sua produção ao Programa do Leite⁶, uma política pública gerida através de uma parceria entre o governo Federal e o Estadual, e cujo referencial está na construção de novos mercados e, ao mesmo tempo, no enfrentamento do problema da segurança alimentar e nutricional para grupos em situação de vulnerabilidade social. Nesta estratégia de produção, além da inovação na escolha da criação de cabras, foi alvo de reflexão o processo de participação desta grande propriedade rural neste tipo de programa social, haja vista que a via de acesso para a incursão em tal política pública é o enquadramento na categoria social de *agricultura familiar*. Neste caso se sabe que apenas os moradores desta propriedade poderiam ajusta-se em tal representação social e retirar a chamada DAP – Declaração de Aptidão ao PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, requisito indispensável para adentrar no Programa. Indo nessa direção equivale declarar, mesmo a partir de uma breve investigação, que o acesso da grande propriedade a este tipo de investimento se deu através da *mediação* dos moradores do lugar⁷.

Em atenção a esta última proposição, resolvi averiguar diretamente sobre a execução de tal política pública nesta microrregião na tentativa de melhor compreender o caso anunciado. Sobre o Programa do Leite constatou-se a existência de problemas que comprometiam os objetivos já que, em um levantamento realizado pela Comissão do Pólo Sindical da Borborema e pela Central das Associações do Alto e Médio Sertão Paraibano (2009), foram identificadas diversas situações das quais interessa diretamente uma: a dos produtores que não estão dentro dos critérios do Programa para serem fornecedores do leite, mas que mesmo assim participam deste. Tais produtores, que não estavam enquadrados nos critérios⁸, são grandes e médios proprietários que se

⁶ Este programa - Leite na Paraíba foi instituído em 2003 através de uma parceria entre Governo do Estado e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, com a finalidade de distribuir leite para as famílias que vivem abaixo da linha de pobreza, assegurando a esse grupo social o direito à alimentação, e ao mesmo tempo proporcionando um aumento de renda dos pequenos produtores rurais, pois garante aos mesmos a compra de leite a um melhor preço, sem atravessadores, fomentando assim a autonomia e a geração de maior rendimento familiar.

⁷A menção ao termo mediação nesse caso se abrevia a citação de Delma Pessanha Neves, quanto “à conciliação e ao consentimento, ou seja, a produção de acordos diante de divergências, à criação de adesões diante de outrem, a negociações cujo objetivo é o alcance de acordos e compromissos” (NEVES, 2008).

⁸O que significa este enquadramento por critério? Nos programas de focalização, no caso a agricultura familiar, os sujeitos constituem um segmento definido por critérios. A questão é que não há a definição de um ator social, mas sim de um grupo heterogêneo que tem algo em comum (propriedade, agricultura, gestão). É por isso que ações que partem desse tipo de focalização não contarão somente com um grupo criteriosamente determinado, ao mesmo tempo, que não contarão com interlocutores participantes que

encontram em dificuldades financeiras. Inclusive, muitos destes proprietários fazem parte de uma antiga elite agrária da região, mas que hoje se encontra descapitalizada e por isso já não conseguem produzir como antes. Essa observação, mais geral em relação à particularidade do caso até então descrito sobre a grande propriedade, promulgou uma terceira e importante consideração: a afirmação de uma parcela de grandes proprietários que buscam um lugar ou mesmo uma brecha no mundo social do camponês – agricultor familiar para recompor sua produção, cuja principal via de acesso é as políticas públicas locais. Por fim, verificou-se a partir de algumas declarações, indicativos de distinção social em relação à representação da categoria social do grande proprietário rural no que se refere à produção/productividade da propriedade. Ou seja, foi conferido o estabelecimento de uma diferenciação social sobre este grupo social, organizada em torno de sua capacidade de produção, de forma a estabelecer a sua posição e agenciar suas relações com o seu próprio grupo e outros grupos sociais.

Estas ponderações, construídas em volta de um cenário singular e ainda carente de compreensão sociológica, formaram a base para a elaboração dos primeiros questionamentos que orientaram a construção de nosso projeto de pesquisa. Dentre tais questões, as mais importantes problematizaram: a) quais transformações no campo econômico e político da grande propriedade possibilitam localizar as alterações de poder e as posições sociais de indivíduos e grupos rurais? b) qual o lugar ocupado pelo o sistema de moradia na manutenção e permanência da grande propriedade? c) em que medida a trajetória de vida dos sujeitos identificados com a grande propriedade, bem como suas experiências no rural de hoje, vislumbrando a compreensão de seus interesses, legitimam as respectivas representações sociais do mundo rural?

Seguindo esta proposta inicial, buscou-se já ingressa no doutorado, uma maior aproximação com o tema de estudo escolhido: a Grande Propriedade Rural no Sertão Paraibano, cuidando de forma mais metódica do campo empírico e buscando a teoria clássica e estudos mais recentes para aclarar tal objeto de pesquisa.

Neste norte, continuamos com as visitas ao primeiro caso ou lugar social que incitou as primárias reflexões: a Fazenda Carnaúba, por se constituir enquanto um exemplo típico de grande propriedade do sertão paraibano, cuja economia historicamente centralizou-se em torno da monocultura do algodão, criação de gado e

mobilizem identidades comunitárias. Os projetos de desenvolvimento devem se inspirar em modelos de participação e que não decorra da focalização (CARDOSO, 2004).

no sistema de moradia, além da aproximação direta com a política oligárquica, fonte de poder local.

A Fazenda, conforme inscrição em Cartório possui atualmente uma área de 1.776 hectares, encravados entre os municípios de Patos e Cacimba de Areia, ambos no médio Sertão Paraibano. A referida propriedade possui uma história que remonta a época do chamado ouro branco do sertão, tempo em que o binômio algodão-pecuária passou a definir a importância econômica da região formando uma elite enriquecida especialmente com este de arranjo produtivo e enchendo de gente as terras interioranas, sobretudo trabalhadores temporários que vinham em busca de trabalho e moradia. A Fazenda Carnaúba compartilhou desta economia regional até a grande crise interromper de vez essa importante atividade cotonicultora, quando então experimentou outras atividades de produção como o cultivo de feijão e milho e a criação de bovinos de forma mais extensiva, os quais não lograram êxito.

Atualmente a propriedade pertence a Antônio Ferreira de Andrade e a sua esposa Ivete Satyro Xavier de Andrade, “ele dentista e agropecuarista, ela de prendas domésticas”, segundo texto cartorial. Adquirida de Clóvis Satyro Xavier (irmão de Ivete), conforme escritura lavrada nas Notas do 3º Ofício de Patos-PB, no dia 18 de julho de 1973. Tendo Clóvis Satyro Xavier comprado a José Mariat Nóbrega (que a comprou dos herdeiros de Pedro Xavier), conforme escritura pública lavrada nas Notas do 2º Ofício de Patos-PB, em 09 de novembro de 1966.

É Dr. Antônio Andrade que inicialmente nos acompanhou e contou a sua história, como um dos grandes proprietários de terra da região e ao mesmo tempo um pequeno produtor, segundo sua própria definição. Para ele, que é viúvo de **Dona Ivete Satyro Xavier**⁹, filha de **Antônia Satyro** (que é filha do Major Miguel Satyro) e **Pedro Xavier** (que é filho do Capitão Silvino) o espaço rural de hoje no qual outrora podia participar como queria, já não é mais o mesmo. Em nossa primeira conversa, Dr. Antônio apresenta a sua propriedade e faz mais uma vez um comentário sobre o modo de viver dos seus antigos moradores “que não abrem mais a porteira, eu que sou o dono de toda essa terra... Eles devem saber que hoje não sou mais o patrão”. Essa declaração claramente separa o proprietário de produtor rural e inscreve uma nova referência sobre

⁹ Dona Ivete Satyro Xavier foi uma das nossas principais informantes. Ela trouxe através de sua história de vida importante narrativa sobre as famílias tradicionais da região - do modo de vida e cotidiano da elite agrária e política, contribuindo significativamente para a investigação e compreensão de questões postas nesta tese. Ela partiu deste mundo em maio de 2017, deixando sua sensibilidade humanista nas citações que aqui serão expostas. Optamos por tratar seu nome no tempo presente, utilizando apenas este espaço para esclarecer tal acontecimento.

a figura daquele senhor que reconhece e narra, ele mesmo, os fatos que dão indícios de que estávamos diante de uma nova realidade, cuja improdutividade e o lucro demarcam formas de dominação.

Esse pequeno recorte, fragmento de uma primeira conversa, nos estimulou inicialmente a investigar: Quais processos concorreram para explicar a permanência de uma grande propriedade nas mãos de uma família por tanto tempo, e especialmente, depois do declínio do binômio algodão-pecuária? Quais as implicações, os interesses, as vantagens de manter uma imagem de grande proprietário rural no sertão semiárido? Qual o lugar exercido pelo sistema de moradia na sustentação desta grande propriedade? Em relação aos *moradores* que ainda residem na Fazenda, questionamos: Como estes indivíduos significam a moradia no passado e no presente? O que explica a permanência dessas famílias na propriedade? Como as relações foram atualizadas frente à nova configuração da propriedade? Quais representações sociais concebem ao proprietário e a si mesmos, naquele lugar?

Certa é a existência de uma racionalidade que estrutura os interesses e motivações dos donos de terra, bem como uma identidade social pela qual estes se reconhecem e reconhecem os demais membros pertencentes ao distintivo grupo. No entanto, esse modo de pensar e ser não torna o grande proprietário uma figura que se possa generalizar, nem o enquadra em um modelo único, uma vez que estes apresentam uma diversidade de personagens e práticas. Seguindo esta orientação, buscamos outro caso, outra fazenda e a singularidade de sua significação simbólica. Esta outra situação que foi investigada, por sua vez, se distancia de toda a história agrária e política do município, composta por famílias tradicionais da região, já que não se inscreve nas estabelecidas propriedades, com seus estabelecidos donos.

Nesse sentido, apresentamos a Fazenda Tamanduá, de propriedade do suíço Pierre Landolt, que chegou ao sertão paraibano na década de 70. A intenção da escolha desse caso deu-se após as investigações da Fazenda Carnaúba e a constatação de algumas questões, que nos fez identificar a necessidade de buscar outra grande propriedade cuja aquisição não fosse por herança familiar, para então se traçar um estudo, não necessariamente comparativo sobre as estratégias de “sobrevivência” destas grandes propriedades rurais e a atualização de seu sistema de moradia nos dias de hoje, haja vista que a Fazenda Tamanduá contabiliza cerca de quarenta famílias que trabalham e ali residem, sendo que a maioria são descendentes dos antigos morador-meeiros das lavouras de algodão, estando já na quarta geração de moradores do lugar.

Assim, *decifrar as especificidades das práticas adotadas neste espaço sociais - o da grande propriedade rural por distintos grupos sociais em diferentes tempos, compreender as implicações econômicas, sociais e políticas que surgem a partir das novas estratégias produtivas e analisar as novas relações de trabalho e a sociabilidade, atualizando o antigo sistema de moradia* - começavam a constituir um novo cerne de objetivos para nossa investigação.

E foi nesta direção que buscamos referências bibliográficas que já se dedicaram a analisar e descrever o funcionamento da grande propriedade rural, de forma a auxiliar na identificação das estratégias de manutenção desenvolvidas pelo grande proprietário e por aqueles que integram a grande propriedade, mesmo apesar da crise do latifúndio e falência do binômio algodão-pecuária. Destarte, trazemos inicialmente o trabalho de Cunha e Maia (2015), que em recente estudo apresentaram uma síntese-analítica das ideias de grandes pensadores¹⁰ da ciência econômica, política e social do Brasil e como estes se dedicaram a pensar sobre a grande propriedade no nordeste brasileiro. Segundo os autores é possível organizar esta literatura em pelo menos três grandes narrativas sobre as dinâmicas econômicas, históricas, políticas e sociais das grandes propriedades que compõem o imaginário rural, quais sejam: a narrativa da ocupação dos sertões, a narrativa da economia regional e a narrativa da política oligárquica. Nelas, o latifúndio, as oligarquias e a pecuária extensiva são os elementos primordiais para a estruturação do quadro de representação do grande proprietário no mundo rural. Estas referências, construídas há algumas décadas, são para Cunha e Maia “imagens ainda dominantes” (2015, p.84) e que servem de apresentação para a figura do grande proprietário e da grande propriedade no Nordeste. Inclusive, para eles:

“o impacto dessas narrativas e mesmo seu valor heurístico dificultam que novas hipóteses sejam formuladas, produzindo por um lado, o desinteresse pela temática da grande propriedade, e por outro, a permanência de interpretações que não dão conta das dinâmicas em curso na região” (2015, p. 98).

Mais à frente, no primeiro capítulo apresentaremos o vigor destas narrativas na elaboração da história da ocupação e uso das terras sertanejas, bem como a relação da

¹⁰ Parte da bibliografia utilizada pelos autores Cunha e Maia, referenciados em seu texto: Celso Furtado [1959] (2007), Caio Prado Junior [1960] (1979), Manoel Correia de Andrade (1986), Francisco de Oliveira (1981), Nunes Leal (1975), Eu-soo-Paag (1979), Janotti (1987), Bursztyn (1985), Linda Lewin (1993), Gurjão (1994).

grande propriedade com a política oligárquica local de maneira a confirmar em alguns aspectos tais interpretações na historiografia regional, mas que em períodos mais recentes não mais se revelam, consequência das transformações econômicas, sociais e políticas que atualizaram e ressignificaram as estruturas sociais de tais espaços sociais.

Na tese sobre as práticas de reprodução social dos estanceiros no Rio Grande do Sul, Marcus Piccin (2012) reforça a preocupação sobre a escassez de estudos sobre a grande propriedade rural em detrimento da grande quantidade de pesquisas sobre a agricultura familiar, assentamentos e sindicalismo. Segundo ele, parece não haver interesse do campo acadêmico tratar dos grupos dominantes no espaço rural, e no caso específico, no espaço agrário gaúcho. Para ele, nos estudos existentes sobre a região sul a análise recai, sobretudo, na representação e ação política de grupos específicos. Em sentido semelhante, porém mais contundente José de Souza Martins prefaciando o livro de Regina Bruno¹¹ (1997), assinala a existência de certo detrato com a “burguesia agrária”, afirmando que a literatura sociológica simplificou esta categoria social tratando-a como categoria em extinção, “como um resquício do passado, sem presença e sem vontade histórica” (1997, Prefácio VII). Considera, portanto, um grande erro conceber essa categoria como residual e estagnante, já que para ele, há nela um complexo dinamismo que a transfigura e a atualiza.

Ainda remetendo a produção acadêmica, especificamente a escassez de estudos sobre a grande propriedade no Rio Grande do Sul, Regina Bruno (1997) chama a atenção para a falta de definição do que seja o grande proprietário rural na literatura sociológica. Numa tentativa de superar tal deficiência, apresenta José Vicente Tavares como o autor que tenta compor tal definição, quando o mesmo assinala que o grande proprietário rural:

[... é uma fração das classes dominantes, cuja especificidade é dada pela apropriação da terra (por propriedade, arrendamento ou ocupação). De modo que a origem do excedente econômico de que ela se apropria reside na exploração do sobretrabalho do camponês e/ou na mais valia dos trabalhadores assalariados] (1995, p.10).

A definição embora operacional, segundo a autora, é ainda insuficiente para tratar da questão de dominação no espaço social da grande propriedade rural, incitando a problematizar sobre as explicações referentes às transformações da grande

¹¹BRUNO, Regina. Senhores da terra, senhores da guerra: a nova face política das elites agroindustriais no Brasil. Rio de Janeiro: Forense Universitária: UFRRJ, 1997.

propriedade rural e de como os processos relativos ao conjunto das relações sociais nesse espaço não são levados em questão. Piccin, ainda em seu estudo aponta que “um dos efeitos da ausência de análise acerca das relações de dominação constituídas no espaço estancieiro, foi tornar invisível um dos polos mais subordinados da estrutura social rio-grandense, *os peões e suas famílias*, trabalhadores da estância” (2012, p.32). Esta reflexão também é aplicada no caso da Paraíba, em relação às escassas referências ao grupo social de *moradores* da fazenda, e no caso específico do Sertão, **morador-meeiro de algodão**¹².

Sobre os estudos do espaço da grande propriedade fundiária no Nordeste verificamos que é a economia regional das grandes lavouras de cana-de-açúcar, cacau, café e algodão, que através de seus ciclos estruturaram a forma de ocupação e manutenção do espaço rural, cabendo a pecuária um papel secundário na historiografia. Celso Furtado (1959), autor clássico preocupado em resgatar certos processos econômicos, qualifica o Nordeste como o lugar onde prioritariamente duas formas de economia prevaleceram: a açucareira e o criatório, sendo que a primeira foi a grande responsável pela construção de um mercado de amplas dimensões, com grau de rentabilidade altamente elevado. Em relação à atividade criatória, explica que a sua impraticabilidade na zona açucareira condicionou o deslocamento dos rebanhos para o sertão, onde o açúcar não podia ser produzido na mesma escala que no litoral, deixando assim para o sertão uma nova economia, bem distinta daquela desenvolvida na Zona da Mata.

Seguindo este norte, se buscou referenciais para o estudo das grandes propriedades rurais e sua relação com as grandes lavouras, no estado da Paraíba, encontrando trabalhos especificamente sobre a *plantation* canavieira na zona da Mata e no Brejo Paraibano, os quais contribuíram para a compreensão de processos econômicos, políticos e sociais do espaço agrário, como os estudos de Emília de Rodat e Ivan Targino¹³. Especificamente em relação à região sertaneja encontramos pesquisas

¹² Utilizaremos este termo: **morador-meeiro de algodão**, cunhado por nós, em toda extensão do trabalho, como forma distinta em relação a outros grupos de moradores, como os da lavoura canavieira. Tal categorização incide em especificar um modo singular de vida, de sobrevivência, de resistência, organizado em torno do sistema de moradia e do regime de parceria (meeagem), que estrutura as relações de trabalho e produção com os fazendeiros de algodão, amparados numa espécie de economia moral, e que será apresentada mais a frente e de forma mais específica no IV capítulo.

¹³ MOREIRA, Emília de Rodat Fernandes; MOREIRA, Ivan Targino. Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba. Joao Pessoa: Editora Universitária, 1997.

MOREIRA, Ivan Targino; MOREIRA, Emília de Rodat Fernandes; MENEZES, Marilda Aparecida de. Espaço agrário, movimentos sociais e ação fundiária na zona canavieira do Nordeste. In: Adriano de

acadêmicas, em sua maioria, de cunho historiográfico, apresentando este modelo de produção (consórcio algodão-gado) à economia local. Das fontes mais importantes para o nosso estado da arte, destacamos os trabalhos de Ana Paula Moraes¹⁴, Paulo Henrique M. Q. Guedes¹⁵ e Mozart de Menezes¹⁶ que descortinam a história da colonização e ocupação dos sertões da Paraíba. Nos estudos sociológicos destacamos primeiramente Kaliane Maia, que na tese de doutorado intitulada: O “Agronegócio Sertanejo”: (Re) Pecuária e Grande Propriedade Rural na Microrregião do Catolé do Rocha, PB¹⁷, em que evidencia a reorganização produtiva da grande propriedade através da diversidade de possibilidades produtivas (pecuária leiteira, pecuária mista, pecuária de corte, inseminação artificial, vaquejadas), tendência à especialização produtiva (capacitações) e investimento em novas tecnologias, assim ressignificando a prática da pecuária e desmitificando a ideia de atraso da grande propriedade rural no Sertão Paraibano.

Outro importante trabalho é a tese de Aldo Branquinho Nunes, com Currais, Cangalhas e Vapores: dinâmicas de fronteira e conformação das estruturas social e fundiária nos “sertões da Borborema” (1780-1920)¹⁸. Esta pesquisa vem de encontro a uma teoria social que tem o latifúndio de origem sesmarial e a constituição da “civilização do couro” como centrais e determinantes no processo de ocupação e povoamento do interior nordestino. Em sua tese, o autor traça um quadro explicativo em que assinala o processo de substituição da antiga elite agrária de origem sesmarial por uma nova elite de origem muito variada, que tinha o plantio, o comércio e o

Sousa Barros; Maria do Socorro de Lima Oliveira; Ghislaine Duque. (Org.). Agricultura familiar: a diversidade das situações rurais. Campina Grande: GPAF-PPGS/UFCG, 2005, v. 1.

¹⁴ MORAES, Ana Paula da Cruz Pereira de. Em busca da liberdade: os escravos no sertão do Rio Piranhas, 1700-1750 (dissertação de mestrado) Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande, 2009.

¹⁵ GUEDES, Paulo Henrique Marques de Queiroz. A colonização do sertão da Paraíba: agentes produtores de espaço e contatos interétnicos (dissertação de mestrado) Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2006.

¹⁶ MENEZES, Mozart Vergetti de. A provedoria real da capitania da Paraíba: 1647-1755 (tese de doutorado) Programa de Pós-Graduação em História Econômica de São Paulo.

¹⁷ MAIA, Kaliane de Freitas. O Agronegócio sertanejo: (re)pecuarização e grande propriedade rural na microrregião de Catolé do Rocha (PB), semiárido nordestino. Tese (Doutorado em Pós-Graduação em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Campina Grande, 2013.

¹⁸ NUNES, Aldo Branquinho. Dinâmicas de fronteira e conformação das estruturas social e fundiária nos Sertões da Borborema entre finais do século XVIII e início do século XX. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Campina Grande, 2016.

processamento do algodão como atividades centrais. O autor analisa ainda os processos de mudança que permitiram a inserção de famílias pobres ao mundo social da grande propriedade.

Para o presente trabalho ambas as teses são de acentuada importância, haja vista a centralização das investigações em torno da grande propriedade e sua economia baseada no consórcio algodão-pecuária-moradia, no sertão paraibano. Participar das discussões de tais trabalhos permite uma melhor fundamentação para a elaboração de uma chave analítica que auxilie na compreensão das transformações das relações sociais instauradas no interior da grande propriedade rural, objeto de nosso estudo.

Neste aspecto, justifica-se o interesse em estudar outras áreas de *plantations*, como a algodoeira, ainda não explorada sociologicamente, em termos de sociabilidade dos diferentes grupos sociais que habitavam nestas áreas de lavoura. Desse modo, pensamos na elaboração de uma cartografia mental¹⁹ sobre o modo de ser e de viver, das representações de mundo, conformações, disputas e resistência destas diferentes categorias sociais, contribuindo assim para o debate e para a complementação dos estudos sobre a ocupação, existência e permanência da grande propriedade rural no semiárido nordestino.

No que se refere às preocupações teóricas quanto à forma de abordagem, a proposta desse trabalho pode ser uma retomada de uma linha de estudos que foi desenvolvida sobre o sistema de *plantation*, no caso a *plantation* canavieira, por isso nos debruçaremos nos estudos de autores como Moacir Palmeira, Lygia Sigaud e Afrânio Garcia que podem auxiliar na composição de mecanismos específicos para entender o processo de transformação social da Grande Propriedade e do Sistema de Moradia, na Microrregião de Patos, Sertão Paraibano, de forma a compreender as antigas estruturas de dominação e os novos contornos de resistência que definem o destino social destes grupos distintos.

Deste modo, ante aos casos empíricos e as reflexões iniciais, justificamos a intenção desta tese por considerar imperiosa a complementação dos estudos sobre as grandes propriedades, sobre as particularidades do sistema de consorciamento do algodão com a pecuária e a moradia no sertão paraibano, haja vista que este tipo de produção compôs um quadro singular de modo de ser e de viver para grupos distintos

¹⁹ O mapa mental, ou cartografia mental, é um instrumento ou estratégia capaz de materializar subjetividades como sentimentos, opiniões e atitudes sobre o espaço vivido e imaginado. Konzel (2007) entende os mapas mentais como enunciados (textos) elaborados por pessoas e grupos que representam “suas visões de mundo” (2007)

(trabalhadores de algodão, moradores das fazendas e grandes proprietários) cujo cotidiano precisa ainda ser revelado em todas as suas dimensões. A ideia mesmo é *refletir sobre o que foi a vida social nas grandes propriedades dos sertões da Paraíba, assim como compreender as transformações, oriundas das mudanças acarretadas pelo declínio do binômio algodão-pecuária e que resultou na adoção de novas práticas como a atualização do sistema de moradia para a continuidade da grande propriedade.* Nesse contexto, procurar-se-á dar visibilidade aos diferentes atores que atuavam e ainda atuam nesse espaço, explorando suas experiências, na tentativa de dar vida a um passado até então adormecido para a historiografia, já que a maioria das pesquisas que se centram na perspectiva da lavoura do algodão o fazem sob o prisma econômico. Com isso buscaremos verificar qual o destino social, ou desdobramentos figuracionais, nos termos de Norbert Elias (1994), destas duas categorias, nestes dois momentos históricos:

1) após a crise do binômio algodão-pecuária: Quais itinerários foram tomados pelo grande proprietário e produtor da grande lavoura sertaneja, bem como de seus moradores - quais processos de mudanças vivenciaram estes dois grupos?

2) qual o lugar, a importância do sistema de moradia na existência, permanência e mudanças vivenciadas na grande propriedade do sertão paraibano?

Por isso, nessa ótica optaremos preferencialmente pelas fontes orais, como canteiro principal de escavação da pesquisa, cujas figuras escolhidas são os moradores e os respectivos proprietários de grandes propriedades na microrregião de Patos²⁰, que pertence à mesorregião do Sertão Paraibano, e está dividida em nove municípios: Areia de Baraúnas, Cacimba de Areia, Mãe d'Água, Passagem, Patos, Quixaba, Santa Teresinha, São José de Espinharas e São José do Bonfim. Cabe destacar que esta microrregião é indicada como a mais importante dentre as outras que compõem o Sertão Paraibano, já que o município de Patos abriga o centro urbano mais importante desta área, com uma população de 105.531 habitantes (IBGE - 2014) e um PIB - Produto Interno Bruto, de 841.290 mil reais (IBGE - 2012). Desse modo, é a metrópole com maior influência na região e um grande polo de atuação em pelo menos setenta municípios do estado da Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte, e por isso considerada a Capital do Sertão da Paraíba.

²⁰ A Microrregião de Patos juntamente com mais seis microrregiões: Cajazeiras, Catolé do Rocha, Itaporanga, Piancó, Serra de Teixeira e Sousa compõem a **Mesorregião do Sertão Paraibano**, uma das quatro mesorregiões do estado brasileiro da Paraíba, formada pela união de 83 municípios.

FIGURA 2: Mesorregião do Sertão Paraibano Microrregião de Patos



Fonte: IBGE, 2014

No entanto, a escolha deste *locus* para o presente estudo não se deu primariamente pela sua relevância no campo econômico em detrimento de outros municípios da região, mas especialmente pela história de ocupação e concentração da posse de terra que marca tal território. A microrregião de Patos em sua totalidade não sofreu alterações muito radicais em termos da estrutura fundiária, que mesmo diante do avanço da desapropriação de terras para reforma agrária não foi capaz de reverter o quadro de monopólio da terra através das grandes propriedades, fruto da herança de uma mesma família, muitas vezes repartidas em pequenas e médias propriedades, ou adquiridas e recompostas por outros grandes proprietários.

A microrregião de Patos é ainda um berço de personagens expressivos na história política da Paraíba. Esses personagens são, em sua maioria, descendentes de uma elite agrária e com suas performances, especialmente na arena política, constituem ainda hoje certo simbolismo na recomposição do poder local e reorganização do espaço público.

Destas personalidades destaca-se em todo o estado, um dos filhos mais ilustres dessa região do Sertão: Ernani Satyro (1911-1986), sucessor direto do lendário “Major Migué” (Major Miguel Satyro e Souza) conhecido como o fundador da Morada do Sol - a cidade de Patos, do qual herda grandes porções de terra e um expressivo capital político e simbólico, elementos importantes para a manutenção do domínio da Família Satyro e suas ramificações, em toda região. Em sua trajetória, como ente legítimo de uma elite agrária e política, Ernani Satyro exerceu oito mandatos de deputado federal, foi eleito prefeito da capital João Pessoa e ainda governador da Paraíba. Além do que, por ser portador de certo capital cultural, o gosto pela escrita de poemas, crônicas,

contos, romance e ensaios o leva a diversos outros espaços sociais, lhe conferindo distinção e títulos, alguns destes pela Academia Paraibana de Letras, Academia Brasiliense de Letras e Academia Campinense de Letras.

O presente estudo se estrutura inicialmente com a atualização desta conjuntura. Para tal feito, buscar-se-á através dos estudos historiográficos e genealógicos informações sobre a formação da grande propriedade, reprodução, ampliação e/ou desestruturação, considerando por suposto a importância econômica do sistema de moradia e a sociabilidade própria das relações estabelecidas entre os grupos em questão – moradores e grandes proprietários. Assim apontaremos ao longo do trabalho os casos a serem estudados para a construção de situações-tipos que subsidiarão a compreensão do objetivo dessa tese. Para isso é necessário examinar as alterações na composição dos capitais econômico, político e social das famílias envolvidas e os projetos empreendidos por estas na grande propriedade de forma a: identificar as estratégias produtivas, especialmente aquelas desenvolvidas após o declínio do binômio algodão-pecuária; refletir sobre a dependência tradicional das relações familiares políticas e seus desdobramentos; e desvendar os significados, valores e motivos que orientam as formas de atuação e mudanças de posição dos referido grupos em relação as outras categorias sociais. Outrossim, ainda será levado em consideração o valor simbólico da propriedade para seus proprietários, bem como os diversos significados de sua aparência para as relações sociais locais.

A escolha tanto dos pressupostos, quanto dos objetivos se justifica pela necessidade de uma atualização das representações sociais da grande propriedade rural, cujo arquétipo se construiu em torno da figura do latifúndio, da oligarquia, da moradia, do algodão e da pecuária extensiva. Ora, sabemos que é certo que os antigos grandes proprietários rurais e seus grupos familiares – que aqui chamaremos de elite agrária, detinham a posse de grandes porções de terra - herança de uma linhagem familiar e alianças matrimoniais; o poder de mando como “coronéis” - lideranças forjadas no interior de suas famílias e mantidas por um poder central para ocupar a chefia política de pequenos e médios municípios; e a prosperidade nas atividades produtivas e não produtivas. Este era o conjunto de elementos e/ou situações, produtores de sentido na constituição deste grupo social. Mas, e hoje, como se caracteriza a permanência dessa grande propriedade? Ante as transformações no espaço, nos lugares de poder dos grupos como estes se percebem e significam as relações existentes? E como é possível redefini-los?

O caminho escolhido para apreender tais questões, aponta inicialmente para uma reconstituição da história da propriedade e das famílias proprietárias e das famílias moradoras da área escolhida para a realização da pesquisa. A ideia é confrontar as “velhas histórias” com as experiências atuais, vislumbrando a compreensão dos interesses e a legitimação das representações particulares do novo mundo rural. Como estratégia de pesquisa, optamos pela história oral, que segundo Trebitsch, (2001. p 96) *apud* Meneses (2005. p 6).

“[...] constitui uma metodologia qualitativa de pesquisa voltada para o conhecimento do tempo presente, permite conhecer a realidade presente e o passado ainda próximo pela experiência e pela voz daqueles que o viveram. Não se resume a uma simples técnica, incluindo também uma postura, na medida em que seu objetivo não se limita à ampliação de conhecimento e informações, mas visa conhecer a versão dos agentes. Permite conhecer diferentes versões sobre um mesmo período ou fato, versões estas marcadas pela **posição** daqueles que os viveram e os narram”.

Nesta proposta de pesquisa almejamos trabalhar com uma metodologia qualitativa, lançando mão de técnicas como a história oral para adentrar o imaginário do grande proprietário e também dos que estão a eles vinculados - antigos e atuais moradores, trabalhadores, políticos, personalidades do lugar, etc. Temos a expectativa que estes sejam capazes de narrar eventos, contextos, situações, fatos e experiências que fizeram e fazem parte do universo da grande propriedade. Para preencher as lacunas e também complementar as fontes primárias faremos uso da pesquisa documental e bibliográfica com a finalidade de alcançar informações registradas.

A estes procedimentos alinhamos à história de vida²¹ que buscará nas lembranças as origens dessas propriedades e de seu lugar no mundo. Chizzotti (2015) a apresenta como “um relato retrospectivo da experiência pessoal de um indivíduo, oral ou escrito, relativo a fatos e acontecimentos que foram significativos e constitutivos de sua experiência vivida”. Nessa perspectiva, a memória, será o caminho de reconstrução de tudo que é passado e que não mais pode ser acessado. Todavia, essa reconstituição, segundo Maurice Halbwachs (2009), dependerá dos quadros sociais (tempo, lugar, linguagem) que estarão disponíveis para o sujeito informante no momento da

²¹ Cabe lembrar que a história de vida não é apenas um termo correlato à história oral, pois ambas possuem suas particularidades teórico-metodológicas que serão reveladas mais adiante. O certo é que os dois enfoques recorrem à apresentação de vidas concretas, no contexto e na perspectiva de quem as viveu, tomando-as como interpretações autorizadas de fatos e acontecimentos.

rememoração, já que esta é conduzida pelos interesses e relações que o indivíduo estabelece no momento presente.

Outro recurso utilizado e que ajudará no entendimento do objeto a ser pesquisado é a elaboração da genealogia da família, iniciada a partir de fontes escritas disponíveis (biografia, documentos pesquisados em cartórios) e melhor desenvolvida durante as entrevistas. A ideia é promover a busca de lembranças das trajetórias de seus familiares, ilustrados de alguma forma no desenho genealógico, como uma tentativa de rememoração de certas recordações e a própria correção da genealogia exposta. Outrossim, ainda nas visitas serão identificadas, quando possível, a existência de *objetos biográficos* e *objetos de status*²². O primeiro se caracteriza por envelhecer junto com seu possuidor, se incorporando à sua vida, como um relógio da família, um álbum de fotografias, um conjunto para chá. Estes objetos representam uma experiência vivida, uma situação afetiva e íntima do morador. Já os *objetos de status* serão mais facilmente reconhecidos, pois estarão dispostos para patentear *status*, como uma espada arrumada na parede ou um quadro de um parente muito distante. Notadamente, este quadro estará colocado com a intenção de ostentação, expor ao olhar do outro uma possível relação familiar com aquele sujeito considerado importante para aquela sociedade. Cabe destacar a possibilidade de conversão dos objetos biográficos em objetos publicáveis, de *status*, especialmente quando o indivíduo ou grupo carece de distinção e reconhecimento social. Deste modo buscamos catalogar alguns objetos importantes, mais íntimos ou públicos para compor a história da família investigada.

Para compor a nossa base de informações, ainda investigamos dados secundários disponíveis em órgãos como: INCRA, IBGE, EMATER, a Secretaria de Agricultura do município, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, cartórios, entre outros. Nestas agências localizamos documentos como: cadastros de imóveis, inventários, dados de produção etc. Cabe ainda destacar que foram especialmente levados em consideração na investigação aqueles imóveis relacionados aos integrantes das genealogias da linhagem pesquisada, sendo que nesta proposta até os imóveis menores serão levados em consideração, haja vista a possibilidade de fragmentação ou desmembramento da grande propriedade por motivos diversos. No decorrer do texto serão explicadas as possíveis

²²Eclea Bosi em seu livro: O tempo vivo da Memória (2003) explica que estamos sempre a criar em nossos meio espaços de expressão, como tentativa de criar um mundo acolhedor entre as paredes que isolam do mundo alienado e hostil de fora. Para ela “se a mobilidade e a contingência acompanham nossas relações, há algo que desejamos que permaneça imóvel, ao menos na velhice: o conjunto de objetos que nos rodeiam [...] Mais que uma sensação estética ou de utilidade eles nos dão um assentimento à nossa posição no mundo, à nossa identidade” (2003, p. 25)

diferenças de metodologia na comparação dos dados. Em relação a documentos históricos e outras fontes orais, buscamos também o encontro com historiadores locais, visitas ao IHGP – Instituto Histórico e Geográfico de Patos e as pessoas que conhecem as histórias e causos do lugar.

Em linhas gerais são estas as possibilidades metodológicas que nortearam a pesquisa de campo. Ademais, para a reflexão das questões a serem investigadas, emergem inicialmente alguns conceitos com os quais se almeja cumplicidade nesta empreitada. Um dos primeiros seria o conceito de *classe social* que será revisitado, devido: a) primeiramente, à discussão em seu entorno sobre declínio das classes em face às novas dinâmicas da sociedade moderna ou sua reinvenção decorrente dos novos movimentos; b) e pela dimensão da discussão sobre *poder* que este conceito pode abarcar, nos permitindo introduzir uma reflexão sobre posições e lugares nos vários planos da vida social.

As ideias desenvolvidas por Max Weber são fundamentais em certas análises sociológicas, todavia pretendemos utilizar de forma cuidadosa para buscar uma melhor compreensão de categorias como: *status* e partido: o *status* refere-se ao apreço ou a “honra social”, concedido a indivíduos ou grupos; o partido refere-se à mobilização ativa de grupos para garantir objetivos definidos (WEBER, 1971). Assim, Weber apresenta as classes sociais a partir da ilustração da busca do homem pelo poder, numa possibilidade de realização pautada na ação, mesmo que esta seja contrária à vontade de outros homens. Para ele, o indivíduo procura o poder não somente para o enriquecimento econômico, mas pelo desejo também de um poder simbólico.

Outros conceitos que consideramos importantes para a análise da reconfiguração do mundo social da elite agrária pertencem à teoria de Pierre Bourdieu (1996), que utiliza a noção de espaço social, *habitus* e posição de classe para compreender a sociedade. Sobre classe social, Bourdieu explica: "as classes sociais não existem (...). O que existe é um espaço social, um espaço de diferenças, no qual as classes existem de algum modo em estado virtual, pontilhadas, não como um dado, mas como algo que se trata de fazer" (1996, p. 26-27). Dessa forma, emerge um esforço para a compreensão do mundo rural, reconfigurado, construído pelos distintos grupos de agentes, seja na cooperação e no conflito, na tomada de posições e lutas e na distribuição de poderes, privilégios e estilos de vida.

Por fim, faz parte ainda desta tentativa de articulação teórica, o cientista político e antropólogo James Scott, que segundo Menezes (2002) “centrou sua atenção,

predominantemente, nas tensões e lutas não visíveis dentro da estrutura social local [...] dedicando-se a analisar as formas de *resistência* cotidiana, individual ou coletiva”. Como um dos caminhos deste trabalho incide no olhar e no ouvir das histórias de vida, com particular interesse nos grupos historicamente emponderados e hoje repositionados, se entende que as formas cotidianas de resistência são expressões que permitem apreender representações de mundo sociais. Além disso, ainda por Menezes (2002 p. 36): “A epistemologia de Scott é marcada tanto pela importância dos condicionantes da estrutura social, especialmente os da estratificação social no comportamento dos indivíduos, quanto pelas interações sociais cotidianas”. Esta consideração justifica ainda mais a escolha, pois organiza uma chave analítica entre alguns dos conceitos expostos.

Para realizar tais discussões, a tese estará dividida em cinco capítulos:

O primeiro capítulo, que será apresentado neste trabalho, é composto por uma apresentação das interpretações de estudos clássicos e da historiografia local sobre a grande propriedade rural no sertão paraibano, organizado em torno das ideias de ocupação (da doação das sesmarias ao desbravamento de terras), da economia regional (plantações em grandes áreas) e da política oligárquica (formação das elites agrárias). O objetivo do capítulo é cartografar os principais eventos e grupos sociais que marcaram a ocupação e organizaram o território sertanejo, a fim de constituir um contexto que auxilie no entendimento não só da formação da estrutura agrária, mas também do monopólio de terras sob o comando de grupos dominantes, oriundos de diversos meios sociais.

No segundo capítulo será apresentada a economia do consorciamento algodão, pecuária e moradia. Nas seções deste capítulo serão discutida a história da produção, monopólio e exportação do algodão, o tipo de sociabilidade singular dos distintos grupos sociais que vivenciam a produção do binômio gado-algodão nas fazendas do sertão paraibano.

O terceiro capítulo desvenda e analisa a constituição da grande propriedade rural através do sistema criatório de gado e cultivo do algodão, sustentado pelo sistema de moradia; a estruturação das elites sertanejas a partir do poder político, bem como estratégias de reprodução, a partir de investimentos diversos. No centro das reflexões emergirá a formação e trajetória de famílias importantes da região, proprietárias de grandes porções de terra, a exemplo da Família Satyro.

No quarto capítulo destacaremos o sistema de moradia no sertão paraibano enquanto uma economia moral, de forma a analisar as singularidades nas relações de trabalho e sociabilidade desta categoria, apresentadas a partir de histórias de vida dos moradores mais antigos que habitaram e habitam as propriedades estudadas.

Por fim, no quinto e último capítulo é feita uma reflexão sobre as transformações e novas configurações da grande propriedade rural e do seu sistema de moradia, atualizado, a partir das modificações econômicas e sociais ocorridas no semiárido paraibano.

CAPÍTULO I

A GRANDE PROPRIEDADE RURAL: CONQUISTA, OCUPAÇÃO E POLÍTICA NO SERTÃO DA PARAÍBA

No livro “A Terra e o Homem do Nordeste”, lançado em 1963, Manuel Correa de Andrade nos apresenta o Sertão:

“O sertão nordestino, parte significativa do território brasileiro, onde predomina o clima semi-árido quente é encarada pelos os que não conhecem como uma área castigada permanentemente pela seca e onde vive uma população carente que necessita sempre de auxílio para manter-se em nível de sobrevivência, mas esta imagem é válida para períodos de grandes secas, que ocorrem de dez em dez anos, prolongando-se por dois ou três anos seguidos.

Para se compreender o Sertão é preciso destacar dois aspectos: o primeiro é que ele não é uniforme, havendo grande variedade de climas e solos, o que determina a existência de uma série de sub-regiões, onde são diferentes as formas de utilização e exploração da terra e os problemas humanos decorrentes. O segundo é a variação sazonal marcada pelas chuvas.

Quanto ao primeiro aspecto, Euclides da Cunha, com sua inquietação e talento já salientava em Os Sertões, a existência de sertões e não do sertão. Assim há uma grande diferença fisionômica entre as áreas de serras, de planaltos, aquelas cortadas pelos rios perenes - como o São Francisco, os seus afluentes e o Parnaíba – e aqueles cortados por rios temporários, que na estação seca se transformam em verdadeiros caminhos arenosos na caatinga desfolhada” (ANDRADE, p. 161, 1980).

Cabe observar como Manuel Correa de Andrade ao descrever o termo “sertão nordestino” não se inclina sobre a nomenclatura generalizante que tende a homogeneizar tal expressão tornando-a única, como muito o fez a historiografia clássica.

Também antes, dentre os estudos regionais clássicos destaca-se João Capistrano de Abreu, um dos primeiros pesquisadores a se debruçar na investigação das rotas de penetração dos interiores do Brasil. Na obra Capítulos da História Colonial (1500 – 1800)²³, no qual apresenta o sertão em uma das seções, o estudioso em 1907, esclarece as especificidades na ocupação e no desenvolvimento nestas áreas, tratando assim de descrever tanto os sertões das minas de ouro como das outras zonas destinadas a criação

²³ ABREU, João Capistrano de. Capítulos da História Colonial (1500 – 1800). 4 ed. Livraria Briguiet, 1954.

de gado. E mesmo sobre os aspectos do cotidiano desta região, Abreu desvenda fatos e situações que permitem uma compreensão espacial e temporal do Sertão semiárido, considerando às dinâmicas e processos econômicos e sociais vivenciados:

“Os primeiros ocupadores do Sertão passaram vida bem apertada, não eram donos de sesmarias, mas escravos ou prepostos. Carne e leite havia em abundância, mas isso apenas. A farinha, único alimento que o povo tem confiança faltou-lhes a princípio, por julgarem imprópria a terra à plantação da mandioca, não por defeito do solo, pela falta de chuva na maior parte do ano. O milho, por não ser verde, afugentava pelo penoso do preparo naqueles distritos estranhos ao uso do majolo. As frutas mais silvestres, as qualidades de mel menos saborosas eram devoradas com avidez. Podem-se apanhar muitos fatos da vida daqueles sertanejos dizendo que atravessaram a época do couro. De couro era a porta das cabanas, o rude leito aplicado ao chão duro, e mais tarde a cama para os pardos; de couro todas as cordas, a borracha para carregar água, o mocó e alforge para levar comida, a maca para guardar roupa, a mochila para milhar cavalo, apeia para prendê-lo em viagem, as bainhas de faca, as broacas e surrões, a roupa de entrar no mato, os banguês para o cortume ou para apurar o sal; para o açude o material de aterro era levado por couros puxados por juntas de bois que calcavam a terra com seu peso, em couro pisava-se tabaco para o nariz”. (ABREU, [1907] 1954, p. 217- 218).

E ainda na descrição de uma temporalidade mais recente, Capistrano de Abreu conta sobre a ocupação pelas famílias dos proprietários de terras e criadores de gado:

“Alguns homens mais resolutos levaram as famílias para as fazendas, temporária ou definitivamente e as condições de vida melhoraram; casas sólidas, espaçosas, de alpendres hospitaleiros, de currais por mourões por cima dos quais se podiam passear, bolandeiras para o preparo da farinha, teares modestos para o fabrico de redes ou pano grosseiro, açudes, engenhocas para preparar a rapadura, capelas e até capelões, cavalos de estimação” (ABREU [1907] 1954, p.220).

Seguindo Capistrano de Abreu também outros autores se dedicaram a enfatizar os sertões, como Gustavo Barroso, apresentado na parte introdutória deste trabalho, cuja obra: *O Sertão é a Terra do Sol*, de 1912, destaca a seca e a tipificação do homem sertanejo. Dos tipos descritos: fazendeiros, vaqueiros, jagunços, cangaceiros e agregados, segundo Barroso, o vaqueiro é a figura que representa o herói do sertão por compreender os segredos deste espaço áspero, interpretando seus sinais.

Mais recente, porém de grande vulto na história regional, são as obras do regionalista, norte rio grandense Câmara Cascudo, que em 1956 apresenta “Tradições da Pecuária Nordestina” no qual opõe o mundo açucareiro ao mundo do pastoreio.

Ademais, em 1936 o autor havia publicado “Viajando o Sertão”, e em 1939 a obra “Vaqueiros e Cantadores” que trata de questões culturais e antropológicas do Sertão.

Na Paraíba, se destaca as obras clássicas de Irineu Jofilly (1892)²⁴, Irineu Pinto (1908)²⁵ e de Celso Mariz (1922)²⁶. Outras obras também se centraram sobre a história econômica desta região em que a pecuária se sobressaiu, muitos deles de autoria de membros dos Institutos Históricos e Geográficos com uma perspectiva mais microrregional. Porém, ainda existe uma carência de estudos que enfatizem uma visão de conjunto, especialmente no que tange as relações sociais no Sertão Paraibano – modos de vida, sociabilidades, atribuições de sentidos e significados, dado que talvez possa ser explicado pela visibilidade econômica e comercial da cultura da cana de açúcar no período do Brasil colônia; ou ainda, pelo fato de as fazendas de gado se constituírem em universos privados, propriedade dos coronéis, um lugar onde o Estado não intervinha.

Assim, neste capítulo iremos apresentar o processo de conquista e ocupação dos sertões da Paraíba, sobretudo pela economia da pecuária no período Colonial e no Império. As fontes documentais que subsidiaram a escrita são oriundas de ensaios de pesquisadores do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba – IHGP, de estudos clássicos e pesquisas recentes desenvolvidas nos Programas de Pós-Graduação. Nesta parte do trabalho o objetivo é precisar as particularidades do processo de ocupação dos sertões da Paraíba de forma a descortinar a formação das grandes propriedades rurais, especificamente no médio sertão Paraibano, na microrregião de Patos, *locus* da presente tese.

1.2 A CONQUISTA DAS TERRAS SERTANEJAS NA PARAYBA

Segundo Wilson Seixas, membro do IHGP e do Instituto de Genealogia e Heráldica, autor de diversos trabalhos como: Viagem através da Província da Paraíba (1985), Os Pordeus de São João do Rio do Peixe (1972), Santa Casa de Misericórdia

²⁴ JOFFILY, Irineu. Notas Sobre a Parayba. Rio de Janeiro, 1892. (obra original, consultada na biblioteca particular da Casa Fundação Ernani Satyro).

²⁵ PINTO, Irineu. Datas e Notas para a História da Paraíba. João Pessoa. Editora Universitária, 1977. (reprodução da edição de 1908).

²⁶ MARIZ, Celso. Apanhados Históricos da Paraíba. João Pessoa, 2ª edição, 1980.

(1987), e o mais recente livro: O Velho Arraial de Piranhas - Pombal (2004) no qual focaliza os principais acontecimentos da história do município como primeiro núcleo populacional que se formou nos Sertões da Paraíba, a história dos sertanistas baianos que desbravaram e ocuparam os inacessíveis sertões da Paraíba ainda não está satisfatoriamente estudada, seja pela escassez de fontes informativas ou mesmo pela falta de um serviço de catalogação através do qual se pudesse estudar, discutir e decidir a respeito de alguns pontos duvidosos ou desconhecidos para o estudo da historiografia regional que não possui ainda hoje um trabalho completo no tocante às entradas que, em sua expansão colonizadora alargaram e fixaram as fronteiras de nosso Estado, desde a Capital até o extremo oeste da Capitania da Parayba. Lembramos aqui de Capistrano de Abreu quando diz que “este fato não foi ainda levado na devida consideração em nossa História e, entretanto, é um dos mais interessantes de toda ela” [1907 (1954) p. 52]. Dessa forma, as entradas da Paraíba, afora os trabalhos de Maximiano Lopes Machado, Irineu Jóffily, Coriolano de Medeiros, João de Lyra Tavares, Celso Mariz, Irineu Ferreira Pinto, Horácio de Almeida, Elpídio de Almeida e tantos outros, ainda precisa revelar melhor a sua história.

Contudo, fontes primárias trazem importantes contribuições para o entendimento da ocupação da Parayba do Norte e de suas regiões. Segundo Seixas, na obra Descrição Geral da Capitania da Paraíba de 1639, Elias Herckmans nos apresenta a ocupação do território paraibano, na época do domínio holandês, inicialmente no litoral, onde “os limites da Capitania, para o ocidente, estendia-se pelo sertão adentro, até onde os moradores a quisessem povoar”. Referindo-se ao assunto, Maximiano Lopes Machado, em sua História da Província da Paraíba (1977), assim escreveu:

“A conquista holandesa satisfez-se com o que os portugueses tinham antes explorado, não se animando a dar um passo mais para o Interior. Ficou onde havíamos parado por força das circunstâncias” (MACHADO, 1977, p. 37).

Mas é com a restauração do domínio português, na segunda metade do século XVII, começa de fato a penetração em direção ao interior paraibano, com a entrada de colonizadores a fim de ocuparem o sertão, através das trilhas que seguiam as ribeiras. Segundo Guedes (2006) afora os bandeirantes paulistas, foi a Casa da Torre, fundada por Garcia d'Ávila, na Bahia, às margens do Rio São Francisco, a principal responsável pela apropriação das terras do Piancó, Piranhas e Rio do Peixe. Em Alves e Sousa, cujo

trabalho tem por título: Guerra dos Bárbaros na Capitania da Paraíba (1996) encontramos:

“Para os portugueses o caminho em direção ao sertão da Capitania Real da Paraíba, bem como das outras Capitânicas, teve por objetivo adquirir formas de lucro. Foram criadas bandeiras que chegaram inicialmente ao agreste da Capitania, partindo para o Planalto da Borborema e regiões conhecidas atualmente como o Sertão da Paraíba. Buscava-se a princípio implantar a criação de gado bovino, ovino e caprino, e promover a colonização desta região” (ALVES E SOUSA, 2012, p.25).

Outra finalidade do “desbravamento” do sertão era a captura dos nativos destas terras, escravos fugitivos ou índios das tribos dos Tapuias, para serem postos como cativos. Destes bandeirantes que tomaram tal tarefa, destaca-se Domingos Jorge Velho, que, segundo Irineo Joffily (1892), percorreu os caminhos dos sertões de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, fazendo campanha no período de 1688 até 1691, tempo que travou lutas com tribos das regiões: Pegas, Panatis, Coremas e Icós, até se estabelecer por vez na Ribeira do Piancó. Anos mais tarde seria um dos responsáveis pelo fim dos Quilombos dos Palmares, em 1695.

Contudo, sobre todos os outros apresentados pela história como heróis conquistadores do sertão, uma família sustenta o protagonismo nestas narrativas. São os de Oliveira Ledo, primeira família a ocupar o interior da Paraíba, responsáveis pela penetração do gado no sertão paraibano, cuja fazenda estabelecida, inicialmente, na região de Boqueirão, antes chamada de Carnoió – terra dos índios Cariri, tornar-se-á núcleo irradiador da ocupação do Sertão.

Outro personagem importante neste contexto de conquista e ocupação das terras sertanejas é a conhecida Casa da Torre, que enquanto instituída terá acesso privilegiado às terras sertanejas dando conta da fundação de inúmeras fazendas de gado, já que o sertão se tornará a região mais propícia para a implantação de um sistema criatório como alternativa de renda frente à crise no sistema de cultivo da cana-de-açúcar, advindo da guerra que expulsou os holandeses. Veremos assim, como o sistema de concessões de sesmarias esteve na origem da estrutura fundiária do sertão da Paraíba nas primeiras décadas de sua colonização.

1.2.1 Os Oliveira Ledo como “Desbravadores” e “Heróis” do Sertão Paraibano.

Dentre as figuras dos primeiros sertanistas a pisar no sertão paraibano se retrata a imagem de Antônio de Oliveira Ledo, que ao sair da Bahia e atravessar o São Francisco, adentrou na Paraíba através do rio Sucuru, até chegar na região do Boqueirão, fundando uma pequena aldeia e dando os início ao povoamento da região do Cariri Velho.

Neste tempo governava a Capitania da Paraíba, Alexandre de Sousa Azevedo, que tomou posse em 1678 e que ao inteirar-se das atividades colonizadoras do sertanista baiano, o convida para dar entrada no sertão em missão de reconhecimento. Elpídio de Almeida em sua obra “História de Campina Grande” (1962) revela:

“Que não se deixou Antônio de Oliveira Ledo estagnar-se na aldeia que acabara de fundar. Espírito aventureiro saiu marginando o Paraíba, passou-se para o Taperoá, desceu a Borborema e estacionou no lugar onde se expande a cidade de Patos” (ALMEIDA, 1962, p. 42)

Esta foi a primeira entrada empreendida na Paraíba por inspiração governamental, realizada por Antônio de Oliveira Ledo e que por isso foi agraciado com o posto de capitão de infantaria da Ordenança do Sertão da Paraíba. A carta-patente foi assinada pelo então governador geral do Brasil, Roque da Costa Barreto, a seis de fevereiro de 1682. Sobre tal contexto, Elpídio de Almeida ainda conta:

“Não há certeza quanto ao ano em que faleceu Antônio de Oliveira Ledo. É de supor-se tenha sido em 1688, pois, nesse ano, foi criado novo posto, de mais alta categoria, o de capitão-mor das fronteiras das Piranhas, Cariris e Piancós dos sertões da Capitania da Paraíba, e nele provido Constantino de Oliveira Ledo. Assinou a patente o governador geral do Brasil, Matias da Cunha. No ano da nomeação, já haviam os tapuias se revoltado contra os invasores de seus domínios, irrompendo a sublevação na Capitania do Rio Grande do Norte. Passou ela à História como Guerra dos Bárbaros ou Confederação dos Cariris” (ALMEIDA, 1962, p. 45)

Continua ainda Elpídio de Almeida:

“Cerca de dez anos permaneceu Antônio de Oliveira Ledo no posto de capitão das fronteiras de Piranhas e Piancó (sic). Em 1692, aparece investido no dito posto o seu sobrinho Constantino de Oliveira Ledo” (ALMEIDA, 1962, p. 46).

Sobre os Oliveira Ledo, além de Antônio, também atuaram na conquista dos sertões da Paraíba o seu irmão Custódio, acompanhado dos filhos Constantino e Teodósio. Em uma certidão datada de 20 de janeiro de 1710 e assinada pelo próprio Teodósio de Oliveira Ledo, irmão de Constantino, encontra-se:

Certifico que, levantando-se o gentio em fevereiro de 87 (1687), em todos estes sertões da Paraíba, e nos do Rio Grande do Norte e Ceará, matando muita gente, e destruindo muitas fazendas de gados vacuns e cavaleiros, e mais criações, queimando muitas casas, ficando senhor de todas as fazendas, e para atalhar e castigar a Capitania que então a governava, Antônio da Silva Barbosa, ao capitão-mor André Pereira de Moura, com um troço de soldados a este sertão, incorporando-se com meu irmão Constantino de Oliveira Ledo, que então ocupava o posto de capitão-mor destes sertões, incorporados que foram, marcharam com trezentos homens ao rio das Piranhas, onde, olhando o estrago que nas fazendas tinha feito o gentio, se puseram a seguir uma grande trilha, e no fim de quatro dias lhe deram alcance entre umas grandes serras, e fechadas caatingas, e pendenciando com ele largo tempo lhe mataram sessenta e tantos homens, com muitos feridos e algumas presas, e dos nossos também houve bastantes feridos por cuja causa se resolveram os cabos a voltar para o povoado, onde na volta, ao cabo de alguns dias de jornada, nos assaltou o gentio com muito grande poder, e pendenciando com ele largo tempo nos matou onze homens e feriu muitos, havendo nos seus também bastante estrago em toda esta jornada que será de cento e tantas léguas; acompanhou esta tropa o licenciado Francisco Ferreira, sacerdote do hábito de São Pedro, assistindo aos enfermos, e aos valentes com os sacramentos necessários, esforçando a uns com valor e animando a outros com a boa doutrina, atalhando a muitas discórdias, o que tudo fez de seu bom zelo sem ser obrigado de pessoa alguma, nem de interesse algum que da Real Fazenda tivesse, com que o julgo digno de toda honra e mercê, que Sua Real Majestade fosse servido fazer-lhe; faça todo o referido na verdade e o juro aos Santos Evangelhos e, por me ser pedida a presente, passei por mim assinada, e com o selo de minhas armas, de que uso. Sertão dos Cariris, 20 de janeiro de 710 anos. (Teodósio de Oliveira Ledo)

Tal documento apresentado - cujo texto original se encontra no Arquivo Histórico e Ultramarino de Lisboa, mas com cópia resguardada pelo IHGP - expõe os Oliveira Ledo em conflitos de ocupação de terra: primeiro com Constantino de Oliveira Ledo em destacada e decisiva atuação na luta contra os índios tapuias dos sertões da Paraíba e depois, conforme outros registros, com Teodósio de Oliveira Ledo, que após falecimento de seu irmão herda o posto de capitão-mor das fronteiras das Piranhas, Cariris e Piancó. Abaixo, temos a carta-patente pela qual fora nomeado para o posto, assinada pelo governador geral do Brasil, dom João de Lencastre em 03 de novembro de 1694:

Porquanto pelo falecimento de Constantino de Oliveira (Ledo) ficou vago o posto de capitão-mor das fronteiras das Piranhas, Cariris e Piancó, e convém ao serviço de Sua Majestade a conservação dos moradores de todo aquele

Sertão e seus distritos provê-lo em pessoas de grande valor, prática militar e experiência da guerra dos bárbaros e sertões, concorreram todas essas qualidades e suposições na de Teodósio de Oliveira Ledo, irmão do mesmo Constantino de Oliveira Ledo (...) hei por bem de o eleger e nomear capitão-mor do dito sertão e distritos das Piranhas, Cariris e Piancós, de que o hei por metido de posse e com ele haverá as honras, graças, franquias, privilégios e jurisdição que tinha o dito Constantino de Oliveira, seu irmão, e costumam ter todos os capitães-mores fronteiros aos bárbaros. Pelo que ordeno ao capitão-mor da Capitania da Paraíba o tenha assim entendido e lhe faça dar o juramento na Câmara da cidade.

Como se vê, caberá a Teodósio de Oliveira Ledo, considerado o pioneiro do entradismo paraibano, a mediação territorial, ao fazer a comunicação entre a capital ao extremo oeste do nosso Estado. Sobre tal afirmação, Irineu Joffily apresenta o registro de uma carta enviada ao rei de Portugal e datada de 14 de maio de 1699, na qual o governador da Capitania da Paraíba, Manuel Soares de Albergaria, informa a sua Majestade ter mandado ao sertão uma entrada, a fim de promover o povoamento dos sertões daquele distrito, “(...) despovoados das *invasoense* de estrago que os *annos* passados, fizeram *nelles* o gentio *Tapuya* (...)” (JOFFILY, 1892). Coube o comando dessa entrada ao capitão-mor Teodósio de Oliveira Ledo, a quem o mesmo governador incumbiu de fundar no Sertão das Piranhas um arraial, que servisse de segurança e tranquilidade aos moradores, em qualquer emergência.

Sob tal prestígio, de acordo com Maximiano Lopes Machado (1977), em 1697, quando apenas inaugurava seu governo, Manuel Soares de Albergaria, apareceu-lhe Teodósio de Oliveira para informar sobre a situação precária do sertão da Paraíba, principalmente na região do Piancó, pedindo-lhe providências contra a destruição provocada pelos índios tapuias nas propriedades e gados dos moradores:

“E sendo preciso garanti-los e fomentar a indústria pastoril já tão desenvolvida, requeria em nome deles que os auxiliasse com alguma gente de guerra e munições, lembrando-lhe a necessidade da fundação de um arraial em Piranhas, que o servisse de ponto de apoio nos moradores em qualquer emergência – Teodósio de Oliveira” (MACHADO, 1977, p. 61)

Pode-se acrescentar, segundo Machado, que o governador Manuel Soares de Albergaria, atendeu ao pedido de Teodósio, dando-lhe razoavelmente tudo aquilo de que necessitava para o empreendimento, consistindo em “40 índios cariris, 16 índios mansos retirados das aldeias e 10 soldados” (1977, p. 62). Além disto, o governador da Capitania lhe forneceu “4 arrobas de pólvora e balas, 40 alqueires de farinha e carnes para a viagem” (1977, p. 62).

Desse modo, como conta Wilson Seixas (2004):

“O entradista Teodósio de Oliveira Ledo e seus comandados partiram da Capital rumo ao interior nos primeiros dias de janeiro do ano de 1698, indo com ele também um religioso de Santo Antônio, encarregado da conversão do gentio. Enfrentando muitas dificuldades, ele chegou ao arraial de Pau Ferrado nos primeiros dias de abril daquele mesmo ano. Portanto, da Capital até chegar ao arraial de Pau Ferrado, havia decorrido cerca de 90 dias. Após três dias de sua chegada, veio-lhe um aviso de seus índios, no sentido de que, a três léguas do arraial, encontravam-se 30 ou 40 tapuias bravos, os quais desejavam fazer as pazes, pedindo-lhe também socorro contra outros inimigos. Teodósio aceitou fazer as pazes com esses indígenas bravos, com a obrigação de que os deixassem conduzir suas mulheres para o arraial, debaixo de armas. Depois de 23 dias, chegaram esses índios, com todo o seu mulhério, ao arraial. Feito isto, Teodósio marchou para novos combates, em companhia de todo o seu gentio e mais os índios com os quais acabava de firmar a paz. Assim, depois de muitas horas de viagem, a pé e a cavalo, de noite e de dia, alcançara essa aldeia de índios Curemas, os quais lhe disseram, através de línguas, que queriam ser leais e amigos *del-rei*. Feitas as pazes com os Curemas, o sertanista Teodósio seguiu com seu gentio e armas e tudo o mais, para novas investidas, contra os indígenas inimigos (SEIXAS, 2004, p. 72).

Portanto, muitos dias e léguas depois de Teodósio ter alcançado o interior, após deixar a capital, seus descobridores toparam-se ainda com um grupo de índios os quais Teodósio mais uma vez lutou e saiu vitorioso, mandando em seguida executar alguns dos 72 prisioneiros indígenas, por considerá-los “inválidos”. Tais aventuras foram relatados pelo próprio Teodósio ao governador Albergaria, através de carta datada de seis de agosto de 1698, segundo relata Seixas (2004).

Nesta situação, continua Seixas (2004), o Conselho Ultramarino, declarou que estava Sua Majestade “muito grato ao bom sucesso que teve na campanha contra os índios, nossos inimigos” (2004, p. 74), estranhando, entretanto, o modo pelo qual o capitão-mor Teodósio de Oliveira Ledo tratou “os infelizes tapuias que tomou na guerra, não tripudiando a matar muitos deles a sangue frio”, porque os julgara incapazes do serviço de Sua Majestade. E acrescentava que o mau exemplo que se dava na guerra podia comprometer o problema da paz para o qual estava empenhado *el-rei*, a fim de que os sertões se tornassem a povoar de moradores, no sentido de desenvolver a indústria pastoril e a lavoura. Entendia o Conselho, outrossim, através da Carta Régia de 16 de dezembro de 1699, que outro deveria ser o tratamento dispensado aos tapuias, de sorte que o procedimento do capitão-mor Teodósio era digno de um exemplar castigo.

A prevista punição porventura não vingou, pois havia os preparativos para a fundação de novo arraial, cujo governo estava nas mãos de Teodósio. E assim, o

Conselho de Parecer, que deveria aprovar ou não a iniciativa, atestou que “nesta parte assenta, pois se entende que se escolhe o que se tem por mais conveniente”.

E assim, em 1698, fundou-se o arraial de Nossa Senhora do Bom Sucesso do Piancó. Povoador, do qual deriva a atual cidade de Pombal, e que constituiu o principal centro de irradiação de povoamento que compreendeu não apenas o sertão da Paraíba, mas também os territórios do Rio Grande do Norte e Ceará.

1.2.2 A Casa da Torre: vantagens e posse das terras no Sertão

Ainda sobre as ocupações, conta-nos Seixas (2004):

“que, antes de uma entrada genuinamente paraibana, partindo do litoral e percorrendo a região que vai desde a foz do Paraíba aos contrafortes de Santa Catarina e Bongá (no extremo oeste do nosso território), os campos dos jenipapos, coremas e icós pequenos já estavam devassados pela famosa **Casa da Torre**. Foi ela quem primeiro abriu caminho nos descampados e acidentados das terras ignoradas e misteriosas. Foi ela a primeira também a ocupar as terras do Piancó, Piranhas de Cima e Rio do Peixe, a partir de 1674, quando o coronel Francisco Dias d’Ávila, transpondo o rio São Francisco, subiu o seu afluente Pajeú, daí se comunicando com a bacia do Piranhas, na Paraíba” (SEIXAS, 2004, 61).

Ou seja, quando Antônio de Oliveira Ledo chegou à chamada serra do Cornoíó, o sertão da Capitania já se encontrava parcialmente ocupado pela Casa da Torre. Nesse sentido, a presença da Casa da Torre nos sertões paraibanos dataria de 1663, sendo este proprietário o primeiro a ocupar a parte ocidental da nossa Capitania, mesmo não se fixando na região, pois segundo os registros, preferiram arrendar ou doar suas terras nas ribeiras dos rios Piancó, Peixe e Piranhas de Cima.

A Casa da Torre, fundada por Garcia D’Ávila, tinha sede na Bahia e seu principal objetivo era a criação de gado em extensas fazendas que chegavam até o Piauí. Segundo Pedro Calmon:

“A Casa da Torre, e seu imenso Castelo, era único em tipo inteiramente feudal, desde o espírito à construção, em terras brasileiras, e até hoje deixa ainda ver as suas ruínas, seus calabouços, suas ameias destroçadas, como símbolo de um passado que ainda pesa” (CALMON, 2002, p. 81).

Figura 3: A Casa da Torre – Praia do Forte, BA.



Fonte: Danilo Santana

Garcia D'Ávila chegou ao Brasil em 1549, em uma expedição de Tomé de Souza, primeiro governador geral do Brasil para edificar a cidade de Salvador. Ainda, segundo Calmon (2002), a Garcia D'Ávila foi dado o cargo de feitor e almoxarife da Coroa Portuguesa de Dom João III, tendo recebido pelos bons serviços prestados nesta função uma sesmaria de duas léguas de terra e duas vacas vindas de uma partida de gado de Cabo Verde para a Bahia. Depois, Tomé de Sousa ainda doou a Garcia d'Ávila mais catorze léguas de terras de sesmaria, que lhe haviam sido outorgadas pelo rei Dom Sebastião, e iam de Itapoã até o Rio Real e Tatuapara, pequeno porto cinquenta metros sobre o nível do mar, onde Garcia d'Ávila, após ter vencido as tribos indígenas existentes ao norte de Salvador, ergueu sua Casa da Torre.

Garcia D'Ávila administrava seu latifúndio da Casa da Torre em Tatuapara, arrendando sítios a terceiros e fazendo uso de procuradores e ameríndios aculturados e libertos. Seu herdeiro foi Francisco Dias D'Ávila Caramuru, filho de sua filha Isabel d'Ávila (concebida com uma índia) e de Diogo Dias, filho de Vicente Dias e Genebra Álvares, e neto de Caramuru e Paraguaçu, que se tornará o primeiro Morgado da Casa da Torre, substituindo seu avô na atividade desbravadora de forma a agregar mais terras ao domínio da família.

Na época em que as Coroas de Portugal e Espanha estavam unidas, Felipe IV da Espanha, impulsionado pela notícia da suposta descoberta de minas de prata e da participação de Francisco Dias D'Ávila na expulsão dos holandeses na Bahia, concede ao Senhor da Torre, em 1624, o direito de devassar os sertões, mesmo sem tomar

conhecimento do poder local, ignorando assim os limites impostos pelo Tratado de Tordesilhas. E durante os anos de 1627 à 1632, Francisco Dias D'Ávila consegue agregar outras grandes quantidades de terras na sua já imensa propriedade, saindo-se para alguns estudiosos melhor que seu avô no que diz respeito a expansão territorial. Em 1633, a Casa da Torre fortalece ainda mais o seu poder político e se torna o centro da defesa da cidade, ao expulsar os holandeses que mais uma vez tentaram invadir a Bahia.

E foi o coronel Francisco Dias D'Ávila, no tempo da conquista dos sertões paraibanos, a maior figura representativa da Casa da Torre. Segundo Seixas (2004), com a sua morte, é a sua esposa, dona Leonor Pereira Marinho que assume a responsabilidade dos negócios da Casa da Torre, sustentando os ilimitados domínios territoriais pertencentes à instituição. Foi ela quem obrigou, certa vez, ao governador geral do Brasil, dom Rodrigo da Costa, a declarar guerra ao chamado paulista Morais Navarro, pois lhe pertenciam “os distritos do Piancó, Piranhas, Rio do Peixe, Açu e Jaguaribe e seus sertões varejados e descobertos à custa da Casa da Torre” (SEIXAS, 2004, p. 33)

Para Capistrano de Abreu (1907) as terras dos Dias D'Ávila chegaram a cobrir mais de 70 léguas entre São Francisco e Paraíba e graças ao regime latifundiário que instituíra no Nordeste brasileiro, detivera em suas mãos quase um terço das terras do sertão da Paraíba, pois como já dito, era sesmeira no Piancó, Piranhas de Cima e Rio do Peixe. No livro de notas do cartório de Pombal, é possível encontrar diversas escrituras públicas relativas aos domínios territoriais da Casa da Torre, também conhecida como Casa de Tatuapara. A escritura de arrendamento que fez o capitão-mor Teodósio de Oliveira Ledo, em 1706, de 16 propriedades situadas no rio do Peixe e pertencentes à Casa da Torre prova o marco de sua expansão povoadora no sertão da Paraíba.

Digo eu, capitão-mor Teodósio de Oliveira Ledo, que ocupo dezesseis propriedades da senhora Leonor Pereira Marinho, no riacho do Peixe, vertente do rio das Piranhas; por assim ser verdade e me ser pedido passei esta por mim feita e assinada, de junho 26 de 1702.

Depois de quatro anos o mesmo arrendava ainda outras 12 propriedades, conforme consta no documento:

Digo eu, capitão-mor Teodósio de Oliveira Ledo, que arrendei à senhora Leonor Pereira Marinho, doze sítios de terra, sitios no rio do Peixe, com todos

seus logradouros e pertences, para neles criar meus gados e demais colonos, dos quais sítios pagarei por cada um deles todos os anos um frango; este arrendamento me concede a dita senhora, enquanto Deus me fizer mercê da vida, e depois desta tornarão meus herdeiros a restituir à dita senhora ou a seus herdeiros, sem contradição alguma.

1.2.3 O Sistema Sesmarial no Sertão Paraibano e os Tipos de Sesmeiros

A sesmaria era uma oferta pela qual o soberano de Portugal concedia terras “devolutas e desapropriadas” às pessoas que as queriam adquirir e explorar para as suas atividades agrícolas e pastoris. Esse sistema, ao que se sabe, não deu bons resultados, embora considerado excelente para a época de nossa conquista e colonização. No entanto, tal experiência demonstrou, com o correr do tempo, que as sesmarias ou datas de terras, como eram chamadas no interior do Nordeste, constituíram-se em verdadeiros germes de discórdias e conflitos, no princípio entre sesmeiros e índios e, mais tarde, entre aqueles e os colonos, que eram realmente os que trabalhavam e cultivavam as nossas terras, “que aqui vieram, viram, ficaram e povoaram a terra, e estabeleceram cultura, e tiveram o sentimento de elegê-la para domicílio e trouxeram o seu rebanho”, como disse Maximiano Lopes Machado (1977, p.71).

Ainda segundo o autor, o governador João da Maia da Gama tudo fez para desmascarar o “feudalismo da Casa da Torre”. Ele, o governador, chegou até a denunciar a *el-rei*, pedindo inclusive que diminuísse a tirania com que os representantes de tal “instituição empresarial, secular e administrativa afligiam os colonos que trabalhavam e cultivavam as terras” (MACHADO, 1977, p. 71). Para Seixas (2004) foi João da Maia da Gama a primeira autoridade governamental de nossa região a se insurgir, em favor dos colonos, contra os poderosos titulares das grandes sesmarias. Na representação que encaminhara ao soberano português, dizia o então governador:

Confesso, Senhor, a Vossa Majestade, que, tendo eu corrido todos os domínios de Vossa Majestade, em Portugal, Índia, Brasil, me parece que não achei alguma aonde os vassalos de Vossa Majestade experimentassem de outro vassalo mais violências; em matéria mais digna da real atenção de Vossa Majestade; e poder falar nesta matéria, confesso e tomo Deus como testemunha (...).

Esta representação não teve uma solução imediata, e continuou a desafiar a inteligência e a argúcia dos governantes daquela época colonial, até que, decorridos 36 anos daquela representação, foi em parte decidido a ação, através da Carta Régia de 20

de outubro de 1753, que revogava as grandes sesmarias concedidas na Paraíba à Casa da Torre e aos Oliveira Ledo, e ordenava que eles tirassem novas sesmarias, e igualmente todos aqueles que possuíam terras daquele senhorio, por qualquer título que fosse.

Para Barbosa Lima Sobrinho (1972), o sesmeiro não era aquele que estava disposto a trabalhar e cultivar um pedaço de terra, mas o homem da cidade, o homem influente e com prestígio bastante junto ao Governo, e que sabia requerer as cartas de sesmarias, e cuja concessão não demoraria muito a chegar, com a obtenção do deferimento e da confirmação, já que os governantes que não conheciam a geografia do País decidiam em face as alegações dos pleiteantes, que muitas vezes tinham interesse em reivindicar limites imprecisos para as sesmarias, a fim de que pudessem ampliá-las, na realidade, até onde chegasse a tolerância dos posseiros e do governo.

Assim, toda vez que a conquista avançava em busca do interior, as cartas de sesmarias avançavam também. Raras vezes se inscreviam os que estavam decididos e interessados a habitar as terras conquistadas. Era comum ver os mesmos nomes, quase sempre de pessoas poderosas, como titulares de sesmarias em todas as zonas desbravadas, por mais distantes que fossem umas das outras. Dessa forma, as sesmarias doadas ou concedidas na Capitania da Paraíba como igualmente acontecia com outras Capitânicas do Brasil, eram quase sempre atribuídas a grupos ligados entre si por laços familiares e que se reuniam para requerer concessões de terras, muitas vezes em porções excessivas.

Neste sistema de ocupação, cujas solicitações suplicavam a aquisição de terras para criação de gado, face a alegação de terem encontrado terras devolutas, temos um exemplo de registro que deve ser evidenciado quanto a esse tipo de concessão no sertão paraibano, no século XVIII, apresentado por João Lyra Tavares:

Antonio de Soares Sousa, morador do continente da Villa Pombal, que entre a serra da Borborema há um olho d'agoa denominado de Palmeira, e proqê a ele terras devolutas desaproveitadas, sem que elas até o presente se tenham tirado data, e porque o suplicante tem seus gados de criar, e sem ter terras próprias para multiplicação destes, pretende se lhe conceda por sesmaria, três léguas no dito logar fazendo pião no dito olho d'agoa, légua e meia para o nascente e légua e meia para o poente, a contestar para o sul e poente com terras do Boqueirão do Cardoso e para o nascente com a mesma serra do Borborema, podendo fazer da largura comprimento ou do comprimento largura, ficando dentro o olho d'agoa sempre na ditta compreensão; pedia, em conclusão que lhe fosse concedida ditta terra. Foi feita a concessão por Jeronymo José de Mello Castro, em 12 de Julho de 1776 (TAVARES, 1911).

Seguindo essa dinâmica, os latifundiários foram se consolidando em meio aos domínios de terras, fazendo crescer sua criação de gado apenas sob o controle instituído por eles próprios, estabelecendo assim seu poder na região.

Neste contexto, na região sertaneja da Capitania da Paraíba, temos a ocupação do atual município de Patos. Tal território foi adquirido através de sesmaria – a primeira sesmaria das Espinharas, em 04 de fevereiro de 1670, concedido pelo governador geral do Brasil, Alexandre de Souza Freire, tendo como beneficiários os exploradores baianos da Bacia do Médio São Francisco: capitão Francisco de Abreu e Lima, capitão Antônio de Oliveira Ledo, Custódio de Oliveira Ledo, o alferes João de Freitas Cunha, José de Abreu, Luís de Noronha, Antônio Martins Pereira, Estevão de Abreu e Lima, Antônio Pereira de Oliveira, Gonçalo de Oliveira Pereira, Teodósio de Oliveira Ledo, Sebastião da Costa e Gaspar de Oliveira.

O documento destinava uma faixa de terra cuja dimensão partia da serra da Borborema, com 12 léguas de largura, sendo seis de cada lado no trecho do rio Espinharas, e 50 de comprimento. Tal registro foi feito na folha 124 do 1º livro da Secretaria de Estado do Brasil, em Salvador – BA, na sede do Governo.

1.3 A OCUPAÇÃO DA REGIÃO DE PATOS E A FORMAÇÃO DE UM SISTEMA CRIATÓRIO

Segundo o historiador Damião Lucena (2015), em 1678, João Pereira de Oliveira, filho do capitão Antônio de Oliveira Ledo, recebeu, por doação do seu pai e confirmação do governante brasileiro, uma data de terra no lugar denominado Farinha, sendo ele o primeiro a fixar-se em solo das Espinharas, com fazendas de gado, conforme consta:

“João Pereira de Oliveira, residente em sua propriedade ‘Farinha’, termo da Espinhara, adquirido por seu pai, conforme sesmaria chamada de ‘Data da Ribeira do Espinharas’, de 1670, assinada por Alexandre de Souza Ribeiro, Capitão-Mor e Guerra do Estado do Brasil, vendeu ao Coronel Domingo Dias Antunes. Coevo era o Sargento-Mor José Gomes Farias, proprietário de ‘Itatiunga’ ou ‘Pedra Branca’, limite da Farinha, vendida depois ao referido Domingo Dias Antunes. Com o falecimento de Domingo Dias Antunes o seu patrimônio foi dividido para seus dois herdeiros - Mariana Dias Antunes, esposa do alferes João Gomes de Melo, e Antônio Dias Antunes. Este vendeu a parte que lhe coube ao Capitão Paulo Mendes de Figueiredo, já morador na Fazenda ‘Patos’, denominação firmada por ali existir uma lagoa, a margem

do rio Espinharas, onde se juntavam muitos patos” (WANDERLEY, 1996, p. 23).

Por sua vez, o cearense Domingo Dias Antunes, após receber uma faixa de terras, com três léguas de comprimento e uma de largura, Sesmaria das Trincheiras de nº 173, datada de 06 de julho de 1720 e assinada pelo governador Antônio Ferrão Castelo Branco, também se fixou na localidade e adquiriu, do sargento-mor José Gomes Farias, a fazenda Pedra Branca, tradução do termo indígena Itatiunga. O referido “desbravador” casou-se com uma índia da tribo Panati, a quem deu o nome de Mariana, união da qual surgiram os filhos: Antônio Dias Antunes e Mariana Segunda, que se casaria com o alferes João Gomes de Melo, proveniente de Icó, também do estado do Ceará e conterrâneo de outro colonizador, o capitão Paulo Mendes de Figueiredo que, após casar-se com Maria Teixeira de Melo, fundou o sítio Patos, onde construiu sua casa, em 1752.

Seguindo a ocupação, em 07 de maio de 1763, Antônio Dias Antunes, que também tinha patente de capitão, teve atendido o seu pedido de concessão de sesmaria no governo de Francisco Xavier de Miranda Henriques, agregando ao seu sítio Farinha - herdado de seu pai, que por sua vez comprou de João Pereira de Oliveira com seis léguas de largura - uma área denominada “Os Mares”, com uma légua de largura e três de comprimento. No ano de 1764, em 31 de julho, o governador Jerônimo José de Mello Castro concede data de terra ao capitão Paulo Mendes de Figueiredo, com três léguas de comprimento e duas de largura, no riacho chamado Cabaceira de Pau-a-Pique, limitando-se ao nascente as terras do alferes Pedro Soares, ao norte com as terras dos herdeiros de Manoel Marques e ao sul com as do capitão Francisco de Oliveira Ledo.

Em 1765, segundo Cavalcante (2008), com a ajuda da esposa Maria e do casal João Gomes de Melo e Mariana, Paulo Mendes de Figueiredo idealizou um povoado, elegendo como marco a construção de uma capela dedicada à Nossa Senhora da Guia, ocasião que anunciou a doação, para o patrimônio da futura padroeira, de 120 mil reis de terras, no sítio Pedra Branca e Patos. A escritura foi assinada em 21 de março de 1766 e, em 28 de novembro de 1768 os casais Simão Gomes de Melo e Josefa Faustino Barreto, Domingo Dias Antunes e Ana Teresa de Figueiredo, além dos irmãos João e Felipe, Rosa Maria, Ana Maria, herdeiros do alferes João Gomes de Melo e do capitão Paulo Mendes de Figueiredo, ratificaram a doação de terras do patrimônio de Nossa Senhora da Guia, já que como filhos e genros tinham parte nos referidos imóveis rurais, para a construção da capela. Cabe destacar que essa formação, construída em meio ao

espaço social econômico e religioso, por uma elite local – proprietários de terra - era fundamental para a solidificação do povoamento do lugar.

Mas, seguindo o desenho da linha deste tempo, em 26 de julho de 1766, o rei Dom José I assina carta régia autorizando o governador de Pernambuco a erigir novas vilas na área de sua jurisdição, que incluía também a Capitania da Parahyba. Já em 03 de março de 1772, o ouvidor José Januário de Carvalho encaminhou, em nome dos habitantes, a representação ao dirigente pernambucano, Manuel da Cunha de Menezes, propondo a transformação da povoação de Nossa Senhora do Bom Sucesso do Piancó em Vila de Pombal. A proposta é aprovada em 04 de maio deste mesmo ano, incluindo na sua jurisdição os sítios Patos e Pedra Branca, onde estava sendo construída a Capela de Nossa Senhora da Guia pelo seu idealizador Paulo Mendes, com o apoio do alferes João Gomes de Melo. Com a conclusão da obra, o símbolo da fé, pertencente à freguesia de Sant’Ana do Seridó (com sede em Caicó, Rio Grande do Norte), passou a atrair a construção de habitações nos seus arredores.

Em relação à descrição de tal lugar, sabe-se que 1774, sob referência a extensão territorial da Capitania da Paraíba, o capitão-general José César de Menezes inscreve que a “ribeira das Espinharas que ficava a oeste de sua sede, distante mais de 70 léguas, confinando ao nascente com a ribeira do Sabugi, ao poente com a do Piancó e ao norte com a de Assu, o comércio é único de gados, possuindo 03 capelas filiais e 59 fazendas” (LUCENA, 2015, p. 23).

Patos foi incorporada à freguesia de Nossa Senhora do Bom Sucesso de Pombal, em 06 de outubro de 1788, assinalando a criação da Paróquia de Nossa Senhora da Guia, através da Provisão Régia de nº 14, desmembrada da freguesia de Nossa Senhora Sant’Ana do Seridó. Esse primeiro ato assinalou o primeiro elemento de autonomia, numa época em que a administração civil e religiosa eram ligadas. Ainda neste ano é criado o Distrito de Patos, subordinado a Vila de Pombal.

Sobre a formação e crescimento de sua população, as primeiras informações colhidas registram-se no contexto municipal da Vila Imperial de Pombal, da qual ainda em 1772, Patos era parte integrante. Segundo o relatório do capitão-general José Carlos de Menezes, eram ao todo, sem especificar localidades, 2.451 fogos e 5.422 habitantes. Já em 1845, de acordo com o censo realizado, tirado das relações que as juntas qualificadoras enviaram à Presidência da Província, a população paroquial de Patos era de 1.524 fogos e 15 eleitores. Em 1846, foi criado o primeiro regulamento censitário do

país e, em 1847, a vila de Patos contava com 2.972 habitantes. E em 1855, sabe-se que a população de Patos era de 5.066, com 660 escravos.

Por fim, sobre o registro paroquial de terras em Patos, ainda enquanto freguesia, o mesmo foi aberto em 12 de julho de 1854, pelo vigário, Manoel Cordeiro da Cruz. Em seu estudo sobre a aplicação da Lei da Terra no município de Patos, Ellen Cristine Canuto (2014) aponta 559 registros, dos quais analisa 553 sobre diferentes aspectos em relação a posse de terra na construção do referido município. A autora identifica que os registros eram marcados de acordo com os seus declarantes e que por isso os mesmos omitiam suas marcações, o que significa que em muitos registros eram ignoradas as extensões e limites das terras. Essa falta de delimitação acontecia especialmente pela permissão concedida no Regulamento de 1854 que expressava a facultação sobre as informações referentes à marcação das propriedades, deixando os declarantes a vontade para apresentar suas extensões ou não.

Contudo, mesmo com a falta das marcações e delimitações de terra, ainda é possível verificar a partir das confrontações dos registros uma “uma polarização de grandes terrenos pontilhados de pequenas propriedades fragmentadas” (LEVI, 2000. p. 95). Isso decorria, segundo Canuto (2014) devido a quantidade de possuidores enquanto herdeiros, o que caracterizava uma fragmentação destas terras, que por sua vez eram expandidas com a prática da compra, onde muitos herdavam e logo em seguida compravam as terras de outros parentes, aumentando seu domínio territorial e conseqüentemente o poder na região. Assim, em sua pesquisa, Canuto observou que dos 353 registros analisados, 63,8% eram terras herdadas, sendo que 20 deles eram terras herdadas seguida de compra, para expansão de terra.

Portanto, a compra de terra entre herdeiros era algo constante, revelado pelos registros, enquanto uma estratégia familiar para manutenção de uma estrutura de conservação de diferentes capitais e de *status* a serem transmitidos pela linhagem familiar. Nas seções seguintes iremos verificar alguns casos de propriedades, recebidas como herança, bem como as articulações estabelecidas na compra destas terras por outros herdeiros e suas implicações.

1.4 A CAPITAL DO SERTÃO E SUA ECONOMIA REGIONAL

O estudo dos elementos formadores da economia de Patos remonta ao período da pré-colonização, com o surgimento do interesse dos desbravadores pelas riquezas existentes nas Espinharas, a partir da condição de solo propício para a pecuária, regado pelas águas abundantes do seu rio e a possibilidade de mão de obra dos índios, que eram capturados e “domesticados”. Este contexto, de conquista da Paraíba, do Sertão do Espinharas, se insere no quadro geral de colonização portuguesa o Brasil que, no século XVII se concentrou no litoral, envolvida no promissor mercado da cana de açúcar e no século XVIII já estava no interior com as primeiras fazendas de gado.

Por isso vale lembrar a caminhada das boiadas, nos primórdios da ocupação destes sertões, anunciadas por Zé Cavalcanti, escritor e ex-prefeito de Patos, em seu livro Potocas, Piadas e Pilhérias, quando diz que:

“os rastros de boi e seu tangedor são os primeiros registros econômicos do, então, solo virgem da região sertaneja e que o curral por sua vez, o primeiro marco de sua civilização, e que é somente depois dele que vem o rancho, o armazém, a casa de fazenda, a capela e a morada do vaqueiro” (1974, p. 10).

Como suporte da pecuária, surge a primeira modalidade de agricultura, com predominância do milho e feijão, no âmbito da subsistência dos criadores e seus agregados, regados pelo rio Espinharas, que tem por afluentes: Farinha, Mares e Cruz, formados pelos pequenos riachos oriundos do Planalto da Borborema. Em 1855, sobre as condições econômicas da fonte da Vila de Patos, se registra que a sua economia rural girava em torno da criação de gado, cavalos, ovelhas e cabras e da produção de milho, arroz, feijão, mandioca e algodão.

Sobre o cultivo desta última lavoura, no início do século XIX, o algodão emerge com valor de ouro, o ouro branco do sertão, se destacando como a mais importante cultura em um período econômico na região. Segundo Wanderley (1996) esta cultura começara a ganhar corpo por conta das fortes tarifas criadas pela Inglaterra sobre o tecido indiano protegendo a indústria de Manchester, um dos principais centros da Revolução Industrial. Com isso, os agentes se lançaram a procura do produto na América, abrindo as portas para a exportação, ocasião em que surgiram os primeiros hectares da cultura na Paraíba. O cultivo e beneficiamento do produto nesta época eram feitos com técnicas e equipamentos rudimentares das bolandeiras, fato que não impediu

que a Paraíba chegasse à primeira colocação de produtividade em nível de Brasil e que Patos fosse considerada como um dos municípios mais importantes no âmbito nacional.

Figura 4: Caminhão carregado com plumas de algodão



Fonte: Acervo Fundação Ernani Satyro

A cultura algodoeira teve um crescimento considerável depois de 1918, e conforme Lucena: “passou a contar com mais de quarenta locomóveis beneficiadores do produto em rama. As tropas de muares, compostas de 10, 12 ou 16 alimárias, com cada tangedor guiando 04, já davam ideia de relativo desenvolvimento, precedendo os caminhões que num futuro, extinguiriam o trabalho estafante dos burros” (2015, p. 242).

Em primeiro de agosto de 1925 é fundado o banco Agrícola de Patos, consequência de seu potencial econômico em relação ao algodão e pecuária. E em 1934 é divulgada a produção de 280 mil toneladas, atraindo grandes companhias, como a CICA – Companhia Industrial Comercial e Agrícola, que se estabelece com um grande parque na rua Floriano Peixoto, para a produção óleos vegetais e torta de caroço de algodão. Em julho de 1935, o interventor estadual Argemiro de Figueiredo assinou uma lei de incentivos e isenções para instalação de novas usinas de beneficiamento do algodão na Paraíba, visando a modernização da economia e aderindo a política de incentivos fiscais que atraíssem capital estrangeiro através de multinacionais, ocasião em que se recebe a ANDERSON CLAYTON, com quatro bilhões de cruzeiros de capital; e a SAMBRA – Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro, pertencente a firma BUNGE E BORN, de Buenos Aires – Argentina. Estas duas organizações estabeleceram uma forma singular de financiamento aos produtores, constituindo um importante meio de incremento no crédito rural.

Vale registrar ainda a atração de outros empreendimentos privados, a exemplo da CAMPAL – Cooperativa Agrícola Mista de Patos, fundada em 1951, que oferecia beneficiamento, prensagem e exportação do algodão, além de uma fábrica de óleos vegetais, torta, saboaria e refinaria. Usava de seis apelos para atrair seus clientes: 1) a única genuinamente patoense; 2) aplica o lucro no próprio município; 3) fornece emprego aos filhos de Patos; 4) café e Cortesia para receber; 5) não tem complicações e protocolos nos negócios; 6) não distingue o matuto do homem letrado. Ainda seria instalada na cidade a Algodoeira Horácio Nóbrega, beneficiando e prensando algodão; também na Rua João da Mata se encontraria a Araújo Rique & Cia. E assim, com o dinheiro circulando, as medidas de apoio aumentavam, principalmente com a criação da SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, que passou a dar suporte à cultura algodoeira de forma integral.

Mas ao ponto em que se caminhava para o final do século XX, se faz presente dois grandes problemas à cultura algodoeira: a diminuição do incentivo e os prejuízos causados pela falta de sementes na região e mais a frente a praga do bicudo – elementos centrais na modificação da economia local, já que culminará com o esvaziamento dos campos, ao retirar grande parte das famílias de trabalhadores do algodão de seus espaços de sobrevivência, e com o fechamento das grandes cooperativas, alternativa de trabalho para os trabalhadores da cidade.

1.5 POLÍTICA OLIGÁRQUICA E MONOPÓLIO DA TERRA: AS BASES DO PODER NO MÉDIO SERTÃO

A partir de 22 de agosto de 1833, com a instalação da Vila Imperial dos Patos, a administração começou a ser exercida pela Câmara, a quem competia indicar e acompanhar a figura do procurador responsável por cuidar de todas as ações executivas. Talvez pelo cargo não ter sido tão expressivo, não há registros nos anais da identidade daqueles que o ocuparam. Só a partir de 04 de fevereiro de 1890, com a publicação do Decreto nº 07, dissolvendo as câmaras municipais, o governo passou a ser exercido pelo Conselho de Intendência, indicado pelo dirigente estadual, tendo como titulares: Miguel Firmino Nóbrega, Manoel de Oliveira Machado e Josias Salatiel Vidini da Nóbrega. E

os suplentes: João Gualberto da Nóbrega, Damásio de Araújo Costa e **Capitão Silvino Xavier dos Santos**²⁷.

Em 02 de março de 1895, com a criação do cargo de prefeito pela Lei Estadual nº 27, sancionada pelo presidente Álvaro Machado, as funções executivas da Vila de Patos passavam a ser exercidas por Constantino Dantas Correia de Góis, tendo como vice José Antônio Carneiro, os quais ficaram nos respectivos cargos até 14 de novembro de 1900. Nesta data foi sancionada a Lei 221 pelo novo dirigente da Paraíba, Antônio Alfredo da Gama e Melo, fazendo retornar a administração da Vila ao Conselho Municipal, presidido por Vigolvinho Pereira Monteiro Wanderley, e que a partir de 08 de janeiro de 1903 transfere a função para Sizenando Flórido e Sousa, irmão de **Miguel Satyro e Sousa**, o mesmo que a partir de 1904, após passar o cargo para o vigário Joaquim Alves Machado, assume a função de prefeito, tendo como vice José Pedro Cabral, nomeados por Álvaro Machado que retornava a presidência do executivo estadual, reestabelecendo a legislação anterior.

Cabe destacar que, Sizenando Flórido e Sousa governou o município de Patos até 09 de fevereiro de 1907, quando pediu exoneração para assumir a função de professor primário²⁸, em substituição a Benigno de Medeiros. O novo administrador passou a ser Sebastião Ferreira da Nóbrega, cunhado do coronel **Miguel Satyro**, que governaria até 02 de janeiro de 1913, quando foi exonerado, justamente com o seu vice José Filho. O prefeito de Patos então passou a ser Dr. José Peregrino de Araújo Filho, tendo como vice José Vieira Arcoverde. Este último administrador era casado com uma filha do coronel Firmino Ayres Albano da Costa, concunhado do coronel **Miguel Satyro**, que com prestígio suficiente, conseguiu governar o município por um período de 15 anos.

Em 09 de março de 1929, o Dr. Firmino Ayres Leite, é nomeado no cargo de prefeito. Firmino é filho de Inocêncio Leite e enteado de **Miguel Satyro** (de seu segundo casamento com Capitulina Ayres – viúva de Inocêncio Leite), educado no Sul, manterá um mandato de curto prazo assinalado com projetos de arborização da cidade, restauração de açougues, desobstrução de ruas e canalização de águas, além de promover o combate à sonegação e disciplina no “expediente” do comércio. Acabará

²⁷ Os nomes evidenciados em negrito servem aqui para marcar o lugar destes personagens em diferentes eventos e situações referentes a grande propriedade rural, destacando-os como figuras recorrentes e importantes no cenário agrário e político.

²⁸ Sabe-se que tal substituição foi uma estratégia política elaborada pelo Major Miguel, cuja finalidade não foi apresentada.

por renunciar em decorrência de um conflito familiar com seu irmão Tiburtino Ayres Leite, o qual manda prender após destruição de plantas no centro.

Acatado o pedido de Firmino, Álvaro de Carvalho que assume o governo após a morte de João Pessoa nomeia em 20 de setembro de 1930, **Clóvis Satyro e Sousa**, filho de **Miguel Satyro**, de seu primeiro casamento com Maria José Sousa. No entanto, seu mandato só duraria até 18 de março de 1931 quando passou o cargo a Adelgício Olyntho de Mello e Silva, que criou a conhecida Feira do Gado. Todavia, em 04 de setembro de 1935, Clóvis Satyro e Sousa volta à cena política, administrando novamente o município, agora como primeiro prefeito eleito através do voto direto instituído na Constituição promulgada em 1934, derrotando Darcílio Wanderley da Nóbrega, ainda seu parente.

Aqui cabe um destaque interessante, sobre a relevância política de Clóvis Satyro, já que em dezembro de 1943, o Governo do Estado baixou um Decreto-Lei nº 520, estabelecendo uma nova estrutura administrativa da Paraíba, incluindo a modificação nas denominações dos distritos de São José e Passagem para, respectivamente, Espinharas e Mucunã. A primeira mudança objetivava, segundo as fontes locais, apagar o “epíteto da hegemonia eleitoral” (LUCENA, 2015, 114) de São José de Dr. Clóvis, e a segunda mudança era apenas para encobrir as intenções da primeira. Contudo, Clóvis Satyro volta ao poder em 1947, em seu terceiro mandato, quando vence nas urnas seu opositor José Afonso Gayoso de Sousa.

Destacamos aqui o protagonismo de **Miguel Satyro**, a exemplo de outras famílias tradicionais da região, que exerceu por décadas a liderança na política local e estadual, nos negócios da cidade e até na vida cultural do município, historicamente se empoderando a partir da atuação de seus herdeiros e estrategicamente se vinculando a outros grupos familiares importantes da região. Tornou-se, portanto, por quarenta anos o chefe político da área territorial de Patos, assumindo o mandato de deputado estadual por quase 20 anos e tutorando os filhos para outras posições políticas, a exemplo de Ernani e Clóvis Satyro.

Neste capítulo buscamos cartografar os principais eventos e grupos familiares que marcaram a ocupação e organizou o território sertanejo, a fim de construir um contexto que auxilie no entendimento não só da formação da estrutura agrária, mas também do monopólio de terras sob o comando de grupos dominantes, oriundos de diversos meios sociais. Na seção seguinte, abordaremos como a lavoura do algodão e o

sistema de moradia sustentou a grande propriedade rural, que por sua vez fortaleceu o senhorio político da região, tema de outra sessão.

CAPÍTULO II

A ECONOMIA DO ALGODÃO NO MÉDIO SERTÃO PARAIBANO

No capítulo anterior foi apresentado o processo de colonização e ocupação no sertão paraibano, inicialmente centralizado em Pombal, alcançando os vales dos Rios Piancó e Piranhas, tendo Catolé do Rocha, a noroeste, Souza e Cajazeiras, a oeste e Patos na entrada do sertão.

Como visto a ocupação destas terras foram propiciadas especialmente por fazendas de gado ativadas pelos chamados “desbravadores” que se apossaram das terras ribeiras, antes pertencentes aos grupos indígenas Cariris e Tarairiús, dizimados pelos bandeirantes de Domingo Jorge Velho e entradistas, como Teodósio de Oliveira Ledo, entre os anos de 1680 e 1730. Foi neste extenso território, arrebatado destes índios que gerou a grande propriedade pecuária, tão pronunciada no sertão.

Nesse sentido, a economia sertaneja foi inicialmente organizada em torno da sequência: bandeira-curral-capela-arraial, tendo na atividade pecuária - que resultava basicamente na produção de leite e de couro (este último destinado à exportação, ensacamento de fumo no litoral, fabricação de calçados e utensílios) sua principal fonte de riqueza, sempre regada pelas águas dos rios e pela farta mão-de-obra dos índios que na época eram capturados, tornando-se cativos dos senhorios e/ou comercializados como escravos. São os rastros do boi e de seu tangedor, portanto, os primeiros registros econômicos do então solo virgem da região sertaneja.

Como suporte da pecuária surge a primeira modalidade de agricultura, com predominância do milho e do feijão, no âmbito da subsistência dos criadores e de seus agregados. No campo comercial, é a localização geográfica que marca especialmente a região de Patos como um lugar em potencial para o desenvolvimento econômico regional, já que abrigava desde a colonização os boiadeiros e tropeiros, que faziam suas escalas estratégicas para o descanso de seus rebanhos e tropas nas abundosas pastagens e nos filetes de água do Rio Espinharas.

Contudo, foi a cotonicultura que historicamente desempenhou o mais importante papel na organização econômico-social deste território, principalmente pelo fato dessa lavoura ser cultivada juntamente com outras lavouras de ciclo curto e ainda ser

explorado em todos os padrões de propriedade, tanto por produtores proprietários de grandes e pequenas porções de terra, como também por não proprietários – parceiros e arrendatários. Por isso, a cotonicultura se constituiu ao longo do tempo numa atividade complementar a pecuária, contribuindo para a formação de renda familiar das camadas mais pobres da população rural e sendo responsável pela viabilização de novas relações de produção na região.

Deste modo, a grande lavoura de algodão se impôs nas terras paraibanas, em especial no clima seco do agreste e sertão, tanto que no século XIX a Paraíba ganhou notoriedade internacional, evidenciando-se como grande produtora de algodão, capaz de se favorecer da Guerra de Sucessão dos Estados Unidos. A expansão de produção decorreu em virtude da conhecida Guerra Civil Americana, nos anos de 1860 à 1865, que viabilizou a conquista de espaço e participação efetiva no mercado externo e que mesmo com o retorno e retomada da produção norte-americana, ainda assim conseguiu se estabelecer, conforme afirma Linda Lewin: “as exportações paraibanas caíram menos celeremente que as do resto da região, porque a alta qualidade de seu algodão de fibras longas tinha maior demanda” (1993, p.58). Tal atributo, portanto, garantiu a permanência no ritmo de produção do algodão, que mesmo após a Guerra da Sucessão continuou equilibrada, tendo ainda sido um tanto comprometida com a Primeira Guerra Mundial, de 1914 à 1918, em que teve seus estoques encostados num primeiro momento, mas que pela qualidade do produto logo voltou aos mercados nacional e internacional.

Mas, é a partir de 1916 que se registra o mais importante período econômico para a produção algodoeira, quando o mercado externo passou a demandar uma grande quantidade de fibras, ocorrendo uma maior alta de cotações das safras paraibanas.

Diante desta representação econômica, protagonizada pelo desenvolvimento da cultura algodoeira, emanaram novas situações sociais e políticas no mundo urbano e rural paraibano, outrora organizado em torno de outra hegemonia produtiva, cuja atividade em tal período também assumiu protuberante desempenho econômico, como a lavoura da cana-de-açúcar na região da Mata Paraibana - que com seus latifúndios conferiu riqueza e opulência a uma elite econômica e política na região. Sobre as configurações deste tempo e lugar, seu *modus operandi* de vida – tanto da aristocracia do açúcar como dos trabalhadores dos engenhos, bem como os desdobramentos deste sistema produtivo, em termos de relações de trabalho, foi disposto um conjunto de estudos com pesquisadores que se empenharam em investigar tal conjuntura e

especialmente o processo de transformações ocasionadas pelo declínio deste tipo de *plantation*: como o falecimento das relações tradicionalmente estabelecidas entre os trabalhadores – *moradores* e os grandes proprietários. A especialidade destas pesquisas destacou, entre outras coisas, a especificidade de um campesinato, que emerge com as novas condições históricas e que determinaram o acesso a terra por parte dos trabalhadores-moradores.

Dessa forma o estudo da *plantation* açucareira e das mudanças por ela sofrida, no que diz respeito a sua estrutura interna, foi objeto de pesquisa de importantes autores, a exemplo de Moacir Palmeira, que desde 1969 investiga o campesinato de formação recente, cujo surgimento está ligado ao contexto da grande lavoura do açúcar e que juntamente com Lygia Sigaud, Marie France Garcia, Afrânio Garcia, Rosilene Alvim, José Sergio Leite Lopes, Vera Echenique, Luís M. Gatti, Roberto Ringuet e Beatriz Maria Alásia de Heredia, lideraram o Projeto “Emprego e Mudança Sócio-Econômica no Nordeste²⁹”, realizado na Zona da Mata nordestina³⁰ e que estendeu os

²⁹ O projeto “Emprego e Mudança Social do Nordeste” abrigava uma série de pesquisas coletivas, que continuaram tendo efeitos muitos anos após o seu término, resultando em dissertações e teses, produzindo efeitos inovadores em várias frentes do campo antropológico e das ciências sociais.

³⁰ Do conjunto de investigações realizadas na Zona da Mata, resultaram os seguintes trabalhos:

PALMEIRA, Moacir. *Latifundium et Capitalisme: Lecture Critique d'un Débat*. Thèse de 3ème Cycle, Université Paris. (mimeografado), 1971.

_____. *Feira e Mudança Econômica*. Simpósio de Pesquisa. Museu Nacional/Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais, Rio de Janeiro (mimeografado), 1971.

_____. *Casa e Trabalho: Notas sobre as Relações Sociais na plantation tradicional*. In: Contraponto, Rio de Janeiro, ano II, n.º 2, p. 103-114, novembro de 1977.

SIGAUD, Lygia. *A Nação dos Homens: uma análise regional de ideologia*. Tese de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1971.

_____. *Os direitos e a idealização do passado*. Simpósio de Pesquisas. Museu Nacional/Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais, Rio de Janeiro. (mimeografado), 1972.

_____. *Trabalho e Tempo Histórico entre proletários rurais*. Revista de Administração de Empresas. Fundação Getúlio Vargas, vol. 13. Rio de Janeiro, 1973.

_____. *A Morte do Caboclo*. Museu Nacional, Comunicação n.º 4. Rio de Janeiro, 1975.

_____. *Expropriação camponesa e trabalho em áreas de plantation e fronteiras*. Comunicação apresentada no II Encontro do Centro de Estudos Rurais e Urbanos da USP, Brasil, 1976.

ECHENIQUE, Vera e GATTI, Luís M.: *Relações Sociais na Feira*. Simpósio de Pesquisa. Museu Nacional/Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais, Rio de Janeiro (mimeografado). Posteriormente publicado na Revista do Instituto de Antropologia. Universidade Nacional de Córdoba, Argentina, 1971.

HEREDIA, Beatriz A. de e GARCIA Jr., Afrânio: *Trabalho Familiar e Campesinato*. Em: América Latina, ano 14, n.º ½, jan-jun. Rio de Janeiro, 1971.

GARCIA, Jr., Afrânio R. *Terra e Trabalho*. Tese de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1975.

estudos sobre o universo da *plantation* açucareira e sua dinâmica, envolvendo temas sobre trabalho e instabilidade do trabalho; dominação, produção e mercado; família e terra de trabalho; migração e volta à origem, direitos e conflitos (LEITE, 2013).

No entanto, voltando à lavoura de algodão nas áreas de sertão da Paraíba, não se registra um volume de pesquisas tão aprofundados sobre esta economia, especialmente sobre a sociabilidade aí constituída em detrimento da especificidade das relações de trabalho e moradia, bem como a ideologia própria dos trabalhadores rurais e proprietários deste tipo de *lavoura*. O que é ressaltado nos poucos estudos realizados e não tão recente é a representatividade econômica do algodão como mercadoria de valor nacional e internacional, em décadas passadas. Dentro dessa perspectiva de investigação, são principalmente as agências governamentais – EMATER, EMBRAPA, que buscam dados para demonstrar o ciclo de ouro do algodão paraibano, outrora presente em abundância na paisagem sertaneja. E é seguindo este norte, que se sente a necessidade de incorporar no mundo das ciências sociais esta temática, primeiramente estendendo as investigações sobre a ampliação e consolidação deste tipo de cultura no sertão paraibano, em especial na região de Patos, para em seguida analisar a relação e grau de influencia que esta economia algodoeira exerceu sobre a configuração desta região e como sua falência remodelou o lugar e os grupos que dele participavam.

A finalidade deste capítulo é, portanto, num primeiro momento evidenciar a vertente econômica do algodão e sua importância na região sertaneja, porém, não excluindo os fatores políticos e sociais que participaram, ora como causa ou como efeito deste grande tempo, rememorado nos contos e na escrita da história regional. Deste modo, aqui se releva a análise relacional nos campos econômico, político e social desta conjuntura específica que movimentou parte do século XIX e XX e revelou um modo de ser e de viver próprio estruturado na grande propriedade rural, entre a casa grande e a casa de morada – e que fez valer a distinção reconhecida e legitimada dos donos e dos moradores das fazendas de algodão. Verificar através de um processo histórico a vigência e manutenção deste sistema ou cultura, que funcionava com seu conjunto de regras relativamente fixos e em torno dos quais se estabelecia uma ordem, é um passo importante e fundamental para num próximo momento evidenciar os sujeitos como

LEITE LOPES, José Sérgio. *O Vapor do Diabo: O Trabalho dos Operários do Açúcar*. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1976.

GARCIA, Marie France. *O Bacurau*. Tese de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1977.

atores sociais e suas representações neste lugar e tempo específico, inclusive após a decadência de tal estrutura produtiva que revelará um novo tipo de formação, relações e significados sociais.

2.2 NOTAS SOBRE O DESENVOLVIMENTO DA CULTURA DO ALGODÃO NO SERTÃO PARAIBANO, NA REGIÃO DE PATOS.

Foi no século XIX, e particularmente, nas suas três últimas décadas que o Brasil exibiu uma situação de grandes mudanças econômicas, políticas e sociais, se comparada com o século anterior, já que foi no último quartel deste século que ocorreram: a Abolição da Escravidão (1888) e a Proclamação da República (1889). A partir de então, os caminhos foram abertos para a consolidação de um novo paradigma econômico, político e social organizado em torno de uma perspectiva desenvolvimentista, desafiando o Brasil a vivenciar novos processos sociais, os quais transformariam a realidade agrária e os mecanismos de sua articulação ao conjunto da sociedade.

Na ainda chamada Parahyba do Norte, durante toda a Primeira República, foi a lavoura de algodão que de forma extensiva mais se expandiu pelo estado, sendo responsável, inclusive, pela composição e reestabelecimento de suas das finanças, como mostra o quadro abaixo:

Quadro 1: Produção Paraibana de Algodão por Área Geográfica, nos anos de 1911 a 1921.

REGIÃO	1911	1912	1913	1916	1921
Costa	1.757.000	1.242.000	1.290.000	1.318.000	224.000
Caatinga/Agreste	5.232.000	6.484.000	4.710.000	8.670.000	2.983.000
Brejo	885.000	713.000	203.000	1.062.000	330.000
Cariri/Sertão	5.676.000	7.537.000	4.361.000	6.630.000	4.198.000
Alto Sertão	6.161.000	7.317.000	5.649.000	11.050.000	14.902.000
Não identificado	6.062.000	6.523.000	4.501.000	-	-
Total	25.773.000	29.816.000	20.714.000	28.730.000	22.637.000

Fonte: LEWIN, Linda. Política e Parentela na Paraíba: um estudo de caso da oligarquia de base familiar. Rio de Janeiro: Record, 1993. p. 92.

Esta ampliação da cultura algodoeira – ainda que submetida a processos rotineiros e precários de plantio e colheita, firmou acordo com a nova política

econômica nacional e internacional, baseada na meta de crescimento da produção industrial e infraestrutura com participação ativa do Estado, resultando na aparição de outras necessidades - como a melhoria da área urbana de algumas cidades e na reorientação da vida política e social. Sobre o reconhecimento do algodão como cultura dominante no estado paraibano, em produção e arrecadação, o *The Manchester Guardian* publicou em 1923:

“(...) que a área destinada ao algodão, na Parayba do Norte, duplicara ou triplicara de extensão o que se fazia notar as possibilidades extraordinárias do país, como produtor privilegiado da fibra, de que o mundo tanto carecia” (1923, p. 28).

Levando em conta estes resultados, confiantes nos altos valores de cotação do algodão no mercado externo, muitos produtores viram-se estimulados a aumentar a sua produção e mesmo aqueles que se ocupavam com outras lavouras também se inclinaram para o cultivo do algodão, buscando espécies que melhor se adaptassem ao clima e solo da região. Diante de tal próspero contexto, o governo estadual demonstrava através de dados oficiais a constante ascendência das arrecadações do Estado da Parahyba advindas de seu principal produto de mercado:

Quadro 2: Arrecadações (entre contos de réis) do Estado da Parahyba entre os anos de 1891 e 1920, por lustro e com percentagem sobre o lustro anterior:

ANOS	RECEITA ARRECADADA	PERCENTAGENS DAS RENDAS DE CADA LUSTRO SOBRE AS DO LUSTRO ANTERIOR
1891 a 1895	4.492:447\$532	-
1896 a 1900	6.481:034\$762	Mais 46%
1901 a 1905	8.998:172\$496	Mais 38%
1906 a 1910	10.374:640\$957	Mais 16%
1911 a 1015	17.225:255\$661	Mais 66%
1916 a 1920	29.017:324\$808	Mais 59%

Fonte: Dados apresentado em discurso à Assembleia Legislativa do Estado da Parahyba, por Sólón Barbosa de Lucena, presidente do Estado – Parahyba do Norte: Imprensa Oficial, 1923, p. 23.

Cabe destacar, que nesta composição não foram contabilizados os prejuízos, em vidas e bens, ocasionados pelas secas de 1898, 1904, 1915 e 1919, nem inclusos os anos de 1921 e 1922, assinalados no Estado pela maior intensificação das obras federais do Nordeste. Aí foram inscritos apenas os valores realizados, dados positivos de rendas arrecadadas. A base destes dados assegura as declarações sobre a atração da

cotonicultura e a reputação de suas fibras no mundo afora, como proferiu o presidente do estado Sólon de Lucena, em discurso oficial:

“O algodão continua a ser e será, por muitos *annos*, o principal elemento básico de nossa fortuna pública, a fonte principal privada e o produto para o qual nos devemos voltar, com todo o senso comercial de que somos capazes, para promover o desenvolvimento [grifo nosso] que nossas terras comportam e, por uma rigorosa classificação de *typos*, *elevel-o* no conceito dos consumidores americanos e europeus. É este, no *actual* momento de nossa vida econômica, o principal problema do mercado algodoeiro dos Estados do Nordeste”. Discurso (...) 1922, p. 33

Na fala se percebe uma presente preocupação do presidente do estado ou governador da Paraíba, em relação aos cuidados especiais na produção algodoeira, bem como seu beneficiamento e comercialização, sugerindo que apesar da estabilização do cultivo de algodão na região, a falta de seleção das sementes e da própria fibra, o descuido na colheita realizada com métodos e técnicas inapropriadas e a ausência de maquinário moderno no seu descaroçamento – pelo menos numa grande parte das lavouras espalhadas no estado paraibano, eram fatores que deveriam causar inquietação, pois poderiam prejudicar o produto paraibano frente à concorrência nacional, em especial aos estados de São Paulo, Minas Gerais e Pernambuco, que vinham intensificando sua produção, como também diante do mercado internacional, já que o algodão da Paraíba era já reconhecido como um dos melhores do mundo, equiparado ao algodão egípcio e americano. De fato, a qualidade das fibras do algodão produzido no sertão e agreste do estado da Paraíba já havia sido atestada por Arno Pearce, representante da ICF, que integrava grandes compradores nacionais e internacionais. Por isso, o incentivo a intensificação e o melhoramento da produção local era uma das prerrogativas da administração paraibana, como se percebe ainda nas palavras de Sólon de Lucena, em 1922:

“Não esqueçamos de que o algodão produzido no Estado, mesmo nos *annos* em que os preços foram mais remuneradores, nunca excedeu à cifra de 18.296.080 *kilos*, quando é certo que São Paulo, com um clima impróprio e uma cultura de *hontem*, somente de algodão de rama, exportou, no *anno* financeiro que se encerrou, em 14 de julho de 1922, 5.002.813 *kilos* de algodão, de sua lavra, no valor de 10.991:321\$, não levando em linha de conta o que consumiram suas fábricas, cuja exportação, nesse anno, se elevou a 12.060.337 *kilos* de tecido de algodão. Convém, pois, alargar a nossa *producção* algodoeira e não perder de vista que possuímos, com o vizinho Estado do Norte, a melhor zona de algodão do mundo, não somente sob o ponto de vista da capacidade *productora* da terra, senão também pelo

comprimento da fibra que, extremando-o do de outras regiões, o coloca no primeiro plano entre os algodões de fibra longa” Discurso de 1922, p. 33-34.

Sobre tal alerta em relação à concorrência, o que se sabe é que no período que marcou o sobressalto da produção do algodão no centro-sul, este coincidiu com a grande procura do mercado externo e, nesse momento, os efeitos da diminuição da exportação para o mercado interno não foram tão perceptíveis no quadro das arrecadações paraibanas. No entanto, outro fator acabou por experimentar a economia algodoeira paraibana: o fenômeno da seca, que nos anos de 1918 e 1919 atingiu a região, reduzindo as arrecadações e diminuindo o ritmo crescente, presente desde 1916. Além da seca, a produção algodoeira estadual foi comprometida pela propagação da praga da lagarta rosada, cuja administração neste tempo estava nas mãos de Camillo de Hollanda, que lançou forte campanha de combate à praga que vinha destruindo as plantações locais. O êxito de tal empreitada foi lembrado anos mais tarde na mensagem deixada por Sólon de Lucena: “Folgo em poder dizer-vos que essa praga dos nossos algodões *vae* em franco declínio. *Della* se não se descuidaram aos meus antecessores, chegando o serviço a ter plena *efficiencia* na administração Camillo de Hollanda” (Mensagem (...) 1921, p. 42). E assim, a Parahyba do Norte, mesmo diante da seca e da praga, conseguiu manter seus índices elevados de exportação de fardos de fibra de algodão, garantindo certa margem de estabilidade em suas arrecadações, especialmente nos anos de 1915 a 1924.

2.2.1 Do Cultivo, Beneficiamento e Supervalorização do Algodão.

A partir da segunda metade do século XVIII a produção do algodão em terras brasileiras, e particularmente no Nordeste foi elevada e redefinida. A grande demanda pelo algodão, requerido pela industrial internacional - em especial, a têxtil inglesa, que vivenciava grande progresso tecnológico, exigiu um aumento significativo desta matéria prima brasileira, levando o agreste e sertão paraibano a se tornarem regiões centrais deste tipo de cultura.

Nestas duas áreas, o gado e o algodão constituíram a base da economia, sendo que no Agreste, segundo Diane Galizza (1993), a expansão do algodão introduziu novas formas de uso da terra, pois veio a ser uma lavoura de pequenas e médias propriedades, sendo intercalado com as lavouras de subsistência, garantindo assim a participação de pessoas de poucas posses neste tipo de atividade agrícola. Já no Sertão, que sempre se

dedicou a atividade criatória nas suas grandes propriedades, recebeu a cultura algodoeira como uma aliada na complementação da ração do gado, haja vista que o caroço e rama constituíam uma boa alimentação para os bovinos no período de seca. Mas, com as variadas demandas do mercado externo, o algodão acabou por representar uma nova e principal fonte de renda para os proprietários e não proprietários (arrendatários, foreiros, trabalhadores) até então restritos a pecuária e as lavouras de subsistência.

É importante destacar que a pequena lavoura predominou como forma de utilização da terra para o cultivo do algodão e de certo modo contribuiu para a manutenção de processos rotineiros na cultura algodoeira no estado. Isso aconteceu também na região sertaneja, marcada pelas grandes porções de terra detidas nas mãos de poucos proprietários, que por vezes as dividiam em pequenas áreas e as cediam ao pequeno lavrador para o cultivo, que sem maiores condições de investimento e conhecimento mantinha uma forma de produção rudimentar. Mais a frente será apresentada as condições deste tipo de relação de parceria ou arrendamento, bem como outras formas de trabalho na lavoura do algodão.

De forma geral, no nordeste como um todo o plantio de algodão, aquelas espécies de longo porte, ocorriam entre os meses de janeiro e fevereiro, e de março a abril eram plantadas as espécies herbáceas. A colheita dava-se principalmente entre junho e setembro, podendo estender-se até novembro, segundo consta no Almanach do Estado da Paraíba para 1922. No Sertão, a variedade do algodão – conhecido como o mocó, cuja fibra longa foi considerada uma das melhores do mundo, é a que melhor se desenvolveu, devendo ao clima e a qualidade das terras a determinação para o processo de cultivo.

Figura 5: Algodoeiros



Fonte: EMBRAPA, 1996.

Planta da família das Malváceas, espécies nativas das áreas tropicais da África, Ásia e Américas, o algodão é a matéria fibrosa que envolve as sementes do algodoeiro, e embora macia, suas fibras apresentam boa resistência a esforços de tração, o que permitiu sua utilização na confecção de tecidos. O algodoeiro é uma planta dotada de raiz principal cônica, profunda, e com pequeno número de raízes secundárias grossas e superficiais. O caule herbáceo ou lenhoso tem altura variável e é dotado de ramos vegetativos e ramos frutíferos, suas folhas são pecioladas, inteiras ou recortadas (3 a 9 lóbulos) e as flores são hermafroditas, se abrindo a cada 3 a 6 dias entre 9 às 10 horas da manhã. Os frutos (chamados “maçãs” quando verdes e “capulhos” pós abertura) são capsulas de abertura longitudinal, com 3 a 5 lojas cada uma, encerrando 6 a 10 sementes, que por sua vez, são revestidas de pelos mais ou menos longos, de cor variável, (creme, branco, avermelhado, azul ou verde) que são fibras (os de maior comprimento) e linter (os de menor comprimento) e não são retirados pela máquina beneficiadora. As fibras provêm das células da epiderme da semente e tem, como características comerciais, comprimento, finura, maturidade, resistência, entre outras.

Das variedades existentes de algodão, eram plantadas na Paraíba o arbóreo (“mocó” ou “Seridó”) e o herbáceo. E como já dito, o algodão “mocó” foi a variedade que melhor se adaptou aos sertões: por suas raízes profundas, era mais resistente às secas; por seu vigor, era uma variedade mais infensa às pragas e, por outro lado, produzia até por 8 anos. Em suma, era muito mais vantajoso que o herbáceo, que tinha um ciclo vegetativo muito curto – geralmente um ano e, além disso, mais suscetível a pragas. O cultivo do algodão arbóreo “mocó” alimentou um grande número de usinas de beneficiamento, que além da fibra de excelente qualidade, tinha como subprodutos óleo vegetal e ração animal (torta de algodão).

Figura 6: Colheita de Algodão, meeiros e proprietário da terra.



Fonte: EMBRAPA, 1996.

O “ouro branco” sertanejo, como era conhecido por ser fonte segura de renda para o produtor, possuía uma específica dinâmica de técnicas de cultivo, que se constituía nos seguintes passos, segundo a EMBRAPA (1996):

- a) Época do Plantio: no início das primeiras chuvas ou após uma precipitação de no mínimo 40 mm.
- b) Adubação: uso de esterco de curral aplicado na cova de plantio abaixo e ao lado das sementes.
- c) Controle de Pragas: controle obrigatório do curuquerê no início das chuvas e controle do bicudo, caso haja constatação de nível de dano de 8 a 10% de botões atacados. Manter a população do bicudo baixa, através de práticas culturais como uniformização de plantio, poda e queima dos restos da produção e catação e queima de botões caídos no solo.
- d) Capinas: efetuar de 2 a 3 capinas com o cultivador a tração animal no 1º ano do ciclo, sendo a primeira complementada à enxada. A partir do 2º ano são necessárias apenas de 1 a 2 capinas com cultivador.
- e) Poda: após a colheita colocar o gado para pastar na lavoura e entre os meses de outubro e novembro efetuar uma poda baixa para padronização do porte da planta e uniformização de rebrota, com queima dos restos animais.

Depois para ser comercializado nos mercados interno e externo, o algodão deveria participar de processos prévios de descaroçamento e enfardamento, o chamado beneficiamento, feito inicialmente com técnicas e equipamentos rudimentares como as bolandeiras, primitivos engenhos de madeira de dois cilindros acionados pelos pés ou mãos humanos ou por força motriz animal. Com o tempo foram incorporadas as máquinas de serra que diminuíram o tempo de beneficiamento por trabalharem com mais rapidez, mas em consequência comprometiam a qualidade das fibras, gerando queixas no mercado internacional. As fazendas produtoras de algodão em quantidades razoáveis possuíam sua própria bolandeira, conforme o *Almanach da Paraíba* de 1822, quando confirma que neste tempo a Vila de Patos contava com 11 bolandeiras para o descaroçamento de algodão, distribuídas nas fazendas dos senhores: Capitão Manoel Gomes dos Santos, Severino César de Melo, Capitão Roldão Meira de Vasconcelos, **Capitão Silvino Xavier dos Santos**³¹, Martinho Moreira, João Augusto de Sousa,

³¹ Trazemos em destaque o nome de alguns personagens históricos na formação das grandes propriedades rurais da região de Patos, para um melhor entendimento da herança familiar na composição das elites

Canuto Alves Torres, Augusto Pereira Monteiro, Capitão Lourenço Dantas Correia de Góis e Alferes Antônio Félix de Mendonça. Também foi registrada a presença de um vapor para o mesmo fim, pertencente ao Major Antônio Pereira de Azevedo. Pelo elevado valor dessas máquinas, estas funcionam nas grandes propriedades dos grandes fazendeiros, que delas se utilizavam não apenas para o beneficiamento de sua produção, mas também como forma de obtenção de lucros sobre os pequenos produtores, cobrando-lhes uma espécie de “aluguel” para sua utilização. O pagamento deste serviço era geralmente realizado em dinheiro, pluma ou caroço, ou mesmo com favores e obrigações diversas.

Cabe destacar, que ao fim deste processo de beneficiamento mais primário não havia nenhum tratamento para o caroço, sendo este aproveitado de imediato apenas como alimento para o gado, e somente mais a frente com a implementação das usinas de beneficiamento houve uma maior preocupação no aproveitamento integral do algodão, que além da fibra de excelente qualidade, teve também como subprodutos o óleo vegetal e a ração animal (torta de algodão). Afora as usinas de beneficiamento existiam ainda as casas exportadoras, estabelecimentos que faziam o comércio do algodão em pluma produzido no Nordeste com as “praças consumidoras”, ou seja, aonde se localizava a indústria têxtil, conforme explica Clementino (1987 p. 65). Aí, o algodão novamente passava por um processo de beneficiamento para atender as exigências do mercado externo e as especialidades dos compradores.

Dos processos modernos de beneficiamento e enfardamento, ganharam destaque a empresa algodoeira do grupo Kröncke & CIA e a firma Julius von Söhsten & CIA, localizadas na capital e em Cabedelo, por possuírem as famosas prensas hidráulicas. Outra companhia muito conhecida e ainda lembrada é a SANBRA³² – Sociedade Algodoeira do Nordeste do Brasil, pertencente ao grupo Bunge e Born, de Buenos Ayres, Argentina. Esta possuía uma superestrutura constituída por armazéns, prensas, usinas, fábricas de óleo, além de possuir seu próprio parque para armazenagem e industrialização com balanças com capacidade para pesar um vagão de trem e desvio da linha férrea para o interior do seu parque industrial.

sertanejas. O nome aqui em questão é do fundador da **Fazenda Carnaúba**, avô de Ivete Sátiro Xavier (in memória) e bisavô de Denise Andrade Xavier, atual proprietária da Fazenda.

³² A primeira marca de óleo do caroço de algodão lançado no Brasil em 1929 foi a SALADA, da SANBRA, hoje patrimônio da Bunge Alimentos.

Figura7: Fábrica de Beneficiamento do Algodão



Fonte: Damião Lucena, 2015.

No sertão paraibano, é fundado o Banco Agrícola de Patos, em primeiro de agosto de 1925, como um marco da potencialidade econômica - em relação ao gado e ao algodão, que a região possuía. A classe dirigente era formada pelo presidente João Olynto de Mello e Silva, pelo gerente Gerson Gomes Lustosa e pelo secretário Dr. Abelardo Lobo. Na composição do conselho fiscal estava o **Coronel Miguel Sátyro e Sousa**, João Marques de Almeida e Luís de França Vieira, como suplentes: Dr. José Peregrino Filho, **Clóvis Sátyro e Sousa**, Antônio Fragoso, Dr. Pedro Firmino, Padre José Viana e Coronel Manoel Canuto Torres. Na década de 30, a região continua registrando o avanço na cultura algodoeira, com a fundação da Usina Tupinambá, a primeira a se destacar como maior compradora e beneficiadora de algodão da região, criada por Pedro Caetano dos Santos e seu genro Zózimo Gurgel, esposo de Dona Elvira – segunda vereadora de Patos.

Com a continuidade da expansão e supervalorização do algodão, que só no ano de 1934 contabilizou o montante de 280 mil toneladas, grandes empresas internacionais vieram se estabelecer na região, especificamente no município de Patos que já possuía melhor infraestrutura para acolhê-las. Neste tempo por aí se estabeleceu a Companhia Industrial Comercial e Agrícola – CICA, com um grande parque na Rua Floriano Peixoto, onde fabricava óleos vegetais e tortas de caroço de algodão (de grande importância para os pecuaristas locais). Já no ano seguinte, o interventor estadual Argemiro de Figueiredo assinou uma lei de incentivos e isenções para a instalação de

novas usinas de beneficiamento do algodão na Paraíba, cujo objetivo era modernizar a economia, aderindo a política de incentivos fiscais que atraísse o capital estrangeiros através das multinacionais. E assim se estabeleceu também, com um investimento de quatro bilhões de cruzeiros, a empresa Anderson Clayton, cuja matriz se encontrava nos Estados Unidos. Ainda na Avenida Horácio Nóbrega, a SANBRA também se ancorou, estabelecendo junto com a CICA uma relação peculiar de financiamento junto aos produtores locais, representando um novo formato de crédito rural e potencializando a produção. No depoimento de um morador: “eles compravam de todo canto, em Juarez, Itatuba, Mogeiro (...) aqui foi uma joia de se ver, tudo lotado, ficava uns 500 carros de algodão no pátio cobertos com lona para descarregar” (25. 10. 2017). E assim, o algodão se valorizava como a principal cultura, representando no ano de 1955 o percentual de 51,49% de valor da produção do município.

Outras empresas algodoeiras que incentivaram o ciclo do algodão foram: a Araújo Rique & CIA, instalada na Rua João da Mata e a SIDOL, que esteve sob a direção de Darcílio Wanderley e Antônio Murilo e funcionava sob as margens do Rio Espinharas, e a IPAL, usina pertencente ao senhor Severino Lustosa. Com alguns anos mais a frente, em 1951, é fundada a CAMPAL – Cooperativa Mista de Patos, outro empreendimento privado que se destacou por oferecer o beneficiamento, a prensagem e a exportação do algodão, além da fabricação de óleos vegetais, torta, saboaria e refinaria, que os propagaria com apelos e justificativas singulares, como: “a única genuinamente patoense”; “aplica o lucro na sua cidade”; “fornece emprego aos filhos de Patos”; “não tem complicações nem protocolos para resolver seus negócios”; “não distingue o matuto do homem letrado”, esta era localizada na Rua Coronel Antônio Pessoa, conhecida atualmente como a Rua do Prado. Ainda se instalou no ano de 1960, a Algodoeira Horácio Nóbrega, na Rua Leôncio Wanderley, e que também mantinha uma fábrica de óleos vegetais em dois prédios na Rua 24 de Outubro. E finalmente, também na década de 60 se instalava a COCEPA – Cooperativa Central da Paraíba, que também mantinha usinas nos municípios de São Mamede, Sousa, Piancó e Guarabira.

Estas empresas eram o reflexo mais visível do nível de investimento que a esta região sertaneja demandava, haja vista a oferta da produção em larga escala sempre crescente. Nesse sentido, a supervalorização do algodão o fez partícipe do projeto de modernização da agricultura elaborado pelo Estado brasileiro e que consistia na modificação de processos tradicionais para aumento da produtividade. Para isso foram criadas iniciativas para prestação de assistência necessária a população rural, diga-se

“empresários rurais”, convidados a se modernizarem (Pinto, 1995). No Estatuto da Terra (Lei nº 4.504) de 1964, que traz as normas para o uso da terra no país e estabelece as diretrizes referentes ao desenvolvimento rural, apresentam-se na segunda parte as regras gerais que deveriam orientar esta política agrícola.

A partir disso foram criados órgãos de fomento para este tipo de desenvolvimento, que seriam os responsáveis à implantação da nova política e a disponibilização de recursos para a sua efetivação, como foi o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste - GTDN, que em 1958 transformou-se no Conselho de Desenvolvimento do Nordeste CODENO, e que por sua vez foi substituído pela SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, criada originalmente pela Lei 3.692, de 1959. Tal agência prestou suporte ao fomento da cultura algodoeira, tendo como uma de suas ações a instalação de campos de multiplicação de sementes selecionadas para a distribuição com os agricultores da região. A instituição centralizava suas preocupações primariamente nos aspectos técnicos da lavoura, com recomendações a seleção e padronização das sementes; aos tratamentos culturais; a adubação; ao controle de pragas; desbaste correto (arrancar as plantas no tempo correto); poda e consorciamento adequado com outras culturas: feijão e milho no primeiro ano e palma no segundo ano se houvesse pecuária. Toda a orientação, coordenação e supervisão de projetos vinculados à cultura algodoeira estavam sob sua responsabilidade, juntamente com a ANCAR, Secretaria Estadual do Estado e Ministério da Agricultura.

2.3 SOBRE AS FORÇAS E RELAÇÕES DE PRODUÇÃO NA CULTURA DO ALGODÃO.

Para Diana Galliza (1993) o algodão não chegou a ser uma cultura predominantemente latifundiária, como ocorreu com o açúcar, e nem o proprietário pôde exercer o controle da produção agrícola e industrial ao mesmo tempo. Isso se explica devido uma separação econômica e também geográfica entre a cultura agrícola e a indústria processadora do algodão, principalmente quando surgiram as máquinas mais modernas de beneficiamento e prensagem, que atuavam nos pólos comerciais de produção. Esta não monopolização da cultura e não centralização da produção nas mãos de uma categoria abriu espaço para algo interessante: uma participação mais diversa de pequenos produtores e/ou agricultores na produção do algodão.

Contudo, a participação de diversos grupos sociais neste tipo de produção não foi garantia para o acesso das mesmas forças produtivas que detinham os grandes produtores e proprietários na engrenagem do mercado capitalista, para que assim usufruíssem do lucro propiciado com sua produção. A verdade é que as diferenças entre os sistemas de produção: da *plantation* açucareira - caracterizadas pela centralização dos meios de produção e a da *lavoura* algodoeira – e sua aparente diversidade nas relações de produção, não configuraram uma democratização do sistema de produção no espaço rural, como alguns autores avaliaram. Ao contrário, a ilusória participação de tipos distintos de produtores, como aqueles que não possuíam propriedade da terra ou insumos necessários para a produção, apenas serviu para definir uma nova situação de exploração, com ações de alinhamento próprias do modo de produção agrícola e industrial capitalista.

Ou seja, essa aparente evolução das relações de produção apenas revelou a consolidação de um novo paradigma da agricultura numa perspectiva de acumulação de capital, iniciado a partir da década de 30, cujo projeto de desenvolvimento se configurava como urbano-industrial hegemônico, como bem denominou Wanderley (2011, p.23). A autora, em análise da conjuntura do mundo rural deste período, com suas transformações e efeitos, trás a lembrança da contribuição de autores como Caio Prado Júnior e Florestan Fernandes para o debate sobre as relações de trabalho e produção na agricultura brasileira. Para ela, os estudos de Caio Prado Júnior demonstram a especificidade do modelo capitalista que se reproduziu de uma forma particular no Brasil, consequência da origem colonial que estruturou um sistema de escravidão e de concentração de terras, resultando, com grandes efeitos, até os dias de hoje no controle dos meios de produção, aliado ao poder político. Isto serve para explicar em parte as relações de trabalho e produção no meio rural, que também não correspondiam fielmente ao modelo das relações capital-trabalho do capitalismo, mas que “reproduziam um trabalhador de muitas formas responsável direto pela sua própria subsistência” (Wanderley, 2011, p. 2) interpretado por muitos como um exemplo das relações não capitalistas de uma sociedade agrária não capitalista. No entanto, para Caio Prado Junior, combatente das teses feudalistas, a explicação estaria mesmo no próprio capitalismo dentro da agricultura brasileira:

Mas essas sobrevivências escravistas (que são frequentemente apontadas pelos teóricos do feudalismo brasileiro como “restos feudais”) longe de constituírem obstáculos ao progresso e desenvolvimento do capitalismo, lhe

tem sido altamente favoráveis, pois contribuem para a compreensão de remuneração do trabalhador, ampliando com isso a parte da mais-valia e favorecendo, por conseguinte, a acumulação capitalista. O que sobra do escravismo representa assim um elemento de que o capitalismo se prevalece e em que frequentemente se apoia, uma vez que o baixo custo de mão de obra torna possível em muitos casos a sobrevivência de empreendimentos de outra forma deficitário. (Prado Júnior, 1966, p. 150)

Desdobrando esta questão, Florestan Fernandes ainda explica:

[...] para que o capital possa reproduzir na economia urbana o trabalhador assalariado, é necessário que exista na economia agrária o capital que reproduz o trabalhador semilivre. Do mesmo modo, o despossuído, que não logra, sequer, a proletarização, na economia agrária, está na raiz das possibilidades de trabalho assalariado do operário urbano. (Fernandes, 1973, p. 142)

Nesse sentido, para Wanderley “os empresários rurais teriam uma posição privilegiada nessa estrutura, na medida em que são eles os agentes imediatos da captação dos excedentes agrícolas destinados aos setores dominantes, através do que sedimenta a base material de sua própria reprodução social” (2011, p. 26) Neste tipo de sistema binário, estariam do outro lado aqueles que não participam diretamente deste mercado: os agricultores, pequenos produtores e trabalhadores. Sobre isso Fernandes, numa crítica severa ainda aponta:

Os estratos possuidores rurais não se ressentem dessa situação, porque eles extraem de ambos os processos o privilegiamento relativo de sua própria condição econômica, sociocultural e política. O mesmo não sucede com as massas despossuídas rurais, que se veem irremediavelmente compelidas ao pauperismo e condenadas à marginalização. É nesse nível que se desvendam as iniquidades e a impotência da economia agrária brasileira: uma moenda que destrói inexoravelmente os agentes humanos de sua força de trabalho. (Fernandes, 1973, p. 133)

Com o pensamento destes autores clássicos torna-se possível compreender, sem tantas travas, o conjunto de interesses existentes no projeto de estruturação - do tipo de produção capitalista no campo, particularmente constituído de variantes de relações capitalistas de produção, como é o caso daqueles produtores sem propriedade, daqueles produtores com propriedade e sem outros meios de produção ou de trabalhadores que produzem para o produtor e proprietário. Estes exemplos ou situações-tipos constataam a diversidade das relações de produção existentes no meio rural e que nos anos de 1960 e 1970 acabou por abrir um grande debate para a definição de tais relações, partindo de

uma escolha polarizada de teses feudalistas ou capitalistas, que explicariam a origem destas relações no campo. Para Martins (2011), a classificação de tais relações dentro de uma perspectiva dualista: quer se escolha a tese feudalista ou a tese capitalista, recai num formalismo que em nada contribui com a reconstrução histórica da realidade e que antes se deve “reconstituir a diversidade de mediações e determinações das relações de produção que configuraram tais regimes de trabalho” (2011, p.26).

Com esta recomendação direcionamos os esforços em identificar na economia do algodão as forças produtivas utilizadas no conjunto das relações sociais existentes, no sentido de apreender as diversas relações constituídas entre os atores e grupos sociais, bem como a relação destes com as forças produtivas, quer seja: se são proprietários da terra ou dos meios de produção; ou não são proprietários da terra, nem dos meios de produção; ou se recebem salário para usar meios que pertencem a outras pessoas.

Destarte, na economia do algodão, no sertão paraibano, as forças produtivas – que incluem todos os aspectos que são reunidos na produção, se organizava essencialmente em torno da terra, dos insumos (sementes, fertilizantes...), do trabalho humano, ferramentas e maquinaria. Não obstante, e aí é um ponto central, também por vezes as fábricas e usinas constituíam as forças de produção, separando assim a própria categoria dos grandes proprietários e produtores, haja vista que somente alguns possuíam tais instalações, ganhando uma distinção dos demais. Nesta conjuntura, a terra, dentre os outros meios de produção, é a que possuía maior significação, seja por seu papel na distinção e definição de relações capitalistas e não capitalistas, e pela possibilidade de reprodução também de relações pré-capitalistas, quando se expressava através da renda na mão de seus proprietários, como explica Martins:

“Sendo a terra um fator natural, sem valor porque não é resultado do trabalho humano, teoricamente não deveria ter preço. Mas, antes do advento do capitalismo, nos países europeus, o uso da terra estava sujeito a um tributo, ao pagamento de renda em trabalho, em espécie ou em dinheiro. Essas eram formas pré-capitalistas de renda decorrentes unicamente do fato de que algumas pessoas tinham o monopólio da terra, cuja utilização ficava, pois, sujeita a um tributo” (2011, p. 36).

No capitalismo o uso da renda da terra continuou presente e a propriedade fundiária preservada, mesmo que sob outros moldes: já não seria mais um tributo individual do servo ao senhor, mas sim um pagamento que se faz constante a uma classe

mantedora do monopólio da terra (Martins, 2011), e que reveste de caráter capitalista a propriedade fundiária, assim analisada:

“[...] a composição orgânica diferencial do capital entre agricultura e indústria, entre o setor atrasado e o setor moderno, entre o que se baseia em maior proporção de salário em relação ao capital do que de capital em relação ao salário, encarrega-se de fazer aparecer nas mãos do proprietário a renda absoluta que aparentemente não é extraída de ninguém” (MARTINS, 2011, p. 3) (grifo nosso).

O destaque acima revela como a renda absoluta resulta do monopólio da terra. Com profundidade teórica escreveu sobre esta questão Sergio Silva na sua tese de doutorado: *Valor e renda da terra: o movimento do capital no campo* (S. Silva, 1981). Neste trabalho, o autor destaca também a chamada renda diferencial, que Marx distingue em renda diferencial I e II, e que Silva resume assim:

A renda diferencial I se refere ao fato que capitais da mesma grandeza aplicados em terras diferentes produzem resultados desiguais. A renda diferencial II advém do fato que capitais de mesma grandeza aplicados sucessivamente na mesma terra produzem também resultados diferentes, sendo por isso, considerada como a renda proveniente da intensificação da agricultura pelo capital. (SILVA, S. 1981, p. 9-10).

A explicação dada por Silva (1981), em outras palavras, quanto à renda diferencial da terra se centra na *diversidade* de fatos geradores, requerendo por isso uma maior precisão de análise de determinados casos específicos de geração da renda da terra. Nesse sentido, Silva conclui que a renda da terra é o resultado do movimento do capital no campo determinado pelas condições do mercado de terras e por seu consumo produtivo, do valor de uso da terra, que se manifesta através da produtividade do trabalho, sendo a renda da terra “um elemento do valor, no sentido estrito de que este representa a unidade contraditória entre valor e valor de uso” (1981 p. 15). Para Oliveira, porém, (2007), a origem da renda da terra está exclusivamente nos preços dos produtos agrícolas, pois, somente quando esses estão acima do preço de produção geral a renda da terra é obtida.

O importante nesta discussão é a constatação de que antes de tudo foi a renda e sua capitalização, por vezes transformada, reconfigurada, a principal forma de capital da lavoura do algodão, tal como na plantação de café, desde o regime de trabalho escravo até o regime de trabalho livre, como afirma Martins (2013). Nesses moldes, se

teve a um só tempo, de maneira paradoxal: um fazendeiro/empresário capitalista mantido por uma fazenda com relações não capitalistas de produção. Tal incoerência é explicada, especialmente, pela aparência do capital quase sempre posto de forma genérica, em um formato: aquele em que a “produção não podia originar senão de relações capitalistas” (MARTINS, 2011). Esse aspecto exclusivo acaba por escamotear as metamorfoses do capital, dificultando inclusive, a análise das relações de produção em contextos diversos, como os casos de estudo desta tese: situações-tipo de grandes propriedades, anteriormente produtoras de algodão e que hoje se encontram em processo de transformação de suas forças e relações de produção.

Inclusive, uma das tais propriedades em estudo (considerada pelo pesquisador como Fazenda), num primeiro momento de investigação quanto a seus meios de produção, sua força produtiva, nos trouxe uma interessante questão sobre a aparência do capital, alçada por seu proprietário: “O que seria a minha propriedade, com grande extensão de terras, mas com baixa produção e ausência de movimento de capital? Ainda poderia ser considerada uma Fazenda”? (Dr. Antônio Andrade, 2013). De forma surpreendente, o proprietário sustentou em sua fala, que naquele tempo atual não se considerava um fazendeiro e nem tão pouco considerava tal propriedade como Fazenda, como assim insistia seus herdeiros e até algumas agências, como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Associações Comunitárias Rurais daquele entorno. Segundo seu entendimento, aquela propriedade havia deixado de se configurar enquanto Fazenda, pois não cumpria mais com as funções antes a ela outorgada, que era gerir toda uma produção de algodão em consórcio com a atividade pecuária, criando trabalho e capital. Assim, para ele, no contexto atual, era necessário avançar nos novos arranjos produtivos para a reativação da propriedade, enquanto Fazenda, pois o que retirava dela atualmente era “somente a renda da terra”, dos arrendamentos e parcerias contratados.

Mais uma vez, José de Souza Martins, auxiliou na compreensão de tal situação, ao explicar que antes, como corrobora Dr. Antônio Andrade, a palavra *fazenda* “significava o conjunto dos bens, do que foi feito, a riqueza acumulada; significava, sobretudo, os bens produzidos pelo trabalho e o trabalho personificado no escravo” (2011, p.39). Logo, estava de fato “muito próxima da noção de capital e muito longe da de propriedade fundiária, que é o sentido que tem hoje” (MARTINS, 2011, 39). Isso é interessante, pois invariavelmente, concebemos a noção de fazenda estritamente a grande propriedade de terra, tendo no termo fazendeiro nada mais que o proprietário desta. Nesse sentido, ainda é constante também se ver uma distinção - decorrente do

próprio desenvolvimento do capitalismo no campo, entre o *proprietário de terras/fazendeiro*, definição da situação de Dr. Antônio Andrade, da Fazenda Carnaúba e do *empresário/investidor rural*, definição da situação de Pierre Landout, Fazenda Tamanduá, alvos de nossa investigação e que será problematizada mais a frente.

Por fim, não entraremos no debate em torno do desenvolvimento do capitalismo no campo e apesar de ter entrado na discussão da categoria de renda da terra, no intuito de auxiliar, mais a frente, na diferenciação dos sujeitos e sua relação com a terra, direcionaremos agora nossa inquietação sobre a propriedade da terra - que é o eixo estrutural desta tese, no que diz respeito às questões de direito (que a sustenta), do uso (que dela se faz), e das relações sociais (que ela amarra). E neste norte, buscar compreender as formas assumidas por esta propriedade territorial e de como organiza as relações sociais, econômicas e políticas, estruturando as relações de poder e dominação no campo e também fora dele.

2.4 A PROPRIEDADE DA TERRA: POSSE E AUSÊNCIA NA DEFINIÇÃO DA SITUAÇÃO DE PRODUÇÃO E TRABALHO.

Sabe-se que o Brasil herdou do período colonial a prática concentradora de terras e que até hoje apresenta problemas relacionados à sua distribuição, com fortes indícios de uma naturalização sobre a desigualdade de terras, reflexo da construção histórica da formação da propriedade, convergente da própria dinâmica de funcionamento da colônia e das leis vigentes daquele período, as quais introduziram as disparidades na repartição de terras e, posteriormente, na concepção mercadológica da terra (FURTADO, 1989). Destarte, para analisar a propriedade de terras, a produção e a concentração é preciso antes levar em consideração a perspectiva histórica da questão agrária no país.

O início da formação das propriedades no Brasil começa a ocorrer de fato a partir de 1530, com a política adotada de transferência de propriedade do domínio público para o privado, o chamado período sesmarial, que data de 1530 a 1850, que se caracterizou pela concessão de grandes extensões de terras aos pleiteadores de propriedades no novo território de colonização portuguesa (FILHO E FONTES, 2009). Tal colonização foi organizada em torno da exploração de monoculturas, como a de cana-de-açúcar, denominadas de *plantation*. Era uma forma de produção que combinava

monocultivos, latifúndios (grandes extensões de terras) e mercado exportador (MORISSAWA, 2001).

O período sesmarial estendeu-se até o início do século XIX, quando em julho de 1822 acaba sendo extinto, deixando lugar para a instituição de leis que viessem a regulamentar a legitimação de terras no Brasil. A partir dessa data inicia-se um novo período na história da formação de propriedade no Brasil que se estende até 1850, quando somente então surgiu a chamada Lei de Terras. Neste chamado “período vazio”, entre a queda do regime sesmarial e a instituição da Lei das Terras, que foi denominado de Império de Posses ou Fase Áurea do Posseiro, não havia nenhum tipo de normatização e regulamentação de terras, o que fez com que a posse se tornasse a única forma de aquisição de terras. Por isso, neste tempo se verifica o aumento do número de posseiros e também o surgimento de outras grandes propriedades, e a formação das oligarquias rurais no Brasil (SILVA, 1997).

Finalmente, em setembro de 1850 foi promulgada a Lei nº 601 Euzébio de Queiroz, conhecida como Lei de Terras, que previa a delimitação da propriedade no Brasil e uma nova forma de concessão de novas propriedades. No entanto, segundo Filho e Fontes (2009), a lei ainda predizia a legitimação das sesmarias concedidas que não houvesse caído em comisso, a legitimação de outras posses (ocorridas essencialmente no período compreendido entre 1822 e 1850) e a demarcação das terras devolutas³³. Para Silva (1996), a Lei de Terras foi um marco no processo de territorialização do Brasil, já que promoveu a legitimação da propriedade privada e o latifúndio, bem como a demarcação de terras devolutas no país.

Somente em novembro de 1964, durante o governo do presidente Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, surge um forte debate sobre a questão fundiária no Brasil quando então se instituiu a primeira Lei de Reforma Agrária no Brasil, a Lei nº 4504, mais conhecida como Estatuto da Terra que emerge a partir do problema de distribuição de terras no Brasil. Com caráter inovador, a lei de Terras introduziu novos conceitos ligados à questão agrária, como a definição de campo, a determinação dos níveis de produtividade e a caracterização do uso social da terra, inclusive a mensuração

³³ Segundo o artigo 3º da Lei 601, ficava-se entendido como terras devolutas: "As que não se acharem aplicadas a algum uso público nacional, provincial ou municipal; as que não se acharem no domínio particular por qualquer título legítimo, nem forem havidas por sesmarias e outras concessões do Governo Geral Provincial, não incursas em comisso por falta de cumprimento das condições de medição, confirmação e cultura; as que não se acharem dadas por sesmarias, ou outras concessões do Governo, que, apesar de incursas em comisso, forem revalidadas por esta Lei e; as que não se acharem ocupadas por posse, que apesar de não se fundarem em título legal, forem legitimadas por esta lei" (SILVA, 1996).

do chamado minifúndio e latifúndio, que se daria através da identificação dos módulos fiscais, que variam de acordo com a região. Nesse modo, a propriedade rural deveria ter entre 1 e 15 módulos rurais, se não, seria considerada minifúndio ou latifúndio, passíveis de desapropriação a fins de reforma agrária. Outro referencial apresentado foi sobre os níveis de produtividade, em que foram traçadas as unidades mínimas de produção por módulos rurais a fim de caracterizá-los como produtivos ou improdutivos (BRASIL, 1964). O Estatuto da Terra ainda registrou a definição da função social da terra. No Título I – Disposições Preliminares, Capítulo I – Princípios e Definições, artigo 2º da lei, encontra-se:

§ 1º - A propriedade da terra desempenha integralmente a sua função social quando, simultaneamente:

- a) favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias;*
- b) mantém níveis satisfatórios de produtividade;*
- c) assegura a conservação dos recursos naturais;*
- d) observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivem (BRASIL, 1964).*

No entanto, cabe ressaltar que apesar de o Estatuto da Terra ser a primeira lei brasileira, após a Lei das Terras, de 1850, que normatizou o uso das terras, favorecendo por suas definições uma possibilidade de mudança na estrutura fundiária, ele possui em sua estrutura uma dualidade entre a questão distributiva da terra - representada pela reforma agrária e a modernização do campo – quando estabelece as diretrizes referentes ao desenvolvimento rural, sobrepondo inclusive, a segunda perspectiva - de cunho econômico, em detrimento da primeira, voltada a igualdade e equidade social. Essa dicotomia entre o social e o econômico, acabou por favorecer às grandes propriedades que as detinham condições materiais necessárias para a proposta de modernização, especialmente pela sua condição de acesso ao crédito (FILHO E FRANCO, 2009). Sobre tal ocorrência, Wanderley comenta:

Nesse formato, o Estatuto da Terra determina os meios que serão mobilizados para a consecução do desenvolvimento rural: assistência técnica, produção e distribuição de sementes e muda, criação, mecanização agrícola, cooperativismo, assistência financeira e creditícia, assistência à comercialização e industrialização e beneficiamento de produtos,

eletrificação rural e obras de infraestrutura, seguro agrícola [...]. Sob sua inspiração, através de leis complementares, as instituições necessárias à implementação da nova política foram sendo constituídas. (2011, p. 29)

Com esta perspectiva, a distinção já existente entre as propriedades de terra e sua força produtiva tornou-se ainda mais elevado, haja vista que somente aquelas de maior extensão e produção tiveram efetivamente possibilidades de implementação do projeto de modernização agrícola, seja pela sua acessibilidade ao crédito, seja pela maior aproximação com as instituições responsáveis desta agenda do Desenvolvimento Rural, a exemplo da SUDENE. Dessa forma, se pode configurar tal processo como densamente seletivo, por atingir apenas certos tipos de unidades produtivas que possuíam maior projeção territorial, e/ou poder político, marcando assim ainda mais profundamente o abismo nas relações de produção de determinadas culturas e/ou criações.

No caso mais singular, da produção algodoeira nas propriedades do médio sertão paraibano, constatou-se ainda um aprofundamento dos processos de articulação entre a agricultura e a indústria, pelo próprio caráter da lavoura, criando-se uma espécie de complexo agroindustrial³⁴, marcando uma nova fase no desenvolvimento da agricultura, conforma atesta o empresário-fazendeiro Pierre Landolt, em sua experiência, enquanto produtor de algodão-mocó no sertão de Patos³⁵, quando incentivado pelas agências governamentais à experimentação da nova fase de reorganização da produção e dos mercados rurais:

“[...] fui convidado a produzir algodão no Brasil, pelas agências responsáveis do Plano de Desenvolvimento Rural, com isso obtive toda a assistência técnica, todo sustento necessário para transformar uma propriedade rural tradicional de produção decadente, em um complexo agroindustrial, com meios de produção integrados e uma relação sistêmica com o mercado.” (depoimento 07 de julho de 2017).

³⁴ Designação dada às relações entre a indústria e a agricultura. “O complexo agroindustrial é uma forma de unificação das relações interdepartamentais com os ciclos econômicos e as esferas de produção, distribuição e consumo, relações estas associadas às atividades agrárias. Também é uma unidade de análise na qual as atividades (agricultura, pecuária, reflorestamento) se vinculam com as atividades industriais de uma dupla maneira: com a de máquinas e insumos para a agricultura e com as de beneficiamento e processamento”. (MÜLLER, 1989, p.45)

³⁵ A Fazenda foi adquirida pelo empresário Pierre Landolt, em 24 de março de 1977, a partir de compra direta do produtor rural e comerciante Hardman Cavalcante Pinto.

No entanto, para a execução deste projeto foi imperativo uma maior especialização da produção agrícola, bem como uma maior intensificação da divisão social do trabalho, como confirma Guilherme Delgado quando diz que “todo processo de modernização se realiza com intensa diferenciação e mesmo exclusão de grupos sociais” (1985, p.82). De fato, segundo o depoimento de Pierre Landolt sobre o processo de modernização das forças e relações de produção da Fazenda por ele adquirida, que antes tinha sua produção ancorada através dos contratos de parceria/meação:

“Minha primeira providência foi acabar com a produção do algodão através de contrato com os meeiros, moradores da propriedade. Deixei claro que quem quisesse continuar na propriedade, iria trabalhar na lavoura como assalariado. Haveria trabalho para todos. Quase todos os moradores ficaram instalados e aceitaram. Outros foram embora da propriedade, pois viam a nova relação de trabalho como uma humilhação. (Depoimento 07 de julho de 2017)”.

Sabe-se que os contratos de parceria agrícola no Brasil se instituíram desde as últimas décadas do século XIX como forma de dinamizar a produção rural e com isso a melhoria na obtenção de lucro na propriedade da terra, num período de crise do latifúndio em que os proprietários se viam desprovidos da mão-de-obra escrava. Neste tipo de regime, se tinha de um lado os proprietários de terra, chamados de concedentes, e do outro aqueles desprovidos deste principal meio de produção agrícola. Sobre este sistema ou prática de produção/trabalho, Marx em sua obra *O Capital*, afirma:

[...] o sistema de parceria ou de repartição dos frutos da exploração no qual o agricultor (arrendatário) emprega, além de trabalho próprio ou alheio, parte do capital operante, e o proprietário fornece, além da terra, a outra parte desse capital (gado, por exemplo), sendo o produto dividido entre ambos em determinadas proporções que variam segundo os países (MARX, 1984, *apud* FOERSTE, 2005, p. 53).

No panorama agrário brasileiro, a denominada parceria foi também mais uma forma de manter o *status quo* da elite agrária nacional, em que a propriedade continuaria sendo, como diz Raimundo Faoro: “uma afirmação aristocrática para uma grande empresa ou para o domínio de lavradores e vaqueiros” (1997, p. 407). Assim, a terra, e sua posse ou ausência, continuaria a servir de critério para a diferenciação dos sujeitos sociais, definindo ou redefinindo referenciais ou categorias distintivas para cada situação daqueles que se envolvem com este meio de produção, dando prolongamento ao projeto de exploração, dependência e dominação no meio rural.

Considerada como mais uma prática de trabalho rural, ao lado de outras mais recentes, como: o trabalhador de carteira assinada, o trabalhador temporário e o trabalhador diarista, o parceiro/meeiro ainda hoje se faz presente nos muitos espaços rurais. Tal condição de produção/trabalho foi reconhecida através da Lei do Estatuto da Terra de 1964, que na sua origem apresentava esta “abertura” aos camponeses. De acordo com a legislação, este sistema denominado de parceria rural poderia se identificar de forma distintiva em: parceria agrícola; parceria pecuária; parceria agroindustrial; parceria extrativa e parceria mista, quando sua finalidade abrange mais de uma das modalidades de parceria rural. Quanto à divisão a ser executada, o Art. 96. VI, dentro do processo de parceria, estabelece:

- a) 20% (vinte por cento), quando concorrer apenas com a terra nua;
- b) 25% (vinte e cinco por cento), quando concorrer com a terra preparada;
- c) 30% (trinta por cento), quando concorrer com a terra preparada e moradia;
- d) 40% (quarenta por cento), caso concorra com o conjunto básico de benfeitorias, constituído especialmente de casa de moradia, galpões, banheiro para gado, cercas, valas ou currais, conforme o caso;
- e) 50% (cinquenta por cento), caso concorra com a terra preparada e o conjunto básico de benfeitorias enumeradas na alínea d deste inciso e mais o fornecimento de máquinas e implementos agrícolas, para atender aos tratos culturais, bem como as sementes e animais de tração, e, no caso de parceria pecuária, com animais de cria em proporção superior a 50% (cinquenta por cento) do número total de cabeças objeto de parceria;
- f) 75% (setenta e cinco por cento), nas zonas de pecuária ultra extensiva em que forem os animais de cria em proporção superior a 25% (vinte e cinco por cento) do rebanho e onde se adotarem a meação do leite e a comissão mínima de 5% (cinco por cento) por animal vendido.

Neste processo os percentuais apresentados correspondem à parte destinada ao parceiro outorgante, que é o proprietário da terra. E assim, com o tipo de parceria firmada, lavra-se o contrato entre o proprietário (parceiro/a outorgante) e o trabalhador/a (parceiro/a outorgado), por um período mínimo de três anos, sendo renovado ou não ao fim do período determinado. No caso das parcerias agrícolas analisadas no meio rural patoense, vinculadas a antiga produção do algodão nos ciclos produtivos, o acordo era

de 50% da produção e não do lucro, ou seja, *metade* da produção, o que explica o termo *meeiro*, amplamente empregado e recorrente, na verdade o único utilizado neste tipo de situação de produção/trabalho, ao menos neste lócus por nós investigado – o médio sertão paraibano.

Ainda para maior entendimento da pluralidade de situações que envolvem esta complexa condição de produção/trabalho, Foerste (2005) apresenta dois tipos de parceria, assim determinadas: a de autonomia total do parceiro trabalhador, na gestão e execução da produção; e a de autonomia parcial, em que a maior parte do controle fica sobre o proprietário. Em tal categorização de condições de produção/trabalho, ainda se verifica a chamada parceria sem autonomia, em que o trabalhador não tem nenhum domínio na produção, colheita, beneficiamento e comercialização dos produtos da parceria, tudo ficando sob o controle do proprietário.

Sobre o nosso contexto específico de pesquisa, verificou-se também em relação ao sistema de produção/trabalho em parceria rural, que por vezes o parceiro outorgado detinha uma margem ao final da safra do algodão, ao que este chamava de “sobra”, e de onde retirava seu “lucro”, sendo ele (o outorgado) responsável pelos insumos utilizados na lavoura com igual percentual firmado no contrato parceria. A questão é que quem ao fim determinava os insumos a serem aplicados e a quantidade, era o parceiro outorgante. Dessa forma, com um ano de trabalho, o parceiro outorgado poderia chegar ao final da colheita/safra com 0% de lucro, isso quando não terminaria com dívidas com o outorgante. Neste tipo de situação, Candido (1964) *apud* Foerste (2005, p. 56) já descrevia “[...] que pela parceria o trabalhador não chegará a deter rendimento suficiente para vir um dia a se tornar autônomo, adquirindo terras”. Isso, porque dentro desse sistema de produção/trabalho o lavrador sem terra “some na paisagem”, se configurando enquanto “apêndices passivo do senhor territorial que, em troca da safra, por ele comercializada, lhes fornece, em migalhas encarecidas, os meios de sustentar o modesto plantio” (FAORO, 1996, p. 418). De fato, nas propriedades investigadas na região de Patos, no Médio Sertão Paraibano, se percebe a herança deixada pelo sistema de ocupação das terras através de um desenho figurado: do proprietário com sobras de terras, que não as cultivava, seja por quaisquer motivos, mas que também não permite que outros as explore; e os lavradores e trabalhadores sem propriedades, alguns denominados de *meeiros* ou outros de *moradores*, que buscam a sombra que a grande propriedade projeta.

No cenário mais remoto, de acordo com a Secretaria de Agricultura do município de Patos e da EMATER, a maioria das propriedades produtores de algodão conduzia parte de suas lavouras utilizando o sistema de parceria/meeiro. E mesmo com o fim do ciclo do “ouro branco”, estima-se, segundo tais entidades, que no município existam ainda aproximadamente 1.300 contratos de parceria registrados, o que representa um número substancialmente grande de pessoas que sobrevivem desse sistema de trabalho. Cabe lembrar que destes, parte estende sua *morada* na propriedade que estabeleceu contrato, aquela que concedeu a porção de terra para o plantio ou/criação.

Por este caminho, outra situação por vezes relacionada a esta configuração de produção/trabalho, mas que substancialmente deve ser compreendida de forma particular é a da representação do *morador* e sua existência singular, não vinculado à preexistência de contrato de parceria com o patrão/parceiro. Nesta situação, a representação do morador de uma propriedade não se aproxima da condição de *ser* meeiro, pois a ocupação na propriedade, do *fazer* sua morada, não passa antes por uma relação de trabalho nestes moldes. É que na gênese de sua identidade social, a noção de espaço, de território é preponderante, pois a sua sobrevivência e de sua família, o seu *estar* no mundo depende antes de um lugar para se fazer morada. Assim, o espaço territorial, a propriedade em que faz morada e trabalha, torna-se ordem de importância, a mais elementar em sua constituição enquanto grupo social.

De forma tradicional, “a força de trabalho empregada na parte agrícola da *plantation* açucareira era composta de trabalhadores residentes nos engenhos de senhores de engenho e usineiros, conhecidos localmente como *moradores*” (SIGAUD, 1976, p. 26). Por sua vez, o trabalhador rural que morava no engenho se reconhecia socialmente como um morador daquele engenho, com obrigação não somente de trabalhar para o proprietário daquele lugar, como também para cuidar da casa, da propriedade. Obrigação que outras categorias de trabalho não deveriam cumprir, como os trabalhadores sazonais ou volantes, pois eram considerados *de fora*. Logo, a aparente segurança de “possuir” uma morada, de ter trabalho “assegurado”, representações projetadas pela grande propriedade produtora, elaborava uma economia moral muito singular para a sua ideologia de mundo, de vida.

Nos ciclos do algodão, no sertão da Paraíba, esse tipo de sistema sustentou o trabalho nas lavouras, tornando-se indispensável enquanto uma forma de trabalho, inclusive extrapolando todas as possíveis previsões de seu fim, que deveria acompanhar

a falência do algodão, mas que ainda continua presente em muitas propriedades rurais do Médio Sertão. Com especificidades em relação à representação social, os antigos moradores das fazendas de algodão no Sertão Paraibano diferiam dos moradores dos engenhos da cana-de-açúcar na Zona da Mata Paraibana, possuindo um *ethos* particular que somente se ajusta aquele espaço e tempo social por eles constituídos. Não sendo por isso possível verificar, como exemplo, a reprodução das mobilizações políticas, que foram tão presentes no campo da Zona da Mata Paraibana, enquanto que somente o silêncio se fez sentir no rural sertanejo.

De forma geral, a presença do morador no meio rural nordestino, independente da territorialidade e lavoura instituída, desde o início do século XIX, revela a condição da força de trabalho “livre” em um mercado que não a comportava, e, sobretudo por ser presidido pela escravidão, monocultura e rigidez do patriarcalismo. Por isso, o esmagamento socioeconômico incidente sobre o trabalho escravizado foi aos poucos se transferindo para o trabalhador livre, no sentido que a utilização da força do trabalho dos moradores não se restringia aos engenhos ou fazendas de algodão. Ora, os serviços prestados pelos moradores aos grandes proprietários eram diversificados, desde a manutenção da segurança da propriedade rural até o emprego da sua força de trabalho na lavoura, pecuária e serviços domésticos (KOSTER, 1978).

Já o grande proprietário, por sua vez, com poder absoluto sobre seus domínios, exigia um tipo específico de relação social com o *seu morador*, uma espécie de sociabilidade instituída de cima pra baixo, em que o *coronel* merecia antes de tudo respeito e obediência. Essa superioridade e dominação do patrão/senhor/coronel sob seus trabalhadores/moradores era estabelecida mesmo no cotidiano da vida social, num discurso ideológico de sujeição à terra, no que tange sua posse ou ausência, através da uma reprodução da ideia de que: era possível ser proprietário através do trabalho.

É fato, que numa época em que o latifúndio e poder de seus donos impediam que os homens livres tivessem acesso à pequena propriedade, a possibilidade de *vir a ser* um proprietário instalava-se com facilidade na consciência dos trabalhadores que viam a moradia como uma aproximação para a realização de tal feito. Isso porque era comum, nos acertos da morada, em particular nas fazendas do sertão, que o morador ao se fixar nas terras do grande proprietário, cuidaria do gado, recebendo como pagamento pelos seus serviços o filhote de vaca, podendo assim iniciar seu projeto de criação de reses. E se o arranjo produtivo progredisse com uma quantidade razoável de animais e dependendo da relação de moradia instituída, o morador ainda poderia arrendar uma

pequena porção de terra na propriedade para o aumento de sua criação dos animais – caso, não fosse cedida a faixa de terra pelo proprietário, ou ainda melhor: comprar alguma extensão de terra, tornando-se assim um pequeno proprietário. Infelizmente, o contingente de moradores que conquistaram sua propriedade da terra foi muito pequeno, um número irrisório quando situado no universo da região do médio sertão.

Para alguns estudiosos, a grande propriedade formada pela fazenda, reproduzia práticas de “servidão inconsciente”, como concluiu Alberto Passos Guimarães (1981, p. 71), ao analisar a obra *Os Sertões* (1940)³⁶ de Euclides da Cunha, quando este último explica as relações de produção entre o grande proprietário e o vaqueiro através da estratégia de “quarta das crias”, evidenciando a sobrevivência de um “feudalismo achambocado”, em que os vaqueiros são meros “servos submissos” do senhor de terras que mal conhece o vasto domínio que possui, já que por vezes nem reside em sua propriedade.

Porém, tal consideração será discutida no IV capítulo, com a noção de economia moral na constituição de regras e normas de convivência, quando será possível verificar racionalidades específicas de manutenção e reprodução das relações de produção e trabalho, entre o grande proprietário e os moradores-meeiros/vaqueiros, com suas estratégias e táticas de dominação e resistência.

³⁶ CUNHA, Euclides. *Os Sertões*. Rio de Janeiro, 1940, pag. 124.

CAPITULO III

A GRANDE PROPRIEDADE RURAL EM PATOS DO MAJOR MIGUÉ: ENTRE O DOMÍNIO DO ALGODÃO E DA POLÍTICA

*Se tens capital és burguês,
Se tens trabalho és trabalhador,
Mas se tens terras és rei!*

No início do século XIX, as transformações sociais ainda se processavam de forma frouxa e arrastada, em virtude do sistema econômico dominante da época, marcado pelo autoritarismo patriarcal que ordenou e que até hoje sombreia o rural das regiões do Brasil. A chamada Crise Colonial, nesse sentido, não foi nada menos que algumas alterações experimentadas nas relações sociais de produção, já que a posição do trabalhador escravizado, do ponto de vista socioeconômico tomava direção às mudanças para uma nova forma de exploração. Tal propensão partia de uma ideologia liberal-burguesa, que fabricava na Europa teorias econômicas³⁷ que não davam apoio à produção baseada no trabalho escravo, encorajando a utilização das energias do trabalhador livre.

Mesmo com essa tendência geral da economia capitalista, Portugal procurava insistir em sua política colonialista tradicional, ainda que tendo em vista os altos custos de produção sob o regime de trabalho escravista se comparados com os custos de produção sob o regime de exploração do trabalhador livre. Tais custos de produção eram transferidos para o produto, e na circulação das mercadorias, no momento das trocas entre Colônia e Metrópole. Com esta situação, Portugal vinha sendo pressionado,

³⁷ Quando Adam Smith, em 1776 condena o trabalho escravo e a política monopolista da época, está desenvolvendo teorias necessárias às pretensões da burguesia industrial europeia em universalizar a exploração da força de trabalho livre. Um de seus seguidores e sucessor, Jean Baptiste Say, em trabalho de economia (publicado em 1803), insiste em alertar os dominadores burgueses da Europa para o fato de que os produtos obtidos das colônias não apresentavam as mesmas vantagens dos séculos anteriores (MOURA, 1980).

aos poucos pela política econômica europeia³⁸ até, por fim, se enquadrar na nova realidade de tendência à economia mundial, liderada pela Inglaterra³⁹.

Por aqui, no Nordeste do país, não obstante a libertação dos escravos achar-se ainda distante, pois somente ocorrera em 1888, já se delineava a utilização da força de trabalho do agregado ou morador, que supria a relativa falta de mão-de-obra, como bem descreve Henry Koster⁴⁰ sobre o contrato de trabalhadores livres para o seu engenho:

“Hávamos perdido muito tempo e as canas deveriam ser plantadas para a safra no ano imediato. *Os negros de minha propriedade não eram suficientes para a labuta e contratei trabalhadores livres e, em pouco tempo, trinta ou quarenta homens, alguns com suas famílias, vieram morar nas terras do engenho.* Muitos ergueram choças de coqueiros que se tornaram residências, poucos construíram cabanas de barro” (KOSTER, 1978, p. 230) (grifo meu).

Pelas palavras de Koster se pode pensar que nas épocas de intensificação do trabalho nos engenhos ou nas fazendas, o trabalhador livre estava à disposição para vender, ou melhor, oferecer, sua força de trabalho, representando uma reserva de mão-de-obra; e que uma das formas do trabalhador livre se tornar morador de grandes propriedades seria se fixar nas terras da propriedade, através de eventuais contratos de trabalho.

Cabe destacar, que sobre esta categorização de **trabalhador livre** - que antes da Abolição de alguma forma já substitui, parcialmente, a servidão negra, e que mais à frente incidirá por completo sobre o trabalhador escravizado, representando a “nova” força de trabalho nas grandes lavouras - José de Souza Martins, em seu primeiro capítulo do *Cativeiro da Terra*, apresenta uma acentuada preocupação com o uso

³⁸ Cabe destacar que a força de concorrência entre os países colonizadores pressionava o livre comércio, graças à redução dos custos de produção proporcionada pela intensificação da produtividade através das constantes revoluções dos meios de produção, o que significava a intensificação da exploração da força de trabalho livre constituindo uma nova forma de sujeição a que o trabalhador passa a ser submetido.

³⁹ O planejamento e a organização da produção na Inglaterra, pelos detentores dos meios de produção daquele país, centralizavam, aos poucos, os investimentos de capital nas unidades produtoras, que adquiriam notável importância em relação às aplicações de capital, direcionadas para o comércio em épocas anteriores. Tal situação significou uma mudança gradativa para os investimentos, cada vez maiores, serem aplicados em bens de capital com suas respectivas modernizações nos meios de produção. Devido à elasticidade dos mercados consumidores mundiais, dada a transformação experimentada da produção pela Revolução Industrial, principalmente na Inglaterra, a burguesia industrial abandonara a prática concreta de mercados fechados.

⁴⁰ Escolhemos utilizar nesta parte introdutória algumas descrições do viajante inglês Henry Koster que observou situações diversas da região Nordeste, deixando escrito volume de informações de grande valor histórico. Tais testemunhos encontramos na obra:

KOSTER, Henry. Viagens ao Nordeste do Brasil. Tradução de Luís da Câmara Cascudo, 2 ed. Recife, Ed. Departamento da Cultura (órgão da Secretaria da Educação e Cultura do Estado de Pernambuco), 1978.

recorrente do termo trabalhador assalariado na definição deste trabalhador que substituiu o trabalho escravo. Anuncia que tal modalidade é utilizada por prestigiosos estudiosos, a exemplo de Caio Prado Júnior, que em sua obra *História Econômica do Brasil*⁴¹, observa que a lavoura cafeeira se baseou “na grande propriedade monocultural trabalhada por escravos negros, substituídos mais tarde [...] por trabalhadores assalariados” e por Florestan Fernandes⁴² que assinala em seus estudos sobre o negro e a escravidão, como a abolição da escravatura “expeliram, de modo mais ou menos intenso, o negro e o mulato do sistema capitalista de relações de produção no campo” (MARTINS, 2013, p 27 e 28). Martins ainda se debruça a citar autores mais recentes, como Sergio Silva, e sua obra *Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil*⁴³ na qual evidencia que “com a imigração massiva, o trabalho escravo cedeu lugar ao trabalho assalariado nas plantações de café” e o autor Boris Fausto⁴⁴ que afirma “que o momento decisivo em que se constituíram relações capitalistas de produção na área de São Paulo ocorreu com liquidação final do sistema escravista e a entrada das grandes levas de imigrante” (MARTINS, 2013, p. 28). Porém, para Martins é preciso cautela e mesmo a supressão do termo trabalho *assalariado* nesta conjuntura de crise do trabalho escravo e prefere o uso único e adjetivado de trabalho *livre*, pois à medida que os próprios pesquisadores descrevem as relações de trabalho que predominam na substituição do escravo pelo trabalhador livre, baseadas na produção direta dos meios de vida necessários à reprodução da força de trabalho, já se constata que tais relações não podem ser definidas como capitalistas (nem o trabalho como assalariado) senão através de muitos e questionáveis artifícios. E sendo uma questão de método, em prol do procedimento classificatório, por vezes descartam a reconstituição das relações e tensões que se expressam nas formas assumidas pelo trabalho.

Esta orientação de Martins, que provém de uma reflexão mais ampla e complexa sobre a produção capitalista de relações não capitalistas de produção, cujo lugar de investigação está no regime de colonato nas fazendas de café do sudeste do

⁴¹ JUNIOR, Caio Prado. *História Econômica do Brasil*, 6. Ed. São Paulo, Brasiliense, 1961 (p. 169-170).

⁴² FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo, Dominus/Editora da Universidade de São Paulo, 1965, vol. I (p. 20).

⁴³ SILVA, Sérgio. *Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil*. São Paulo, Alfa-Mega, 1976 (p. 50).

⁴⁴ FAUSTO, Boris. *Trabalho Urbano e Conflito Social. (1890-1920)*. São Paulo/Rio de Janeiro, Difel, 1976, (p. 17).

país⁴⁵, nos indica um caminho, uma proposta de reflexão para a compreensão substancial da singularidade do trabalho livre dentro do sistema de moradia, que sustentou as fazendas e engenhos do Nordeste, representando uma nova forma de opressão desencadeada pela camada dominante sobre a camada de trabalhadores despossuídos de terra.

É possível identificar tal realidade a partir das relações sociais de produção organizadas em tal sistema, no qual o trabalhador, morador das fazendas de gado e terras dos engenhos, realizam uma pluralidade de atividades: que inicialmente reforçava o contingente de trabalhadores escravizados, indo até a função de resguardar as fronteiras da propriedade. Em troca destas ocupações, era permitido o morador manter um “roçado” e uma pequena habitação dentro das terras do patrão, como apresenta Koster:

“Uma propriedade contém geralmente muito mais terras de que o dono possa gerir ou trabalhar, mesmo sob o sistema extravagante de deixar um terreno abandonado para ir-se cultivar n’outro. Chama-o extravagante porque exige muito mais tempo para a exploração e determina maior esforço do que necessário. Essas sobras de terras dão lugar às habitações do povo livre, das classes pobres, e que vive com o magro resultado do seu labor. A posição que essas pessoas têm nessas terras é insegura e essa insegurança constitui um dos grandes elementos de poder que um latifundiário desfruta entre os moradores. Nenhum documento é escrito, mas o proprietário da terra autoriza verbalmente o morador a erguer sua casinha num terreno, habitando-a, sob condições de pagar uma renda mínima, de quatro ou oito mil réis, um ou dois guinéus, ou pouco mais, e lhe permite cultivar o que possa fazer pessoalmente, mas a renda aumentará se for auxiliado por alguém. Às vezes, na condição verbal, dispõe-se que o rendeiro deverá prestar certos serviços em vez de pagar o foro em moeda, que era comum. O serviço requerido, é desde levar recados a ir verificar se as matas estão postas ou destruídas por pessoas sem permissão, além de outros encargos” (KOSTER, 1978, p. 343 e 344).

Essa era uma das maneiras de pessoas livres se tornarem moradores exercendo as mais diversas funções, onde variadas relações sociais eram desenvolvidas com os donos de terras conforme as atividades econômicas em que o morador era envolvido. Em tal situação, nota-se uma tendência para o subemprego do morador, evidenciada

⁴⁵ Segundo Martins, diante do esgotamento do escravismo e da inevitabilidade do trabalho livre, o Brasil decidiu, em 1850, pela cessação do tráfico negreiro, desse modo abreviando e condenando a escravidão. Em algumas regiões do país se fez a opção pela imigração de estrangeiros, trabalhadores livres. De forma geral parecia que o fim do latifúndio estava próximo, junto de uma sociedade aristocrática, nascida com a economia escravista. Porém, a Lei de Terras, que instituiu um novo regime de propriedade (em que a condição de proprietário não dependia somente da condição de homem livre, mas também de pecúlio para a compra de terras) destituiu a possibilidade de reforma e levando a continuidade de uma economia concentracionista.

pelos tipos de serviços prestados ao grande proprietário, ao mesmo tempo em que se constituía reserva de mão-de-obra.

Vale salientar que as relações estabelecidas iam além do processo de trabalho, pois com a estada dos moradores nas terras dos grandes proprietários, por anos a fio, estes acabam por desenvolver um tipo de relação de dependência com a propriedade, que lhe propiciava residência e trabalho, bem com o proprietário desta terra, através da apadrinhagem e da troca de favores, meios significativos de construção e permeação de laços intrínsecos entre estas distintas categorias sociais.

Na Província da Paraíba, na primeira metade do século XIX, a participação da mão-de obra livre começava a ter importância tanto na economia açucareira e algodoeira, como na pecuária, graças aos sucessivos aumentos nos preços dos escravos⁴⁶, principal motivo que evidencia a progressiva utilização da força de trabalho do trabalhador livre. Ainda segundo Koster:

“Nos pontos das regiões que visitei, o povo livre prepondera consideravelmente e em nenhum dos distritos que conheço os escravos são superiores aos homens livres na relação de três por um. Os engenhos de açúcar na Província da Parahyba não estão completamente abastecidos de escravaria e não há propriedade sem uma certa porção de terra ocupada por famílias livres. As povoações, por igual, são quase exclusivamente compostas de pessoas livres” (KOSTER, 1978, p. 427).

Neste capítulo - que se apresenta trazendo considerações sobre a formação do trabalho livre, calcadas no pressuposto de uma sociedade com gradações variadas de relações sociais de produção, impostas pela colonização portuguesa – buscar-se-á evidenciar como tal modalidade de trabalho, disposta em torno de um sistema específico, denominado de Moradia, exercerá importante função na organização interna da grande propriedade rural, que por sua vez, com o poder exercido pelos seus senhores, exigirá um tipo particular de relação social: uma ligação de lealdade e obediência do morador para com o proprietário ou “coronel”. Caberá aqui observar como essa superioridade do dominador é elaborada a partir das trocas simbólicas cotidianas e como os padrões de autoridade são herdados e reproduzidos, em detrimento de uma camada social já esmagada economicamente desde a sua constituição.

⁴⁶ Embora o emprego do braço escravo na pecuária fosse de grande significado conforme os estudos de pesquisas cartoriais mostrados por Diana Soares de Galliza, em seu trabalho intitulado: O Declínio da Escravidão na Paraíba, 1859-1888. Koster, por sua vez, através de suas andanças, também enfatiza a respeito da utilização de escravos na pecuária e na lavoura algodoeira, inclusive, assinalando os motivos pelos quais se concentravam os contingentes de escravos do Nordeste do Brasil (KOSTER, 1978).

Para a realização destas primeiras reflexões, situamos as questões no contexto da do sistema de produção presente na história agrária da região de Patos, no sertão paraibano, lugar desta pesquisa. A existência das grandes lavouras e as mudanças por ela sofrida, no que diz respeito a estrutura interna em tempos recentes, tornou-se importante objeto de investigação de grandes cientistas sociais que se debruçam sobre as transformações sociais ocorridas no mundo agrário, a exemplo de Moacir Palmeira⁴⁷, Afrânio Garcia Júnior⁴⁸ e Lygia Sigaud⁴⁹. Com a orientação de tais referências, fundamentais para a retomada de tal temática estudada, buscaremos reconstruir tal discussão, agora no caso particular, da **grande lavoura de algodão**, que alimentou a composição da fazenda sertaneja de criação de gado e seu sistema de moradia.

Diferente da *plantation* cafeeira e da *plantation* açucareira, esta última de grande presença no estado da Paraíba, a *plantation* algodoeira faz parte de uma lacuna evidente nos estudos sobre os processos sociais da região sertaneja de tal estado, sendo portanto propícia a problematização de como se deu tal prática produtiva nas grandes propriedades da região sertaneja, bem como a grande crise que expulsou a produção, se fazendo necessário a interpretação da sociabilidade construída dos que ali participavam (fazendeiros e moradores), bem como de sua reconstrução, após o declínio do consorciamento algodão-gado-moradia, a ser revelada em outras seções.

Neste caso particular da lavoura algodoeira na grande propriedade rural do sertão paraibano, cuja manutenção se dava através de um sistema singular de moradia - composta essencialmente por categorias sociais, aqui nomeadas como meeiros-trabalhadores do algodão e vaqueiros – teve também em sua estruturação a presença da política oligárquica, cujas *benesses* cruzavam a parte privilegiada dos domínios rurais. Em tal situação, há de se constatar que tais grupos, desde os mais antigos, que formavam as bases políticas locais eram os grandes fazendeiros do lugar, logo se fazendo perceber a grande propriedade rural como uma *estrutura estruturante* da política sertaneja.

Tal constatação implicará na investigação sobre a constituição deste tipo de grupo, que denominamos aqui de elite agrária sertaneja, pela sua especialidade na

⁴⁷ PALMEIRA, Moacir. Casa e Trabalho: Notas sobre as Relações Sociais na Plantation Tradicional. In: Continuidades e Mudanças no Brasil Rural. Org.: Cardoso de Oliveira, R. e Maybury-Lewis, 1976.

⁴⁸ GARCIA, Jr., Afrânio. Terra de Trabalho. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1983.

⁴⁹ SIGAUD, Lygia M. Greve nos engenhos. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1980.

concepção de um modo de ser e de viver dentro do Sertão Paraibano. Não obstante, apresentaremos uma personagem que incorpora tal situação, o Major Miguel Sátiro e sua família descendente, representantes do poder agrário e político, como uma típica elite sertaneja.

3.2 A LAVOURA DE ALGODÃO E O BINÔMIO FAZENDA-MORADIA

A grande lavoura, dos engenhos e das fazendas foi a grande responsável pela perenidade da hierarquia social do universo colonial. Paradoxalmente, também passou a existir como a força motriz nos rumos da modernização do Brasil, e depois como um objeto especial de investigação capaz de fundamentar a compreensão da formação econômica e social do país.

Em uma análise minuciosa sobre os estudos realizados sobre a questão agrária no Brasil, Garcia e Grynszpan⁵⁰ apresentam desde autores de livros clássicos, como *Gilberto Freire*⁵¹ (1933), *Sérgio Buarque de Holanda*⁵² (1936) e *Caio Prado Junior*⁵³ (1942) até pesquisas mais recentes das áreas das ciências sociais e econômicas que tratam do tema da grande lavoura e da herança material e simbólica de seus domínios, como base para o entendimento da formação econômica, política e social do país. Com abordagens distintas, estes autores, especialmente os últimos citados responsáveis pelo pensamento social brasileiro, conferem as *plantations* com o seu universo colonial a instituição das hierarquias sociais, como legado.

Nestes termos, conforme analisa Garcia e Grynszpan: “em *Gilberto Freire*, a especificidade dos padrões de domesticidade da grande lavoura marcou de forma indelével as formas de reprodução correntes de amplos contingentes populacionais” (1999, p.313). Tal reflexão, centrada no tema sobre a sociabilidade na vida familiar, significa que: as *plantations* brasileiras possuíam uma especialidade quanto a sua morfologia social, analisada aqui a partir de padrões de sexualidade, nesta conjuntura, instaurados: como a poligamia dos senhores das terras, que unidos com mulheres

⁵⁰ GARCIA Jr., A.; GRYSZPAN, M. Veredas da questão agrária e os enigmas do grande sertão. In: O que ler em ciências sociais. Sérgio Miceli (org.) São Paulo: ANPOCS, 1999.

⁵¹ FREYRE, Gilberto. Casa Grande & Senzala. Ed: Schmidt, Rio de Janeiro, 1933.

⁵² HOLANDA, Sergio Buarque. Raízes do Brasil. Ed: José Olympio, Rio de Janeiro, 1936.

⁵³ PRADO, JR., Caio. Formação do Brasil Contemporâneo. Ed: Brasiliense, São Paulo, 1946.

preferencialmente brancas, se apropriavam dos serviços sexuais de suas escravas negras e índias dando lugar a uma prole de mestiços, cujo destino estava nas mãos desses patriarcas brancos ou por muitas vezes da Igreja, de alguma forma também subordinada a instituição da Casa Grande. Esta proliferação de nascimentos de crianças sem pais definidos legalmente, acabava, mais a frente, por engrossar o contingente de moradores e agregados nas grandes propriedades rurais. Sobre esta situação, Henry Koster assim se expressa:

“O estado da sociedade, o clima e o celibato de um numeroso clero, determinam a cifra de filhos ilegítimos, verdadeiramente avultada, mas aqui a “Roda dos Enjeitados”, tradição que demonstra a natural bondade do povo, previne as frequentes ocorrências de infanticídio, ou melhor, torna-o quase desconhecido. A criança é comumente depositada durante a noite, à porta de uma residência rica e ao ser encontrada pela manhã e recolhida, é quase invariavelmente sustentada, e criada entre os filhos de casa (se a cor não é completamente escura a admitem nesse meio), *certamente como um doméstico, mas não como servo*, e mesmo a negrura de sua tez não a afasta de ser instruída entre os meninos brancos” (grifo meu) (KOSTER, 1979, p. 376).

Importa destacar, que essas pessoas mesmo não sendo consideradas como servís, jamais se poderiam libertar da condição discricionária em que eram colocadas. Sua posição social não poderia ser a mesma da elite dominante. Mesmo assim, em relação à maioria dos “enjeitados”, esses indivíduos eram felizardos, pois sua condição de agregado já estava definida. Essa situação reflete um dos motivos pelos quais os graus de relações sociais eram variáveis entre agregados e os grandes proprietários.

Todavia, uma considerável parte dos “enjeitados” não tinha a mesma sorte daqueles que eram depositados à porta de uma residência rica e assim, eram depositados em instituições religiosas como testemunhou Koster ao enaltecer um convento de Pernambuco:

“A melhor instituição de que Pernambuco se pode orgulhar é a Roda dos Enjeitados. Crianças de nascimento clandestino são recolhidas, tratadas, educadas e colocadas socialmente. Toda a gente sabe o que vem ser a Roda, caixa cilíndrica aberta apenas de um lado, fixada no muro onde pode mover-se sobre um eixo. Perto está o cordão da campainha, de advertir o pessoal do convento. Uma abertura está sempre pronta a acolher os recém-nascidos. A sineta toca, a Roda gira. Por esse meio salvam a existência de muitos indivíduos e a honra de vários outros. Não se imagine que os nascimentos sejam demasiadamente frequentes graças a existência desta instituição. Ela afasta para as mães os motivos de uma ação desumana e pode, algumas vezes, determinar a regeneração da conduta, pela facilidade com que as faltas irreparáveis e as fraquezas foram ocultadas” (KOSTER, 1978, p. 56)

Não é difícil deduzir que essa massa de pessoal “enjeitada” colocada *socialmente* tivesse sua ascensão dificultada devido ao caráter rígido da sociedade escravista, no início do século XIX, no Nordeste do Brasil. E que parte considerável dessas pessoas não escravizadas, mas completamente desfavorecidas, eram esmagadas socialmente porque passavam a compor a sociedade rural, onde já se avolumava a massa oprimida pela minoria dominante. Essa situação social dava margem a existência de uma mobilidade que quebrava a rigidez da sociedade rural nordestina aumentando a população livre, formando as camadas sociais intermediárias ao mesmo tempo em que se acelerava a reprodução de trabalhadores desprovidos de propriedade. A pauperização das camadas oprimidas tomava rumos diversos que compreendiam desde o agregamento e moradia à chamada criminalidade e mendicância.

Seguindo outra vertente para a problematização da hierarquia social da *plantation* nos domínios rurais, *Sergio Buarque de Holanda* - segundo Garcia e Grynspan, constrói uma reflexão centrada no processo de construção do Estado Moderno, já que para ele os descendentes de senhores de escravos pareciam estar submetidos apenas as paixões em detrimento da razão, não tendo como freios as normas do Estado Moderno, constituindo, estes “homens cordiais”, um obstáculo para a implementação da democracia como forma de institucionalização do espaço público (1999, p. 314). Outros autores salientam também a questão dos padrões de autoridade herdado dos domínios rurais, como o fenômeno social do *coronelismo*, que para Nunes Leal é uma forma de “incursão do poder privado no domínio político” (1997, p. 275). E com ressalvas, ele explica:

“Não se pode, porém, reduzir o “coronelismo” a simples afirmação anormal do poder privado. É também isso, mas não é somente isso. Nem corresponde ele a fase áurea do privatismo: o sistema peculiar a esse estágio, já superado no Brasil, é o patriarcalismo, com a concentração de poder econômico, social e político no grupo parental. O “coronelismo” pressupõe, ao contrário, a decadência do poder privado e funciona como processo de conservação de seu conteúdo residual” (LEAL, 1997, p. 276).

No Brasil, conforme Emílio Willems “o patrimonialismo lançou raízes nas estruturas políticas locais dominadas por latifundiários” (1945, p. 6). E explica:

“Se uma pessoa vem ocupar um posto de comando na organização político-administrativa, não é raro presenciar-se a ascensão de grande número de pessoas da “terra dele”. Não só parentes de todos os graus, mas também amigos de infância, antigos colegas de trabalho, vizinhos, parentes e amigos desses vizinhos e amigos ocupam cargos “de responsabilidade” ou de

“confiança” em torno do novo potentado. O chamado familiarismo e outras formas de nepotismo podem ser classificados como aspectos do patrimonialismo. Já que se baseia em relações de lealdade e confiança pessoal e, é óbvia a vantagem que traz a preferência dispensada a parentes, amigos e conhecidos, expostos ao controle da mesma estrutura local” (1945, p. 7).

Decorrentes destes fenômenos de autoridade remanescentes de privatismo, destacamos o mandonismo, o filhotismo e o falseamento do voto, que serão abordados nesta seção. Sendo que quaisquer que sejam, o elemento motor deste tipo de liderança é a figura do coronel, com titulação conquistada na maior parte das vezes pela sua condição de proprietário rural, fazendeiro, que para a massa de trabalhadores pobres é considerado um rico, capaz de assisti-los nas dificuldades da vida, pois é ele quem lhe dá um pedaço de terra para plantar, quem lhe cuida numa enfermidade e o advoga junto às autoridades, criando-se desta forma, um poder absoluto, que a própria lei desconhece, imposto pelas contingências do meio.

Por sua vez, a contribuição de *Caio Prado Junior*, desloca o foco da questão do autoritarismo no domínio público para a uma perspectiva econômica, principalmente no âmbito da produção e circulação de bens de tal sistema produtivo. Segundo interpretação de Garcia e Grynspar:

“Caio Prado Junior entende que a adoção de uma perspectiva marxista implicou a análise dos movimentos da grande lavoura como legados à exportação de bens agrícolas e matérias-primas coloniais para os centros europeus, e que constituíam grande obstáculo a industrialização do país e a todo processo de desenvolvimento econômico, social e político a ela relacionado. A organização produtiva e os circuitos comerciais foram estruturados de modo que a formação social brasileira sempre caberia um papel subordinado na divisão internacional do trabalho, ou seja, a emancipação do Brasil contemporâneo encontrava o seu limite na herança do Brasil colonial” (1999, p. 315).

Como um dos principais expoentes do debate sobre feudalismo-capitalismo, Caio Prado Júnior, defende em suas obras a natureza capitalista da sociedade brasileira e as conseqüentes implicações sobre seu processo de transformação. E segundo Wanderley, “para Caio Prado Júnior no centro das questões estavam as relações sociais de trabalho e produção predominantes na agricultura brasileira, por ele considerada não como restos feudais, mas como sobrevivência do sistema escravista, existente no Brasil até 1888” (2011, p. 24). Nesse sentido, conforme Nazaré Wanderley, o capitalismo que se reproduz no Brasil tem particularidades que decorrem de sua condição colonial regional, da significação estrutural do sistema de escravidão e da importância histórica

da concentração da terra, como elemento central de controle dos recursos produtivos e do poder político (2011).

Todas estas reflexões acima apresentadas abrem caminhos para o aprofundamento investigativo sobre a constituição, manutenção e reprodução do binômio fazenda-moradia, presentes desde a realidade histórica da *plantation* até uma nova realidade agrária, decorrente de processos econômicos, políticos e sociais, ainda em curso no Brasil. O desafio posto está não somente na compreensão das transformações ocorridas na grande propriedade, cuja característica peculiar, no presente estudo, é a sua participação fundante na indústria do criatório nos sertões do norte e de sua inserção no sistema produtivo monocultor do algodão, mas também na atualização do sistema de moradia, que não se esvazia por completo após a grande crise da falência do sistema produtivo algodoeiro, principal responsável pela estruturação econômica da força produtiva e de trabalho das fazendas sertanejas.

Frente a isso, é necessário destaque sobre a constituição da Fazenda Sertaneja, que diferentemente dos Engenhos, que cultivou o poder da aristocracia açucareira a partir de uma economia colonial de exportação, a mesma teve sua formação com a economia do gado, responsável pela interiorização no Nordeste do Brasil e pelo sustento alimentar do litoral e de outras zonas do Brasil. No entanto, tal economia foi deslocada para um plano complementar ou secundário na história econômica do Nordeste, explicando a farta produção científica e literária do ciclo da cana-de açúcar, em detrimento da modesta pecuária, como economia de autoafirmação regional.

Segundo a historiografia, as fazendas de gado do Sertão da Paraíba foram inicialmente implantadas nas Ribeiras do Piancó, Piranhas e das Espinharas, do Sabugi, do Patu e do Rio do Peixe. Partindo destas premissas, vale lembrar tal elemento, formador da economia sertaneja, remonta ao período de pré-colonização, com o surgimento do interesse dos desbravadores pelas riquezas existentes nas Espinharas a partir da condição do solo propício para a pecuária, regado pelas fartas águas do seu rio e a possibilidade da mão-de-obra dos índios. Seguindo esta linha de pensamento, a conquista da Paraíba, do Sertão do Espinharas, se insere no quadro geral da colonização portuguesa no Brasil que, no século VXII se concentrou no litoral, mas que no século VXIII já estava no interior com as primeiras fazendas de gado.

Em 1855, época em que a Vila de Patos contava com a sede e os distritos em Santa Luzia e Teixeira, a fonte de economia rural girava em torno da criação de gado e da produção de algodão, feijão, milho e mandioca. Para se ter uma ideia mais concreta

do panorama daquela época, faz-se aqui a reprodução, do expediente encaminhado pela Câmara Municipal de Patos, no dia, 27 de junho de 1857, em resposta à circular do presidente da Província, contendo informações a respeito das condições econômicas do município, nos seguintes termos:

“Este município, criado em 1833, pela execução do Código do Processo não lhe foi concedido patrimônio algum, e para ocorrer as despesas indispensáveis lhe foi concedido o rendimento dos dízimos de lavouras e gado do evento denominado barbatões, tudo como consta dos balanços que com este vai incluso. A indústria dos habitantes deste município consiste na criação de gados e agricultura nos terrenos que lhe são próprios. A primeira sofre imensas contingências já pelas secas sucessivas, já por enfermidades contagiosas que perseguem e já, finalmente, pelos excessivos furtos em todas as classes de gados, e para melhoramento dessa mesma indústria lembramos em 1º lugar a factura de diversos açudes em determinados lugares com o que se minorará o sofrimento das secas; 2º, uma providencia legislativa que torne público o crime de furto; em 3º, a criação de dois registros nos lugares da Pedra D’água e Viração deste Termo, para serem registradas as boiadas e cavalarias, afim de conhecer os gados extraviados pelos condutores à feira. Uma outra providência legislativa não deve ficar em olvido, e vem ser a reforma do art. 46 do Decreto nº 160, de 09 de maio de 1842, marcando espaço pelo menos de oito anos para serem considerados gados do evento os que forem encontrados sem dono, para que não aconteça arrematar-se gados apenas aqui aparecidos como se acham denunciados e compreendidos nos editais pois sendo este município cortado de duas estradas gerais, a de Pombal e Piancó, vindo do Ceará e Piauí, imensos são os gados que por aqui ficam semanalmente, com o que seus donos o consideram perdidos, visto que depois de arrematados, e pagas as despesas, o restante não chega para as custas de uma justificação que se tem que dar para a extração do dinheiro na tesouraria atento o nosso regulamento de custas. O expediente foi aprovado com sessão extraordinária pelos vereadores Jovino Machado da Costa, Liberato Cavalcante de Carvalho Nóbrega, Victor de Sousa Cavalcanti, Jeronimo José da Nobrega Junior e Antônio Alves de Albuquerque”.

Aliada a esta indústria criatória, a cultura de algodão no sertão, particularmente em Patos, começava a ganhar corpo. E se antes já compunha uma economia de subsistência, voltada principalmente para o sustento de seus habitantes, no século XIX já se consagra como importante produto comercial, chamando para si o foco das atenções. Neste tempo, “cada criador procurou, então, fazer-se lavrador de mocó, ocupando-se nessa tarefa as famílias de seus vaqueiros e, depois gente especialmente atraída para os novos cultivos, povoando ainda mais os sertões semi-áridos” (RIBEIRO, 1995, p. 346). Daí em diante, o algodão foi fincando ainda mais suas raízes, ganhando mais espaço e modificando a paisagem sertaneja, chegando a ocupar áreas até então consideradas impróprias para o cultivo.

A Vila de Patos, conforme cita o Almanaque da Paraíba, que em 1892 contava com uma “população estimada de 800 almas”, já possuía em seu interior 11 bolandeiras,

um maquinário usado para descaroçar o algodão, de propriedade: do **Capitão Manoel Gomes do Santos**, de Severino Cesar Melo, do Capitão Roldão Meira de Vasconcelos, do **Capitão Silvino Xavier dos Santos**, de Martinho Moreira, de João Augusto de Sousa, de Canuto Alves Torres, de Augusto Pereira Monteiro, do Capitão Lourenço Dantas Correia de Góis e do Alferes Antônio Félix de Mendonça, principais fazendeiros produtores da região, cujas terras integravam as 124 fazendas de gado da região, contabilizadas nesta época (1940, p. 67 e 68).

E assim, a região de Patos foi ganhando destaque neste tipo de economia, sobressaindo-se como grande produtor de fibra longa, e estendendo tal realce até os meados da década de 80, já no século XX. Entre as variedades de algodão plantado nessa região, estavam o herbáceo e arbóreo (mocó ou seridó), sendo este último considerado uma planta nativa da região e que talvez por essa razão tivesse maior adaptabilidade às condições climáticas do sertão.

Nesta região, em que as secas se dão de modo muito frequente, as plantações dependiam das chuvas que nos anos regulares ocorriam entre os meses de janeiro a março. Nesse processo eram envolvidos homens, mulheres e crianças, cada qual com suas respectivas funções dentro de um determinado espaço. Desse modo, aos homens ficavam atribuídas as tarefas que exigiam maior força física, como roçar e queimar coivara, abrasando o terreno, enquanto as mulheres e as crianças ficavam encarregadas das tarefas que exigiam menos força física, como revela o antigo trabalhador de algodão e morador da Fazenda Carnaúba⁵⁴ e hoje morador da Fazenda Jerusalém⁵⁵, Seu Geraldo:

“Quando começava a chover... aí meu pai ia plantar algodão, ele ia cavando, aí a gente plantava aquela continha assim... quando ele crescia, pra ficar pouquinho, aí a gente saía arrancando os pezim das covas, pra ficar dois, três, pra ralear, que a gente chamava ralear o algodão” (02 de fevereiro, 2017).

⁵⁴ Nesta época, Seu Geraldo era morador de Pedro Xavier, herdeiro de **Silvino Xavier dos Santos**, proprietário da Fazenda Carnaúba. Hoje a Fazenda pertence a Antônio Andrade e Ivete Satyro Xavier, filha de Pedro Xavier e Antônia Satyro (filha de **Miguel Satyro**, o Major Migué), como antes já anunciado.

⁵⁵ Atualmente Seu Geraldo e seus descendentes residem na Fazenda Jerusalém, em São João do Sabugi, RN, cuja propriedade pertence a Pedro Bonavides e Ieda Satyro, filha de Clóvis Satyro, este filho de **Miguel Satyro** ou Major Migué. Seu Geraldo, que morava na Fazenda Carnaúba desde menino, quando seu pai e avô chegaram a servir o Capitão Silvino, fez a mudança de moradia para a Fazenda Jerusalém a pedido de Clóvis Satyro, que estava a formar pessoal de confiança na sua mais nova propriedade, já que sua dedicação se concentrava na Fazenda Arara, grande produtora de algodão da região. O consentimento foi dado por Pedro Xavier, cunhado de Clóvis Satyro.

Ainda segundo o relato de Seu Geraldo, ajudado nas lembranças por sua esposa, Dona Francisca, a colheita do algodão mocó abrangia um período que ia de setembro a dezembro, numa média que variava entre quatro a seis apanhas. Sendo esse o momento que se necessitava de um maior número de mão de obra. Era o tempo mais festivo de todo processo, pois a lavoura se enchia de rostos jovens e velhos, mulheres e meninos que alegravam a paisagem com suas colchas de retalhos, “bonais de algodão e estopa” e latas de querosene, todos atraídos pelos ganhos trazidos “pela apanha do algodão”, como diz Dona Francisca: “nós ajudava o pai do começo ao fim, três dias nós trabalhava pra fora, pra nós arrumar algum dinheiro, pra gente comprar as coisas da gente que ele só podia dar no fim do ano” (02 de fevereiro de 2017). O final do ano, portanto, era uma data bem esperada por todos que trabalhavam na cultura algodoeira, pois era esse o momento em que o pai da família, após fazer as contas com o patrão, saudando suas dívidas, abastecia a casa não somente com mantimentos, pois as roupas e os calçados entravam também.

Na cotonicultura, as relações entre o proprietário da terra e aquele que trabalhava nela, ocorriam mediante um acordo verbal entre ambos, definindo a forma que mais interessava, entre: a parceria, a meia, a terça, e a quarta, havendo ainda o jornaleiro (trabalho remunerado). Seu Afrânio, morador da Fazenda Tamanduá, conta que neste tempo, anos 60, no seu caso, numa época em que a Fazenda era de outro proprietário, do Senhor Hardman Cavalcante Pinto, a relação definida para o trabalho e produção era a de “meia”. Nesta situação, a produção era dividida ao meio entre o proprietário da terra e o lavrador. Ele conta que esta condição poderia ser concedida a alguém que morando na cidade pedia um roçado o proprietário, ou um morador de condição, “uma gente mais humilde que não possuía habitação e passava a vida toda, ou quase toda, se sujeitando na terra alheia” (14 de julho de 2017).

Além do algodão, o morador, sujeito ativo que sobrevivia na condição de moradia, também plantava outros produtos, como o feijão, o milho, o jerimum, a batata, que era de onde retirava a alimentação básica para a sua família. As condições de vida de tais moradores e agregados variavam de acordo com o posicionamento do proprietário, que poderia ou não permitir que os moradores criassem galinhas, cabras e gado em suas terras (HEREDIA, 1979). Quando isso acontecia, os moradores tinham mais possibilidades de melhorias, “chegando até a conseguir construir uma casa na cidade, com muitas custas de trabalho com algodão e gado”, conforme seu Afrânio, em entrevista em 14 de julho de 2017.

É importante ressaltar, seguindo a história de vida de Seu Afrânio em sua lida com o algodão, alguns detalhes das relações de produção instituídas entre o proprietário e morador: como a prática de um adiantamento de dinheiro, fornecido pelo proprietário ao trabalhador, antes do plantio, para que este último pudesse preparar as terras para serem cultivadas. Por sua vez, tal empréstimo deveria ser pago ao proprietário pelo trabalhador ao término da colheita, quando ambos se reuniam para fazer as contas da produção. Doutor Antônio, proprietário da Fazenda Carnaúba e que foi produtor de algodão, ainda nos esclarece outra situação: em que o fazendeiro, dono da propriedade, exerce a função de atravessador ou intermediário, comprando o algodão ao trabalhador e revendendo a outro comprador (março de 2014).

Desde modo, apesar de o algodão ter atraído para si o foco das atenções, em alguns casos colocando a pecuária em segundo plano, mais uma vez, o que se percebe é que a cotonicultura não a inviabilizou, pois as duas coexistiam bem próximas, num sistema em que uma era auxiliar da outra, pois “enquanto criadores de gado, os fazendeiros permitem o cultivo em suas terras pela palha para o gado” (CLEMENTINO, 1987, p. 85). Desse modo, logo após a colheita, o roçado era aberto e o gado adentrava nele, “fazendo a limpa”, não só da folhagem do algodão, mas também de outras plantações feitas para o consumo, como milho e feijão. Assim, ao mesmo tempo em que se alimentava com a folhagem do roçado, o gado acabava podando o algodão, que no ano seguinte renascia com as primeiras chuvas. Para Pierre Landout, proprietário atual da Fazenda Tamanduá: “era um sistema inteligente e sustentável, biodinâmico, pois poupava o trabalho das lavouras, reforçando o tempo-trabalho” (10 de julho de 2017).

Assim, muitos foram os olhares que se voltaram para o algodão, pois, sendo dele extraído grande parte da riqueza da terra acabava gerando uma expectativa muito forte, até nas pessoas que aparentemente nada tinham a ver com essa cultura, mas que dependiam desse dinheiro para movimentar sua economia. Um exemplo disso encontra-se na figura do bodegueiro, que era muito comum na época vender “fiado” durante o ano para somente receber depois das colheitas. O cunhado de Seu Geraldo, conhecido como Seu Bébé, foi um dos bodegueiros desse tempo e nos conta como a situação ocorria na base da confiança: “a gente anotava na caderneta e pronto. No fim do ano tudo era pago direitinho, não precisava assinar, pois como “forte” maior, estava o cumprimento da palavra, coisa muito honrada pro sertanejo” (02 de fevereiro de 2017). Seu Geraldo, também reforça a importância dada à palavra de honra, seja na compra de algo ou quando se realizava um empréstimo:

“Olhe, que eu me agoniava quando não podia pagar no dia. Ia lá e falava pra botar os juros pra correr e pedia uma outra data. Fazia de um tudo pra assim que o dinheiro corresse, eu ir pagar antes daquele dia. Mas ruim de verdade era dever pro patrão, pro dono da fazenda, era ruim demais, era vergonha demais, porque ele perdia a confiança, né?” (02 de fevereiro de 2017).

O caráter mercantil dado do algodão gerou resultados visíveis, especialmente para aqueles detentores da propriedade cultivada, com uma riqueza proveniente do “ouro branco”, constituindo uma elite singular e marcando a história do município. Também, foi possível, segundo relatos dos nossos informantes, a mudança de condição de vida de alguns dos trabalhadores e moradores que passaram a ser proprietários de pequenos pedaços de terra, ou mesmo tornar-se comerciantes na cidade. No entanto, de forma mais ampla, a maioria dos homens e mulheres que trabalharam no cultivo do algodão guardaram apenas as promessas de ascensão social, através do trabalho, e as lembranças do ouro branco, que brotava nos sertões.

Entretanto, segundo dona Francisca, “como nada é eterno”, a cotonicultura teve seu auge e sua decadência. Essa última será fortemente sentida entre as décadas de 70 e 80 do século XX, quando se terá uma grande crise que esvaziará as lavouras de algodão. No entanto, abordaremos tal contexto de transformações econômicas e sociais que impressionou tanto quanto o tempo de sua expansão apenas mais frente deste trabalho.

3.3 TERRA, HERANÇA E VOTO: GÊNESE DE UMA ELITE AGRÁRIA SERTANEJA

No conjunto de estratégias de investimentos pelas quais os indivíduos ou grupos de indivíduos procuram manter, ampliar e reproduzir o poder dentro de um determinado campo social, a existência da interdependência de capitais é essencial. E neste sentido, como numa necessária complementação, se visualiza deste os tempos mais antigos até ainda recentes uma ligação profunda entre o domínio da grande propriedade rural, representada desde o latifúndio até o atual agronegócio, e o poder político local e central. A articulação destas duas estruturas de poder se realizava, e ainda se realiza, em um jogo conservador de relações paternalistas das forças dominantes, representadas por figuras de posição privilegiada que utilizam seus nomes e sobrenomes de família

para legitimar seu controle e autoridade perante uma classe desprovida de bens materiais e simbólicos, nos mais diversos espaços sociais, público e privado.

Conhecer a forma como estes capitais econômico, político e familiar são operacionados para a perpetuação de grupos dominantes no poder, a relação de poder político e grupos familiares e a questão fundiária e política são objetos de pesquisa de muitos estudiosos, especialmente da sociologia e a antropologia política que ao longo dos anos se debruçam em tais reflexões, dentre outras. De obras clássicas, inicialmente aportamos em *Raízes do Brasil (1936)*, que aborda como o legado personalista da experiência colonial tornou-se um obstáculo para o estabelecimento da democracia nestas terras. Interessa-nos especialmente a terceira seção do livro, em que Holanda mostra o predomínio do ruralismo em face da dependência que se achavam as cidades e vilas da colônia, carentes de toda sorte: de alimentos à representatividade política, haja vista que até as funções mais elevadas cabiam aos grandes proprietários de terras, cuja mentalidade reportava-se ao velho sistema senhorial, conforme o autor:

[...] naquele período, os centros urbanos brasileiros nunca deixaram de se ressentir fortemente da ditadura dos domínios rurais. É importante assinalar tal fato, porque ajuda a discriminar o caráter próprio das nossas cidades coloniais [...] São comuns em nossa história colonial as queixas dos comerciantes, habitantes das cidades, contra o monopólio das poderosas câmaras municipais pelos lavradores. A pretensão dos mercadores de se ombrearem como os proprietários rurais passava por impertinente, e chegou a ser tachada de absurda pela própria Corte de Lisboa, pois o título de senhor de engenho, segundo refere o cronista, podia ser considerado tão alto como os títulos de nobreza dos grandes do Reino de Portugal” (1995, p. 89).

Neste trecho percebe-se o prestígio conferido aos senhores de terras e a pretensão à aristocracia, via concessão de títulos. Esse reconhecimento decorria em grande parte, se não integralmente, da condição de grandes proprietários de terra e especialmente da solidez de seus estabelecimentos, conforme continua Holanda:

“Tudo se fazia conforme sua vontade, muitas vezes caprichosa e despótica. O engenho se constituía um organismo e que, tanto quanto possível, se bastava a si mesmo. Tinha capela onde se rezavam missas. Tinha escola de primeiras letras, onde o padre-mestre desasnava os meninos. A alimentação diária dos moradores, e aquela que recebia os hóspedes, frequentemente agasalhados, procedia das plantações, das criações, da caça, da pesca proporcionadas no próprio lugar. Também no lugar montavam-se as serrarias, de onde saíam montados os mobiliários, os apetrechos de engenho, além da madeira para as casas” (1995, p. 80).

Com esta conjuntura de distinta autonomia em relação ao ambiente urbano, as fazendas de gado e de lavouras eram consideradas pela parte pobre e dependente como lugar afortunado e próspero. Nunes Leal, em *Coronelismo Enxada e Voto (1947)*, aponta que até em tempo mais recentes, o fazendeiro, não mais detentor de fortuna, apenas remediado, ainda representa um homem rico:

“[...] gente que tem propriedades e negócios, mas não possui disponibilidade financeiras; que tem gado sob penhor ou a terra hipotecada; que regateia taxas e impostos, pleiteando condescendência fiscal; que corteja os bancos e demais credores, para poder prosseguir em suas atividades lucrativas [...]. Como costumam “passar bem de boca” – bebendo leite e comendo ovos, galinha, carne de porco e sobremesa – e tem na sede da fazenda um conforto primário, mas inacessível ao trabalhador do eito – às vezes água encanada, instalações sanitárias e até luz elétrica e rádio – o roceiro vê sempre o “coronel” um homem rico, ainda que não o seja, rico em comparação a sua pobreza sem remédio” (1997, p. 43).

Não obstante, a figura destes senhores de terras era o de benfeitor perante seus dependentes, que recorriam a seus favores nas mais diferentes situações⁵⁶ - desde a permissão de compra nos barracões e bodegas ao livramento de crimes cometidos, obrigando-se a uma dívida moral, a ser saldada via lealdade e servidão. A sujeição destes trabalhadores ao dono da propriedade era, portanto, não somente pelo trabalho e habitação concedido, mas pela ilusão dos favores recebidos. Tal relação paternalista tinha antes a função ideológica de harmonizar o autoritarismo existente do grupo dominante sobre o grupo dominado. Na recente obra, *O poder dos donos (2008)*, Marcel Bursztyn revela como o paternalismo atua na “consolidação das relações de dependência que subordinam os trabalhadores aos caciques locais, tanto no nível econômico (por via de endividamentos externos resultantes do sistema de “adiantamentos” [...], como no social).” (2008, p. 41). Destarte, tal instrumento se fez presente no campo político, estendendo a relação de mando e obediência, evidenciada no chamado voto de cabresto. Para Bursztyn:

“Essa dependência irá refletir-se no nível político, onde os poderosos locais sempre lograram impor sua vontade, desde a época colonial – quando possuíam prerrogativas de justiça militar – passando pelo império – quando

⁵⁶ Em nossa pesquisa, em uma das histórias de vida, foi narrado o triste episódio da morte de um filho de morador, que viera de lugar distante necessitado de trabalho e moradia. O filho recém-nascido falecera na propriedade e não tendo lugar para o sepultamento, o morador recorre, com o filho morto nos braços, ao proprietário da terra que vive. O proprietário resolve conceder lugar ao “anjo” no jazigo de sua família, na cidade, perante o contragosto de seus familiares. O morador, que depois da crise da produção algodoeira migra com a família para São Paulo, reaparece sempre que pode com presentes para seu antigo patrão, como forma de agradecimento e como pagamento de uma dívida que não pode ser nunca saldada.

eram nomeados coronéis da Guarda Nacional – até o período republicano – quando a forma de subordinação do trabalho ao capital no campo permite a emergência dos currais eleitorais” (2008, p. 41).

Logo, as relações paternalistas, herdadas dos domínios rurais, fez do grande proprietário de terra um eficiente jogador da política local, em que na maioria das disputas consolidava-se vencedor, já que era o próprio que por vezes inscreveria as regras do jogo a ser jogado. E a fazenda, nesse caso, além de lugar de produção, aonde também se fazia moradia e vida privada, tornar-se-ia também uma referência no campo político, por ser a base de sustentação para seus proprietários enquanto grupo dominante das classes subalternas, especialmente aquelas daquele meio, com seus padrões clientelísticos de seleção para a representação política local (Leal, 1997).

Em clássica obra: *Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro*, publicada em 1958, Raymundo Faoro externa o fenômeno do coronelismo, somente incorporado por aqueles “socialmente qualificados” em termos de riqueza econômica, “capaz de sustentar o estilo de vida de sua posição” (1997, p. 622). Contudo, ainda destaca:

“O coronel, antes de ser um líder político, é um líder econômico, não necessariamente, como se diz sempre, o fazendeiro que manda nos seus agregados, empregados ou dependentes. O vínculo não obedece a linhas tão simples, que se traduziriam no mero prolongamento do poder privado na ordem pública. Segundo esse esquema, o homem rico – o rico por excelência, na sociedade agrária, o fazendeiro, dono da terra - exerce poder político, num mecanismo onde o governo será o reflexo do patrimônio pessoal. Mais um passo lógico: o coronel, economicamente autônomo formará o primeiro degrau da estrutura política, projetada de baixo para cima. Se a riqueza é substancial à construção da pirâmide, não é fator necessário, o que significa que pode haver coronéis remediados, não senhores de terras, embora seja impossível a corporificação no pobre ou no dependente, destituível de sua posição a arbítrio alheio. Ocorre que o coronel não manda porque tem riqueza, mas manda porque se lhe reconhece esse poder, num pacto não escrito. Ele recebe – recebe ou conquista - uma fluida delegação, e origem central no Império, de fonte estadual da República, graças à qual sua autoridade ficará sobranceira a do vizinho, guloso de suas dragonas simbólicas, e das armas mais poderosas que o governador lhe confia. O vínculo que lhe outorga poderes públicos virá, essencialmente, do aliciamento e do preparo das eleições, notando-se que o coronel se avigora com o sistema da ampla eletividade dos cargos, por semântica e vazia que seja essa operação” (1997, p. 622).

Aqui, Faoro esclarece a complexa formação de base desta forma de poder, genericamente sustentado pela riqueza do proprietário fazendeiro, porém necessitado de outras prerrogativas para se estabelecer numa hegemonia econômica, social e política. Lembrando, que tal fenômeno de autoridade agrária e política terá diferentes variações,

dependendo de cada contexto, em tempo e espaço, podendo apresentar-se mais forte ou mais fraco em relação a presença de outras forças. Em relação a reprodução deste tipo de estrutura de poder, são utilizados, especialmente, mecanismos que comprometem a própria estrutura familiar da liderança, de forma a se cunhar herdeiros para dar o continuísmo de tal representação política, evidenciada pelo nome da família.

Tal configuração na Paraíba é analisada por Linda Lewin, em *Política e Parentela na Paraíba: um estudo de caso da oligarquia de base familiar (1993)*, em que analisa a oligarquia de um grupo familiar deste estado e sua estrutura de poder, nos fins do século XIX e início do século XX. Para ela a esfera política é um dos campos nos quais a família torna-se estratégica no sentido de ampliação de diversos outros capitais “[...] assegurando os interesses e garantindo a sustentação da oligarquia” (1993, p.10). Seguindo essa proposta de estudo, em um período atualizado, José Marciano Monteiro, em *A Política como Negócio de Família (2016)* nos traz à reflexão de como grupos políticos se utilizam de seus nomes familiares para fortalecer e se reproduzir no poder. Para ele:

“O grupo familiar existe enquanto criação social que é capaz de reproduzir estruturas existentes. Os interesses dos grupos familiares são múltiplos. Numa ordem societária capitalista, a ampliação do capital econômico se torna um dos interesses centrais. E o *capital político-familiar* é um desses capitais que se converte em capital econômico” (2016, p.21).

Como interesse para nossa pesquisa, Monteiro apresenta em seu trabalho as dinâmicas e processos de permanência de famílias políticas da Paraíba, bem como sua reprodução de poder, como classe dominante. Nesse sentido, interessa-nos aquelas correspondentes ao lugar de investigação deste estudo: a região de Patos. Neste espaço político o autor apresenta o deputado federal Hugo Motta Wanderley da Nóbrega⁵⁷, herdeiro de uma família (pais, avós, tios, bisavós) que ainda controla politicamente a região.

De origem social advinda de uma tradicional oligarquia⁵⁸, Hugo Motta carrega a responsabilidade de perpetuar “[...] os interesses de seu grupo familiar, que

⁵⁷ Hugo Motta foi o deputado mais jovem da história do país ao se eleger, aos 21 anos, nas eleições de 2010 com 86.150 votos.

⁵⁸ Para Maria Isaura Queiroz as Oligarquias “são grupos que controlam determinados setores da economia e exercem o comando da política local. Representam grupos de parentes consanguíneos ou unidos por laços de compadrio ou matrimônio, ou, ainda, por identidade de interesses econômicos e políticos” (QUEIROZ, 1985)

historicamente participam do aparelho do Estado, exercendo funções públicas, e pertencendo ao polo dominante das disputas políticas” (2016, p. 44). Nos quadros abaixo é possível perceber a formação de clãs políticos que o abriga, um do lado materno e o outro do lado paterno, que disputam e se revezam no poder do município de Patos desde a década de 60, sendo que numa ascendência mais antiga os nomes familiares remetem-se ao período 1930 ou períodos ainda mais anteriores, chegando tal rede de parentesco aos potentados coronéis e senhores de terra e riqueza da região:

Quadro 3: Família Materna – Hugo Motta Wanderley da Nóbrega

Hugo Motta Wanderley da Nóbrega – Deputado Federal (2010-2014; 2018)
Sua mãe: Illana Araújo Motta
Filha de Edvaldo Fernandes Motta
Vereador; Deputado Estadual; Deputado Federal
Por sua vez, filho de Miguel Fernandes Motta e Josefa Silva Motta.
E irmão de Edmilson Fernandes Motta : Prefeito e Deputado Federal
E de Francisca Gomes de Araújo Motta (Chica Motta)
Prefeita; Deputada Estadual
Que é filha de: Francisco Clementino de Araújo e Vitalina Maria da Conceição.

Fonte: construído pela autora, a partir de biografias e registros cartoriais.

Da parte da linhagem materna é a geração de Edvaldo Motta que primeiro se animou com as atividades políticas, experimentadas em sua primeira gestão como vereador do município de Patos, em 1963. De uma família de proprietários de terra e construtores locais, ganha apoio popular e já em 1967 se elege como deputado estadual. Depois de cinco mandatos na Assembleia Legislativa da Paraíba, onde foi líder do Partido Popular e do PMDB, se elege deputado federal, passando a atuar no Congresso Nacional.

Foi responsável pela candidatura e vitória de seu irmão e médico Edmilson Fernandes Motta, eleito prefeito em 1976, e pelo surgimento de algumas importantes lideranças políticas locais, como Rivaldo Nóbrega Medeiros, eleito prefeito do município em 1982, seguido de sua esposa Geralda Freire Medeiros (eleita deputada estadual em 1986) eleita prefeita em 1988, contra o candidato Edmilson Fernandes Motta.

Após seu falecimento, na Fazenda Maria Paz, sem herdeiros políticos para dar continuidade à vida política, a viúva Francisca Motta, nascida em Catolé do Rocha em

1940, assume a “cabeça” do partido lançando-se como vice-prefeita em 1992. Em 1994, veio a primeira postulação de deputada estadual, e em 1998 disputou a reeleição do parlamento, saindo vitoriosa. Em 2002, na terceira disputa de uma cadeira na Casa de Epitácio Pessoa, conquista a 13º colocação. Em outubro de 2006, foi eleita em 5º lugar, e em 2010 chegou aos 43.475 votos, dos quais 15.350 eram de eleitores patoenses, no mesmo pleito em que seu neto **Hugo Motta** conquistou o mandato de deputado federal. Após dois anos, se elegeria prefeita de Patos para o mandato 2012/2016.

Quadro 4: Família Paterna

Hugo Motta Wanderley da Nóbrega – Deputado Federal (2010; 2014)
<p>Seu pai: Nabor Wanderley da Nóbrega Filho Prefeito (2004/2008/2012); Deputado Estadual (2014)</p> <p><u>Filho de Nabor Wanderley da Nóbrega e Francisca Clementino de Araújo</u> Prefeito de Patos (1955)</p> <p>Que por sua vez é filho de Horácio Nóbrega e Olívia Wanderley</p>

Fonte: construído pela autora, a partir de biografias e registros cartoriais.

Diferente do quadro familiar anterior, em que a participação feminina no campo político é imponente, representada pela figura da liderança de **Chica Motta**, no grupo familiar acima destacado a figura da mulher não concorre na arena de disputas dos votos patoenses. Nesta família política, inicialmente apresentada pela constituição dos pais, avós e bisavós paternos de Hugo Motta, existe uma complexa rede parental, que envolve duas tradicionais famílias, importantes no cenário político local e estadual: os **Nóbrega** e os **Wanderley**, afora o entroncamento com a outra família já apresentada, os Motta.

Na história das Espinharas, a **Família Nóbrega** cumpre papel de destaque, já que **Jeronimo José da Nobrega** ou Capitão Ló, como era conhecido, teve grande prestígio no governo de Venâncio Neiva (como é possível acompanhar no I capítulo), sendo deputado estadual e chefe local nos anos de 1883 e 1884. Antes disso, Capitão Ló se configurava como grande proprietário e produtor rural da região. Outro Nóbrega notável, especialmente pela fortuna acumulada, foi **Epaminondas da Nóbrega, conhecido por “Cândido da Laranjeira”**, proprietário de uma grande porção de terras, conhecida por Laranjeiras, hoje encravada no município de São José do Espinharas. Segundo conta Permínio Wanderley, em sua obra *Retalhos do Sertão (1996)*, o Coronel

Cândido era um homem inteiramente dedicado a criação de gado, vivendo na e da Fazenda, vindo pouco a cidade, já que nela residia seus familiares, responsáveis pelas negociações do capital e da política. Um fato ou “causo” interessante, e que marcava a figura deste fazendeiro, é que no ano de seca grande adotara a técnica de não tratar o gado, esperando somente o inverno para refazer a fazenda com novas compras (1997). Sempre adquirindo mais terras, o Capitão Cândido deixou catorze filhos, sendo que apenas **Sebastião Horácio da Nóbrega e José Epaminondas da Nóbrega** tornaram-se figuras conhecidas, pois ocuparam cargos públicos importantes no município patoense e se aliaram, via matrimônio, com outros importantes clãs rurais e políticos.

Dessa forma, **Horácio da Nóbrega**, que herdou do pai a envergadura completa de fazendeiro sobressaiu em termos de modernização da propriedade e sua economia pastoril. Casou com **Olívia Wanderley, filha de Federalino Wanderley**, e com ela teve três filhos: Francisco, **Nabor** e Doralice. Como aconteceu com ele e era comum na época a constituição de casamentos entre grupos familiares importantes, “arranjou” também e prematuramente a união de sua filha **Doralice Wanderley da Nóbrega com Clóvis Satyro e Souza**, filho do **Major Miguel Satyro e Souza**, grande fazendeiro e maior liderança política da região. Sendo que sua irmã Marina da Nóbrega, tempo antes, por cuidado do coronel Cândido das Laranjeiras, tinha também constituído matrimônio com integrante do Clã Satyro, Sizenando Flório e Souza, irmão do Major Miguel Satyro, sendo que Mariana seria sua segunda núpcia. Por sua vez, seu irmão, **José Epaminondas Nóbrega (Juca)** casou-se com **Elvira Wanderley, filha de Vigolvino Wanderley**, cuja união resultou em treze filhos. Descreve Permínio Wanderley:

“Osmundo, formado em Direito, é desembarcador em Santa Catarina, onde goza de grande conceito por seu caráter ilibado; Bolivar, coronel aposentado do exército, é uma flor de homem, possuindo a mística de bondade; Darcylio, insuperável administrador, será estudado na relação de prefeitos; Durval, coronel do exército. Um neto do Coronel Cândido, de grande projeção, é Octacílio Nóbrega de Queiroz, escritor vastos recursos e ex-deputado estadual; um bisneto Ronald Queiroz, possui inteligência estonteante, fará brilhante carreira” (1996, p. 40).

Com a história da família Nóbrega e a formação da linhagem familiar Wanderley-Nóbrega esclarecida, e o entroncamento com a família Motta apresentado, adentramos na rede da Família **Wandelely**, que em aliança com outras famílias da região, tornar-se-á um dos principais grupos a disputar, principalmente contra o grupo familiar Wanderley-Nóbrega-Motta, o controle do campo político da região de Patos,

revezando-se em diversos períodos. Nesta família se tem conhecimento que foi o fazendeiro Francisco Pereira Monteiro Wanderley, conhecido por **Major Wanderley**, o patriarca da família, criando catorze filhos. Destes, teve maior projeção Federalino Wanderley e Vigolvino Wanderley. Sendo que este último se elegeu presidente da Câmara Municipal diversas vezes, se destacando por redigir regularmente e conhecer bem o latim. Ao interpretar a constituição de casamentos da família, afora os estabelecidos com os membros da família Nóbrega, a família Wanderley intensificou sua base de poder com a união de seus integrantes à Família Satyro. Dessa maneira, temos o casamento de **Dinamérica Wanderley, filha do Major Wanderley**, com **Sizenando Flórido e Souza**, de linhagem esclarecida mais acima. Com este primeiro casamento, Sizenando, do grupo familiar Satyro e Dinamérica Wanderley acabaram por gerar dois filhos: Stoessel e Dinamérico.

Dinamérico Wanderley de Souza se tornará tabelião e casando-se com Dione Medeiros (do clã político Medeiros) serão pais de Dione Medeiros Wanderley, Zenaide Medeiros Wanderley e **Dinaldo Medeiros Wanderley**. Este último que, formado em Direito, em 1981, será nomeado titular do Cartório do 2º Ofício de Serviço Notarial e Registral de Patos. Envereda pelo caminho da política local e em 1996 é eleito prefeito do município de Patos, sendo que no ano de 2002 também logra êxito na disputa à Assembleia Legislativa, encadeirando sua esposa Edna Guedes Wanderley. Em 2006, quem entra na disputa por uma vaga como Deputado Estadual é o próprio Dinaldo Wanderley, eleito com 32.082 votos. Já em 2008, tentaria retornar à prefeitura de Patos, mas acaba por ser derrotado pelo primo Nabor Wanderley da Nóbrega Filho.

Seu sucessor é o herdeiro Dinaldo Medeiros Wanderley Filho, que já tendo sido eleito deputado estadual, encabeça o PSDB e tenta pela primeira vez em 2012 o cargo executivo em Patos, sendo vencido por Chica Motta, sogra de Nabor Wanderley da Nóbrega Filho. Em 2016, após embate político pela prefeitura do referido município, Dinaldo Medeiros Wanderley Filho derrota Nabor Wanderley da Nóbrega Filho, tornando-se o atual prefeito.

A presente narrativa demonstra a forma pactuada em que se dava o controle e manutenção das antigas oligarquias da região destacada, em que a herança, atrelada a terra e a política permitia a perpetuação de tais grupos familiares no poder. Por sua vez as estratégias matrimoniais eram fundamentais para a construção das redes de relações das elites (Ferreira, 2013). E como bem lembra Ernany Satyro, filho do Major Miguel:

“O casamento, num lugar pequeno como este, pertence menos aos namorados do que a sociedade local. O matrimônio é uma espécie de peça, que vem compor o arranjo coletivo da cidade. Deve ser, primeiro que tudo, ‘igual’. *Certos rapazes só podem casar com determinadas moças.* É só como ‘dá certo’. Os noivos devem ser da mesma camada social. Ele há de ser mais alto e velho. Um dos dois pode ser mais rico ou mais pobre. Isso não tem importância. Mas se a moça for rica e o noivo pobre, este há de ser titulado, um Doutor.

Tudo dentro de certos padrões.

Nada que choque, que desagrade as regras do meio” (1994, p. 83).

Assim eram arranjadas as alianças matrimoniais entre as elites locais, geralmente duradouras até a morte, uma espécie de investimento social que abria caminho para formação de uma rede de ligações, que por sua vez, possibilitava a aquisição ou fortalecimento de recursos econômicos e políticos. Afora tais recompensas, ainda havia a disposição a afirmação simbólica, ou marca simbólica das insígnias dos nomes de agentes pertencentes as famílias dos potentados locais, quase sempre ornado com títulos da Guarda Nacional. Em vida, tais figuras encarregadas da chefia do lugar controlavam os vários postos de trabalho na cidade e priorizavam as melhores colocações para sua rede familiar e de amizades, no campo, enquanto proprietários e produtores rurais, usavam da privilegiada situação política para beneficiar suas fazendas e as propriedades de seu grupo. Em morte, a lembrança de seus nomes materializados nos espaços públicos (nomes de ruas, escolas, praças, etc) estendia sua dominação simbólica a família herdeira.

Em Patos, percebe-se como os herdeiros desse patrimônio material e simbólico das antigas elites agrária e política procuram manter o *status* de distinção, seja através de homenagens em espaços públicos e privados (escolas, universidades, câmara de vereadores, fórum), na realização de missas, na escrita de biografias, até o reconhecimento institucionalizado de um lugar, como a “Fundação Ernany Satyro”, elaborado para potencializar tais memórias, permanentemente.

Figura 8: Fundação Ernani Satyro e Casa Museu



Fonte: acervo da autora

Figura 9: Fórum Miguel Satyro



Fonte: acervo da autora

A idealização de tais ações parte quase sempre de indivíduos descendentes de famílias historicamente empoderadas e estrategicamente vinculadas umas às outras, em grande parte oriundas de um tronco familiar comum que deteve por longo período o poder sobre as terras, economia e política sertaneja, como os Satyro, cujo protagonismo se encontra na figura de Miguel Satyro, maior representante do fenômeno de coronelismo local.

3.3.1 A Família Satyro como Modelo do Poder Agrário e Político do Sertão Paraibano

A história da Família Satyro, contada sempre a partir da figura de Miguel Satyro e de uma geração anterior, ainda deixa hiatos sobre a origem desta família em termos de posses econômicas e prestígio político, fortemente presentes na afortunada pessoa do

Major Miguel. E é somente a partir das informações dadas por Antônio José de Sousa, no seu livro "*Apanhados históricos, geográficos e genealógicos do Grande Pombal*" (1971) e do livro *Retalhos do Sertão*, de Permínio Wandelely (1996), que tomamos conhecimento da linhagem mais anterior desta família, o que explica algumas questões, como a repetição de pré-nomes na ocupação de diferentes cargos públicos ou a presença de tais nomes em datas muito alongadas.

Achílio Sátyro e Sousa é o tronco mais remotamente conhecido da família Sátyro, radicada no sertão da Paraíba, notadamente nos municípios de Patos, São José de Espinharas, Pombal e adjacentes, do qual derivaram sucessivas gerações. Era médico e residia em sua fazenda São Joaquim, no Município de Pombal, nas primeiras décadas do Século XVIII. Casou-se com Monica Satyro e Sousa, sua prima e tiveram dois filhos, que constituiriam os dois ramos da família Sátyro naquela região, a partir de **Miguel Sátyro e Sousa e Caetano Pedro e Sousa**.

Seguindo o ramo de **Miguel Satyro**, este se casou com Maria Vieira, filha única do Comandante José Raimundo Vieira, que se estabeleceu em São José (do Espinharas) construindo uma casa-fortaleza, em 1832, cuja estrutura ainda hoje desafia os séculos. Segundo Wanderley, “neste lugar, o comandante juntou dinheiro, muito dinheiro mesmo, em ouro, gado e propriedades, sem rival por perto”. Do casamento de Maria Vieira e Miguel Satyro nasceram muitos filhos, destacando-se na história da região o Capitão Cazuzza Satyro e Sousa, o Major Sizenando Satyro e Sousa e o Padre Achilles Satyro e Sousa. O primeiro, Cazuzza Satyro, dedicou-se especialmente a estender a fortuna de bens e terras herdadas. Todavia, contam-se muitas histórias a seu respeito, uma delas, relatada por Juvenal Lamartine, no livro *Costumes do meu Sertão*, fala sobre sua paixão pela caça, de onças, e por cavalos de corrida que comprava a seu gosto por qualquer preço:

“Ainda o alcançamos, viajando com troço de homens armados, dizia, para não receber uma desfeita, e a manta de couro de onça pintada com a respectiva cauda a flutuar entre o rabicho de seu cavalo equipador” (2006, p. 52).

Já Sizenando Satyro e Sousa, era homem de política, correligionário do Major Wandelely, seu parente afim, negociava não somente lavoura e terra, mas também a vida pública da região. De muita influência entre as elites da época, chegava a ser convocado a participar de reuniões familiares, de modo a julgar situações e resolver os conflitos. Conhecido pela sua energia e “sangue quente”, conta Lamartine:

“Havia fugido dois escravos do Capitão Antônio Pereira Monteiro, grande fazendeiro de seu tempo, possuindo mais de 10 mil cabeças de gado. A abolição estava à vista e, insinuados, dois escravos seus fugiram e se homiziaram em Serra Negra. O fazendeiro, que era meu tio-avô, apresentou a justiça provas legais de seus direitos e requereu a entrega dos escravos. Verificada a procedência dos documentos entregaram-lhe o escravo varão, que se escapuliu de suas mãos, deixando o velho fora de si. Faltava a escrava, mas esta mandara suplicar a proteção do major Sizenando, residente poucas léguas. No dia da entrega, a escrava seguia para o fórum, conduzida por dois soldados, quando surge diversos homens armados e arrebatam-na das mãos dos milicianos, capitaneados pelo Major e seguem para seus domínios. O capitão não se conformou; contratou advogados e processou o Major, que foi pronunciado ao júri popular. Três dias antes do júri, com a abolição decretada, o Major Sizenando, ao lado de seu irmão Cazuza entravam em Serra Negra para aguardar o julgamento. Este foi unânime a seu favor, e no banquete em que se seguiu, lá estava a escrava muito feliz a servir a mesa” (2006, p. 42)

Os outros filhos e filhas do Coronel Miguel Satyro com Maria Vieira casaram-se em Pombal. Destes, ainda se destaca Manoel Lúcio de Sousa, que casou três filhas na família Wanderley e uma quarta com Firmino Ayres Albano da Costa, abastado fazendeiro em Catingueira. Num segundo casamento, Capitão Manoel Lúcio se une a filha do Capitão João Dantas, do Rio do Peixe, morador no “Riacho da Roça”, com quem teve Juvenal Lúcio e Cícero Lúcio. O primeiro foi vereador e presidente da Câmara diversas vezes.

Quanto ao Major Sizenando Satyro, este se casará com Cândida Maria de Sousa, e dos filhos que ganharão maior destaque está o **Major Miguel Satyro e Sousa** (o Majó Migué) e Sizenando Flórido e Sousa, ambos com ativa vida política. Para Permínio Wandelely, Miguel Satyro se sobressai como chefe político, por “era um homem de bem, que amava a paz e a concórdia. De fala mansa, era introvertido, perguntando muito e respondendo pouco” (1997, p. 32). Já para Damião Lucena, historiador local, apesar de manter os vícios do regime vigente, a exemplo da eleição “bico de pena”, o preenchimento de funções públicas ao seu crivo, o favorecimento de amigos nos assuntos relacionados a administração, ao fisco e a polícia, diferenciava-se de outros mandatários, por ser contrário a violência, cultivando um “espírito de paz e concórdia com que dirigia a sua comuna” (2015, p. 379). Isso porque, ainda segundo o autor:

“[...] numa época em que a atividade política se caracterizava pela violência das lutas, pelo ódio e inimizade, o município de Patos era apontado em todos os pontos da Paraíba como exemplo de tranquilidade e harmonia, onde os adversários se entendiam cordialmente, frequentavam as casas uns dos outros, sob o exemplo do chefe manso e pacífico” (2015, p. 379)

Herdeiro de sobrenome privilegiado, com distintivo econômico, político e social, a condição de existência de Miguel Satyro, desde o seu nascimento já estaria condicionada aos domínios das grandes porções de terra e, sobretudo, a liderança política da região. E como destaque de sua biografia, ressaltamos a data precisa da ascensão de sua família no cenário político municipal: dois de dezembro de 1904, dia em que Constantino Dantas Correia de Góis perde o cargo de prefeito para Sizenando Flórido de Sousa, do grupo liderado pelo Major Miguel. Esta data tem grande significado para a família Satyro, pois desde o ano de 1892, com a criação da interventoria para todos os municípios, a Vila de Patos passou a ser administrada por Constantino Dantas. O mesmo ainda veio a tornar-se o primeiro prefeito patoense, permanecendo até 1904. Dessa época até finais de 1930, o município de Patos foi administrado pelos seguintes agentes públicos: Sizenando Flórido Sátyro de Sousa (1904-1907); Sebastião Ferreira da Nóbrega (1907-1913), José Peregrino de Araújo Filho (1913-1928); Firmino Ayres Leite (1928-1930) e Canuto Torres (1930), todos já sob a tutela política do Major Miguel Sátyro.

Nascido em 1867, na fazenda dos avós, no antigo distrito de Paulista, município de Pombal, na Paraíba, o filho de Cândida Maria de Sousa e Sizenando Satyro e Sousa, ambos radicados no distrito de São José do Espinharas, que na época pertencia a Patos, Miguel Satyro fez seus estudos primários em Patos, e não teve a oportunidade de frequentar o curso ginasial. Apesar disso, desde cedo mostrou motivações intelectuais e tendência política. Com a ajuda de seu pai e seu sogro Capitão Manoel Gomes, foi durante 40 anos o chefe político da área territorial de Patos, assumindo o mandato de deputado estadual por quase 20 anos. Na Assembleia Legislativa dedicou-se preferencialmente aos “negócios municipais”, expressão muito usada na época e nas comissões que discutiam propostas de obras públicas destinadas aos municípios paraibanos. Também se especializou em questões regimentais, participando sempre dos grupos que tratavam da questão, pois era um bom conhecedor da legislação eleitoral de sua época.

Foi ainda Delegado de Polícia e Chefe da recebedoria de rendas da cidade, além de Tenente-Coreonel da Guarda Nacional, posto com grande representação na época. Por fim, se destacou como um dos pioneiros da imprensa no sertão paraibano com o seu “*O Jornal do Sertão*” que circulou de 1916 a 1918, e depois de 1924 a 1926, articulando grandes nomes como colaboradores.

Com esta breve descrição biográfica da vida política e social de Miguel Satyro é possível delinear fatos que esclarecem como este se tornou a maior figura pública da região, cuja carreira política, mesmo depois de sua morte, alcançou ainda mais notável posição, especialmente com a figura política de seu filho Ernani Satyro. No entanto falta neste quadro o principal dado distintivo que é sua condição de proprietário e produtor rural, pois as terras dos Satyro ultrapassavam os limites do município e também do estado da Paraíba. Em todas as fontes históricas consultadas não há registros de suas atividades como proprietário e produtor rural, nem tão pouco da extensão de suas terras. Ainda assim, existe uma farta memória coletiva de seus conterrâneos e familiares que lembram dele como grande fazendeiro, com terras a “perder de vista”. Na verdade, pela sua própria condição de chefe local é praticamente impossível desvincular o poder político da posse de uma grande propriedade, como bem lembra Nunes Leal:

“A Guarda Nacional, criada em 1831 para substituição das milícias e ordenanças do período colonial, estabeleceu uma hierarquia, em que a patente de coronel correspondia a um comando municipal ou regional, por sua vez dependente do prestígio econômico ou social de seu titular, que, raramente deixaria de figurar entre os proprietários rurais”. (1997, p. 13)

De modo geral, é possível compreender o fenômeno da ascensão e reconhecimento político do Major Miguel Satyro pelo histórico de riqueza de seu grupo familiar, constituída pelas grandes propriedades e privilégios políticos de longa data. E para a perpetuação de tal poder, o Major Miguel constitui dois casamentos: o primeiro com Maria Gomes de Sousa, filha do abastado Coronel Manoel Gomes de Sousa, fazendeiro e político local. Desta união se gerou três filhos: Emília, Clóvis e Antônia. Do segundo casamento, com Capitulina Ayres e Sousa, irmã de Pedro Firmino da Costa e Sousa, foi gerado dois filhos: Avani e Ernany. Neste último casamento, Miguel Satyro ainda tomou como enteados Firmino Ayres Leite e Tiburtino Ayres Leite, filhos de Dr. Inocêncio Leite Ferreira, primeiro marido de Capitulina.

Destes filhos, seguiu longa carreira política Clóvis Satyro, já descrita na primeira seção, e Ernany Satyro, mais conhecido no estado e com reconhecimento nacional, haja vista que exercera oito mandatos de deputado federal pelo Estado da Paraíba, além de tornar-se prefeito de João Pessoa, Ministro do Superior Tribunal Militar, e por fim governador da Paraíba. O “amigo velho” (termo muito usado por Ernani), sem dúvida figurou com grande vulto no quadro político nacional: negociando alianças, presidindo entidades político-partidárias, regulando ideologias e acionando

estratégias de manutenção do poder de seu grupo. Em sua farta biografia, é possível acompanhar com mais detalhes sua larga atividade intelectual e política, que não somente imprimiu importância a sua *persona*, como também promoveu distinção a toda sua linhagem familiar ao redistribuir os seus diversos capitais.

Das filhas, Emília e Antônia, casaram-se respectivamente com: Sebastião Fernandes e Pedro Xavier, este último filho do Capitão Silvino Xavier. Sobre Avani, se tem apenas o registro de uma morte prematura. Como padrasto, investiu na educação formal de Firmino e Tiburtino Ayres Leite, sendo que o primeiro também participou de forma ativa da vida política e cultural local. Contudo, caberá a Ernany e a Clóvis a herança na administração das fazendas da família, em que o último se dedicará com mais vocação, já que as mulheres da família se comprometeram a zelar pelo patrimônio legado de seus esposos. Clóvis e Ernany, afora a vida de negócios nas fazendas e na política, também incursaram na advocacia por determinação de seu pai, Miguel Satyro, que apesar de não possuir formação acadêmica, “vivia as portas do Fórum, defendendo, ele próprio, as demandas cíveis e criminais que interessavam aos seus amigos”, conforme declara Argemiro de Figueiredo, em 1967, na comemoração do centenário de seu nascimento (2015, p.380). Neste evento, também discursou José Américo de Almeida:

“Conheci tão bem Miguel Satyro que posso evocar sua figura com a fidelidade de quem sente sua presença. Fora e dentro de casa era um padrão de virtudes antigas. No tempo em que a política era ainda, por assim dizer, feudal, singularizou-se ele, como chefe, por sua mansidão, sem nenhum resquício de mandonismo. Sempre hábil e conciliador. Merece ser consagrada sua memória como reflexo de uma vida exemplar” LUCENA (2015, p, 380).

Sobre as propriedades rurais destes descendentes, consideramos aqui aquelas constituídas após desmembramento da grande propriedade do Major Miguel, via herança. Destas, destacamos a Fazenda Arara, de propriedade de Clóvis Satyro, a Fazenda Jerusalém (que deixa de herança para sua filha Iêda Satyro Bonavides) e a Fazenda Pitomba (herança concedida a seu filho Múcio Satyro), ambas no território do Rio Grande do Norte; e a Fazenda Vale da Sela, concedida a Antônia Satyro. Tais propriedades poderão ser evidenciadas ao longo da tese, no intuito de auxiliar na reflexão sobre as grandes propriedades rurais em seus processos e contextos.

CAPITULO IV

O SISTEMA DE MORADIA NAS FAZENDAS SERTANEJAS: INTERPRETAÇÃO DE UMA ECONOMIA DE PARCERIA E EXPLORAÇÃO

Quando o meu pai ou meu tio Clóvis cedia a Morada, ele acertava logo como ia se dá o trabalho e a conduta do morador e de sua família. (Dona Ivete, filha do fazendeiro Pedro Xavier, neta do Capitão Silvino e do Major Miguel Sátyro, proprietária da Fazenda Carnaúba, em março de 2014).

Tudo era combinado na entrada com o dono... ele dizia como ia ser e a gente sem outro jeito pra viver, concordava e procurava fazer o que devia ser feito. (Seu Geraldo, ex-morador da Fazenda Carnaúba quando administrada por Dr. Clóvis e atual morador da Fazenda Jerusalém, de Ieda Satyro, em outubro de 2017).

Nos capítulos anteriores foi firmada a função da Fazenda, particularmente na região semiárida, como uma unidade de organização social, econômica e cultural, cuja extensão e importância equivaliam mesmo à ordem de um “segundo domínio territorial”, como afirmou Guimarães, na sua conhecida obra: *Quatro Séculos de Latifúndio* (1981)⁵⁹, já que o poderio concentrador de terras era sustentado pelos Engenhos, primeira e principal estrutura de ocupação para a realização dos objetivos colonizadores da Metrópole.

Advindos de uma mesma origem, como apontam os estudos clássicos: da concessão de grandes sesmarias, que ilustram o caráter historicamente privado que adquiriu a propriedade da terra e esclarece a estruturação das grandes propriedades rurais vinculadas ao sistema açucareiro no litoral e a pecuária e quaisquer outras agriculturas no interior (ANTONIL, 1982; ABREU, 1954)⁶⁰, os Engenhos e as Fazendas nada mais tinham em comum afora a tese de tal política de propriedade fundiária. E até mesmo nesta questão, no que diz respeito a sua manutenção, havia uma distinção, como esclarece Guimarães (1981) quando aponta à força do monopólio da

⁵⁹ GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro Séculos de Latifúndio**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

⁶⁰ ANTONIL, André João. **Cultura e Opulência do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1982.
ABREU, João Capistrano de. **Capítulos da História Colonial (1500 – 1800)**. 4 ed. Livraria Briguiet, 1954.

terra estruturada nos Engenhos, que eram constituídos para resistir a toda infiltração das formas ‘plebeias’ de propriedade, impondo-se ao próprio meio geográfico e social, indiferente às latitudes e costumes, reproduzindo-se do Sul ao Norte dentro de uma estrutura comum, dando a Metrópole um real suporte e se configurando como empresa colonial. As Fazendas por sua vez, se estendiam no interior vasto, em que o controle direto da produção não era possível, por isso sua organização interna abria caminhos para o trabalho livre, fazendo brotar da fazenda dos primeiros séculos ainda destinada prioritariamente à pecuária um sistema de arrendamento, firmando um processo de monetarização nesta região e criando novos grupos sociais, engrossados no final do século XIX, com alta produção do algodão ao atrair cultivadores sem terra para firmação de acordos de parceria, como a meação.

Deste modo, enquanto nos Engenhos “governavam” apenas e estritamente o seu proprietário e senhor como agente absoluto, não sendo compatível “[...] com a inoportuna presença de sócios endinheirados, intrusos não consanguíneos que disputassem o governo do clã e da propriedade” (GUIMARÃES, 1981, pg. 65), característica que o firmava como propriedade territorial fundiária; as Fazendas instaladas para a exploração da atividade pecuária e depois de outras diversas lavouras se configurou pela necessidade de mobilização de recursos como terra e mão-de-obra, fragmentando e separando o proprietário de sua produção. Tal situação decorria da necessidade de controle das infundáveis extensões de terras, as quais o proprietário não conseguia gerenciar, e acuado, restava subdividir a exploração, arrendando ou concedendo suas terras e assim permitindo o acesso à propriedade de pessoas menos afortunadas.

Nesse sentido, percebe-se como a manutenção da propriedade fundiária organizada pela Fazenda propiciou certa possibilidade de desagregação do poder absoluto e concentrador, visto nos Engenhos, estabelecendo novas relações de produção e trabalho, inicialmente através da imposição da renda da terra, garantindo sua reprodução através de sua própria fragmentação. Esse tipo de “latifundismo plebeu” (termo forjado a partir da tese feudalista), menos restrito que aquele domínio de terras imposto pelo Engenho, para Alberto Passos Guimarães foi “[...] uma brecha no monopólio absoluto da terra, um caminho aberto a uma mais justa distribuição territorial” (1981, pg. 72). Tal afirmação, um tanto quanto exagerada, aqui é levada em consideração pelo fato de apontar a possibilidade da abertura de fronteiras naquela

região, propiciando a entrada de outros grupos sem terra, distintos daqueles tradicionais: sesmeiros, desbravadores, para o cultivo de lavouras e criação de animais.

Como discutido no I Capítulo, a existência destas terras marginais, que não participavam efetivamente da grande produção da Fazenda, foram utilizadas por pequenos produtores sem terra, em comum acordo com o proprietário através do sistema de arrendamento e parceria ou mesmo sem permissão, através de ocupações. Tal condição, por vezes, resultou na formação de um chamado campesinato alternativo, possibilitando a conversão de indivíduos sem tradição camponesa em proprietários de terras, como explica Aldo Branquinho Nunes em sua tese: Dinâmicas de fronteira e conformação das estruturas social e fundiária nos Sertões da Borborema entre finais do século XVIII e início do século XX (2016). Nela, o autor apresenta contribuições muito significativas para se pensar tal questão através da incursão pelos currais sertanejos, quando verifica a formação de médias e pequenas propriedades.

Com este tipo de conjuntura se firma a constatação de que foi na manutenção da grande propriedade aliada a necessidade de **acesso à terra** que se forjou as diversas relações sociais de produção do Engenho e da Fazenda, que se apresentavam com diferentes composições materiais e simbólicas bem nos primeiros tempos destes dois largos “mundos” rurais:

- a) Nos Engenhos, em que a principal força de trabalho para a exploração das imensas áreas dos canaviais, nas moendas e nos serviços gerais, em tempos mais remotos advinha dos *escravos*, auxiliados também por um pequeno fluxo de trabalhadores livres, sujeitos despossuídos de terra ou quaisquer outros bens que se submetiam ao controle e exploração dos senhores proprietários tornando-se seus agregados em troca da concessão de trabalho, morada e por vezes um pequeno feixe de terra para o plantio, além da proteção do senhor. Cabendo lembrar que no mundo dos mais antigos tradicionais Engenhos, não havia grande interesse por trabalhadores livres, por isso existiam uns poucos, alguns por vezes chamados profissionais do açúcar, pessoas de confiança do senhor e que o ajudavam a administrar o engenho e a produzir o açúcar. Afora estes grupos e com a corrida do tempo, registrou-se forte presença de trabalhadores lavradores e foreiros nas terras de Engenho: os lavradores neste caso constituíam uma categoria de pequenos agricultores que forneciam cana para os Engenhos, trabalhando seja em terra própria ou em pedaços de terra alugados para moer a cana nos Engenhos. Segundo Guimarães, “pagavam ao senhor das terras: metade

da produção se lavrasse em terras próprias, ou dois terços ou três quintos, conforme a maior ou menor distância e a qualidade das terras, e se estas eram do Engenho” (1986, pág. 113); já os foreiros se apresentavam com uma importante singularidade se comparada aos arrendatários e parceiros de outro tipo de propriedade rural: o tipo de renda negociada entre as partes, em que a renda, ou foro, paga aos senhores não se assemelhava tão somente a uma renda monetária tipicamente capitalista, mas sim a um acerto combinado entre um valor (renda) e trabalho executado, daqueles que estavam necessitados de acesso a terra na propriedade. Dentre os arranjos existentes, o cambão era a espécie de vínculo extra econômico mais conhecido e consistia numa condição imperativa: a concessão de mão de obra do trabalhador em dias estipulados à prestação de serviços gratuitos ao proprietário da terra como forma adicional ao pagamento pelo uso da terra, marcando uma relação de forte subordinação ou sujeição de uma das partes.

- b) Nas Fazendas, os escravos também foram utilizados na grande lavoura, ainda que em bem menor quantidade, já que a utilização da força de trabalho provinda dos *trabalhadores livres* era a que melhor respondia aos meios e fins propostos pela grande propriedade rural sertaneja, que foi constituída em torno de um sistema criatório extensivo que requeria áreas amplas para a soltura do gado e que por sua vez inviabilizava o controle geral das terras possuídas. Promover a habitação na grande propriedade sertaneja através de arranjos entre os despossuídos dos meios de produção foi à ação encontrada entre os fazendeiros da região para exercer o controle integral de seus domínios, especialmente com a alta da produção de algodão que requeria uma maior força produtiva e de trabalho rural, formulando um sistema de moradia singular aqueles dos canaviais. Nesse sentido, os moradores das fazendas sertanejas, mesmo que ingressando numa condição de submissão (muito próxima da situação de sujeição dos moradores da zona canavieira), pela troca de um pedaço de terra e morada, mantinham e reproduziam relações sociais entre seu grupo e com o proprietário muito peculiares, haja vista a situação de acesso a terra, através da parceria ou meação e arrendamento, a ser esclarecida mais adiante.

De certo, todos estes grupos organizados por meio do acesso à terra de formas distintas: foreiros, arrendatários, meeiros, trabalhadores, agregados, participavam de

uma condição em comum: o intercâmbio entre terra e trabalho na grande propriedade, onde a demanda e oferta da morada também se fazia presente e necessária, do litoral ao sertão. Entretanto, como já exposto, para cada tipo de *plantation* e sua manutenção na propriedade, múltiplas facetas de labor e modos de vida eram forjadas, bem como o tipo de sistema de morada.

É ciente da ambiguidade destes diversos grupos sociais que foram sendo instituídos nestes dois tipos ideais de grande propriedade rural, Engenho e Fazenda, que esta seção se propõe a apresentar de maneira mais pontual a configuração do processo de produção/trabalho e sociabilidade do chamado *morador-meeiro* durante o ciclo do consórcio algodão-gado enquanto uma forma distinta, haja vista que a investigação e compreensão das condições de trabalho no sistema de moradia tradicional, como aquele outrora existente da zona açucareira, já foram bem realizadas.

Neste sentido aqui será descrito, com traços específicos, o sistema de moradia na grande propriedade de lavoura algodoeira, no médio sertão paraibano, que ainda carece de uma investigação que revele sua constituição enquanto parceria (meação), a fim de auxiliar mais a frente na compreensão das transformações dos sistemas sócioprodutivos da grande propriedade rural, bem como de suas condições de reprodução social, após o fim do ciclo do algodão. Para isso, foi fundamentada essencialmente em uma pesquisa empírica realizada com as famílias dos proprietários das fazendas e família dos moradores e ex-moradores que fizeram moradia nas propriedades ex-produtoras de algodão. Também houve acesso ao material secundário existente para revisão bibliográfica, através dos estudos de Moreira e Targino (1997), Paulilo (2016) e Menezes (2002), que desenvolveram pesquisas em áreas sertanejas e registraram importantes registros e reflexões sobre a estruturação e organização do espaço agrário, o trabalho da mulher no meio rural e a migração de camponeses paraibanos para outras regiões, respectivamente. A investigação, que revelou relações de reciprocidade desequilibradas cujo compromisso é organizado em torno de uma base ética, foi interpretada especialmente à luz de uma categoria analítica: a economia moral, forjada por Edward P. Thompson e atualizada por James Scott que a percebe como um sistema de equilíbrio de forças entre grupos sociais ou mesmo uma “série não verbalizada de entendimentos mútuos” (NASCIMENTO, 2013, p. 16) e que se relaciona com a ideia de resistência cotidiana e do chamado teatro da dominação, cujas representações perpassam o discurso público e oculto.

A presente seção, portanto, dará conta de apresentar no primeiro momento a singularidade das relações de trabalho e gestão da produção que foram presentes nesta região, tuteladas sob a forma de moradia e parceria, tecidas sob um fio de dependência personalizada. Em seguida, através das narrativas e histórias de vida dos ex-moradores das fazendas selecionadas, é revelado o seu modo de ser e de viver no apogeu do algodão e pecuária, com aspectos da vida social deste grupo e das relações entre eles estabelecidas nas suas várias dimensões. E por fim, seguirá análise do jogo social das estratégias de dominação e de resistência cotidiana, deixando em aberto a discussão sobre a operação de transformações, solicitada pela falência do binômio algodão-pecuária, que a grande propriedade rural e o seu sistema de moradia irão experimentar em seu devir.

4.2 A SINGULARIDADE DO SISTEMA DE MORADIA-PARceria NAS FAZENDAS DE ALGODÃO DO MÉDIO SERTÃO PARAIBANO

A instalação e a expansão das fazendas foram responsáveis por profundas modificações na organização do espaço sertanejo, representando um grande avanço na economia agrícola e permitindo mudanças estruturais no campo, pois ao ocupar as terras do Sertão, inicialmente, para “deitar gado”, logo se transformariam no segundo tipo de domínio latifundiário⁶¹, servindo também como lugar da *plantation* e das lavouras diversas, como o caso do algodão.

Estendidas no interior em largas extensões de terra, as grandes propriedades não adotavam o mesmo formato e sistema de trabalho primário que os Engenhos, onde originalmente a mão de obra escrava era necessária e eficiente. As Fazendas Sertanejas, em sua maior parte se não repeliam a escravidão, também não a adotavam de forma integral em sua produção, devido à impossibilidade de controle em sua primeira e principal atividade: o pastoreio do gado. De modo que a opção ao trabalho livre foi a mais indicada e adequada, revelando novos grupos sociais ou categorias como: os arrendatários e pequenos produtores, que se espalharam pela vastidão de suas terras.

⁶¹ Para Alberto Passos Guimarães o Engenho e a Fazenda são da mesma origem, de uma política colonizadora do reino, que tinha por finalidade “imprimir um sentido de casta”, na distribuição das sesmarias (1981, p. 62).

Não obstante, quando a cotonicultura avançou nestas Fazendas de gado, a composição da força de trabalho se modificou e se assemelhou a outra forma que com o tempo foi bem empregada na *plantation* açucareira: a de trabalhadores residentes ou moradores, que habitavam e trabalhavam no lugar. Este tipo de trabalhador rural residente, seja no Engenho ou na Fazenda, se identificava como *morador*, também socialmente reconhecido como tal. Para Lygia Maria Sigaud, que investigou a ideologia deste grupo social na lavoura açucareira da Zona da Mata pernambucana⁶², uma das principais características que lhes marcavam era a construção de sua identidade social, sempre vinculada ao lugar “escolhido” para trabalhar e morar:

Ser morador significa para ele, em primeiro lugar, **morar** numa propriedade. Um morador é sempre *morador do engenho tal, de seu Fulano*. Ele é aquele que tem obrigação de trabalhar na terra do patrão (1973, p. 107).

Afrânio Garcia Júnior, também colabora com tal definição, quando explica que: “Ser *morador* ou *torna-se morador* significava se ligar ao senhor do domínio de uma maneira muito específica, numa relação que supunha residência e trabalho simultaneamente” (1988, p. 9, grifos do autor). Com estas referências compreende-se que o *ser* morador fundamentalmente se construía a partir de um mundo social particular, especificamente aquele que habitava. Nesse sentido, suas representações individuais e coletivas, bem como suas relações sociais, estavam sempre atreladas a este lugar social, dando-lhes um sentido de existência que ia além do trabalho. E é por isso, que ao adentrar em suas memórias, cujo acesso se deu através da história de vida, verificou-se como a constituição do lugar ou lugares é essencial para a elaboração das narrativas de cada sujeito que a conta, colaborando com a ideia de Halbwachs (2009), quando este afirma que as memórias individuais e coletivas somente se constroem a partir de um tempo e um lugar situado.

Moacir Palmeira enfatizou também esse liame entre morada e trabalho, quanto à especificidade deste grupo social: “Antes de *pedir morada* ou entre uma morada e outra, o trabalhador não é morador” (2009, p. 204). Isso consiste que, somente ao se assentar no lugar e se fixar, mesmo que por período limitado, é que este indivíduo estará ligado ao tipo mais puro e próprio de *ser morador*. Tal proposição é de grande importância para uma melhor compreensão deste tipo de categoria tão peculiar, que por vezes

⁶² SIGAUD, Lygia Maria. **Trabalho e Tempo Histórico entre Proletários Rurais**. Revista de Administração de Empresas. Rio de Janeiro, jul/set, 1973.

passeia entre o trabalhador e produtor rural, particularmente na lavoura de algodão no sertão paraibano, como é visto mais adiante. Palmeira apresenta ainda uma constatação de grande relevância à composição deste grupo, que aqui compartilhamos:

“Quando um trabalhador potencial procura um engenho, antes de pedir trabalho, o que ele procura é *casa*. Mas não é qualquer casa, no sentido que nós damos a essa palavra, que ele procura, mas sim *casa de morada*, uma casa que permita o sustento dele e de sua família e lhe assegure certas vantagens no engenho” (2009, p. 205).

O elemento aqui em questão é a *casa, a casa de morada*, que antecede o trabalho e a produção, o lugar basal para organizar sua reprodução familiar e social, como também apontou Afrânio Garcia: “Quem se apresentava ao senhor de engenho não pedia trabalho, pedia *morada*” (1988, p.9). Tal pedido demonstrava diretamente toda a condição de fragilidade do pedinte, da ausência do que há de mais necessário para a sobrevivência da pessoa humana: a habitação. Aqui é importante destacar que enquanto sujeitos habitantes da área urbana, estabelecidos numa casa e separados do trabalho, o significado de morada para nós é muito distante daqueles que participaram ou participam do sistema de moradia no campo. Neles, a terra que os recebe, a casa que é concedida e o trabalho inerente forma em si um todo integrado e simbólico, é, portanto, a *casa de morada* que garante a sua sustentação, o sustento para sua família.

Igualmente no Sertão, cujo cenário central são as fazendas de gado e algodão, a busca pela *morada* ocorria constantemente diante da situação de vida das muitas famílias rurais que não possuíam a terra para produzir e/ou trabalhar, nem lugar para morar. A necessidade do acesso a terra e a moradia orientavam famílias inteiras, de forma corajosa, a sair em busca de sobrevivência em pedaços de terra alheios, na esperança de em tempos melhores angariarem recursos e melhorar de vida. E assim, o movimento de entrada e saída de famílias nas propriedades de lavoura de algodão, seja em busca da concessão de casa e trabalho, seja um pedaço de terra para o cultivo de subsistência, por vezes acordado, tornou-se algo comum no interior sertanejo, como bem lembra Dona Josefa e Seu Severino Birrote, ex-moradores de áreas da grande propriedade rural, produtoras de algodão:

“A gente sempre procurava saber aonde se tava tendo uma moradia melhor, e se dava pra nós ir tudo, com família e tudo. Ficava de olho... um cá e outro pra lá. Se pintasse um canto com casa e trabalho pro nosso sustento, a gente se arrumava e ia embora” (Seu Severino Birrote, ex-morador da Fazenda Conceição/Tamanduá, 72 anos).

“Nunca gostei de ficar saindo do meu lugar pra outro não. Mas as coisas não são como a gente quer, né? É como Deus quer. E tem que ficar no lugar que tenha sustento. A pessoa mora onde se tem de onde tirar para comer, né?” (Dona Josefa, ex-moradora da Fazenda Jerusalém, 80 anos).

Comum em todas as regiões da Paraíba e de outros estados nordestinos, estes trabalhadores ao serem empregados e passarem a residir na propriedade, eram chamados entre si e pelos outros grupos, de: *moradores*, por vezes acompanhados do termo *de condição*, pois estavam “sujeitos” a um contrato de trabalho e moradia imposto pelo dono da propriedade. As obrigações que consistia, antes de tudo, na prestação de serviços em certo número de dias na propriedade de moradia, variava conforme a principal produção do lugar e sua necessidade de mão-de-obra. Certo é que o morador deveria estar à disposição ao menos três dias de trabalho na semana para poder ser remunerado e liberado para suas outras atividades e/ou ofícios, como o roçado ou mesmo trabalhar em propriedade alheia daquela que é morador. Sendo que o mais comum era trabalhar os dias restantes para o próprio dono da terra, conforme relata Seu Manoel Vaz:

“Se trabalhava certo mesmo uns três dias, no que tivesse pra fazer. Os outros dias, a gente acabava por trabalhar na propriedade também. Uma: porque a gente precisava por pouco que fosse pago, outra, porque não se ia prestar sair da propriedade que morava pra ir trabalhar noutra, mesmo que se pagasse melhor o dia. **A gente preferia no final ficar quieto no canto da gente do que se indispor com o patrão**” (ex-morador da Fazenda Araras, 84 anos).

Para o entendimento deste trecho da fala em destaque, buscamos auxílio em Beatriz de Heredia, estudiosa que investigou sobre a situação de trabalho e de vida desta categoria de trabalhadores rurais e que aponta a obrigação moral com elemento essencial na instituição e manutenção das relações de trabalho e sociais, quando diz que:

“O simples fato de ser o próprio trabalhador que pedia *casa de morada* fazia com que no próprio ato de ser constituído *morador*, contraísse uma dívida moral, um reconhecimento para com o senhor de engenho que lhe concedia, por esse mesmo ato, uma *casa* e trabalho” (HEREDIA, 1988, p. 118, grifo da autora).

O sentimento vinculado à concessão de casa e trabalho era quase sempre um misto de gratidão e fidelidade por parte do morador para com o dono das terras. Tal forma de subordinação, o “sujeitava” a realizar diferentes atividades a qualquer horário do dia e da noite, pois ficava a mercê das demandas do patrão ou mesmo de seus filhos

e esposa. Abaixo, apresentamos trechos recortados da história de vida de um ex-morador⁶³ das fazendas de algodão no médio sertão, que demonstram como esse contorno de dominação por parte do patrão sob os moradores eram incorporados habitualmente:

“Eu sempre fui disposto para o trabalho e nunca me escorei não. Das propriedades que fui morador, sempre fui o homem de confiança do patrão. E como desde cedo fui dado a tratar do gado, não tinha dia e hora pra ser chamado não. Era de madrugada, era de noite quando já tava deitado. Se me chamasse, tava lá na mesma hora, já pronto na porta do patrão. Nunca dei um não pros homens não”.

“Se eu achava ruim, essa coisa de não ter dia certo, hora certa pra trabalhar? Home, nem pensava nisso. Pra quê? Tinha jeito se pensasse? Meu negócio era trabalhar, porque a pessoa não arrumava nada ficando parado não, como tinha uns por lá”.

Dona Luísa, hoje com 78 anos, ex-moradora da Fazenda Conceição que veio a se constituir na Fazenda Tamanduá, após a compra feita por Dr. Pierre Landolt, também conta como era ver o seu marido sempre à disposição dos patrões:

“Fernando, meu falecido marido dava conta de todo trabalho e do que mais aparecesse também. Não era homem de se esconder de serviço. No tempo de Seu Hadman Cavalcanti, na Fazenda Conceição, ele trabalhava todo dia, caso houvesse o que fazer. Quando não tinha, ele procurava ajeitar as suas peles pra vender. Mas, ainda se Seu Hadman chamasse deixava tudo para atender. Eu também deixava se tivesse precisão”.

As vontades e desejos exercidos pelos donos das propriedades era algo muito sentido e vivido pelos moradores, cuja disposição era frequente para poder atendê-los conforme fossem solicitados, pois era a forma mais objetiva de retribuir o “favor”, a dádiva de estarem fixados num lugar para morar e trabalhar. A dominação incutida nestas práticas cotidianas se eram percebidas pelos moradores, não deveriam sob nenhuma hipótese ser motivo de conversa e conflito, pois a discrição quanto a esta questão era algo que remetia a condição de ser *bom morador*. Aqui se quer dizer que, não bastava somente ser um trabalhador eficiente, era necessário também ser um morador obediente, para conquistar um espaço cativo nas lembranças do patrão, como se demonstra:

⁶³ O nome do ex-morador neste depoimento foi ocultado, devido pedido de discrição quanto a informação.

“Eu tive a sorte de ter bons moradores. A maioria que por aqui passou não foi *de me dar trabalho*. Eram muito esforçados, sem preguiça, fazia gosto. Agora, claro, sempre tinha um ou outro que não queria nada, se recusava a trabalhar e a fazer algum serviço que pedia. Eu tinha paciência, mas depois a gente vai se abusando e eu botava pra fora mesmo” (Dr. Antônio Andrade, proprietário da Fazenda Carnaúba, 92 anos).

O trecho acima que remete ao grifo *de me dar trabalho*, significa que o morador não desobedecia às normas e regras, não participava de confusões e nem criava atritos, com questionamentos e enfrentamentos outros. Sem apresentar resistência à ordem imposta, o morador era considerado bom e por isso era por vezes “beneficiado”. Estes benefícios não eram relacionados a um aumento de salário ou pagamento de hora extra. Na verdade, estavam vinculados mais a concessão de outros bens, como um pedaço maior de feixe de terra para cultivo de agricultura para subsistência e criação de animais (inclusive de maior porte), autorização para pescar com maior frequência, plantar árvores ao redor da morada, emprestar ou ceder alguns instrumentos de trabalho e até a doação de objetos e utensílios de casa, de vestimentas e calçados de uso pessoal. Afora, que aqueles moradores ou familiares dos moradores que tivessem uma relação mais próxima com patrão ou com sua família, fossem mesmo “de confiança” também receberiam maior notoriedade na propriedade, tornando-se vigilantes do lugar, os próprios “olhos do dono”. Por isso, que dependendo do grau de intimidade, estes moradores acompanhariam sempre o fazendeiro dentro e fora dos seus domínios.

As mulheres, as moradoras, especialmente aquelas cujo marido era o morador de “confiança” e por isso mesmo moravam próximo a casa sede, também logo se envolviam na relação de dominação/sujeição, pois acabavam por ser consideradas “como de casa”, ou “como se fosse da família”, dando a entender uma dedicação e zelo pela família proprietária, como nos contou Dona Josefa (Zefinha) e Dona Luísa:

“Quando a gente ficava sabendo que eles vinham pra Fazenda, já corria pra ir varrendo o terreiro da casa grande, era a primeira coisa que se fazia. Depois já ia ajeitar a casa, limpar tudo, pôr em ordem, botar roupa de cama limpa, essas coisas. Quando ele chegava já tudo ajeitado e às vezes eu até ficava esperando pra quando chegasse já ter o café prontinho” (Dona Josefa, 80 anos).

“Os meninos de Dr. Pierre viviam tudo lá no terreiro de casa. Tinham do bom e do melhor, mas gostavam mesmo era do bolinho de feijão que eu fazia. A mãe mandava levar coisa boa pra eles comerem. E quem disse que eles queriam? Queriam nada! Queriam era meu bolinho de feijão, minha comida simples. A gente achava era graça né?!” (Dona Luísa, 78 anos).

É interessante ressaltar que grande parte dos moradores e ex-moradores entrevistados demonstraram já no primeiro encontro a necessidade de denominar-se de *bom morador*, independente da relação estabelecida nas propriedades que fizeram moradia. E de forma mais incisiva, apenas um morador e sua família, Senhor Zé⁶⁴, da Fazenda Carnaúba, deixou aparente sua relação conflituosa com o proprietário da terra e um dos filhos deste, justificando os termos de “mau morador” e “ingrato” remetido a ele e estendido também a sua família pelo proprietário, ao revelar as diversas situações de embate enfrentadas e as estratégias de confronto acionadas:

“Ele não gosta da gente. E só não bota pra fora porque não pode, porque a gente entra na justiça. Por mim nem entra, mas a minha menina que trabalha no Sindicato já esclareceu tudo pra gente não sair perdendo, porque a gente tem direito também. Aí hoje em dia nem faço mais questão de ser bom não, faço nada”.

“Mandou recado que queria que a gente mudasse de moradia, que fosse pra depois do açude, pra uma casa mais velha. Pra ficar longe deles, da casa grande. Vê que a gente não é sujeito dele e por isso quer longe. Fiz de conta que não entendi. Que não vou sair do meu canto, não”.

Estes relatos explicitam também o processo doloroso, porém libertador que é o rompimento com a dominação não somente externa - na figura do proprietário e de suas regras laborais, mas também a interna - aquela do controle da subjetividade, que advém de tudo que foi dito e não dito em seu espaço de morada e de vida. Chegar a estas falas, que já não revelam o medo, foi um dos muitos desafios enfrentados na presente pesquisa, haja vista que o silêncio sempre esteve presente e foi o principal instrumento de combate e resistência deste morador, como atesta o proprietário e seus familiares:

“O que dá mais raiva é que ele não fala, é calado, cabeça baixa. Dá um de doido, só pode” (Dr. Antônio).

“Eu não entendo porque Zé incomoda tanto. Ele está sempre quieto, em silêncio, cuidando das suas cabras, das suas coisas. Quando vem fazer alguma coisa aqui, que eu peço, sempre faz de forma bondosa. Nunca levantou a voz. Me dou muito bem com ele” (Dona Ivete - esposa de Dr. Antônio).

“Zé é inteligente. Ele fica quieto, mas acompanha tudo. Come pelas beiradas. Cadê que aceitou e mudou-se pra casa que mandamos ele e a família ir? Gente assim é o mais perigoso” (filho do casal).

⁶⁴ O morador Zé, na época desta entrevista, era morador da Fazenda Carnaúba. Somente anos a frente, através de ação judicial, é que deixa a fazenda e passa a residir em um bairro periférico da cidade de Patos, Paraíba.

Eis o retrato de uma das formas cotidianas de resistência: *o silêncio e o não cumprimento de ordens*, frente ao processo de exploração-dominação do trabalho no sistema de moradia, que estimulava a gratidão e a fidelidade do morador ao grande proprietário (PALMEIRA, 2009). Não cumprir as ordens, falhar nas atividades, ser lento, preguiçoso e “calado” são algumas das estratégias de insubmissão a situações consideradas intoleráveis pelo morador, que as foi tornando cada vez mais frequentes e mais sentida pelo proprietário com significado de afronte e gerando efeitos diversos.

De uma forma mais geral, por parte dos fazendeiros sertanejos que participavam da cotonicultura e mantinha o sistema criatório de bovinos e caprinos, a adesão ao sistema de moradia era a forma de trabalho mais vantajosa para a propriedade, sob o aspecto econômico e também político, como visto no capítulo anterior que descreve os arranjos necessários para a manutenção e reprodução da elite agrária sertaneja. Ora, com uma vastidão de terras a se perder de vista, a concessão de um pequeno pedaço destas, para se fazer morada ou cultivar alguma agricultura de subsistência, em nada prejudicava o grande espaço escolhido para a produção de culturas comerciais na propriedade. Afora, que os residentes, que se tornava de imediato seus empregados, serviam também de vigilantes e constantes cuidadores da imensidão de suas terras solitárias. Deste modo, mesmo sendo mais frequente os pedidos para moradia partirem dos pretensos moradores, que acanhados chegavam pessoalmente ao dono das terras ou na maior parte das vezes solicitavam a outros moradores para se fazer esta prece. Havia também por parte dos fazendeiros a busca por trabalhadores que desejasse fazer morada em suas propriedades, pois se era uma garantia de mão-de-obra sempre acessível – já que estariam sempre à sua disposição, e até mais barata – haja vista que o fornecimento da morada, com casa, trabalho e até mesmo terra para produção familiar abatia o valor da diária paga pelos serviços prestados:

“Assim, chegamos na Fazenda de Seu Hardman porque meu irmão já era morador dele. Eu morava em outra propriedade, não sabe? Lá era bom, dava pra tirar o que comer. Mas, Seu Hardman mandou meu irmão buscar mais gente pra lá e eu fui, porque meu irmão já tava lá e tudo” (Seu Severino Birrote, 72 anos)

“Foi Fernando, meu marido, que foi lá mesmo falar com Seu Hardman. A gente já vinha preparando pra se casar, ia ficar pela morada dos pais dele (que era morador de Seu João Soares), mas não dava certo não, porque não era propriedade grande. Aí Fernando soube que lá tinha casa vazia e foi pedir pra nós. E no outro dia do casamento, a gente já foi de uma vez, só com umas coisinhas. Mas eu tava tão feliz, me lembro que nem hoje. Só nós dois naquela casinha, sem nada. Mas tava junto, né? (Dona Luíza, 78 anos).

Cabe lembrar que nem todos os candidatos à moradia passariam pelo crivo do proprietário das terras ou de seu gerente. O cumprimento, ou não, de alguns critérios poderia auxiliar na decisão de deixá-los permanecer no lugar ou mandarem seguir em sua penitência na busca de morada. Destes, os que mais demandaram a atenção foi o elemento: composição familiar – quantidade de membros (filhos e esposa) com disposição para o trabalho na propriedade. Destarte, era preferencial para condição de morador aqueles que tivessem família formada ou em formação, pois a responsabilidade de trabalhar com coragem, seja a que preço for para o sustento dos seus, garantia maior fixação e menor rotatividade destes trabalhadores, tornando-os cada vez mais dependentes e leais para com o lugar. Por isso, eram poucas as chances para homens e mulheres solteiras fazerem morada em tais propriedades, a não ser por intermédio de algum outro fazendeiro que devia sanar algum problema, quase sempre vinculado a alguma forma de proteção: como “encobertar” algum criminoso, pedindo abrigo a algum proprietário de sua rede de confiança e cumprindo assim o seu papel de patrão.

“Podia sim, às vezes acontecia. Era difícil, mas teve caso de chegar gente pra dentro de alguma casa mais afastada, sozinho, ou mesmo pra dentro da casa de outro morador, a mando do patrão. Mas só ia pra aquelas casas de confiança, não sabe? E a gente pensava logo: Eita, menino, aí tem coisa. Mas nem era da nossa conta, não. Ele ficava lá, mas só por um tempo. E do jeito que chegava, saía que ninguém via”. (Seu Geraldo, 84 anos).

Diante de todo o exposto, é possível notar elementos e práticas comuns na composição do sistema de moradia das grandes propriedades e lavouras de todas as regiões paraibanas. E ao trançar todos estes, se verifica que o fio condutor que dá sustância a tal arranjo social e produtivo é uma representação da dominação, modelada conforme lugar e tempo específico, o qual se pode definir como *patronagem*, cujas configurações gerais apresentamos abaixo:

Figura 10: Diagrama sobre características da patronagem



Fonte: elaborado a partir de LEWIN (1996)

Todos os elementos expostos se apresentam de modo muito significativo nas figurações do sistema de moradia nas regiões paraibanas, quer seja *a morada de condição*, *a morada de foreiros*, *a morada de agregados*, pois em todas estas formas de morada as relações de trabalho e/ou produção são organizadas em torno da manutenção de vínculos de confiança, forjados na perspectiva da subordinação dos que “pediram” morada para aqueles que possuem capitais necessários para sua sobrevivência.

A marcação destas semelhanças é fundamental para o esclarecimento do que é comum e do que é peculiar a cada grupo social na objetivação concreta das relações de trabalho instituídas. No caso do sertão paraibano, com a ocorrência de um sistema de moradia correlato a estes fenômenos apresentados, nosso desafio é buscar as particularidades desse dispositivo de trabalho e aparelhamento social, que nesta região especialmente durante o ciclo do algodão esteve atrelado ao formato de produção de *parceria*, no qual “a extração do sobretrabalho se faz, nitidamente, na forma de renda em produto” (PAULILO, 2016, p. 97).

Por isso, a análise da situação do morador na especificidade da área estudada demanda maior discussão, seja pela falta de conceitos desenvolvidos para explicar a complexidade destas relações de produção ou mesmo pela descontextualização de conceitos existentes que não colaboram para o entendimento do caso de *morador*

parceiro, já que o conceito de renda em trabalho⁶⁵ não se adequa para explicar a forma que se dá a apropriação do sobretrabalho do meeiro nas lavouras de algodão no sertão.

Sabe-se que o sistema de parceria no Sertão foi amplamente empregado devido às condições de produção necessárias a lavoura do algodão, naquela conjuntura. O regime era configurado em sua maioria como de “meia”: em troca do uso da terra, os lavradores (residentes das fazendas) entregavam ao proprietário parceiro metade do algodão que produziam e mais metade ou 1/3 do produto de outras lavouras (geralmente feijão, milho, jerimum), o que os configurava como um grupo distinto de outros trabalhadores rurais, pois eram moradores em regime de parceria.

Diante disso, cabe antes esclarecer que estes dois tipos de sistemas: de Moradia e de Parceria, que aparentemente poderiam ser excludentes entre si, aqui neste contexto são necessariamente complementares para a uma composição sofisticada de um grupo social especial e distinto da categoria tradicional de moradores rurais. São aqueles que aqui definimos de **moradores-meeiros**, grupo social que esteve presente de forma permanente na cotonicultura sertaneja, e que é mais bem evidenciado quanto a sua singularidade na seção que se anuncia.

4.2.1 O “Morador-Meeiro” e sua definição a partir do princípio da reciprocidade desequilibrada.

Diferentemente do grupo social tradicionalmente conhecido apenas como **morador**, cuja maior característica é a sujeição a uma *condição* de trabalho ou de foro específicas nas propriedades de lavouras ou criação na qual mora e trabalha; o parceiro ou **meeiro** que mora na propriedade outorgada possui uma controversa representação ou identidade social. Isso decorre, primeiramente, devido à ocorrência de que os candidatos a *moradores* tradicionais, *de condição* – gente humilde que não possuindo habitação passava a vida toda, ou quase toda a vida trabalhando em terras alheias, iniciavam sua relação com o proprietário da terra pela necessidade de acesso à uma morada, que é a própria junção de casa e trabalho. Logo, a subordinação a uma autoridade que lhe permitia o mínimo de sobrevivência estabelecia de imediato um vínculo de gratidão e

⁶⁵ Segundo Marx: “A forma mais simples de renda fundiária é a renda em trabalho; durante a semana, o produtor direto, com os instrumentos (arado, animais, etc.) que lhe pertencem de fato ou de direito, lava a terra de que dispõe de fato e, nos outros dias da semana, trabalha nas terras do solar senhorial, para o proprietário das terras, gratuitamente” (1975, p. 933).

lealdade por parte do sujeito frente ao dono da propriedade, que o identificava como seu empregado residente, ou apenas *seu morador*. No caso do parceiro meeiro, este nem sempre apresentava a ausência de acesso a casa e terra, o que significava que o parceiro meeiro poderia possuir um pedaço de chão, seja no campo ou na cidade, e produzir em terra alheia diante de algum benefício que lhe faltasse, como explica Dona Luiza:

“O meu sogro possuía uns poucos hectares na zona rural em Patos, ainda viveu em sua terrinha por um tempo bom. Mas foi vendo que era mais futuro sair pra propriedade alheia e trabalhar de meia, porque a venda era mais certa, tinha menos custo, e dependendo do lugar de morada, dava pra dar uma melhorada na vida dos filhos. Por isso ele saiu do canto dele para a propriedade de Seu João Soares, em Condado. E foi aí que nos conhecemos. Depois do casamento com Fernando, no outro dia já fomos morar na Conceição, de Seu Hardman”.

Por isso, o candidato a parceiro nem sempre adentrava na propriedade “sem eira, nem beira”, passível de sujeição por não ter um lugar no mundo. Sua identidade, portanto, não estava essencialmente atrelada a falta de acesso de morada. Mas antes, sua representação se elaborava mais pelo propósito da produção, da garantia de participação junto com os outros proprietários no famoso ciclo do ouro branco.

Essa distinção inicial, em relação ao acesso a terra, marcava sua posição perante aos outros moradores que não possuíam promoção alguma, e mesmo frente ao proprietário de terras, lhes conferindo uma maior aproximação ao termo *produtor* em substituição ao termo *trabalhador*, o que lhes atribuía certo *status* de autonomia, conferindo também maiores responsabilidades com a lavoura. Logo, tal identificação aparentava uma maior independência e liberdade frente aos outros grupos de trabalhadores moradores do lugar, inclusive promovendo um distanciamento com as lutas coletivas enfrentadas no sistema de moradia tradicional.

Esta perspectiva era baseada num arranjo muito específico, em que o grande proprietário de terra subcontratava sua produção de algodão, cedendo uma área cercada para os pretensos moradores (fossem aqueles pequenos proprietários independentes ou apenas aqueles sem condição de morada e trabalho) realizarem o cultivo do algodão, num acordo de parceria em que prevalecia a regra de meação, em que a produção era dividida ao meio entre o proprietário da terra e o lavrador. Além do algodão, o meeiro como era conhecido poderia plantar outros produtos, como o milho e o feijão, dos quais retirava a alimentação básica de sua família, e a depender do tipo de parceria, entregava também parte da produção ao proprietário outorgante. Quanto à criação de animais

(galinha, cabra, gado, porco, etc.) por parte dos meeiros que moravam na propriedade, as formas de permissão e posicionamento do proprietário variavam, criando diferentes níveis de esforços e situações de vida.

Como uma cultura permanente, as árvores de algodão arbóreo – “mocó” requisitavam também uma perene disposição por parte dos produtores e trabalhadores, que acabavam por estender sua estadia na propriedade, fixando-se como moradores do lugar, alguns até a gozar de “direitos permanentes de residência na grande propriedade” (LEWIN, 1996, p. 67). Desse modo, a ocorrência em encontrar meeiros com mais de dez anos de morada numa propriedade sertaneja não era algo raro, mas uma situação comum nesta região, conforme conta nossos informantes:

“Quando mudamos pra Fazenda de Seu Hadman foi mais pra fazer um teste, sabe? Ver se tinha uma melhoria, porque a outra propriedade não dava pra mais uma família não. Então, a gente foi pra trabalhar de meia e foi ficando... Nessa história, deixa ver... Chegamos lá na Conceição em 1962, depois ele vendeu pra Dr. Pierre em 77 e até o ano de 2008 a gente morou lá” (Dona Luísa, 78 anos).

“Quem eu conhecia na região, meus parente tudo, vivia e sustentava a família com a “meia” do algodão. Aí a gente ia morar na propriedade para plantar, cuidar da lavoura. A terra não era nossa, mas a plantação era nossa, né? Tinha que morar lá pra ter zelo, cuidar. E também, porque a gente não tinha mesmo terra e nem casa (risos). Era isso mesmo ou nada, minha filha. Passei minha vida todinha como morador. Eu e tudinho lá de casa, meus irmãos, e depois meus filhos também.” (Seu Severino Birrote, 72 anos).

“Vou lhe dizer... era um tempo bom. Assim... não tinha as facilidade que a gente tem hoje. Hoje na zona rural a gente tem muita coisa, oxe... nem se sonhava com isso que se tem. Tem moto, tem televisão, tem geladeira, essas coisas tudo. Mas eu achava que era um tempo bom. Morava numa Fazenda boa, com respeito, tirava de “meia”, tinha a confiança de Seu Clóvis. Sempre tive a confiança aonde morei, aqui é do mesmo jeito. Aí, eu gostava de lá, de fazer “meia” e morar lá na Carnaúba. Só saí mesmo porque Seu Clóvis vendeu e pediu pra vir pra cá, cuidar da propriedade da filha dele, Dona Iêda. (Seu Geraldo, ex-morador da Fazenda Carnaúba e atual morador da Fazenda Jerusalém desde 1970, em São João do Sabugi – RN).

É importante observar que todos estes meeiros, que contaram sua história de vida, enfatizaram em suas lembranças a **duração de tempo** que tiveram nas Fazendas em que moraram. Percebeu-se que a demonstração de duração de tempo da moradia servia como um requisito de apresentação, bem mais que a sua participação na “sociedade produtiva”⁶⁶ instaurada pelo sistema de parceria – meeagem, lhes

⁶⁶ Sociedade é um termo muito comum no interior paraibano, usado para expressar uma associação entre indivíduos, com significado similar a palavra *sócio*. Ex: “Eu entrei em sociedade com Dr. Clóvis, pra fazer a “meia” lá na baixa da oiticica” (Seu Iremar, ex-morador da Fazenda Araras, 87 anos).

conferindo uma condição de “bem quisto”, de fidelidade perante o proprietário da terra, dos outros moradores e também de outros proprietários do entorno, que por tal motivo acabavam por convidá-los a fazer moradia e “meia” em suas terras. Nesse sentido, entende-se que o tempo de duração de moradia de um meeiro tinha uma dupla significação e efeito, já que quanto mais tempo o morador se fixava na propriedade, mas desse lugar ele se apropriava, ao menos subjetivamente, no que se compreende o espaço social como campo de construção e reprodução de padrões de valores e comportamentos. Do mesmo modo que o lugar acabava por se apropriar do morador, que de tanto tempo fazendo moradia naquele espaço acabava também sendo integrado a totalidade de sua paisagem “natural”.

Nesse sentido, não era raro o morador ser “repassado” junto com os outros bens da propriedade quando ocorria a sua venda, já que era comum no meio rural em seu contexto de transações: a venda com “porteira fechada”, remetendo a ideia de que o que estava dentro da propriedade: animais, casas, instrumentos de trabalho, máquinas, lavouras, estavam dentro “do negócio”. E o morador, por sua vez, mesmo não sendo efetivamente um bem material, acabava vinculado a tal situação já que a sua moradia pertencia à propriedade a ser vendida. Sobre esta circunstância, nos conta Dona Luísa e Seu Severino Birrote, ex-meeiros, que foram moradores da Fazenda Conceição:

“Foi uma surpresa saber que Seu Hardman ia vender a propriedade. Ele chegou e contou que tinha vendido a Fazenda de porteira fechada. Que a gente ficasse pra ver o que ia dar com o comprador do lugar. A gente tava lá desde 64 e não tinha se preparado pra ir a canto nenhum. Meu finado marido disse que não ia arredar o pé de lá enquanto não visse esse novo dono. E a gente ficou esperando” (Dona Luísa, 78 anos).

Quando a Fazenda foi vendida, aqueles que fazia *a meia* e tinham outro lugar pra ir, foram embora. Mas, a maioria ficou. Por quê? E tinha pra onde ir? O algodão já não tava essas coisas, era o ano de 78... A gente ficou esperando ver o que ia dar, né?” (Seu Severino Birrote, 72 anos).

É notório com este pano de fundo que a referência ao termo *parceria*, incorporado pelo grupo social aqui apresentado, acaba sendo encoberto nesta ocorrência pela representação de *moradia*, por ser a mais primária e necessária na composição das condições de existência daquele grupo social. Logo, a presença da ideologia apresentada por muitos meeiros quanto ao *ser* parceiro, que denota certa independência na produção e diz respeito a uma distinção em relação aos outros grupos de moradores e trabalhadores rurais acabam sendo enfraquecida, sobretudo, no momento em que se

revela a posse da terra, principal meio de produção que pertence unicamente a um parceiro produtor, aquele que o recebeu em sua fazenda.

Ora, é pertinente se debruçar sobre esta questão: a manutenção da ilusória representação da parceria, que serviu de alimento para a motivação diária e permanente destes moradores, quanto ao esforço despendido para zelar “pelo que é seu”, na intenção de descortinar alguns dos comportamentos, valores e desejos incorporados neste singular grupo social de moradores. Todavia, antes deste incurso, cabe tecer um quadro sistemático sobre este singular grupo social que se denomina meeiro e morador e reivindica o reconhecimento de suas diferenças perante o padrão dominante do sistema de moradia, conforme se verifica nas entrevistas realizadas:

Entrevista: O senhor foi morador da Fazenda Carnaúba de Seu Clóvis?

Seu Geraldo: Fui. Morei um bocado de tempo, um bocado de ano por lá. Era bom o Doutor Clóvis, homem sério, de palavra.

Entrevista: Então posso dizer que o senhor era um morador da Fazenda, posso chamar assim?

Seu Geraldo: Peraí... Eu não era morador, só morador não. Eu fazia a meia com Doutor Clóvis. Eu era meeiro. E morava lá na Fazenda também. Tá entendendo?

Entrevista: Sim. O senhor era meeiro e também morador da Fazenda, não é isso?

Seu Geraldo: Isso mesmo. Eu não era um morador qualquer não. Eu tinha minha plantação e dividia com Doutor Clóvis. Vendia a ele. Trabalhava pra ele também, era homem bom, justo. Mas eu, Geraldo, não era sujeito a ele e nem a seu ninguém, tá me entendendo?

Entrevista: Dona Luísa, a senhora e seu Fernando foram moradores da Fazenda Conceição, não foi isso?

Dona Luísa: Foi. A gente era meeiro de Seu Hadman. Assim que casamos mudamos para a propriedade dele para fazer a meia do algodão. Pode dizer aí que a gente era meeiro e morava lá também. (Risos) Mas vá minha filha, diga aí que era morador, porque era mesmo, morava na terra alheia, né?

Entrevista: Posso colocar aqui que o senhor era morador da Fazenda Conceição?

Seu Bió: Pode. Eu era morador. Sempre fui morador. Meu pai era morador, meu avô... tudo morador. A gente era morador de fazer meia, entendeu. Fazia meia com o dono da terra e morava na terra também, a vida todinha (Risos).

Boa parte dos outros entrevistados também propuseram uma distinção enquanto sua identificação na categoria morador, reconhecendo-a somente quando relacionada à forma de organização produtiva instaurada na propriedade: o acordo de parceria ou “meia”. Nesse sentido, é fundamental explicar o ancoramento desta ideia que vem marcar uma especificidade no sistema de moradia sertanejo, dado que é a partir desta concepção de situação de vida e de mundo, que existe na cabeça dos informantes, que se

pode identificar e compreender, com êxito, dois sistemas lógicos de produção/trabalho que se manifestam e se interconectam em tal contexto. O primeiro, que se dá no estabelecimento da hierarquia, articulado a partir de interesses próprios e estruturado a partir de uma base moral de relações personificadas, definido como Moradia, é inicialmente desvalorizado e só reafirmado quando reconhecido o vínculo com o outro sistema, o de Parceria, que em aparência, se dá no nível moral da reciprocidade e redistribuição, num contrato de produção.

Nestes dois sistemas distintos, a participação em cada um destes tende a elaborar a afirmação ou negação do sujeito envolvido quanto a seu reconhecimento social e autoestima individual. Entender este aspecto simbólico no funcionamento de tais sistemas auxilia na compreensão da ressignificação do termo morador, quando acompanhado do termo meeiro, numa superavaliação, que parece quase que reivindicar um nome próprio para este grupo específico.

Pois bem, a necessidade de tal autenticidade nos orientou a constituir, para os próprios fins e interesse deste trabalho, a noção de **morador-meeiro**, como um potencial e legitimador distintivo social dos grupos sociais rurais moradores e parceiros dos proprietários sertanejos, mesmo que sob o véu mascarador da pretensa igualdade e dignidade. Forjar tal expressão, no contexto desta discussão, possibilita e mesmo facilita a reflexão da realidade cotidiana destes sujeitos e suas relações constituídas de significados próprios, a fim de revelar as camadas de sentidos que foram naturalizadas pela prática social, e por isso reduzidas à opacidade ou mesmo a invisibilidade de suas singularidades.

Nesta tentativa, primeiramente buscamos organizar as características mais essenciais de cada forma de organização produtiva e social, pela voz dos próprios sujeitos envolvidos, ao mesmo tempo em que traçamos um paralelo com referenciais que auxiliam na constituição do modelo ou tipo de grupo social que procuramos destacar:



De tal modo, a considerar cada grupo social inicialmente de forma separada, compreende-se:

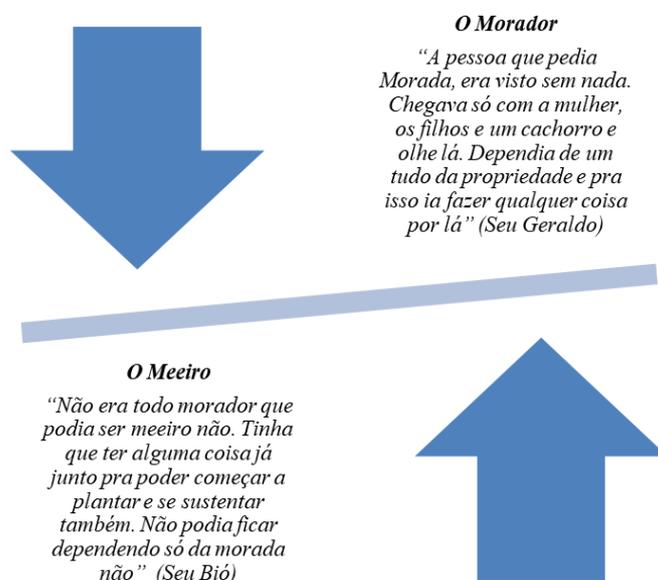
O Morador como uma categoria que representa e se representa de forma consciente como sujeito dependente, numa situação de sujeição diária às condições impostas pelo proprietário de terras, haja vista sua necessidade vital de morada e trabalho nas terras alheias. É um prestador de serviços nas muitas atividades da propriedade, servindo voluntariamente e de forma leal ao patrão, que por sua vez poderá reconhecer sua disposição oferecendo certa proteção. Logo, como já anunciado, é uma relação marcada pelo personalismo, num jogo de expectativas, obrigações e controle, numa rede de dependência personalizada em relação ao senhor, a qual se estende também os demais componentes da unidade doméstica do morador (GARCIA JR, 2002).

Herança de um legado escravocrata, com forte presença da dependência pessoal, este grupo rural aproxima-se mesmo do conceito de *ralé*, no qual Jessé de Souza descreve como aqueles “despossuídos formalmente livres, cuja única chance de sobrevivência era ocupar funções nas franjas do sistema como um todo” (2012, pg. 121). Assim, vistos como dispensáveis, principalmente quando não exerciam dentro de uma determinada organização produtiva alguma função de relevância, fundamental para

a manutenção e reprodução da propriedade, os moradores dedicavam-se as quaisquer ocupações que lhes eram ofertadas, já que os “dias vendidos” de trabalho era uma das condições para a sua subsistência material, frente à pobreza e a instabilidade que o cercava.

É nesta totalidade que se compreende os motivos e atributos desfavoráveis a existência do ser *morador*, conforme a ideologia de outros grupos sociais, como o parceiro/meeiro, cujas relações de trocas aparentam serem mais simétricas e igualitárias, portanto menos dependentes.

Figura 11: Relação pessoal de dependência



Fonte: elaboração própria

Este entendimento decorre da ideia de contraprestação de serviço ou/produção, presente no sistema de parceria vigente da época (arranjo específico de intercâmbio de terra e trabalho) que aparentava ofertar relações sociais formalmente mais igualitárias, devido à semelhança dos interesses dos parceiros envolvidos. Além disso, a presença de uma base ética, previamente acordada, também parecia explicitar uma menor subordinação ao poder pessoal, garantindo uma maior autonomia frente aos domínios do senhorio das terras.

Cabe lembrar que a parceria desempenhou um papel fundamental enquanto estratégia de manutenção e reprodução da lavoura algodoeira no sertão paraibano, considerada inclusive, como a mais efetiva e rentável, ao menos para os produtores proprietários das terras. De fato, quando descoberto os mecanismos, por vezes invisíveis à consciência dos outros envolvidos, se percebe a superioridade de ganhos forjados nesta pretensa sociedade entre formalmente iguais.

Mas, interessa ainda, como se fez na categoria social de morador, compreender a especificidade do ser *meeiro* e suas condições de existência. Por isso, destacamos:

O *Meeiro* como uma categoria cuja representação é marcada pela ideia de “sociedade”, num acordo de parceria em que a produção é geralmente dividida “meio a meio” ou conforme os interesses existentes. É um arranjo de produção em que as relações de trabalho são livres, porém nasce da carência de meios de produção para uma das partes envolvidas e que se intensificou para atender as necessidades da cultura algodoeira. Na região sertaneja, grandes e médios proprietários rurais optaram pela subcontratação de sua produção, cedendo frações de suas terras à lavradores dispostos a explorar o cultivo de algodão e usualmente fornecendo aos mais desprovidas os insumos e meios de produção necessários para efetivar a plantação e cultivo, por vezes também adiantando um crédito, de forma a garantir prioridade na compra de sua parte no tempo colheita.

Assim, os meeiros desempenharam um papel fundamental no ciclo do algodão, constituindo um extrato indispensável à sua produção e abastecimento da demanda para o mercado exportador. Dado esse reconhecimento quanto à participação direta no processo de cultivo do algodão, promessa de enriquecimento para muitos, os meeiros incorporavam certa diferenciação e distanciamento em relação aos chamados moradores de condição, mais próximos do trabalho de sujeição estabelecidos pelo patrão. Esse *status*, conferido pela situação aparente de produtor rural, e não somente trabalhador do campo, assumia num primeiro momento um tipo de capital simbólico de efeito encobridor e mascarador das relações pessoais de dominação instituídas entre os parceiros e que só é mais bem revelada nos detalhes vivenciados da vida cotidiana.

No entanto, o próprio processo produtivo, na parceria, já apresentava indícios de uma forma de dominação indireta, em que os parceiros contratados de alguma forma dependiam dos meios de produção do parceiro contratante, como a terra, a semente, os instrumentos/ferramentas, animais e crédito. Além disso, em todas as narrativas, fica esclarecida a situação de subordinação quanto à venda do produto cultivado em que o

prazo era estabelecido pelo meeiro proprietário da terra, cabendo ao meeiro lavrador apenas aguardar o dia escolhido pelo “parceiro” para receber sua parte, que já poderia estar comprometida devido a algum crédito fornecido:

“A gente, pelo menos eu, não botava nada do bolso, porque não tinha, né? (risos). Era Doutor Clóvis que dava a semente, emprestava o boi, as ferramenta boa, que a gente não tinha. Me ajudava emprestando um dinheiro aqui e acolá pra ajeitar as coisas em casa, comer mesmo. Aí no fim, eu era cabra honesto, a gente me dava tudo. Do algodão ao roçado (que eu tinha, botava todo ano). A parte de meia dele era livre, a minha eu já devia uma parte a ele, né? Dos empréstimos... Por isso a gente que tinha nosso recurso era respeitado, porque de todo jeito a gente tinha de onde tirar. (Seu Geraldo).

“Não tinha nem semente para plantar. Era ele que fornecia. A gente, eu digo, eu e Fernando, cuidava muito de tudo ali, porque a gente morava lá né, tinha nossa casa de morada. Era meeiro e morador. Quem não morava, vinha da fazer só a meia ou só trabalhar alugado e voltava pra sua casa. A gente não, a gente tinha mais responsabilidade, com o uso que fazia de tudo. Mas tinha uma coisa que agoniava, que era no tempo de venda do algodão. Só vendia quando fosse no tempo que Seu Hadman quisesse vender. A gente ficava que nem besta (risos), esperando toda boca de noite ele avisar que tinha fechado negócio, porque aí ele ia acertar as contas e a gente ia comprar as coisinhas. Esperava o ano todinho pra isso” (Dona Luíza).

É interessante verificar que esta situação de produção e trabalho, apesar de ser descrita com certo lamento e resignação, não freia a ilusão criada pelo capital simbólico de distinção em relação aos outros grupos sociais, quanto à questão de direitos pessoais e obrigações morais. Na verdade, a forma que essa *illusio* assume encobre a noção de trabalho, no contexto operacional, não permitindo que o mesmo funcione e manifeste a real dimensão social das atividades desempenhadas; ao mesmo tempo em que promove uma ideologia da igualdade de oportunidades entre os parceiros, forjando relações aparentemente simétricas, mas que na verdade permitem a reprodução de trocas assimétricas, e que Bourdieu (2018) chama de “mais-valia simbólica”, um tipo de obtenção de ganho através de formas mascaradas de dominação indireta.

É com intuito de preencher os hiatos das duas ideologias presentes na situação de vida deste grupo singular, por ora apresentado, que ousamos estabelecer a noção de **morador-meeiro** como uma figuração ou situação-tipo que transita nestas duas formas de existência, seja pautado na ideia de redistribuição desigual dos recursos produtivos, presente na perspectiva da Parceria; seja na desigualdade latente da sujeição encontrada na Moradia. Estes dois aspectos antagônicos parecem oferecer a amálgama necessária para a especialidade de tal grupo, ao tempo em que descortina as complexas e peculiares

relações de dependência, numa base de moralidade centrada numa reciprocidade desequilibrada, onde emergem diferentes planos de dominação e resistência.

Cabe ainda destacar que concebemos o morador-meeiro como sendo um *continuum* no espaço e tempo no qual a sociabilidade é organizada através da morada e parceria, não cabendo considerar tal situação separadamente. Diante disso, elegemos utilizar o hífen, como uma estratégia de composição aditiva para as palavras *morador* e *meeiro*, seguindo assim a sugestão da professora Maria Aparecida de Moraes Souza⁶⁷, que atestou a necessidade da aplicação de tal sinal como uma forma de provocar a atenção para o caráter relacional da noção de morador e meeiro. Afastamos, portanto, a possibilidade de uso da barra oblíqua, como pensando antes desta orientação, que teria a função, como explica a regra gramatical, de remeter a ideia de disjunção, que definitivamente não é nosso caso, já que verificamos tais categorias sociais: morador e meeiro, inteiramente entrelaçados.

Enfim, a possibilidade de enxergar tais especificidades descritas é encontrada na seguinte subseção, que apresenta como se dava o cotidiano da vida deste grupo social rural, apreendido através das narrativas generosas, depoimentos e crônicas dos ex-morador-meeiros das fazendas de algodão selecionadas para esta pesquisa.

4.3 SOBRE O MODO DE SER E DE VIVER NA MEMÓRIA SOCIAL DO MORADOR-MEEIRO DO OURO BRANCO

A memória devolve não simplesmente o passado, mas o que o passado prometia (BOSI, 2003).

Esta seção trata da memória individual e coletiva dos grupos familiares de ex-morador-meeiros das antigas fazendas que outrora produziram algodão em consorciamento com o gado, como a Fazenda Carnaúba, a Fazenda Conceição (atual

⁶⁷ Alguns dados e reflexões referentes a este capítulo foi submetido ao GT: Trabalho Rural. Mobilidade Espacial e Expropriação de Direitos, VIII Encontro da Rede de Estudos Rurais, em Florianópolis, SC, neste ano, cuja coordenação foi da Prof.^a Maria Aparecida de Moraes Silva e Lúcio Verçoza. Na discussão do presente trabalho, Moraes orientou a utilização do hífen ao invés do uso da barra oblíqua, regras gramaticais experimentadas no estudo desenvolvido por sua orientanda Tainá Reis, na tese: Ceifando a cana... Tecendo a vida. Um estudo sobre o pós/trabalho nos canaviais (2018).

Fazenda Tamanduá) e a Fazenda Maria Paz, localizadas na microrregião do médio sertão paraibano. Entendemos que a possibilidade de reconstituição sócio espacial destes lugares – especialmente através da História Oral, como recurso de construção pessoal de ideias imersas num determinado tempo-lugar, seja capaz de revelar experiências de trajetórias e disposições destes indivíduos, tornando mais inteligível seus comportamentos neste grupo particular de moradia, de forma a auxiliar ainda mais à frente, na compreensão das dinâmicas de transformação deste mesmo grupo social rural.

Antes, contudo, cabe evidenciar a afirmativa de Thompson sobre as limitações deste mergulho no tempo, quando diz que: “as histórias que relembramos *não são representações exatas* de nosso passado, mas trazem aspectos do passado e os moldam para que se ajustem às nossas identidades e aspirações atuais” (1997, p. 57). Com tais condições, frente ao desafio de reconstituição das antigas práticas do grupo de moradores-meeiros do algodão, optamos por enveredar, primeiramente, na costura das memórias individuais, que guiadas por um contexto social específico, acabará por desembocar também numa memória coletiva, pois segundo Carvalho, a memória em si mesmo “é uma atividade construída e reconstruída pelos indivíduos *nos* grupos sociais” (2018, p. 54). Para o autor, a grande referência para a rememoração das situações e relações sociais vividas, advém mesmo dos grupos, que também servem para unificar as memórias individuais. Por isso, mesmo existindo diferenças conceituais entre memória individual e memória coletiva, Carvalho (2018) destaca que ambas são intrínsecas no mundo social e cultural e na relação indivíduo e grupo.

Neste sentido, para melhor aclarar a junção entre as memórias individuais e coletivas, optamos aqui pelo uso do termo *memória social*, que remete a uma imagem mais integrada da diversidade de percepções, de vivências e de interiorização de cada elemento do grupo social, ao mesmo tempo em que projeta a ideia de sociedade, num certo tempo histórico-social, transmitida por gerações e atualizada até os dias de hoje. Tratamos, portanto de uma memória produzida no interior de um grupo, com poder de transmissão e que se alimenta de imagens, de sons, de ideias e que dão identidade a esta categoria ou classe (CARVALHO, 2018; BOSI, 2003). É por esta via, que Halbwachs se desbrucha nos estudos sobre os quadros sociais de memória, explicando como a memória do indivíduo depende do seu relacionamento com os grupos de convívio e de referência, e que em qualquer alteração atinge a qualidade íntima desta memória.

(HALBWACHS, 2009). Logo, o autor enlaça a memória individual à memória do grupo. Bosi, por sua vez, esclarece: “quando relatamos nossas mais distantes lembranças, nos referimos, em geral, a fatos que nos foram evocados muitas vezes pelas suas testemunhas” (2002, p. 406). Por isso, não raramente, ouvimos de nossos informantes recordações preenchidas pelo espectro de outros seres, que estando presentes ou não, neste tempo, incitam suas memórias:

“a história da cabra, aquela que Célia ganhou pra não morrer de fome... eu me lembro é muito, porque toda vez que Dr. Pierre vê a gente, quer que eu recontasse essa graça” (Dona Luísa, 78 anos).

É preciso pensar, portanto, na vida social da qual nos servimos para compor o que é para nós tão individual, reconhecendo a interação existente entre a sociedade e as nossas elaborações e reflexões. E é assim que se desenvolve a memória social, a partir de laços de convivência nos grupos dos quais fazemos e/ou fizemos parte. É ela que entrelaça a memória de seus membros e que segundo Bosi, “acrescenta, unifica, diferencia, corrige e passa a limpo” (2002, p. 411). Todavia, cabe lembrar com atenção que, para o acesso a qualquer tipo de memória, antes deve se recorrer ao indivíduo, já que é ele que recorda, conforme explica Bosi:

“Ele é o memorizador, e das camadas do passado a que tem acesso, pode reter objetos que são, para ele, e só para ele, significativos dentro de um tesouro comum” (2002, p. 411).

São as lembranças de pessoas, portanto, que recompõem a história social de um grupo. E no caso, desta pesquisa, especialmente, são as “pessoas de idade” que já atravessaram um determinado contexto social e econômico, cujas características e quadros de referência são por eles reconhecidos que nos ofereceram uma função social que lhes é muito própria: a “de lembrar, a de ser a memória da família, do grupo, da sociedade” (BOSI, 2002, p. 63). Sim, é na velhice o grande momento de exercer a função da lembrança, de mostrar uma outra competência: a do homem ou mulher que já viveu a vida e que agora se ocupa consciente e atento de apresentá-la. Por isso, que para Bosi:

“Um mundo social que possui uma riqueza e uma diversidade que não conhecemos pode chegar-nos pela memória dos velhos. Momentos desse

mundo perdido podem ser compreendidos por quem não os viveu [...]. A conversa evocativa de um velho é sempre uma experiência profunda: repassada de nostalgia, revolta, resignação pelo desfiguramento das paisagens caras, pela desaparecimento de entes amados, é semelhante a uma obra de arte” (2002, p. 82).

A memória dos velhos descortina mundos sociais que não mais existem. E para acessar tais cenários, prezamos em fazer um trabalho artesanal, de imaginação sociológica, conforme os ensinamentos de Charles W. Mills, em que a razão e a emoção participaram entrelaçadas, tecendo um fio condutor, num tempo muito próprio de composição. Por vezes, perdidos, reunimos técnicas diversas de investigação na História Oral, como possibilidades para a escavação de uma matéria-prima feita de escutas, observações e silêncios. E, o desafio de adentrar o labirinto dos espaços sociais habitados num tempo passado sob o véu do presente nos deu intensidade para mesmo com medo arriscar no percurso desconhecido. Enfim, por intermédio do esforço reflexivo, fomos aos poucos encontrando um caminho para a pesquisa, não necessariamente seguro, mas capaz de dar conta da multiplicidade dos tempos sociais vivenciados pelos sujeitos investigados nas suas diferentes relações e processos socioculturais, político e econômico.

Por isso, longe de mostrar uma história homogênea e linear do grupo estudado, a pesquisa aqui revela uma heterogeneidade e mesmo uma diacronia do pensar e agir social, pois “relembrar e transmitir pela memória fatos e atos acontecidos individual e socialmente numa narrativa que reconta e relembra, acaba por trazer de certa forma, corte e releituras do acontecido” (CARVALHO, 2018, p.55). Por sua vez, o silêncio e a saudade, que ficam por vezes escondidos, aqui ganharam importância e emergiram como chaves para o entendimento da complexidade do que não é dito e exposto sobre a intimidade pessoal e das relações sociais existentes em um contexto.

No tocante às técnicas de pesquisa, adequadas ao objetivo desta parte do trabalho, se combinaram bem os procedimentos de história de vida e perguntas exploratórias, em que a liberdade do recordador foi respeitada no que tange à sua vontade sobre o encadeamento e composição dos momentos do seu passado. É importante que o pesquisador da memória perceba a especialidade dos depoimentos do idoso e tenha não somente a atenção dos ouvidos voltados para ele, mas também os olhos, mãos e alma, presentes no momento de entrega do narrador.

Aqui, nesta parte da investigação, tivemos a experiência de entrar na casa de dez antigos morador-meeiros de fazendas de algodão, para ouvi-los contar suas histórias do

tempo que viviam e faziam parte deste grupo social. No mínimo, nos encontramos por três vezes com estes depoentes, já que respeitamos alguns momentos, respectivamente aqueles: a) da pré-entrevista ou estudo exploratório, em que os conhecemos pela primeira vez, explicamos nosso trabalho, extraímos questões e temas promissores e criamos o primeiro vínculo de confiança; b) do registro da narrativa, quanto as suas lembranças, pausas e silêncios; c) da retomada da narrativa, e de questões afins e eletivas dos mesmos fenômenos em um tempo dado, e a finalização dos encontros com a promessa de um presumível retorno. Além destes encontros, ainda tivemos a possibilidade de propiciar a reunião de três antigos moradores da extinta Fazenda Conceição, que juntos e guiados por algumas questões norteadoras contaram sobre sua condição de vida no tempo do algodão e como continuaram moradores, mesmo após a falência do ouro branco, da Fazenda Tamanduá. Esse encontro, repleto de saudade e de nostalgia, permitiu não somente a chegada de novas lembranças, mas também de uma crítica ao presente, à sociedade herdeira de seu passado. Além do mais, constituído o grupo e partir de sua interação emergiram elementos comuns de uma memória do trabalho, do lugar, da sociabilidade que deu um imenso fôlego no arranjo de quadro de referências sobre o grupo social de morador-meeiro.

Adiante temos as histórias de três dos antigos morador-meeiros: a de Dona Luíza, 78 anos; Seu Severino (Birrote), de 72 anos e Seu Afonso, de 75 anos. Eles nos contam sobre sua trajetória de vida no meio rural: da sua mais tenra infância ao casamento, do trabalho com o algodão, de sonhos e planos de outrora e de como vivem hoje. O encontro com cada um deles se deu em suas casas, de uma forma tranquila, às vezes acompanhado de familiares mais jovens, curiosos, alguns prontos a interferir com indicações de histórias e “causos” já contados e que deveriam, sob seu ponto de vista, ser lembrados. Porém, a companhia destes terceiros era sempre breve, já que a narrativa se estendiam por horas e as atividades diárias os chamavam para a lida. Sim, nos empenhamos em não ter pressa nestes encontros, não ter pressa em ouvir nossos narradores e tão pouco se apressar em fazer interpretações ideológicas do que se escutou. E assim, aprendemos a apreciar todos os discursos, dos mais cadenciados aos mais tateantes, bem como também aqueles mais silenciosos.

Neste tipo de pesquisa, o desafio maior para o investigador é ouvir com presença, no silêncio de sua consciência, a *verdade* do memorialista. É necessário no ato do ouvir, o pesquisador sacrificar a vontade de questionar, de refutar os fatos, pelos menos durante a narrativa, pois como orienta Bosi: “*ao silêncio do velho seria bom que*

correspondesse *o silêncio* do pesquisador. Aprendizagem difícil porque vivemos num moinho de palavras e citações que se apoiam comodamente no discurso ideológico” (2003, p. 65, grifo nosso). Ora, compreender a fala, mas também a própria intensão do silêncio na narrativa é uma tarefa que requer instantes de pausa, da calma de quem pesquisa e também do sossego comum entre as partes envolvidas. Estes momentos de quietude são importantes também para despertar o sentimento de gratidão pelo que está ocorrendo: seja a aprendizagem do ouvinte, que gratuitamente recebe o tempo e o espaço em forma de história, seja pela rememoração do narrador que pode transmitir seu passado, aqui considerado importante em detrimento da invisibilidade persistente.

Escolhemos apresentar três histórias de vida, escolhidas dentre os encontros realizados, num formato contínuo próprio da contação de estória, com o primário objetivo de abarcar a diversidade de fenômenos e situações existentes de maneira a aproveitar cada fala e ação de pertencimento ao tempo e lugar vivido, de tudo que se trabalhou, criou, lutou e resistiu. Além disso, o ritmo da escrita sem interrupção para análises alimentou substancialmente a narrativa deixando-a mais encorpada, expressiva e reveladora perante os leitores deste trabalho, numa tentativa de transpor as lacunas e vazios deixados pelas linhas não ditas.

O critério de seleção dos narradores neste primeiro momento, na construção da autobiografia, se deu especialmente pela vivência destes na Fazenda Conceição enquanto morador-meeiros, bem como a continuidade na Fazenda Tamanduá - quando já perdida a condição de parceria (com a chegada do suíço Pierre Landolt), permanecendo vinculados como moradores-assalariados, de forma a garantir a reprodução de até quatro gerações da mesma linhagem familiar. Já mais à frente, serão apresentados também os outros pesquisados que revelaram elementos e aspectos comuns e mais peculiares do modo de ser e de viver do grupo social investigado, colaborando na configuração dos chamados morador-meeiros e de seu típico cenário.

4.3.1 As Lembranças do Algodão

Dona Luíza, a professora

Figura 12: Dona Luiza, em sua casa na cidade, 2018.



Fonte: acervo próprio

Eu nasci no ano de 41, na zona rural de Condado, no sítio Furnas, numa pequena propriedade da família do meu pai, cresci lá com meus quatro irmãos. Lá, meu pai plantava milho e feijão, num baixio de terra. O que dava a gente comia e vendia um pouco também. Eu estudei no Posto Agrícola de Condado e cheguei a fazer o exame de admissão para a 5ª série em Malta, no Dr. Noé Trajano. Eu era muito interessada nos estudos, gostava era muito.

Comecei meu namoro com Fernando com 13 anos de idade. Só foi ele mesmo de namorado que tive. A gente começou a paquerar, a se gostar, nas novenas. Mas naquele tempo o namoro era só se olhar, ele ia na minha casa e a gente ficava se olhando e conversando um bocadinho. Não é como hoje não, era nada.

Fernando, meu finado marido, não era de Condado, como eu. Ele veio com o pai, com a família de Patos, onde tinham propriedade para a zona rural de Condado para plantar algodão 'de meia' na terra de João Soares, e ficaram morando lá.

Me casei com 22 anos e tivemos que procurar um lugar para Fernando plantar e a gente morar. Casamos num dia e no outro já estava na Fazenda Conceição, de Seu Hardman. Ele cedeu uma casa pequenininha, pra gente morar. Fernando virou meeiro e morador da Fazenda.

Chegamos lá e eu me lembro sempre e muito, já era quase de noite, e eu muito envergonhada. A casa pequena, muito simples. Eu não tenho vergonha de falar não, foi o que eu passei e era mesmo muito pobre, se comparado aos dias de hoje. Chegamos assim, sem nada, nadinha. Fernando é que foi arranjando as coisas, nós dois, né? Me lembro que a gente entrou, já escurecendo e Fernando clareou a casa, tinha uma mesa e um tamborete. Eu olhei pra ele e sorri. Eu estava tão feliz com ele, lá naquela casinha. Só nós dois, em silêncio. Nem ligava em não ter nada, importava que estava junto dele.

Célia nasceu em 64, na Fazenda mesmo, neste tempo eu me lembro que o algodão estava com um preço bom, ainda alto. No fim do ano era tempo da entrega do algodão ao proprietário, esse ficava com a “a meia” livre e a nossa parte a gente ainda ia contar, porque tinha que pagar o fornecimento e só depois ver o saldo. No fim da colheita era todo mundo ansioso demais pra saber se tinha um saldo bom. Seu Hardman segurava a venda, com o algodão todo estocado, esperando o tempo bom de preço. E a gente ficava num pé e noutro pensando: “será que esse ano dá pra sobrar, dá um saldão?” Porque às vezes não dava pra sobrar nada. E era tão bom ir na rua compra um corte de pano, uma rede, um sapato.

Na seca era tempo ruim, de fazer dó. Fernando ia pra feira a pé, olhe só a lonjura, mas naquele tempo era assim... pra vender uns courinhos que ele esticava. Era couro de tudo que você imaginar: de cobra, de cururu, de tivaçu, de préa, de raposa. Esticava, tratava e vendia na feira por um trocado. Era tempo de sofrimento. A gente não tinha toda semana o sustento certo, não. Tinha que pedir o fornecimento a Seu Hadman e Fernando fazia de um tudo pra não pedir e ficar pendurado em promissória. Aí a gente se segurava demais. Olhe, tinha noite, quando os meninos eram menores que Fernando ia procurar pneu velho pra queimar na frente de casa e fazer aquele clarão pra iluminar e eu cuidar dos meninos, porque não tinha querosene pra lamparina, não tinha nada. Era tempo difícil, hoje é bom demais.

É ruim e é bom lembrar. Porque era tempo difícil, faltava tanta coisa, mas era bom também porque tava todo mundo junto, unido. Era bom por isso. Eu perdi ainda dois filhos, morreram lá, pequenos. Adoeceram e morreram.

A gente não podia criar bicho grande não. As vacas eram tudo de Seu Hardman. Ele tinha muita vaca, perdia de vista. Eu me lembro de que não tinha leite pra dar a Célia e eu me aperriava. Eu via tanta vaca gorda e cheia, e a minha menina sem ter o comer. Aí vou contar uma coisa, fico até assim de contar, dá nervoso. Tinha um

vaqueiro, tão bom ele era. Ele tinha muita pena de Célia e ajudava. Escolhia uma vaca ainda de noite e tirava o leitinho pra Célia. Era um segredo isso.

Ah, o que eu mais gostava? Gostava era de dar aula, de ser professora. Comecei a dar aula lá em casa mesmo, ensinando alguma coisa pras crianças minhas e dos vizinhos. Ensinaava até na areia, com um pedacinho de pau. Não tinha sala de aula não. Depois Dr. Hardman ajeitou um lugar, mas muito precário, não é como hoje não. Você não alcançou este tempo. Só foi melhorar bem depois, com Dr. Pierre, que cobrava da prefeitura. Mas eu gostava de todo jeito. Ensinei os meninos de lá a ler e escrever. Era boa professora.

Figura: Dona Luísa e alunos na escola rural da Fazenda Conceição/Tamanduá



Fonte: acervo de Dona Luísa.

Gostava muito também do roçadinho da gente, ia tudo lá de casa. A gente ia cedinho, levava um tacho de batata-doce. Você sabe aqueles tachos de barro? Era eu mesma que fazia, todo mundo fazia o seu. A comida ficava muito boa, gostosa, subia cheiro. Hoje não, essas panelas, tudo ariada, não faz subir cheiro não. A comida perde o gosto. Aí ia tudinho pra o roçado, passava o dia com o que a vazante dava, era melancia, melão... Uma farra boa. Meu casamento era muito bom, de muita união. Diferente de hoje né? O pessoal casa, e com três, quatro meses, não pode ver dificuldade e se separa e cada um arruma logo outro. A gente foi feliz, com pouco e quase nada, eu tenho lembranças boas.

Seu Severino “Birrote”, o Vaqueiro.

Figura 14: Seu Severino Birrote em sua casa, na cidade, 2018.



Fonte: acervo próprio.

Sou natural do Mucambo. Meu pai plantava algodão, feijão e milho e nasceu e criou-se como morador de Seu Alcino Vieira.

Só saí de lá aos 23 anos quando casei e fui ser meeiro para seu Toni Medeiros, que me deu morada também. Enquanto não chegava o inverno trabalhava na diária pra ele.

Cheguei na Conceição em 1971, o proprietário era Seu Hardman. Meu irmão já morava lá, não sabe? Era Raimundo. Foi ele que falou pra mim e resolveu com seu Hardman. O caminhão veio buscar nossas coisas e eu fui pra lá, porque já tinha familiar meu e lá a propriedade era maior, se trabalhasse bem dava pra tirar um saldo. Inácio foi pra lá também com a família. Ficou os três irmãos e um ajudava o outro.

Veja, a gente era meeiro, cada um tinha a responsabilidade com a sua lavoura, mas sendo família, um dava jeito de ir ajeitar o roçado, a cata de algodão do outro. Seu Hardman dava valor a família grande assim, era mais mão pra lida, né? Só Seu Hardman não... tudo que era proprietário dava valor, gostava de meeiro que tivesse muito filho, porque ia ter mais braços pra trabalhar por algodão. Se ele soubesse que tinha pai de família com muito filho e já grandinho, bom pra trabalho, já mandava proposta e o caminhão pra trazer as troçadas.

Nesse tempo, o algodão ainda tava bom. O mocó é que era bicho bom, crescia era muito e as vez nem dava pra alcançar. Seu Hardman reclamava se deixasse o algodão secar no pé. Era pra tirar assim que abrisse. No tempo de colheita ele

mandava o gerente vir com bocado de saco pra distribuir e a gente ia só entupindo e estocando nos quartinhos. A venda era só no tempo dele. A gente tinha que esperar. Sim, e outra, não era pra tá negociando nossa parte com gente de fora não. A nossa parte “de meia”, era pra ser vendido tudo a ele, no preço dele. Mesmo outro botando preço melhor, os outros fazendeiros, não podia não. Tinha que vender a ele, e era sem jeito, porque como ele fazia o fornecimento durante o ano, a gente já tinha pendurado as promissórias, então tinha nem pra onde correr.

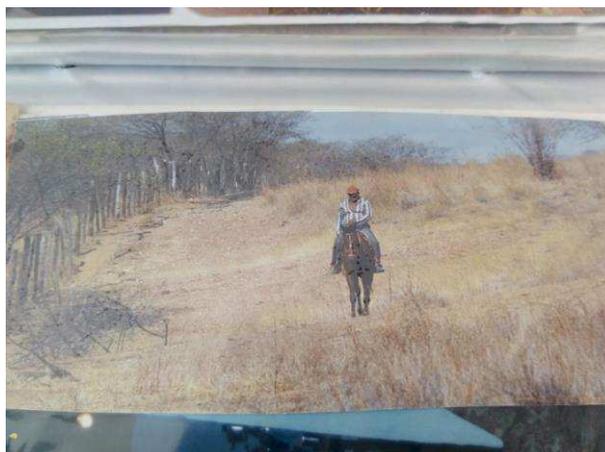
No dia que o gerente da Fazenda chamava pra fazer as contas e ver o saldo era muito bom. A gente ficava nervoso, sem saber direito quanto devia, se ia ter um saldo bom, se o saldo não ia dar nem pra pagar o que devia.... Era, tinha gente que era meio desmantelado e o que tirava não dava nem pra saldar o fornecimento, aí ficava a conta pro outro ano, uma em cima da outra. Agora tinha uns, com família grande, que com o saldo comprava bicicleta, troço pra casa e teve gente que até moto comprava.

Mas não tinha essa historinha de luxo não. Era tudo muito simples. A feira era só o mais necessário mesmo, comida de sustância. O milho, o feijão e o arroz a gente não comprava não. Tinha do roçado e mesmo no tempo ruim, Seu Hardman tinha estocado e fornecia pra gente, pra num ano bom a gente devolver ou saldar com o algodão. Se o inverno era bom, tinha batata, tinha jerimum, tinha muito maxixe. Agora, quando não tinha inverno, era tudo seco, sem água, nem bicho aguentava. A gente não tinha bicho grande não. Só podia criar galinha e às vezes a cabra, o bode.

Tinha cuidado pra pessoa e a família, que filho é bicho danado, não criar problema na propriedade. Na casa da gente, a gente manda, na terra que tá plantando manda também, mas na propriedade toda não. E tinha um acordo, né? Tinha que ter respeito. Todo mundo sabia o que tinha que fazer. E a gente se respeitava muito, se ajudava, tudo na mesma situação, né?

Seu Hardman gostava de fazer festa grande agora era festança mesmo, de matar boi. Trazia o povo de fora e os morador era pra ir tudo. Era festa esperada, a noite todinha com tocador, que ele botava banda boa. Era homem animado seu Hardman. Não era ruim não. E ele gostava de mim, eu fazia o trabalho de curral, fazia minhas diárias.

Figura 15: Seu Severino Birrote em serviço, nos cercados de gado.



Fonte: Álbum de Seu Severino e família.

Eu era meeiro, esse era o sustento certo, mas como morava na fazenda também fazia minhas diárias, e sempre no cuidado com os bichos, com o gado. Sempre fui bom nisso. Gostava mais de tá no curral, do que em casa. Dudu, o mais novo dos meus meninos puxou a mim, esse amor pelo gado... e eu acho que é por isso que Doutor. Pierre dá um valor danado a ele.

Seu Afonso, o sonhador.

Figura 16: Seu Afonso e Dona Creuza, em sua casa na Fazenda Tamanduá, 2018.



Fonte: Acervo próprio

“Eu nasci e me criei aqui. Nessa casa não, na grande de Taipá, que é hoje o museu dos moradores, fazem festa lá. Aquela casa foi o meu pai, o finado Zé Bié que construí toda, foi aumentando, que até sótão tem. Quem gosta dela é Doutor Pierre. Eu não vou muito lá não, porque me dá um negócio ruim, acho que é saudade, uma dor, uma vontade de chorar. Meu pai morreu naquela casa e minha mãe também. Eu que pedi pra Doutor Pierre não derrubar e ele achava ela bonita e tá lá até hoje.

Essa casa aqui eu só vim depois. Porque eu já saí dessa propriedade antes. Saí, viu o mundo, dei umas voltas e cheguei de novo.

Estas terras aqui, tudo era de dos Rodrigues, que ainda é parente de meu pai. A gente morava no que era deles e ia fazer meia com seu Hardman, vizinho aqui em cima. Aí Seu Hardman começou a comprar tudo que era pedaço de terra aqui pra aumentar a lavoura do algodão, mas não comprou a de Cecília Rodrigues, que era essa. Quando Seu Hardman vendeu a Fazenda pra Doutor Pierre, esse pensou que aqui também tava na conta. Parece que seu Hardman, sabido que nem era engabolou o doutor, que não conhecia direito aqui, né? Botou as medidas aumentada, Doutor Pierre caiu na conversa e teve que comprar duas vezes essa terra aqui. Foi aí que ele não quis mais meeiro, só queria morador pra trabalhar pra ele e eu fui embora, não quis.

Rodei nas outras propriedades, pra fazer meia, porque eu gostava de ter meu próprio roçado de algodão, de feijão, de milho. De trabalhar no meu horário, sem ter um chefe mandando. Mas teve a praga do bicudo e foi se acabando a sociedade. E eu que não tinha casa em canto nenhum e nem tenho ainda [risos] vim me embora com a família pra perto de pai, que ficou como morador e cuidava do capim, lá perto da casa dele. Pedi a Doutor Pierre e fiquei ajudando seu Fernando a fazer cerca e depois virei tratorista, até hoje.

Meus meninos nasceram tudo aqui, saíram comigo e voltaram, não sei se eles saem mas não, porque tão tudo empregado aqui, tem casa, os meninos estudam. Mas eu acho bom sair pra ver o mundo, ainda hoje vou muito pra câmara dos vereadores de Santa Terezinha pra assistir as audiências. Eu gosto muito de política. Fui candidato três vezes e perdi as três [...]. Nunca comprei voto e nunca vendi também. Voto tem que ser dado com consciência. Eu digo que meu esporte é a política.

Figura 17: Adesivo de Seu Afonso na porta de casa.



Fonte: acervo próprio.

4.3.2 Inventário dos Elementos Comuns, Convivência e Situações de Vida

Fazendo uso das narrativas, realizadas durante a pesquisa, foi possível aqui elaborar um quadro de aspectos e experimentações referente ao contexto da cultura algodoeira na região sertaneja. A proposta foi explorar a figuração social⁶⁸ do morador-meeiro a partir do acompanhamento de suas histórias de vida, que permitiu captar elementos e situações da gestão de seu cotidiano. De modo que, com base nas trajetórias foi possível identificar estilos de vida, visões do mundo e estratégias de resistência muito semelhantes e importantes para a composição de um referencial deste grupo rural.

Assim, nesta parte do trabalho se descortina a vivência e a labuta dos cultivadores de algodão que faziam suas moradas em grandes propriedades sertanejas, e de como pensavam a vida a partir das expectativas que o campo, naquele tempo, oferecia. Nesta viagem, é evidenciado desde o preparar da plantação de algodão, milho e feijão, do prover da lenha e da água, até a divisão das horas no trabalho de fora, nas atividades de casa e nas pausas para o descanso e lazer desta categoria social que se forjou nos sertões da Paraíba.

Cabe ressaltar, que a memória oral mais uma vez foi um instrumento valioso para a constituição dos espaços e tempos vazios, até então preenchidos por documentos

⁶⁸ Para Norbert Elias (2005) figuração social é uma formação de indivíduos que estão ligados uns com os outros por um modo específico de dependências recíprocas.

oficiais que não dão conta das cenas e acontecimentos do quadro social mais popular, daqueles mais excluídos da história. Com a presente pesquisa, estes velhos, mulheres e trabalhadores tomaram a palavra e puderam apresentar sua visão de mundo, lutas e fadigas, que aqui podemos expor ao eleger alguns temas que foram considerados mais caros e que compartilhamos agora.

A Parceria no Algodão

O plantio do algodão abraçou vários aspectos do modo de ser e de viver dos homens e mulheres do sertão paraibano, tanto daqueles proprietários de terra como daqueles carentes de um feixe para plantar. E uma das práticas peculiares desse tipo de cultura, na região, é que grande parte dos proprietários não tinham uma produção própria dessa lavoura e trabalhavam em conjunto com outros cultivadores, num sistema de parceria, em que parte do que fosse cultivado era dividido.

“O algodão é vida, era a nossa vida. Era o que dava o sustento. Me criei dentro da roça do algodão. Todo mundo que eu convivia, meus parentes tudo, vivia do algodão. Nasci num sítio, numa propriedade pequena que era herança de minha mãe, com todo mundo plantando algodão, junto do feijão e do milho. Depois lá ficou pequeno pra gente, família grande, e fomos ser meeiro e morador de Odilon Chaves, na região de Quixaba. Aí viemos para as terras de Maria Rodrigues, terra vizinha a de Seu Hardman, essa que foi vendida pra Dr. Pierre. Foi aqui que conheci meu marido, que também plantava algodão. Só parei quando acabou tudo” (Dona Cleonice, esposa de Seu Jorge, 65 anos).

“Quem morava na zona rural nessa região, plantava algodão. Não precisava saber ler e escrever pra arrumar serviço não, como hoje em dia. Se tivesse disposição arrumava o que comer. Meu avô, meu pai, meus tios, meu marido, até meus filhos ainda alcançaram, toda essa gente plantava o algodão. E plantava mais de meia, o algodão era de meia, o proprietário entrava com a terra e a gente com o serviço” (Seu Afonso, 74 anos).

O algodão, longe de ser um tipo de excedente, produzido “por sobrar meios de produção”⁶⁹, já que era cultivado junto com o feijão e o milho, culturas destinadas para o autoconsumo das famílias da região, era mesmo a principal cultura e produto de mercado, havendo por isso uma imposição dos proprietários da terra que o queria ter em

⁶⁹ Maria Ignez Paulilo (2016) apresenta este tipo de excedente, a partir do uso feito por Martins quando sob a análise da produção de leite no Alto Paraíba, diz: “o excedente não é o produto que sobra do consumo, mas o produto dos fatores de produção excedentes dos que forem utilizados na subsistência, como a mão de obra e a terra com suas pastagens naturais”.

mãos através da produção em parceria. Por sua vez, as famílias rurais, muitas despossuídas sejam de terra e/ou de outros meios de produção, cediam ao acordo na esperança de conquistar seus “bezerros de ouro” no fim do ano, caso tivessem o saldo em dia. Mas, na maior parte das vezes, buscavam mesmo a parceria pela extremada necessidade de um lugar para morar e viver.

“O proprietário só queria gente com família grande e com coragem pra roçar o algodão. Arrumava moradia e fornecimento, mas o cabra tinha que ser disposto pra fazer a roça do algodão, e do milho e do feijão. E se plantasse muito e tivesse boa colheita, podia fazer um saldo bom. Podia, né? Porque ia depender também se não devia ao proprietário. Teve gente que até comprava as coisas. Mas, repare bem, a maioria vivia enganado. Hoje a gente entende mais”. (Seu Jorge, 68 anos).

“Era bom pra quem não pedia o fornecimento, quem não precisava. Aí o saldo era positivo. Pra quem já chegava sem nada, já atrás de fornecimento, já começava devendo o algodão todinho, desde o plantio. Plantava só pra comer e já adiantado. Oh futurão!” (Dona Creuza, esposa de Seu Afonso, 72 anos).

Dos relatos sobre este contexto movido pela cultura do algodão, os aspectos mais citados na construção das narrativas foram o *fornecimento* e o *saldo*, dois momentos, organizados em períodos distintos, que faziam parte da vida do parceiro do algodão. O *fornecimento*, segundo Paulilo, era “um adiantamento semanal feito pelo patrão ao morador, em dinheiro e/ou produtos, durante a época do inverno [...]. A dívida é paga, posteriormente, na safra seguinte” (2016, p. 125)⁷⁰. Como prática mais comum de crédito rural, o morador-meeiro criava uma relação de dependência constante junto ao proprietário, que confiava tais empréstimos à garantia da “meia” concedida aquele parceiro.

“Todo ano era a mesma coisa, nisso não mudava, que era o fornecimento. No fim de semana a gente ia buscar o fornecimento, era esse o nome mesmo. Porque era preciso ir buscar aquele dinheirinho, que não era muito não, era pouquinho, pra gente ir poder ir fazer alguma compra. Coisa pouca, porque tinha que se virar com o que a terra dava também”.

⁷⁰ A autora investigou em 1978, o trabalho rural, leve e pesado, em duas regiões da Paraíba: o brejo e o sertão. Nesta última região ela identificou a parceria enquanto relação de trabalho e produção. Publicação original em: PAULILO, M. I. O peso do trabalho leve. Ciência Hoje, Rio de Janeiro, v. 5, n. 28, p.64-70, 1987. E reproduzido em PAULILO, M. I. Mulheres Rurais: quatro décadas de diálogo. Florianópolis: ed. da UFSC, 2016.

“A gente ficava preso, dependurado nas promissórias. Fornecia o ano todinho e no fim a gente pagava ao patrão. (Risos) Pagava não, que esse gosto nós não tinha. Ele nem entregava o dinheiro pra gente devolver o que devia. Ele, que não era besta, já entregava o que restava do que a gente devia. Aí já era pouquinho. Aquela coisinha” (Seu Jorge).

O fornecimento, na maior parte das vezes era em dinheiro, usado para a compra de mantimentos mais necessários, como: o açúcar, o sal, o óleo, a banha de porco, o café, o sabão, a rapadura e o querosene. A “mistura”, que é a proteína das refeições, só comprava se houvesse uma sobra do dinheiro emprestado, porque era um “luxo comprar carne naquele tempo” (Dona Cleonice). Na maior parte se comprava as vísceras do gado ou porco para dar o gosto no feijão. As criações de animais, especialmente de galinha, mas também de porco e cabra (se assim fosse permitido) é que ajudavam a compor a mesa do morador-meeiro, com carne, leite e os ovos, que na maior parte das vezes eram vendidos pra ajudar na despesa da casa. O fumo e a cachaça era parte do consumo da maioria dos homens e também de algumas mulheres⁷¹, que sempre davam um jeito de conseguir adquirir um pedaço, uma garrafa ou dose.

Sem buscar o fornecimento era impossível se manter na Fazenda, para a maioria dos morador-meeiros, que só possuíam renda no final da colheita, com a venda do algodão. Inclusive, muitos dos meeiros que não moravam na propriedade também buscavam esse arranjo de crédito junto com o parceiro proprietário, e até aqueles lavradores independentes, agricultores proprietários, por vezes buscavam este tipo de empréstimo, ficando acordada a exclusividade da venda do algodão ao concedente do fornecimento, a exemplo de Seu Jorge:

“Eu não era morador de seu Hadman, eu morava na terra da minha avó, que já era de herança dos Rodrigues. O nome dela era Cecília Rodrigues. Ficava naquela baixa aonde hoje é o campo de manga de Dr. Pierre. Mas eu vendia tudo a ele, porque ele fornecia (crédito em dinheiro) pra mim. Então eu tinha que pagar no fim da colheita. Desse jeito tinha que vender a ele, no preço dele, pra ele já descontar. Tenho pra mim que ele gostava de fazer esse fornecimento porque aí ele tinha a venda garantida de tudo que é meeiro” (Seu Jorge).

Nas narrativas se percebe que o morador-meeiro tinha lugar cativo nesta forma de crediário, pois era um “cliente fidelizado”, com retorno garantido, haja vista o duplo

⁷¹ Não é comum nos relatos os homens se falar no consumo de álcool e fumo pelas mulheres. Todavia, nas conversas informais, com as mulheres, recolhemos histórias sobre suas avós e mães que bebiam mais que os homens, eram “brabas” e gostavam de um “pisado”, espécie de fumo torrado e pilado, todos os dias.

ciclo de dependência existente no sistema de moradia e parceria: a permanência em decorrência da morada e o acordo firmado na “meia”. Logo, não era alvo de desconfiança em burlar as regras estabelecidas e dar um calote no parceiro proprietário, afinal ele morava na propriedade com sua família, era lá a sua vida e lá mantinha sua produção. Assim, sem conseguir economizar o saldo, quando recebido, do fim de colheita, e usar para suprir as necessidades diárias do ano inteiro, o morador-meeiro se obrigava a se inclinar diante de tal situação, honrando com sua palavra e com sua metade recebida o fornecimento concedido pelo patrão.

O *saldo*, sempre esperado, era a sobra da contabilidade realizada sob o que se devia ao proprietário. Era um período de muita apreensão, surpresa, decepção e festa, haja vista que não se sabia, durante todo o ano, o quantitativo do que se receberia. Tudo era no “meio do escuro”, como diz Seu Afonso, pois não se sabia se o ano ia ser bom de inverno, não se sabia quantas arrobas o algodão pesaria, não se sabia quanto de fornecimento devia e no final era “aquela agonia pra ver se ia ter um saldo bom” (Dona Maria Balaio, 82 anos).

Desse modo, se o saldo fosse positivo, a família se organizava pra ir à rua (cidade) e o mesmo ia ser gasto quase de imediato com compras que não se podia fazer com o dinheiro do fornecimento. E se comprava tecido, “uns paninho de chita pra se fazer o vestido, lençol, camisa” (Dona Cleonice), rede de dormir, ferramenta pra roça e roçado, uma feira grande pra passar um tempo bom sem pedir fornecimento, bens necessários para o dia-a-dia. E para aquelas famílias sem o saldo final, que devia porventura quase toda ou inteiramente sua produção, restava continuar pedindo o fornecimento. Ou ainda havia aquelas que o saldo não cobria as dívidas, e era preciso pendurar e deixar cativa a futura produção. É importante lembra que os moradores, que não realizavam a parceria, não participam deste tipo de crédito, pois vendiam sua diária, dia de trabalho, e com isso procuravam semanalmente se manter.

Entre os moradores-meeiros, havia um sentimento de distinção em relação aqueles que conseguiam findada a safra um saldo suficiente para aquisição de bens, especialmente na compra de animal de criação. Estes eram vistos como exemplo de trabalho no campo, disciplina e organização nos pedidos de fornecimento. Aqueles que só usavam o saldo para comer, sem comprar nenhum “troço pra casa” era relegado à posição de morador de condição, aquele que só serve para trabalhar pra o patrão.

Figura 18: *Casa de Seu Bié*, pai de Seu Afonso, construída na antiga Fazenda Conceição



Fonte: acervo da autora, 2018.

Era comum depois do casamento o homem procurar uma nova propriedade para cultivar e morar com sua nova família, caso a propriedade que estivesse, seja da posse de seus familiares ou não, fosse pequena para a reprodução social de novas famílias. Dessa forma, muitas fazendas da região sertaneja possuíam casas para serem ocupadas por lavradores, em especial, dispostos a fazer a “meia” do algodão.

Estas casas eram geralmente muito simples, pequenas e construídas quase sempre de taipa. Suas paredes não chegavam à altura do teto, que era uma estratégia de ventilação entre os poucos cômodos. O chão era de terra batida, e se dividia entre a sala, um ou dois quartos, cozinha e dependendo do tamanho, às vezes um quartinho ou despensa para guardar ferramentas, cuias, cabaças, mantimentos, silos, e outras coisas que não ocupassem a sala, deixando-a mais livre para receber alguma visita. Este último cômodo, inclusive era o mais zelado e por isso dispunha dos melhores móveis: cadeiras, tamboretas, mesinhas, e por vezes um sofá, um rádio ou radiola, e nas paredes os retratos dos familiares e/ou santos de devoção. Seu acesso se dava pela porta da frente, destinada aos menos íntimos da família e às visitas, e por vezes, dependendo de seu tamanho ainda havia uma sala complementar: a sala de jantar, que dispunha de uma mesa maior, com cadeiras e bancos. Na maior parte das vezes a pessoa visitante ficava restrita a permanecer na sala, sem tomar conhecimento do restante dos cômodos, que eram bem mais simplórios e até precários.

Do lado oposto à sala, se localiza a cozinha, espaço mais frequentado pela mulher e filhos, que ficam a maior parte do tempo em casa, cuidando do preparo das refeições, enchendo os potes de água, alimentando o fogão a lenha e também cuidando

da parte de fora, parte de trás da casa, aonde quase sempre tem uma pequena horta, fácil de “aguar”, com coentro, cebolinha, tomate, pimentão, e por vezes alguma hortaliça como a couve. É nesta parte de fora e nos fundos da casa, de forma ainda mais afastada, que se instalava o banheiro, construído de forma artesanal e rudimentar, sejam com palhas e matéria morta, ou com as chamadas cercas vivas, geralmente de aveloz.

Figura 19: Fogão a lenha e tachos de barro na cozinha da casa de Seu Bié.



Figura 20: Potes d’água na cozinha da Casa de Seu Bié



Fonte: acervo da autora

Visitantes e pessoas não próximas não entravam pela porta dos fundos ou adentravam à cozinha, um espaço privado para aqueles da família doméstica ou vizinhos mais “chegados”, portanto, restrito às pessoas consideradas “de casa”. Era o lugar em que os filhos, em especial as crianças, realizavam suas refeições, sendo o espaço da casa mais animado e sonoro, onde as mulheres conversavam mais à vontade. Os homens, por sua vez, permaneciam mais na sala ou na parte da frente e dos lados da

casa, caso houvesse um alpendre com rede ou bancos de madeira. Se não, ficavam mesmo na porta de casa, a espera de algum “camarada” para colocar a conversa “em dia”.

Os quartos, quando havia mais de um eram ocupados de acordo com a composição sexual e idade dos membros da família. Assim, prioritariamente: filhas, sobrinhas, as meninas e moças da casa ocupavam um dos quartos; os filhos menores, com idade inferior a cinco anos ficavam no quarto dos pais e à medida que cresciam ocupavam outros cômodos. A sala e o alpedre, alimentados por armadores de rede, ficavam à disposição para os homens da casa, que dividiam estes espaços em comum. Nos quartos, além da cama que era forrada com colchão de palha, havia redes e baús para se guardar roupas, documentos e objetos mais caros à família.

Figura21: Baús no quarto do chefe da família – Casa de Seu Bié



Fonte: acervo da autora

Fora da casa, mais incluído como um espaço importante e até negociado no acordo de moradia, o terreiro era o um lugar de grande acesso, em que as mulheres dedicavam parte do seu tempo, utilizando-o de toda forma possível, pois se configurava como extensão da casa, devendo ser cuidado com zelo pelas mulheres. Eram elas as responsáveis pelo uso e até alcance do terreiro, que era aproveitado da frente aos fundos da casa. Na parte dianteira, eram mais enfeitados, arrumados para que os de fora avistassem o asseio da dona da casa, que no amanhecer do dia já o varria e recolhia folhas e gravetos, aguando os “pés de flores” que o circundavam. Na parte de trás era ainda mais aproveitado, pois nele ficava o chiqueiro, o galinheiro, além de pequenas plantações e horta para o uso da casa.

“O que mais sinto falta hoje é de mais inverno para poder cuidar de uma hortinha que eu tinha nos fundos. Tinha muito gosto de pegar meu coentro bem fresquinho pra temperar o feijão, o açafraão cheiroso que dava gosto pra botar numa carne. Teve um tempo que até alface dava e tomate também. Eu que cuidava. Meu terreiro era bem limpinho, fazia gosto, mesmo com as criações soltas, eu dava conta de deixar ele igual a casa. Não sei como dava conta, de cuidar disso tudo e ainda ia pro roçado. Hoje ele já não tá a mesma coisa, peço até que me desculpe, a gente vai ficando mais velha, né?” (Dona Cleonice).

“Minha finada esposa tinha muito gosto de cuidar do terreiro. Uma vez o proprietário pediu a casa e era pra gente se mudar pra outra. Ela chorou foi muito por causa desse terreiro que tinha pena de deixar. A gente ia pra um pedaço maior de terra, pra fazer a roça, mas ela não quis e bateu o pé e eu fiquei por lá mesmo, pedi ao patrão e deu certo. (Seu Severino Birrote).

As criações de galinha, guiné e peru eram de responsabilidade da mulher, que os abastecia com milho ou outro tipo de ração pilada. Os porcos e cabras, criações maiores eram mais destinados à venda, principalmente nos casos de “precisão” ou necessidade, como uma doença ou falta de recurso para as provisões da casa. Estes animais tornavam-se mesmo uma espécie de poupança para a família e era o chefe da casa quem decidia seu destino, mesmo o cuidado sendo realizado diariamente pelas mulheres e filhos.

Nas comemorações religiosas: batismo ou casamento, e por vezes nas festas juninas ou de fim de ano, com a colheita e venda do algodão, algumas criações eram separadas para o consumo da família. Tudo do animal era aproveitado, caso fosse um bode ou porco: do couro – tratado e levado à feira para a venda, às vísceras, usadas para fazer a “buchada” e o “picado”, comidas típicas da região, cuja execução era das mulheres mais velhas da família, que atentas e experientes limpavam com cuidado as tripas, costuravam o bucho e tinham a paciência de esperar o cozimento lento no tacho de barro.

Nestas datas, comumente os familiares mais distantes se reuniam na casa daqueles que tivessem com condições de alimentar e oferecer a “dormida”. Logo, a casa precisava ser mais espaçosa e por isso acabava por habitualmente se escolher pela casa dos mais velhos da família, como os pais e avós que sempre buscavam ampliar seus cômodos, motivados pelo crescimento da família mesmo na intenção de valorizar morada concedida, ganhando certa deferência junto ao proprietário e também com outros moradores-meeiros.

O Trabalho em Casa, na Roça e no Roçado

Em relação ao trabalho realizado por este grupo social, todo ele tinha caráter familiar, com uma divisão interna em que cada membro pertencente à família doméstica participava, de acordo com o sexo e a idade. Cabiam as mulheres, de forma prioritária, a obrigação e responsabilidade com a manutenção da casa, que se estendia desde a limpeza interna e externa até a preparação das refeições, bem como o cuidado e educação com os filhos. Era a mulher que devia fazer todo o “serviço leve” e também algum tipo de serviço “pesado”, como o trabalho de “pilar” o milho para o preparo de alimentos, como o mugunzá e o angu, e também o arroz, quando este era cultivado. Devia ainda cuidar das criações menores e buscar água na “rodia” (espécie de rolo de pano que se coloca na cabeça para ajudar no equilíbrio dos baldes ou latas de água), caso ainda não tivesse filhos com idade para tal serviço. A lenha, na maior parte das vezes também era buscada pela dona da casa, que abastecia o fogo durante o preparo dos alimentos.

Ainda na função de mãe, precisava estar sempre atenta na orientação das mulheres: filhas, sobrinhas e netas, cujos “conselhos” iam desde a execução de serviços domésticos, costura e culinária local até a maneira que se devia comporta-se perante a vida social. Contudo, de forma geral, possuíam uma maior autonomia no espaço da casa e do terreiro, em que podiam circular com maior liberdade e confiança, especialmente quando estavam sozinhas, sem a presença do marido, podendo assim liderar e impor a melhor forma de organização do tempo para execução de todas as atividades. Abaixo, segue a rotina diária de duas moradoras-meeiras, em sua lida:

“O rojão aqui começava cedo, no raiar do dia. Se não fosse assim, não dava tempo de fazer as coisas tudo. A gente se levantava primeiro pra ajeitar o fogo, que tinha que fazer fogo naquele tempo, não tinha fogão à gás não, pra ajeitar o café pro povo, fazer um cuscuz ou botar umas batatas pra cozinhar. Enquanto isso, já ia botar o cumê das criação, varrer o terreiro, que o sol ainda tava frio.... Depois, com os meninos levantado já ia se ajeitar pra buscar água e se fosse o dia, pegar a lenha também. E era serviço que não faltava: ou ia lavar uma roupa, ajeitar a casa, preparar o almoço. E isso quando não ia pra roça ou pro roçado, que aí não podia deixar de ir não” (Dona Cleonice).

“A mulher tinha quer ter fibra naquele tempo, não podia fazer corpo mole não. Podia tá buchuda, que até perto do dia de parir tava lá abaixada lavando roupa e na beira do fogo, fazendo de um tudo. Só no resguardo a coitada da gente tinha um descanso, pra poder ganhar firmeza de novo, mas também era muito tempo não, e o serviço ficava dobrado, com mais uma coisinha no

mundo, pra dar peito e cuidar. A sorte é quando a gente tinha as meninas pra ajudar, já grandinha. As mais velhas me ajudaram foi muito. Já a mais nova, deu pra estudar, nesse tempo a gente já dava mais valor a estudo e ela não soube muito o que era ir pro roçado não. Mas eu e as outras, levantava com os escuros, pra cuidar da casa e ir pra roça do algodão. No tempo de colher era o dia inteiro, nem vinha pra casa comer, comia pelo rancho mesmo. Porque o algodão precisava de tudo que era braço e ninguém podia se dar o luxo de pagar diária a gente de fora não (Dona Creusa).

A mulher, portanto se “rebolava” para dar conta do trabalho da casa e também em parte da roça e do roçado, pois se no primeiro momento, o preparo da terra e plantação eram atividades feitas pelos homens da casa, com as mulheres e crianças aparecendo de forma secundária, na colheita, diante da necessidade de mais braços para não deixar o algodão secar no pé, a roça era povoada por todos da família com seus aventais ou bisacos e um chapéu de palha:

“Ninguém ficava em casa não. Ia tudo, até menino pequeno de colo a gente levava. Botava o bichinho numa rede, debaixo de algum pé de jurema, de cajarana ou dentro do ranchinho e a gente ficava ali sempre de olho. As crianças aprendiam logo a ir pro roçado e iam com gosto, era uma brincadeira pra elas. As moças e os rapazes também procuravam trabalhar direitinho, porque o que ganhassem já ajudava a comprar as coisinhas pra eles, um sabonete, uma água de colônia, essas besteirinhas. Até se a roça fosse pequena e desse conta de colher logo o algodão de casa, o pai deixava que fossem pra outra propriedade apanhar o algodão e ganhar seu dinheirinho” (Dona Cleonice).

No espaço da plantação, era o chefe da família que planejava e decidia as atividades a serem cumpridas, delegando as tarefas para que se tivesse à frente uma boa colheita. Sempre atento aos passos que deviam ser rigorosamente seguidos na cultura do algodão e também no cultivo do feijão e do milho, ele delimitava o tempo e organizava as posições dentro do campo, estrategicamente utilizando a mão de obra familiar que dispunha.

“Era assim que a gente fazia: primeiro, antes de plantar, já começava o serviço mais pesado que era de ajeitar a terra: destocar, limpar o mato, fazer a coivara, e passar o arado ou a enxada. Aí nesse serviço era os meninos de casa e eu pra dar conta, porque é muito pesado pras mulheres. Aí, só depois é que elas vem ajudar a plantar. A gente vai abrindo as covas e elas vão botando as sementes e cobrindo. É mais fácil dar contas das carreiras assim. Aí depois tem que ficar de olho e ir cuidando pro mato não crescer em redor, vai com uma enxada ajeitando ali e acolá. E aí é esperar pra colheita que vai todo mundo. Todo mundo vai arrancar feijão e quebrar milho. A colheita é mais animada do que o plantio, porque a gente já sabe o que tem... antes é só na esperança, mas é bom também” (Seu Geraldo).

“No algodão tem que ter todo cuidado pra medir direito as carreiras e covas. Tem que tá de olho e ensinar direitinho os mais novos, porque a gente tinha que esquadrear e usar as corrente, pra ficar tudo certo o espaço do algodão, do milho e do feijão. Aí fazia assim: ficava duas pessoas, um numa ponta segurando um pedaço da corrente, o outro na outra ponta segurando o outro pedaço, era nesses pontos que já se ia cavando pra botar a semente e o que ficou no meio era pra o feijão e milho. E tinha que plantar isso logo também, porque se deixasse pro outro dia, não tinha quem mulesta mais adivinhasse aonde tava a cova. Sim, e depois de nascido o pé do algodão, já maiorzinho, nesse tamanho aqui, tinha que ralar, que era arrancar uns pés e deixar só uns três ou quatro, não sabe? Não podia deixar os pés tudo nascido não, só dava certo uns três ou quatro pés (Seu Jorge).

Quanto às sementes usadas no plantio, grande parte era da safra anterior que ficavam armazenadas quase sempre em silos da família, pois havia o receio de usar sementes compradas, “sem procedência”, que podiam afetar o resultado. Era o chefe da casa o responsável para garantir as sementes do ano seguinte. Também era o homem da família que deveria prover e cuidar das ferramentas do trabalho, como enxadas, foice, machado, facão e a corrente para medir o algodão.

Figura 22: Correntes para a medição do plantio do algodão – Seu Jorge na casa de Seu Zé Bié.



Fonte: acervo da autora

Cabe lembrar que após a colheita, o trabalho ainda continuava, já fora do campo, sempre sob a direção do homem, pois era chegado o tempo, se fosse o caso do feijão, de colocar a lavoura arrancada para secar espalhada nos terreiro de casa por uns três dias. Depois de seco, ia ser batido. A prática de bater feijão era feita pelos homens que usavam pedaços de pau, robustos, para desferir golpes no feijão, até a semente se soltar todo de suas vagens. Aí era recolher a palha, deixando somente os grãos espalhado nas lonas, que depois de juntos deviam ser colocados em cuias e sacudidos de forma que o vento deixasse as sementes limpas, livres de qualquer “pelo” das palhas. Em seguida, se necessário ainda deixava o feijão tomar sol, bem espalhado na frente de casa por mais alguns dias, até ser ensacado ou armazenado em silos de zinco.

É necessário lembrar que nas entrevistas e narrativas realizadas na região estudada, as palavras *roça* e *roçado* eram citadas de duas maneiras: a primeira possuía significado semelhante, entendida apenas como um pedaço de terra cultivado pela família do lavrador, dono da terra ou não. Assim, uma palavra substituía a outra, apenas servindo para designar quaisquer tipos de lavoura. A outra forma, porém, era mais cuidadosamente empregada, apresentando a diferença de ambas. Desse modo, para uma parcela dos informantes, a roça seria aquela lavoura de cultivo do algodão, destinado à venda, cujo cuidado foi acordado na parceria. E se o feijão e o milho também aí estivessem plantados, dentro do combinado, seria ainda chamado de roça. Por sua vez, roçado, seria uma plantação de menor extensão, de usufruto exclusivo da casa, com culturas de subsistência, como o próprio feijão, milho, jerimum, batata-doce, e outros legumes. A mulher, e os filhos quase sempre é quem tomavam “de conta”, responsáveis também pela execução das tarefas. Os produtos colhidos eram especialmente para o consumo da família ou se necessário, numa “precisão”, para a venda. Tinha, portanto, quase sempre caráter individual, não fazendo parte do acordo de parceria. Eram os moradores mais antigos que conquistavam a permissão para colocar roçados particulares, sempre o mais próximo da sua casa de morada, o que facilitava a sua manutenção pelas mulheres e os mais jovens.

4.4 A DOMINAÇÃO SOB O VÉU DA PARCERIA: RELAÇÕES ASSIMÉTRICAS E EXPLORAÇÃO

*Bate a enxada no chão, limpa o pé de algodão
Pois pra vencer a batalha,
Tem de ser bem forte, robusto, valente ou nascer no sertão
Tem que suar muito, pra ganhar o pão
Pois a coisa lá "não é" brinquedo não*

*Mas quando chega o tempo rico da colheita
Trabalhador vendo a fortuna, "se deleita"
Chama a família e sai, pelo roçado vai
Cantando alegre ai, ai, ai, ai, ai, ai, ai, ai.*

*Sertanejo do norte
Vamos plantar algodão
Ouro branco que faz nosso povo feliz
que tanto enriquece o país
Um produto do Nosso Sertão.*

Luís Gonzaga / Zé Dantas. Algodão⁷².

Um aspecto presente no discurso dos informantes, especificamente dos homens, é a diferenciação que fazem sobre sua antiga situação de trabalho e moradia nas fazendas de algodão em relação aos moradores tradicionais que não participavam do sistema de parceria, mais presentes em outras regiões e denominados de moradores de condição, comparando-os com seu modo de vida e a forma precária que os outros mantinham sua moradia nas terras alheias. Por isso, nas narrativas percebeu-se a necessidade sempre constante de apresentar uma identidade que o autentique perante aqueles ou demais tipos de moradores.

Tal identificação está diretamente relacionada à instituição da parceria, enquanto um sistema de produção, do qual participaram e tentam de alguma forma vincular uma mensagem positiva de liberdade e autonomia quanto ao uso da terra. Porém, o impacto mais marcante em suas falas é a justificativa da igualdade de oportunidades que este arranjo produtivo enunciava, amparado na ideia de “sociedade” e divisão justa dos produtos cultivados:

⁷² Esse baião foi gravado originalmente em 1953 pelo próprio Luiz Gonzaga, num disco de 78 rotações, que trazia no verso outro baião " A letra I"- da mesma parceria com Zé Dantas. Em 1959 a música foi regravaada no LP "Luiz Gonzaga canta seus sucessos com Zé Dantas".

“Veja assim, repare: a gente era produtor, produzia em sociedade com o dono da propriedade. Tinha nosso ofício, que era a agricultura. E morava na terra, por causa da produção. Se chamava de meeiro nesse tempo. Plantava o algodão, pra vender, que era a lavoura que dava dinheiro. O algodão enriqueceu gente. Mas, eu que não enriqueci.

Era bom e não era bom. Era bom pra quem tinha braços para a lavoura. Porque terra tinha, pra quem quisesse trabalhar. Mas se fizesse corpo mole, aí não dava nem pra comer. Tinha a oportunidade, se fizesse por onde, o cabra juntava. Sim, e o inverno tinha que só bom também” (Seu Afonso).

“O meeiro não era só o morador que se sujeitava pela morada não. Pegava umas diárias pra ajudar, enquanto não recebia da venda da lavoura, mas não era tratado como esses morador de condição, não. De jeito nenhum, tinha um respeito, viu. Tudo se respeitava” (Seu Severino Birrote).

Esta estratégia de ilusionismo perante a situação de desigualdade nas relações de produção e distribuição do trabalho, típicas do sistema de parceria, parece ter como objetivo a constituição de uma distinção social perante outros grupos sociais sem acesso a terra, conferindo-lhe uma unidade coletiva específica que estabelece um espaço identitário diferenciado de outros arranjos de trabalho e formas de moradia. A construção desta espécie de hierarquia de valores em torno de um sistema singular de Moradia, veiculada pelos atores sociais, é reforçada pelos proprietários da terra, parceiros do algodão:

Vi muito morador meu, meeiro bom, que juntou as coisas. Gente que trabalhava, não vivia se escorando, era organizado, juntava. Comparava casa na rua, pedaço de terra. Os meus moradores saíram tudo bem de vida daqui. Chegaram sem nada e saíram bem, porque o algodão dava dinheiro e como meeiro era tudo era dividido (Dr. Antônio Andrade, proprietário da Fazenda Carnaúba).

É a eficácia desta ideia de reconhecimento e valoração socialmente compartilhada que garantiu a legitimidade e a aceitação do sistema de parceria e moradia, outrora estabelecido, como forma mais avançada de igualdade e redistribuição nas relações de produção daqueles que não possuem a propriedade de terra. Em Bourdieu (2018), esse efeito é chamado de capital simbólico, pois tende a mascarar o campo econômico através da ilusão distintiva de direitos e obrigações morais. Nesse sentido, o capital simbólico é capital transvestido, sendo em verdade, a única forma possível de acumulação quando o capital econômico é negado. Seria assim, usando as palavras de Souza, “uma espécie de crédito social no sentido mais amplo, que logra

transmutar-se e não revelar suas origens arbitrárias” (2012, p. 50). Contudo, no decorrer da pesquisa, esse véu mascarador começa a ser retirado, quando então se desvela o funcionamento das práticas e condições de produção e trabalho. E para nossa surpresa, quem cuidará de revelar tal relação econômica, encoberta pelas relações morais, são as mulheres, que em suas narrativas deixam a todo o momento escapar a situação de abuso e dominação vivenciada por seu grupo social, o de morador-meeiros.

“Essa vida não era boa pra gente não. Era nada. Porque olhe só: o dono da terra, que era o dono de tudo mesmo. Porque a gente não tinha nada, nem casa de morar, nem terra, nada né? Esse dono, ele cedia, emprestava a terra pra que a gente plantasse, plantasse pra gente e pra ele, no meio a meio. Se o inverno não fosse bom, se a seca acabasse com tudo, se meu marido e a gente não pudesse trabalhar, por uma doença... Ele não queria saber não. O que tirasse era pra dar metade a ele. Não botava nem o pé na roça, não via nem uma cova, mas quando a gente tirava a safra, já era pra dar a metade todinha. Ele comia o que era nosso, sim... porque a gente na verdade trabalhava pra ele, tá entendendo? Eu não achava justo não, ele ficar com a metade todinha e a gente se acabar pra isso. Nossa metade? Que metade? Que já deixava bem dizer, todinho pra ele também, porque a gente pegava fornecimento. Mas aí já é outra estória. (Dona Teresinha, ex moradora da Fazenda Maria Paz, 80 anos).

Era muita luta para sobreviver. Logo cedo, meus filhos já iam pra enxada, porque era o que tinha. O patrão só vinha aqui pegar a safra, nem vinha... quem vinha mesmo era o gerente, pesar, ajeitar as contas. Meu marido era meeiro, mas não vivia na boa, não. Trabalhava pra ele e pra o patrão. Dava a metade do que trabalhava. Tenho pra mim que não era certo não... o suor ser todo dele. Mas ninguém tinha a terra, não tinha as condição para plantar, vender. Bom mesmo é cada um no que é seu, aí as coisas anda. (Dona Maria, ex-moradora da Fazenda Conceição, atual moradora da Fazenda Tamanduá, 82 anos).

Com a atenção dirigida a tal questão ousamos investigar mais diretamente através do uso da entrevista semiestruturada, a moradora da Fazenda Tamanduá Dona Sônia, ex-moradora da Fazenda Conceição:

P: O que a senhora achava do regime de meia?

R: A meu ver, não era coisa boa não. Meu marido vai falar que tá certo, que uma coisa cobre a outra. Mas eu não acho não. Porque, veja bem, a gente não trabalhava pra gente, trabalhava pra o dono da terra. Eu entendo que o que a gente tirava, era o pagamento do que a gente trabalhava pra ele. Eu vejo assim, não sabe? Eu vejo assim. Mas os outros não viam não. Achavam que era justo dá a metade do algodão. E do algodão só não, de tudo. Sim, porque o feijão, milho e o que fosse plantado dava também, era mais de terça, um parte pra ele, duas pra gente... mas as vezes podia ser de meia. Ia depender.

P: Não podia negociar ano a ano, entrar com outros acordos?

R: Que conversa é essa, minha filha. Que acordo? Tinha essa não. Quando vinha aqui resolver fazer meia e morar, tava acertado já. Não tinha nada mais pra acertar depois não. Quer dizer, se o dono da propriedade quisesse, se

acertava o que ele quisesse, ele era o dono, né? Podia chover, não chover, era todo ano a mesma coisa.

P: E a história de ouro branco, de toda a riqueza que o algodão trouxe?

R: Naquele tempo, minha filha, tudo era uma riqueza. O inverno era uma riqueza só. O dinheirinho que a gente recebia do patrão era uma riqueza só. Olhe, deixe eu lhe dizer: ninguém enricou sendo meeiro não. Teve uns que conseguiram comprar alguma coisa, e por certo se acharam rico, mas não chegava nem aos pés da riqueza dos fazendeiro da região. Esses aí era rico mesmo, de verdade.

P: Mas me conte uma coisa, não tem saudade deste tempo?

R: [risos] Saudade de quê minha filha? Era trabalho demais e uma carência de tudo. Tenho não. Saudade a gente tem dos filhos, da juventude, da disposição, do inverno que era bom, dessas coisas. Mas desse trabalho tenho não, não vou mentir.

Diferentemente da maior parte dos homens ouvidos, que acatam e justificam sua participação no regime de parceria na produção algodoeira, as mulheres não somente negam a valoração atribuída, como também descontrolam a ideologia de uma melhor condição de vida em relação a outros grupos sociais, de moradores rurais. Elas apresentam através de representações da vida cotidiana a dimensão da exploração e da dominação na estrutura da moradia-parceria, já naturalizada e conservada por aqueles que dela participam:

“Eu tinha dó de toda semana ver o meu marido sair pra ir pegar aquela quantiazinha de dinheiro pra comprar alguma coisa pra casa. Era quase o ano todinho, pegando aquele dinheirinho. Entrava ano e saía ano. Era muito ruim essa história de fornecimento, de pegar isso e no fim, não poder ficar com a venda toda de sua parte. Porque já deixava aquela parte que devia. Eu tenho pra mim, que isso era um jeito de manter a gente ali, devendo” (Dona Cleonice).

Ah, minha filha, morar no que é dos outros é assim mesmo. E quando se era tomado de gente de confiança, o sossego se acabava. Porque era um chama de lá, outro de cá. A gente era meeiro, mas também como morador, acaba fazendo aqui e acolá algum serviço. Chamando qualquer hora a gente ia, ainda mais quando não era tempo de plantar e de colher na roça (Dona Josefa).

Assim, o pretense reconhecimento social quanto à ideia de igualdade, cunhado na falácia de “sociedade” ou “acordo”, com relações de produção aparentemente simétricas, acabava em verdade, permitindo a reprodução de trocas assimétricas, configurando um conjunto de relações econômicas e sociais, arbitrárias. E mais, era esse tipo de obtenção de ganho assimétrico, na redistribuição da produção, que permitia a

reprodução de uma dominação pessoal, quase automática e mantida por uma moralidade carregada de sentimentalismos e emoções:

“Eu só agradeço o tempo todo que fui meeiro de Seu Clóvis. Eu e todos os outros. Ele fornecia pra gente toda semana o dinheiro pra feira. E se precisasse de qualquer coisa, de remédio, de uma emergência, de até problema com a justiça podia ir nele. Tenho só que agradecer muito” (Seu Geraldo).

“Seu Hadman era um homem bom, fazia o que podia por tudinho daqui. Toda semana não faltava o fornecimento. Às vezes tinha até o feijão e milho também. Toda festa chamava a gente. Não era explorador não. A gente se sabia que era meeiro, que tinha que dividir, porque era uma sociedade. Pois pronto. Se dá o que é de cada um. E ele pagava a diária pra quem fosse trabalhar” (Seu Jorge).

Havia, portanto, nesta forma de regime um duplice predomínio do poder, estruturado por aspectos da *dominação direta* - característica principal no Sistema de Moradia tradicional (sujeição do trabalho, servidão voluntária e personalismo) e pela presença da *dominação indireta* (dependência do *fornecimento*, exclusividade de venda ao proprietário-parceiro, redistribuição desigual), muito própria nos acordos de Parceria. Tal evidencia consolida uma situação de opressão e dependência prática-moral muito singular, que condiciona a vida e as relações sociais dos moradores-meeiros.

Nesse contexto, todavia, é anulada a possibilidade de autoconsciência sobre tais referenciais, pois a atraente noção de *reconhecimento social* - fator de distinção do regime de parceria em relação a outros regimes de trabalho, que envolve a aparente ideia de estabelecimento de uma relação social entre formalmente iguais, mascara uma dependência objetiva do morador-meeiro em relação ao proprietário das terras:

“A gente era respeitado, né. Tinha palavra no negócio. Era tudo ajustado. Não era coisa de menino não, era coisa de homem. E eu gostava disso, de ter palavra certa. Nunca que deu errado os negócios não. Podia ganhar pouco, mas cada um honrava com sua palavra (Seu Geraldo, ex-morador da Carnaúba).

Logo, por trás dessa igualdade formal, se esconde o que há de mais significativo na constituição da relação de moradia-parceria, que é o fato de que um dos parceiros é dependente do outro, ou seja, está condicionado a boa vontade do outro “parceiro”. Pois aqui cabe lembrar, que é o proprietário que *empresta a terra* ao pretense meeiro para produzir, é ele que *cede a morada* para o mesmo habitar e é ele que *fornece crédito* para a sobrevivência familiar, além de um suposto trabalho “garantido e contínuo”, pago pelo

dia trabalhado. Em volta desta submissão, se estabelece um chamado conformismo e servidão do dependente, diante do poder pessoal do proprietário-parceiro, que também o “socorre nos tempos de precisão” (Seu Geraldo), vinculando ainda uma lealdade do morador-meeiro ao proprietário das terras. A aceitação voluntária que ocorre nesta dimensão econômica e social pode ser entendida a partir da explicação de Carvalho Franco, que diz:

“Para aquele que se encontra submetido ao domínio pessoal, inexistem marcas objetivadas do sistema de constrições a que sua existência está confinada: seu mundo é formalmente livre. Não é possível a descoberta de que sua vontade está presa à do superior, pois o processo de sujeição tem lugar como se fosse espontâneo. Anulam-se as possibilidades de autoconsciência, visto como se dissolvem na vida social todas as referências a partir das quais ela poderia se construir” (1997, p. 95).

Ademais, o trabalhador dependente por via de regra, tende a buscar em termos pessoais e morais o estabelecimento de uma relação mais próxima com o proprietário, já que este é o único recurso de uma possível melhoria de vida, mantendo com isso um vínculo de favor e proteção, dentro de uma esfera autônoma de moralidade, cujos traços são muito específicos. Assim, no caso da categoria social morador-meeiro, com a ideologia de uma possível ascensão social, em decorrência da garantia do ciclo de produção e comercialização do algodão – *‘o ouro branco que enriquece o pobre do nordeste’*, existia a necessidade de manutenção de sua posição enquanto parceiro e morador da propriedade, de forma a executar funções que estavam além do acordado na parceria:

“A gente tinha que assumir a responsabilidade da lavoura, né? A do algodão, porque afinal a gente tava ali pra aquela causa. Mas, não era por isso que a gente ia deixar o patrão na mão, porque na Fazenda tinha muito serviço e a gente morava lá também. Então meu marido via um negócio que precisava de concerto, e ele sabia fazer, tava com tempo, e ia fazer. O negócio de Fernando era as cercas, os cercados. Fazia tão bem feito que virou o cerqueiro, né? Seu Hardman só chamava ele, mandava buscar em casa, na roça. Hora sim, hora não, chegava o recado e Fernando ia. Seu Pierre também, depois tomou ele como o cerqueiro da Fazenda. Aquelas cercas lá tudo, foi ele, tem tudo a mão dele (Dona Luíza).

Esta subserviência ao proprietário pairava num possível desconhecimento da existência de uma efetiva dependência mútua entres parceiros, já que o proprietário necessitava do trabalho e produção do meeiro para manter sua propriedade produzindo, já que apenas a lavoura, cultivada em parte de suas terras por trabalhadores assalariados,

não era suficiente na exploração do potencial cotonicultor de alta demanda, de forma a maximizar os seus lucros. Além disso, como criadores de gado, a garantia do estabelecimento da morada para os meeiros, permitia ter em suas mãos uma relação de trabalho constante e integral e com custo mais baixo em relação ao valor que pagaria para um trabalhador assalariado, de fora da propriedade. E por fim, tal qual no sistema de moradia tradicional (modelo de Moradia – zona da mata açucareira), havia a questão do chamado “curral eleitoral”, em que o proprietário conquistava votos para si ou para seus candidatos, dada a sua posição de dominância diante dos moradores. É o que se comumente se denomina na esfera política de “voto de cabresto”, uma forma de lealdade e de subserviência do morador para com o proprietário da terra, como expressão de gratidão e “amizade”.

“Chegado o tempo da política, era normal o proprietário das terras daqui, e dos outros cantos também, procurar nós pra dizer o candidato dele. E a gente, que nem conhecia direito os outros candidatos, ia lá e votava no candidato que ele pedia. Porque no final, devia ser bom pra ele e pra gente de algum jeito. Sei lá, era o que a gente achava né? [risos]” (Seu Birrote).

E assim, as relações de produção se realizavam através de mecanismos de coerção, silenciosos, de modo que a exploração da força de trabalho fosse considerada legítima, tanto para o proprietário de terras quanto para o morador-meeiro dependente, onde o trabalho, quaisquer que fosse, deveria ser o único caminho possível para a liberdade. Tal forma de pensamento se reproduzia dentro da base familiar doméstica, principalmente entre os filhos do morador-meeiro, que constituía a principal força de trabalho na produção algodoeira, pois na tentativa de alargar a renda recebida com a produção, o cotonicultor empregava toda mão-de-obra existente na agricultura, extraindo mais renda da terra, através da ampliação física da produção. Deste modo, que se pai de família morador-meeiro, era valorizado pelo proprietário-meeiro de acordo com sua produtividade, ocorria de forma semelhante com os filhos, que até competiam entre si na busca de uma maior valorização enquanto trabalhador.

“Desde pequeno a gente trabalhava na lavoura, com o algodão, e no roçado também. A gente foi criado dentro da terra mesmo. E a gente ficava medindo quem trabalhava mais, quem pesava mais algodão, porque pai dava o dinheiro a gente depois, pra quem fosse mais trabalhador. E quem tava de fora via também, era bom pra arrumar serviço fora” (Genildo, filho de Seu Geraldo, 57 anos).

É que na lavoura do algodão, o morador-meeiro tinha sua valia de acordo com aquilo que produzia e por isso a necessidade do aumento da prole, haja vista que quanto mais pessoas trabalhassem, maior riqueza seria gerada. Desse modo, se contava de seis, de dez, de até quinze filhos na família, cujos braços eram todos utilizados para a produção e valorizados pelo dono das terras, que estrategicamente procurava manter este tipo de família na propriedade:

“Seu Hardman não podia saber de um morador que tinha família grande. Ficava num pé e noutro atrás de trazer ele para a propriedade. Mandava aviso, recado pelo gerente, aperriava até o morador vim fazer meia com ele. Só dava tempo do morador dizer sim, ele já mandava o carro buscar a troçada” (Seu Birrote).

Sobre esta questão, o tamanho das famílias dos moradores-meeiros, foram as mulheres que mais tomaram este assunto durante suas narrativas, contando sobre suas jornadas diárias de trabalho entre a casa, a lavoura e o cuidado com os filhos. Algumas, em seus contos, relembram com nostalgia histórias da gestação, do nascimento, de doenças e até das mortes dos seus filhos, cultivando sempre o problema: “como é que se tinha tanto filho daquele jeito, sem ter nada, naquele tempo”? Ao mesmo tempo, complementavam meio que respondendo, quase sempre com estas palavras: “mas era do jeito que Deus queria” ou “era tudo criado que nem batata”. No fim das entrevistas, ao menos três dessas mulheres ainda contaram sobre suas intimidades enquanto mulheres e mães: das dificuldades na gestação e parto, sem nenhuma assistência médica; dos resguardos “quebrados” e novas gestações sem a recuperação devida; e da falta de métodos contraceptivos para “evitar filhos”, bem como da pressão dos seus maridos para aumentar a família⁷³.

Todas estas fontes de depoimentos, em que a memória opera com liberdade - escolhendo acontecimentos no espaço e no tempo, nos orientou à uma aproximação de conteúdos, da consciência comum do grupo social estudado: moradores-meeiros, quanto à relação de poder instituídas com os proprietários-meeiros, onde se foi substancialmente demonstrado uma aceitação voluntária da autoridade e da exploração daqueles que possuem os meios de produção. E as possíveis cisões ideológicas, que pronunciavam o *não*, opaco e silencioso ao sistema instaurado, localizadas nas

⁷³ Pensamos que mais à frente podemos utilizar estas narrativas para problematizar as múltiplas faces das condições de vida das mulheres rurais, esposas de moradores ou as poucas moradoras (solteiras) do sertão paraibano, de forma a verificar as diferentes percepções que elas tem de si, do tempo e do espaço que habitam.

contradições das falas e comportamentos de alguns dependentes (mulheres), não foram fortes o suficiente perante o anúncio do *sim* dos acordos “consensuais”.

Desta forma, pareceu mesmo existir um *equilíbrio de vontades* em tais relações, com contratos e combinações firmadas como desejáveis para ambas as partes, num tom de justiça social e reciprocidade. Para pensar melhor sobre isso, buscamos os estudos de James Scott, que apresenta dois elementos fundamentais que amparam esta forma de acordo:

I – a ideia de **segurança**, em que os dois lados confiavam num arranjo social e moral, que garantia ao mesmo tempo e no mesmo espaço, a manutenção da produção para o proprietário-meeiro através da *parceria*; e a sobrevivência e reprodução da unidade doméstica familiar para o morador-meeiro através da *moradia*.

II – a ideia de **reciprocidade**, ancorada na perspectiva do favor e ajuda, em que “uma mão lava a outra”, com normas e regras de convivência bem ajustadas e duradouras, em que as duas partes deviam atender às necessidades do outro grupo. Em que cabia ao proprietário o *fornecimento* e a *moradia*, ao atendimento às situações emergenciais (doença, morte e casamento) com adiantamentos em dinheiro ou mesmo a intervenção pessoal; e do lado oposto, cabia ao morador-meeiro o despendimento de sua força de trabalho e tempo concedido aos anseios do dono das terras, realizando serviços diversos.

Tais convenções eram estabelecidas por um contrato verbal e assegurada pela continuidade no respeito às regras e valores morais que orientavam a relação, pois como lembra a palavra empenhada tinha o estatuto de lei. Por isso, cumprir tratos ou respeitar regras era de fundamental importância para a reprodução deste tipo de relação de parceria-moradia, especialmente para o trabalhador dependente. No entanto, cabe destaque a descrição de um fato, que revela uma situação de insubmissão frente às regras impostas e que de tanto ser reproduzido hoje em dia na comunidade investigada - Fazenda Tamanduá, a evidenciamos aqui em formato de verso:

A cabra de Célia

O que se fazer quando não se tem leite para dar aos filhos?

Quando não se tem animal, nem homem para se procurar.

Porque uma menina chora mais que as outras crianças. E ela é pequena e franzina.

Tem que arrumar o leite pra essa menina.

Do lado de cá, não tem vaca, não tem cabra, não têm animal grande. Só galinha, guiné e um gato. Do outro lado tem, do lado de quem tem, tem vaca, tem cabra, tem leite.

E a menina não quer saber de que lado está, ela quer leite, ela tá com fome.

A mãe se desespera, o pai fica amuado. Não se tem o que fazer.

Engana com água e farinha, com rapadura, com cuscuz. A menina ainda não come isso.

A mãe também não foi boa de leite.

O choro aumenta, a vizinhança começa a falar. Não tem leite pra menina Célia.

As vacas passeiam lentas e gordas, do lado de lá. E chegam pro lado de cá. E passam perto da casa de Célia. E a menina chora. E a vacas tem leite.

Mas não tem acordo.

A vaca tem dono, e é o dono da terra. O pai de Célia trabalha na terra e não tem a vaca.

E Célia chora.

O vaqueiro vê Célia e as vacas. O vaqueiro está cá e está lá.

Cá ele não quer o choro de Célia e lá ele cuida das vacas.

A noite ele sabe o que fazer.

E toda manhã Célia começa a ter seu tantinho de leite. E as vacas continuam lentas e gordas, ninguém mais escuta o choro de Célia.

...

E o patrão, dono das vacas, só pergunta:

- E a menina lá, parou de chorar, por quê?

O vaqueiro, responde ligeiro e atravessado:

- É, patrão. Parece que ganhou uma cabra.

- A menina Célia ganhou uma cabra.

É a mãe de Célia que conta esta estória, seguida de outros ex-moradores da Fazenda Conceição e do atual proprietário da Fazenda Tamanduá (antiga Fazenda Conceição), transformando-a em um “causo” do lugar. Para Bosi, causos são registros da memória oral com pequenas estórias agradáveis ou tristes, episódios do cotidiano e fenômenos captados da rotina (2002) e que podem servir, na sua reprodução, como uma

forma de ensinamento ou aconselhamento. No caso apresentado, os objetivos são diversos, como mostrar o antigo cenário de adversidades e escassez de recursos; apresentar estratégias de enfrentamentos de crises; enfatizar a solidariedade dos membros do grupo frente à outra classe social; identificar formas de resistência e luta pela sobrevivência.

À luz dessas possíveis perspectivas, tomamos a questão da resistência cotidiana e silenciosa do grupo de moradores-meeiros do lugar, diante de certos acordos firmados como o da não permissão de criação de animais de grande porte, e da criação de táticas de ajuda-mútua para superação de crises e situações adversas, como o caso da falta de leite da filha do morador-meeiro, que é ajudada pelo vaqueiro que “furta” na calada da noite o leite das vacas do patrão. Lembrando que este vaqueiro é também um morador-meeiro do lugar que conhece bem as dificuldades daqueles que fazem parte do seu grupo, e que por isso, estando numa situação privilegiada com um trabalho de confiança, age, de forma heroica e ao mesmo tempo marginal, quando se apropria indevidamente do alimento para amparar os que fazem parte do seu mundo: o mundo de cá. Reconhece, portanto, a situação de supressão material e opressão simbólica da qual seu grupo é submetido e mesmo não tendo a finalidade maior de combater ou mesmo questionar tal sistema de dominação, organiza esforços de autodefesa. Estas ações, por sua vez, são vistas pelo proprietário como comportamentos inapropriados, de traição e rebeldia, uma quebra de laços de economia moral, que podem vir a causar um maior enfrentamento ou conflito entre as partes envolvidas.

Assim, deve ficar claro que enquanto foram objetivados e reproduzidos os princípios definidores da relação de trabalho e produção do sistema de moradia-parceria (renda-produto-morada) os mecanismos de exploração da força de trabalho são considerados legítimos, e não somente para o proprietário-meeiro, como também para o morador-meeiro que a ela se submetia, já que tal gestão produtiva incorpora referências orientadas por valores sociais (economia moral organizada em torno da reciprocidade) que validam a autoridade de um dos parceiros e regulam as alternativas de reprodução de unidades familiares do outros envolvidos.

Consideramos, a partir das situações sociais analisadas nesta seção, a especificidade da forma de organização da produção mercantil algodoeira - com seus princípios constitutivos de organização e de uma força de trabalho integrada, através das unidades produtivas compartilhadas e coexistentes na grande propriedade rural

(parceria), bem como os mecanismos de dominação, cuja orientação se funda pela diferenciação social e posições dos envolvidos (moradia).

O capítulo seguinte e último aponta, enfim, os desdobramentos acometidos após a crise e falência do sistema cotonicultor, em que o regime de parceria tal qual o algodão se dissolve, de modo a destituir o sistema de produção tutelada Moradia-Parceria, no sertão paraibano, inaugurando novas formas de organização econômica e social através de novos arranjos produtivos e regime de trabalho, na grande propriedade rural.

CAPÍTULO V

ATUALIZAÇÃO DO SISTEMA DE MORADIA E SOBREVIVÊNCIA DA GRANDE PROPRIEDADE RURAL NO SERTÃO PARAIBANO

Pior que o Bicudo é a Preguiça

Como já informado no capítulo anterior deste trabalho, foi a partir da década de 50⁷⁴ que o Nordeste começa a experimentar a chamada crise do algodão, essa se arrastou até o início da década de 80, quando o Bicudo-do-Algodoeiro (*anthonomus grandis*) foi considerado o principal responsável pelo fim da cultura do algodão-mocó, fato concretamente experimentado no sertão paraibano, tendo em vista que a praga se infiltrava na maçã e comia a pluma antes mesmo de abrir.

Foram muitas as tentativas de combate ao inseto que não lograram êxito, forçando o sertanejo a abandonar tal cultura, considerada então a mais promissora por movimentar à economia rural e urbana, como descreve um cronista saudosos destes tempos áureos do ouro branco:

“As fazendas produtoras recebiam levas de trabalhadores, os caminhões rodavam abarrotados de sacas do nosso ouro branco. O matuto pagava a bodega, vestia e calçava a filharada e ainda sobrava uns trocados para a farra. No final das contas, todo mundo saía ganhando: o agricultor, o trabalhador empregado na colheita, o dono do caminhão que transportava a safra, o trabalhador urbano que se empregava nas usinas de beneficiamento e o bodegueiro sertanejo que limpava o cabelo recebendo os fiados de sua caderneta” (VIANNA, p. 54, 2016)

⁷⁴ Essa crise, entretanto, remonta aos anos 30, quando São Paulo sofre com a desvalorização do café e passa a produzir algodão herbáceo, tornando-se em pouco tempo o maior produtor nacional e internacional, efeito da política nacionalista de Vargas como ideário de valorização do capital nacional na indústria de base, implantada no início da década de 50 que contribuiu para acentuar ainda mais as diferenças regionais, posicionando os trabalhadores do Nordeste às margens do processo de modernização do Sudeste do país, considerando que os produtores rurais, responsáveis pela produção algodoeira do Nordeste ficam em desvantagem em relação às áreas tecnicamente mais favorecidas (Costa, 1996).

A decadência da cultura algodoeira penetrou na paisagem sertaneja, antes plumada e impregnada de capulhos, com uma indiferença de quem não reconhece o pavio de uma lamparina ou um cordão de corrupção, criando um funéreo cenário em que todo um padrão histórico de distribuição da terra – leia-se *acesso à terra*, relações de trabalho e personagens do rural são alterados direta e drasticamente. E a busca por outros “responsáveis” pela derrocada de tão próspero sistema de produção se torna recorrente, talvez por ser a única ação ou reação restante para minimizar o desapontamento daqueles que enriqueceram, apenas sobreviveram ou ainda se iludiram com o tesouro branco do sertão.

Mas, dos muitos desdobramentos produzidos pela cotonicultura, pode-se indicar as transformações nas condições que asseguravam a produção, antes gerida por um sistema eficiente de *parceria*, aliada a formas diversas de *moradia*, que alocava uma forma singular de trabalho e produção tutelada pela dominação personalizada e indireta daqueles que possuíam a terra e os meios para a produção mercantil. Esse modo específico de organização era estruturado pela existência da grande propriedade rural e da oferta de terras para cultivo, mais também de um tipo peculiar de relação de trabalho, firmada entre proprietários e moradores/parceiros, mediada por uma economia moral, assentada na ideia de trabalho e de valores relacionados à reciprocidade (interdependência entre unidades e agentes produtivos).

Os proprietários rurais, em sua maioria, garantiam o capital a ser utilizado na fazenda, especialmente para a compra de insumos e *fornecimento* de dinheiro aos parceiros, através de empréstimos e financiamentos junto às instituições bancárias e cooperativas de crédito rural, cuja garantia se dava pela safra anual do algodão, que em geral não decepcionava. Com este capital em mãos podiam “banicar” a messe do ano, com adiantamentos aos parceiros que cultivavam em suas terras no regime de partilha de meação. Estes por sua vez, debitavam tal *fornecimento*, no fim da colheita, com sua parte de direito.

Para os proprietários-parceiros, dirigentes de bancos, gestores públicos, direta ou indiretamente vinculados ao ciclo do algodão, apontam a centralidade dos cultivadores, ou dos que aqui denominamos morador-meeiro nessa economia. Em uma das

conversas⁷⁵ realizadas com um conhecido proprietário e ex-auditor da Receita Federal, atualmente criador de gado, sobressai trechos que traduzem a meação na cotonicultura:

“O regime de meação funcionava assim: O dono da propriedade tomava emprestado com garantia real o dinheiro que iria necessitar para o cultivo do algodão. Semanalmente adiantava ao meeiro o suficiente para ele fazer a feira. Diariamente, o algodão era colhido, pesado e colocado no paiol que pertencia em comum ao proprietário e aos meeiros. No final do ano, o produto era ensacado e vendido. O meeiro recebia sua metade, ou seja 50%. O valor adiantado para as feiras era descontado e **tudo dava muito certo**. Isso significa que o meeiro tinha uma participação um pouquinho maior que 50%, levando-se em conta que o proprietário pagava juros ao banco do Brasil e não cobrava do meeiro. Esse era um negócio em que o morador tinha uma participação realmente substancial no empreendimento rural. Mais ainda, o milho, o feijão, o jerimum e a melancia que eram plantados dentro do algodão pertenciam em sua totalidade ao meeiro, que era aconselhado a não vender, ficando para consumo da família. O que é melhor, participar dos lucros ou ter carteira assinada com o salário mínimo? Ou não trabalhar em nada e participar dos programas sociais do governo?” [grifo nosso] (P.N.F, 70 anos).

A narrativa traduz certos “privilégios” na condição de ser um morador-meeiro. Como se o sistema descrito proporcionasse uma repartição meio igualitária da produção e dos frutos desta, quase afirmando que à condição mais vulnerável era a dos proprietários-parceiros que ainda “perdem” junto às instituições financeiras. Juízos de valor contribuem para elevar ainda mais a posição de um dos lados dessa parceria, justificando a exploração encoberta dos que historicamente dominaram. Este referencial construído e proclamado nos tempos de glória da cultura algodoeira ainda é reproduzido, mesmo quando não mais se vê as fibras alongadas do arbóreo, mocó, ocupar as usinas para viajar mundo afora, com uma repetida afirmação de que naquele tempo ‘só não prosperava quem não queria’:

“Esqueci ainda de dizer que o proprietário entregava a terra pronta para o plantio. A partir daí, todo o trato era de responsabilidade do meeiro. No final da colheita, o morador botava o dinheiro no bolso, comprava roupas boas e calçados para toda a família e ainda lhe sobrava dinheiro que ele guardava para, no futuro, comprar uma terrinha. Os moradores, trabalhadores bons e de confiança eram uma sementeira de futuros proprietários rurais produtores de algodão”(P. N.F, 70 anos.)

⁷⁵ A entrevista foi realizada no Banco do Nordeste, cidade de Pato, em agosto de 2016. Inicialmente a entrevista seria concedida apenas pelo gerente da instituição, mas findou que sendo compartilhada junto com outros sujeitos que estavam na sala e que demonstraram interesse no assunto, como é o caso citado.

É central no discurso daqueles que têm voz e são bem vistos na sociedade sertaneja uma ideia de certeza na ascensão do morador-meeiro em troca da sua dedicação ao trabalho e da lealdade para com o proprietário da terra onde se vive. E a expressão: ‘Deus ajuda a quem cedo madruga’ revela bem a instrumentalização da relação tempo e trabalho para a construção cultural da virtude a partir do valor do trabalho intenso.

Historicamente é entoado pelos proprietários e reverberado por parte dos que dela dependem, a ideologia “natural” e “universal” de uma cultura do trabalho. Essa é uma crença compatível com os interesses dos que detém os meios de produção. Restando para aqueles que não comungam de tais ideias o recolhimento contrariado, haja vista a preleção pejorativa disseminada pelos grupos dominantes que denigrem tudo o que contraria aquela maneira particular de organizar o trabalho. Assim, como avessa da virtude, a preguiça se anuncia estampada como um mal ou praga que tolhe o trabalho e o desenvolvimento social e econômico, mascarando as relações de exploração alienadas e a injustiça social.

A compreensão da extensão e atualização destes discursos que justificam a imposição ao trabalho em moldes ajustados, como meio de sustentação e manutenção do poder econômico e social de um grupo rural é o mote desta nova seção, que problematiza os hiatos existentes entre a tênue linha das permanências e transformações sócioprodutivas da grande propriedade rural, cenário que abrigou as relações de produção e trabalho Moradia-Parceria durante o ciclo do algodão e que após a sua falência parece continuar buscando amparo na condição tutelada do Sistema de Moradia, estrategicamente reconfigurado.

Para tal investidura, buscamos identificar e analisar os efeitos do fim do binômio algodão-pecuária na região pesquisada, e especialmente a crise do regime de parceria - importante arranjo de produção na cotonicultura sertaneja, cuja dissolução promove mudanças substanciais na cultura organizacional da grande propriedade rural e dos grupos sociais envolvidos, a ser apresentado como primeiro tema do capítulo. Em seguida, refletir-se-á sobre a desagregação da parceria-moradia e a reconversão do sistema de moradia, a partir de dois casos analisados, ao mesmo observando o processo como se processa a reconfiguração da grande propriedade, de forma a atualizar o significado das relações sociais entre os distintos grupos. Ainda neste espaço destaca-se o caminho trilhado na pesquisa à fim de situar o leitor acerca da apreensão das

representações e experiências vividas no cotidiano de cada uma das propriedades estudadas.

A Fazenda Carnaúba e a Fazenda Tamanduá possuem em comum o histórico do binômio algodão-gado e do sistema moradia-parceria como tripé de sustentação econômica, política e social da grande propriedade rural sertaneja. No entanto, a trajetória de cada uma delas, após a crise e falência da cotonicultura são contrapostas, desde a implementação de arranjos produtivos até o realinhamento e definição de condições de trabalho no sistema de moradia, mantido como estratégia de sobrevivência das fazendas.

5.2 A FALÊNCIA DO ALGODÃO E A CRISE DA PARCERIA

Foi a exploração do algodão que deu maior visibilidade a formas locais de exploração da mão de obra: o arrendamento e a parceria. Sem a lavoura algodoeira, desapareceu também a principal fonte de renda monetária dos proprietários de terra, fragmentando as possibilidades de manutenção do sistema de parceria e moradia, um arranjo altamente explorador do trabalho rural e responsável pelo investimento produtivo da oligarquia agrária na economia algodoeira de exportação.

As mudanças na organização do sistema agrário, gerado pela falência do “ouro branco” foram, portanto, inevitáveis. E uma das primeiras medidas a serem tomadas, diante deste novo quadro rural, foi à expropriação do acesso à terra e a produção daqueles produtores/trabalhadores que mantinham acordos de parceria, transformando as áreas cultivadas em espaços abertos para a pecuária, assumindo um caráter extensivo – em algumas propriedades, devido a disponibilidade de terras.

Do lado oposto, daqueles que perderam o usufruto da terra com a quebra da relação de parceria, as transformações no sistema algodoeiro acentuaram ainda mais a pauperização dos trabalhadores do campo, obrigando-os a saírem em busca de moradia outras propriedades; ou a migrarem para a periferia das cidades. Esta condição de saída involuntária do lugar a que pertencia, como produtor/trabalhador/morador, criou um deslocamento na trajetória de vida de inúmeras famílias, que acabam abandonando sua

morada, seus roçados e seu modo de viver, conforme apresenta Seu Antônio⁷⁶ (ex-morador e meeiro da Fazenda Carnaúba, 83 anos):

P: Em suas lembranças, como foi o fim do ciclo do algodão?

R: A agricultura aqui no sertão que deu certo foi o algodão. O algodão tinha valor! Ver aquele mundo se acabar, sem ninguém poder dar jeito, foi difícil! Eu ainda me lembro... não há no mundo quem desse jeito aquela praga do bicudo, mas só foi isso não, um dia lhe conto mais, se tiver tempo. [...] Acabou-se tudo, tudo. Foi muito triste de ver aquela turma toda, os vizinhos, os compadres arrumando tudo pra sair da fazenda. Não tinha mais o que fazer lá não. Tudo lá tinha chegado pra plantar algodão, cuidar cada um de sua lavoura, fazer a meia e arrumar a vida. Sem o algodão, tinha mais nada pra plantar. Feijão e milho não tinha preço e com inverno duvidoso. [...] Eu fechei a casa, entreguei a chave e fui embora com a família, me lembro como se fosse hoje.

P: E primeiro, o senhor lembra pra onde foi?

R: Lembro minha filha, eu me lembro é de tudo. Quando saí da Fazenda de Dr. Antônio, fui direto pra outra propriedade, grande, que meu sogro tinha ajeitado. Era pra ser morador e trabalhar com o gado. Mas demorei foi pouco, porque era de muita sujeição, muita humilhação. Trabalhava sem dia e sem hora certa e não ganhava nada, a gente já tava passando precisão. Aí fui pra outra propriedade e nada também. E resolvi vir m'embora, morar num ranchinho aqui na beira da rua, pra trabalhar de alguma coisa. A mulher ficou um tempo com o pai dela, que tinha alguma coisinha num sítio. Aí comecei como servente de pedreiro, pintor, até ir pra esse ofício. Mandeí buscar tudinho, tão tudo hoje criado. Tem dois que trabalha comigo aqui. Esse serviço só deixo agora quando morrer.

Seguindo o curso da vida de Seu Antônio, quantos outros moradores-meeiros ao findar o regime de parceria atravessaram cada um, de uma maneira particular, outras tantas terras alheias para a construção de seus mundos? Ou ainda mesmo enquanto morador-meeiros no auge do algodão, quantos já não projetavam mentalmente sua posse de terra ou sua casa? Sim, pois mesmo não sendo considerados moradores de condição (que se preocupam cotidianamente em serem “botados pra fora”) como bem ressaltaram, ou a nosso ver: não *apenas* isso, esses trabalhadores/produtores enfrentavam no dia-a-dia a angústia da ruptura do acordo de parceria, o que de alguma forma os colocava sob a tutela da sujeição, tendo por isso que aguentar os desaforos do patrão.

⁷⁶ Seu Antônio é sapateiro na cidade de Patos. Trabalha nos fundos de sua casa, confeccionando sandálias femininas para a venda exclusiva a um atravessador, que por sua vez, lhe fornece os insumos necessários para sua produção. Uma atrevida coincidência, que remete ao tal *fornecimento*, na produção do algodão, cujo intermediário era o proprietário da terra e responsável pela venda do produto cultivado.

Após a crise e consequente falência da cotonicultura fica mais evidente a complexidade do sistema de parceria-moradia, gerido hierarquicamente pelos proprietários da terra, enquanto responsável direto pelos meios de vida do morador-meeiro, através do fornecimento e da moradia - mecanismos de subjugação. Assim, os desajustes causados com a retração dessa relação de trabalho e produção ficaram, e em algumas propriedades ainda estão, escancarados à luz da vastidão de terras improdutivas, pois com a ruptura da parceria e o chamado trancamento das terras para a produção, nem as casas de moradia se encontram mais, muitas foram destruídas como forma de impossibilitar o retorno dos que se foram.

Em suma, o que se destaca das questões postas, sobre o que foi este processo de constituição da força de trabalho e de relações de produção – regime de parceria-moradia, é que este pode ser definido e caracterizado pela combinação de pelo menos três elementos: a) um acordo de *divisão da produção*, dos produtos cultivados (principalmente o algodão, seguido de feijão e milho); b) um *financiamento* proporcional em dinheiro, como adiantamento, para a manutenção da unidade familiar, a ser pago com a parte que lhe cabe do produto cultivado (produto-renda); c) permissão para *morada* e produção de alimentos para subsistência (roçado), como meios de vida. Sendo que a singularidade desse regime e a autenticidade perante outros grupos semelhantes é a ideia do fornecimento, que só se aplica aos moradores-meeiros do lugar, que poderiam arcar com o crédito de forma segura com sua parte da produção, previamente hipotecada. Algo que não acontecia na relação estabelecida com os moradores de condição, que não tinham além de sua força de trabalho, uma “apólice” para oferecer diante do adiantamento.

Neste sentido, com a falência do algodão e consequentemente sem os fundos para o crédito – *fornecimento*, principal instrumento de mediação econômica, cai também por terra, tal quais os “pés de algodão-mocó”, o regime de parceria. Quando então, novos destinos despontaram para os meeiros que sobreviviam da renda-produto, incitando-os a buscarem outras estratégias de sobrevivência. Uma delas é a saída do campo e a migração para outros lugares, inclusive fora de sua região. Contudo, e este fato parece ser pouco enfatizado na literatura, muitos outros ainda ficaram apenas na condição de moradores, com motivações que merecem ser melhor compreendidas. A permanência, que é destruída pelas investigações deste período, remete a constatação que diante das velhas estruturas de dominação, o que faliu foi o sistema de parceria juntamente com o algodão e que o sistema de moradia, apesar de enfraquecido se

manteve de forma a continuar amparando a grande propriedade rural, que também foi transformada.

5.3 DISSOLUÇÃO OU RECONVERSÃO DO SISTEMA DE MORADIA?

Nos estudos que trazem a decadência do algodão como contexto, a temática da *migração* é recorrente como efeito social desse período. E a centralidade das pesquisas em torno da saída ou expulsão do morador das terras onde trabalhava, para outros territórios, tende a aproximar todos os grupos sociais afiliados à força de trabalho e dominação personalizada, de forma a representar uma mesma situação generalizada: a de migrantes *ex-moradores de condição*, atrelando cada figuração social a um sistema de moradia típico e único.

Esta vinculação de trabalhadores rurais de produção tutelada, que se situavam em contextos contrapostos: morador da zona açucareira x morador-meeiro do algodão, deve ser revista e também atualizada, de forma a promover a singularidade de cada grupo social e os campos de força dos quais faziam parte. Por isso, a questão é ressaltada no capítulo anterior, devido à observação da ausência de uma caracterização ou mesmo constituição social do morador vinculado ao regime de parceria, ao menos na região sertaneja, em trabalhos já publicados. A finalidade é que se tenha registro da diversidade de representações sociais para auxiliar na compreensão e reordenação da vida social no mundo rural.

De toda forma, ao acompanhar os trabalhos realizados sobre migração e todo o processo histórico que a envolve até a conquista de certa autonomia relativa, é notória a ideia de dissolução da morada como consequência imediata da falência do sistema de produção cotonicultor e a promoção da saída do sujeito da terra a uma vida de migrante, como efeito. Ora, cabe atestar que se a migração dos trabalhadores e de famílias ocorre em consequência da conjuntura, concernente à crise do algodão e da parceria, também é preciso deixar registrado que estratégias de enfrentamento despontaram nessa mesma conjuntura. E é por isso que falar em dissolução da moradia, mesmo que seja para afirmá-la como fator para a migração, é atestar a inexistência daqueles moradores que permaneceram.

Deste modo é preciso atentar para esta questão, uma vez que a palavra dissolução empregada por alguns estudiosos, se refere ao ato ou ação de dissolve-se, ou de decomposição de alguma coisa. Cabe lembrar que no sertão, a cotonicultura abrigou relações de produção e trabalho em que prevalecia o arranjo da parceria, alinhado a moradia em moldes específicos, e que foi desagregado após o declínio do binômio algodão-gado.

Esta observação reforça a preocupação já explicitada em linhas acima, sobre o tratamento disposto de forma mais particular a cada segmento ou grupo social rural. Nesse sentido, destacamos mais uma vez que a combinação *parceria e moradia*, conjunção presente na produção algodoeira sertaneja, se extinguiram juntamente com o algodão em período similar, já que não era possível conciliar tal arranjo produtivo e social dessa envergadura sem o principal capital de giro e mantedor, restando aos parceiros proprietários romper com os acordos firmados, acarretando uma série de mudanças no modo de vida dos parceiros moradores e da gestão produtiva da propriedade.

Assim, destoante do colorido dos aventais, enchidos de algodão, um horizonte novo e desconhecido despontava, apresentando poucas nuances de escolha: a saída do seu lugar para um novo caminho ou a permanência de onde se conhece. Esta era uma questão que absorvia a todos: proprietários e meeiros, mas especialmente os últimos, que por tanto tempo trabalharam em uma terra conhecida, e que apesar de alheia, de pertencer a outros, ainda assim os mantinham fixados, ligados a um lugar. A decisão tomada quanto à saída ou conservação neste mundo conhecido talvez tenha sido maior que a própria indignação quanto à sobrevivência posterior, pois por mais certeza que se tenha das disposições feitas, sempre há de pairar o malefício da dúvida sobre o outro caminho negado.

“A gente já tinha acostumado com a alta e baixa do algodão, sabia dos problemas das pragas, da questão do Sul que avançava. Mas ninguém esperava se acabar daquele jeito, sem restar um pé do mocó pra contar a história. Quando a gente viu o dismantelo, porque foi um dismantelo só, já não tinha nada pra se fazer. Todo mundo era acostumado com sua roça, com seu cantinho, que pouco ou muito se tinha... e hora se vê sem nada. Porque veja, a gente tinha nosso trabalho certo, que era plantar, colher, vender. O algodão dava isso pra gente. E aí, não tem mais. E não podia mais fazer a sociedade com o patrão, porque ele também não tinha de onde tirar pra fornecer pra gente. E se plantasse outra coisa... se perguntava. Plantar o que? Vender aonde? Foi uma crise grande. Não se sabia se pedia pra ficar, se ajeitava os troços pra ir embora. Eu mesmo fiquei esperando, abastalhado sem saber o que fazer. Porque, veja, eu não tinha nada, só a boa vontade de trabalhar, trabalhar com força. Não tinha um pedacinho de terra, e nem chão

de casa na rua. Oh tempo difícil esse, sem saber o que fazer” (Seu Murilo, ex-morador-meeiro).

Todavia, cabe lembrar, que a decisão de ficar ou partir não dependia da vontade do morador-meeiro. Na verdade, tal determinação se encontrava na vontade, ou melhor, na necessidade do proprietário das terras de mantê-lo, no caso apenas como morador que viria a ser, sem a responsabilidade de sustentá-lo com fornecimento. Seria, portanto, um novo modo de vida para aqueles que desejassem e fosse permitido permanecer nestas terras, a partir de uma renovação das relações sociais e de trabalho, restauração de formas de domínio pessoal e novas estratégias de produção do lugar.

“Deixar aquele povo todinho nas terras era assinar a morte de um bocado, porque não se tinha mais o que plantar ali e nem eu podia mais emprestar nada. Muitos foram embora ligeiro, outros foram ficando e depois se ajeitando e saindo. E os melhores, aqueles de confiança eu ajeitei pra que ficassem, pois eu tinha o gado, e tinha em mente outras coisas pra fazer na Fazenda. As casas eu ia derrubando, era muita casa e não podia mais manter ali não” (Doutor Antônio, proprietário da Fazenda Carnaúba).

“Minha família ficou na propriedade. Minha mãe era apegada a dona Ivete, tinha boa relação e a gente ficou. Mas mudou muita coisa. Uma coisa era ser meeiro, outra era ser morador, só morador. O tratamento, o trabalho, tudo mudou. Parecia que a gente não era trabalhador, era escravo” (Zé, ex-morador da Fazenda Carnaúba).

A manutenção sócioprodutiva da grande propriedade rural, após a dissolução da parceria e sua desagregação com o regime de moradia, tende a passar por reformulações, que refundam o sistema de moradia, deixando algumas formas de tutela e assumindo outras afiliações ao trabalho. Coube ao proprietário reorientar sua principal força de trabalho, de forma que estes continuem a lhe servir, sustentando seus novos velhos e arranjos de produção.

Para ilustrar esta situação de transformações da grande propriedade e da reconversão da moradia, após o declínio do algodão e da parceria, no sertão paraibano, escolhemos (e/ou fomos escolhidos a) investigar dois casos que contemplam condições distintas de subordinação e reprodução, de um grupo social, frente a velhas e novas estruturas de dominação fundiária, no Sertão moderno.

Para ambos será direcionado um olhar, que não é comparativo, mas que retém a singularidade e ao mesmo tempo a pluralidade, no que tange aos processos sociais que se apresentam simultâneos, porém marcados pela diversidade e complexidade que lhes confere a dinâmica social. A ideia é a partir deles, criar situações-tipos que deem conta de explicar os novos contornos que constituem e atualizam o sistema de moradia na grande propriedade rural sertaneja, exprimindo os mecanismos de acesso e controle deste tipo de arranjo, que é tão valioso e necessário à grande propriedade.

Desde modo, no primeiro caso se apresenta a Fazenda Carnaúba, propriedade tradicional pertencente a família Satyro-Xavier, que inscreve um modelo ideal de produção e relações de trabalho com base na dominação personalizada, historicamente reproduzida. Verificar as mudanças ocorridas com a desagregação da parceria e reconversão da moradia é o primeiro mote para avançarmos no entendimento do campo de forças que levou a Fazenda Carnaúba a ser palco de cenas de disputa entre grupos sociais distintos e conflitos internos entre os membros da própria família, resultando em rupturas e uma nova gestão, liderada pela única mulher do grupo: Denise Andrade.

O outro caso requer atenção redobrada, já que demonstra desde sua gênese peculiaridades que destoam do modo de ser, da gestão e da sociabilidade de uma grande propriedade do sertão. Trata-se da Fazenda Tamanduá, que emerge das sombras da Fazenda Conceição e amplia seus domínios com a permanência e lealdade dos remanescentes morador-meeiros, que tão logo incorporaram outra identificação: moradores-assalariados. Hoje, com quatro gerações à frente, os moradores (como querem ser chamados) da Fazenda Tamanduá, inscrevem seus desejos entre a tradição e a modernidade, alinhadas através dos objetivos do proprietário, o estrangeiro Pierre Landolt.

Analisar estes casos tão distintos, obrigou-nos a investir em um exercício de pesquisa e reflexão que permitisse o uso de métodos e procedimentos, como esforço de interpretação da densa realidade, para cada situação social. Desse modo, a inspiração para esta atividade derivou da chamada *imaginação sociológica*, como proposta de ampliação da visão sobre o espaço e o tempo vivido, de forma a compreender as motivações e significações das ações humanas.

5.4 DOIS CASOS PARA ESTUDO E UM CAMINHO POSSÍVEL: O EXERCÍCIO DA IMAGINAÇÃO SOCIOLÓGICA

A curiosidade como inquietação indagadora, como inclinação ao desvelamento de algo, como pergunta verbalizada ou não, como procura de esclarecimento [...]. Não haveria criatividade sem a curiosidade que nos move e que nos põe pacientemente impacientes diante do mundo que não fizemos, acrescentando a ele algo que fazemos.

Paulo Freire – *Pedagogia da Autonomia*

A permanência no campo de pesquisa - onde se enfrentou constantemente desafios teóricos e práticos, para o estudo dos dois casos em realce, só foi possível devido aos estímulos advindos da curiosidade latente e substancial que se move do mundo social. Esta inquietação ou “curiosidade epistemológica”, da qual trata Paulo Freire (2008, p. 31), deve ser perseguida e se concretiza pelo movimento de ruptura no qual a inicial curiosidade, ingênua, se torna crítica e questionadora.

No presente estudo, essa curiosidade, a ser transmutada, foi buscar inspiração na chamada *imaginação sociológica*, um termo cunhado por Wright Mills (1975) enquanto um exercício reflexivo diferenciado em relação ao senso comum. Parte da ideia de que o indivíduo compreende a si mesmo, localizando-se em um contexto social específico, em meio a posições fixas e flutuantes nas teias de relações que forma um todo integrado, sempre alinhado a um conjunto de norma e regras que regem o controle e a ordem social.

Tal proposta de atividade torna-se a ideal para nortear o percurso a ser trilhado na investigação de ambos os casos, cuja primeira orientação para o caminho a ser percorrido é o de manter a distância, ou melhor, o distanciamento intelectual das crenças e posições mais íntimas do pesquisador em relação ao objeto pesquisado. Sabe-se, que este afastamento não é totalmente efetivo e completo, mas cabe provocar e experimentar tal deslocamento de postura em relação aos hábitos, valores e comportamentos sociais, a serem questionados.

Ademais, para lidar com a complexidade dos casos, usamos algumas categorias, ou melhor, três dimensões que alimentam a imaginação sociológica e que se fizeram úteis enquanto parâmetros para a elaboração de questões de investigação e análise, são elas: *o contexto, a estrutura e o cotidiano*. Nesse sentido, compreendemos primeiramente a necessidade de interpretação da densa realidade que nos cerca, cujo

esforço se inicia pela contextualização histórica, pela compreensão de processos históricos que provocam mudanças sociais, concebendo o *contexto* como seu recorte sincrônico.

E assim, constatamos que cada situação social com que nos deparamos não só é deliberada por nossos contemporâneos, como ainda predefinida por nossos predecessores. Esse entendimento, durante a pesquisa, nos encaminhou a enxergar a importância dos fatos históricos na configuração das condições de nosso presente, pois como bem colocou Peter Berger (1983), os mortos podem ser mais poderosos que os vivos, demonstrando a intensidade com que o passado e sua força histórica se impõem em nossa existência.

Por fim, consideramos neste trabalho, a história como um processo de configurações sociais em permanente mudança, cuja investigação nos possibilitou “perceber o que está acontecendo com eles (indivíduos), como minúsculos pontos de cruzamento da biografia e da história, dentro da sociedade” (MILLS, 1975, p. 14).

Além dos processos históricos, se percebe o funcionamento da sociedade através de sistemas, ou conjuntos de regras e procedimentos relativamente fixos, em torno dos quais se configura uma ordem que regula comportamentos, embasa hábitos, controla rotinas e mantém instituições sociais. São as chamadas *estruturas*, que garantem a manutenção dos sentidos para as ações sociais, tornando-se imprescindíveis à convivência, relacionamentos e compartilhamentos de significados entre os indivíduos nos diferentes espaços e tempos sociais.

É mediante a necessidade de compreender estes aspectos mais fixos e institucionais da vida social, que inclinamos a nossa curiosidade epistemológica a focar nos seus aspectos estruturais, comparando sistemas e reconhecendo a ampla gama de possibilidades que perpassa a ordem social, promovendo assim um maior entendimento das diversas configurações sociais.

Não obstante, ainda é preciso direcionar a imaginação para a dimensão mais espontânea e cotidiana da vida, voltando-se para o aspecto mais dinâmico da sociedade, presente e ordenado na concretude do dia a dia. Dentre aqueles que se dedicaram ao estudo dos detalhes da vida cotidiana, que se manifesta em trocas dinâmicas, intersubjetivas, tácitas e momentâneas, de modo a deixar poucos rastros. Dentre os que se inclinaram a tal proposta, está o estudioso Georg Simmel (2006), que cultivou temas como: o jogo da conquista amorosa, a amizade, a sociabilidade – como ato de “associar

por associar”, o segredo, a fidelidade, tornando-se assim um pioneiro na interpretação sociológica da vida cotidiana e fundador da microssociologia.

Assim, a imaginação sociológica possibilitou amparar a pesquisa na tríade *contexto, estrutura e cotidiano*, revelando uma enorme e permanente abertura de questões, inquietações e reconstruções. E seu uso ou exercício é aqui aplicado de modo singular para cada caso estudado, no intuito de garantir a compreensão de seu processo histórico e estrutural, das dimensões da vida social e de suas trocas cotidianas.

Para realizar tal intento, adotamos como principal instrumento de pesquisa a realização de entrevistas por meio da perspectiva dos estudos sobre memória (THOMPSON, 1992; BOSI, 2002, 2003), haja vista que esse método auxilia a reconstrução histórica das transformações, na grande propriedade rural, possibilitando que as experiências dos sujeitos ao longo da história sejam narradas por eles próprios. Além disso, fixados na perspectiva de contemplar as três dimensões do exercício sociológico, os relatos orais são imprescindíveis na demonstração de que “a história não é apenas sobre eventos, ou estruturas, ou padrão de comportamento, mas também sobre como são eles vivenciados e lembrados em imaginação” (THOMPSON, 1992, p. 184). Dessa forma, é possível ainda apreender como os sujeitos percebem e significam a sua realidade e experiência.

5.5 A FAZENDA CARNAÚBA: UMA APOSTA NA TRADIÇÃO COMO GARANTIA DE SOBREVIVÊNCIA

*Não é somente a propriedade da terra que queremos manter.
É também toda a sua história, a memória do lugar e da família.
Esse é o propósito.*

Denise Xavier de Andrade.

Com intuito de remontar a história da Fazenda Carnaúba dos Xavier e todo o processo de transformação sócioprodutiva do lugar, bem como atualizar o sistema de moradia, foram realizadas algumas visitas com extensas conversas, tanto com os membros da família proprietária, como com moradores e ex-moradores e meeiros do

lugar. Foi um itinerário de pesquisa desafiante, haja vista as diferentes nuances e desvios que existem no limiar do tempo: esquecimentos, silêncios, lembranças dolorosas. E a exigência da descrição e das pausas em relação aos relatos de dor, de mágoas, de medo, de saudade aumentaram ainda mais as horas de encontros, imobilizando cronogramas a serem executados.

A paciência exigida para tal investidura trouxe feitos progressivos, pois por intermédio deste esforço revelações importantes emergiram, movimentando a investigação para outras questões, como gênero e sucessão, por exemplo, numa relação simbiótica com a ideia de dominação e resistência. Deste modo, no decurso do caminho, previamente traçado, deparamo-nos com situações diversas e adversas, previstas e surpreendentemente novas, que obrigaram a um enfrentamento pessoal e busca tateante de outros rumos. O certo é que a dinâmica do previsível e imprevisível orientaram os encontros entre pesquisador e pesquisados, enriquecendo as questões postas e evidenciando hiatos e conexões até então não vistas.

O ponto de partida das investigações deste estudo de caso deu-se através da construção de narrativas acerca do contexto histórico da Fazenda. Para isso, se fez uso da história oral, da observação e interpretação de fotografias, documentos pessoais, cartas e objetos que incorporaram o modo de vida, do lugar e dos que aí habitaram. O acesso a esses materiais e a voz dos sujeitos envolvidos foi de grande valia para a compreensão, não somente do caso em evidência, mas de toda uma conjuntura que integra também esta parte.

Com o acesso de assuntos mais distantes, fixados num tempo que já não existe - ao menos no calendário, mas que é enriquecido pela memória daqueles que o experimentaram, a investigação já munida de confiança, deixa a tranquilidade nostálgica do passado para adentrar também na agitação da vida presente, de forma a alcançar uma visão sistêmica que permita identificar estruturas que ordenam a vida social do lugar, como as formas de exercício do poder, parentesco, organização, relações e divisão do trabalho, etc.; pois é mediante o contato com estas estruturas que os sujeitos envolvidos se relacionam, compartilham significados e lidam com as normas que lhe são impostas. Nesse sentido, a esfera do cotidiano com sua espontaneidade dos mínimos atos e relações emergem para mostrar como as trocas dinâmicas do dia a dia, a comunicação direta e indireta, as negociações intersubjetivas, podem trazer o que há de mais concreto e significativo em uma sociedade.

Fazer parte desta história, vivida e contada, mesmo que numa condição alusiva de pesquisadora não foi fácil, requerendo diferentes posicionamentos diante das diversas situações impostas e também construídas, exigindo um esforço maior para acompanhar ou se afastar do *locus* de estudo quando preciso fosse. Por se tratar de uma família tradicional da região, cujo passado é alinhado à riqueza e *status* e a depender das questões postas, como aquelas de cunho econômico, invariavelmente certos constrangimentos se fizeram presentes, sendo necessário contornar ou dar nova forma ao assunto. Assim, a sensibilidade para perceber em cada gesto, em cada palavra, em cada silêncio o desconforto, a tristeza ou outra emoção intensa foi algo cultivado antes, durante e depois de cada encontro como forma de firmar a confiança entre as duas partes envolvidas.

Afora os encontros individuais, mais íntimos da investigação, ainda houve aqueles em que dois, três ou mais membros da família participavam, oferecendo a possibilidade de limitar ou ampliar a entrevista. Cabia ao pesquisador observar o que se podia retirar destas reuniões, sem causar indisposições ou conflitos familiares, durante e principalmente depois do encontro. Quanto os locais de encontro da pesquisa, que aconteceram inicialmente na própria fazenda e depois na residência urbana do proprietário, percebeu-se que o alongamento das narrativas fluía melhor no espaço rural, principalmente durante as andanças ao redor da propriedade. Também, era frequente, as mais vivas recordações aflorarem depois da entrevista, na hora do cafezinho ou da despedida na porta da casa, e que por vezes, nem foram registradas, já que foram contadas na base da confiança, como uma confidência. Por horas a fio, portanto, se poderia escutar, se assim o pesquisador desejasse.

Quanto ao encontro com os moradores da propriedade, em relação a uma das famílias, cabe destacar dois momentos importantes: aquele primeiro, em que a família de moradores ainda reside na propriedade, que corresponde ao início das pesquisas; e depois, quando se muda da propriedade, fixando-se na cidade de Patos. Em tempos e espaços distintos, percebeu-se como as falas e narrativas se convertem em formatos significativos de ação e de representação, a ser explorados mais adiante.

Por fim, cabe ressaltar que a exposição deste caso não foi totalmente ajustada para a composição de uma história cronológica, com desencadeamento de fatos e situações em ordem temporal. Por vezes, na tentativa de aproximar o leitor ao campo de pesquisa fidelizando momentos que julgamos importantes, priorizamos a dinâmica das

narrativas com histórias mais densas de substância memorativa, portanto, fluídas e descontínuas.

5.5.1 Passado e Poder: restos de um tempo vivo

De acordo com os relatos, a Fazenda foi criada com Antônio Xavier dos Santos, na segunda metade do século XIX. Este era natural de Inhamu, estado do Ceará, e foi convidado pelo amigo e concidadão Antônio Ferreira a visitar uma colônia nas proximidades de onde atualmente se localiza a cidade de Taperoá – PB. Aceitando o convite, conhece nesta região Maria Moreira, com quem concebe matrimônio e forma família com quatro filhos: Camilo, Salustiano, Maria e Silvino. Sendo que este último, o filho caçula, mais tarde viria a ser o conhecido Capitão Silvino Xavier.

Ainda morador de Logradouro, Antônio Xavier acaba por comprar uma grande porção de terras, conhecida por Data Mangamba, que abarcava da Pedra dos Coronéis à Cacimba de Pedra. No entanto, mesmo sendo proprietário dessas terras, Antônio Xavier continuou a viver em Logradouro, lugar em que morre vítima de homicídio. Com a morte do pai, os quatro filhos migraram para a conhecida Data Magamba, desmembrando a propriedade em quatro porções, dividindo-as entre eles. Ficou com Silvino Xavier, filho caçula, a parte conhecida atualmente como Fazenda Carnaúba, no agora município de Cacimba de Areia. Por sua vez, Silvino Xavier se casa com Maria Angélica e por volta de 1895 inicia a construção do primeiro dos dois casarões que constituem hoje a sede da fazenda.

Depois de vinte anos, **Pedro Xavier**, o terceiro mais velho dos treze filhos de Silvino Xavier, se casa com **Antônia Sátyro**, filha do Major Miguel Sátyro, uma das personalidades fundadoras da cidade de Patos - visto no capítulo III, dando início à construção do segundo casarão. Ainda por volta de 1930, Zezé, um dos filhos mais novos do Capitão Silvino, também constrói sua casa, onde hoje é a entrada da Fazenda Carnaúba e, anos depois, ao lado da mesma, se inicia a construção da Capela de São Sebastião, que celebrou em 1986 o seu Jubileu de Ouro.

Figura 23: 1º Casarão e Sede da Fazenda Carnaúba



Fonte: Acervo da Família Xavier.

Figura 24: Capela e 2º Casarão da Fazenda Carnaúba



Fonte: Acervo da Família Xavier.

Do casamento de Pedro Xavier e Antônia Sátyro nasceram oito filhos. Entre eles, **Ivete Sátyro Xavier** que se casou com Dr. Antônio Ferreira de Andrade, natural do município de Coremas e um dos primeiros cirurgiões-dentistas “formado” do município. Com ele, Dona Ivete Satyro formou sua família, constituída de quatro filhos: Aníbal, Denise, Samuel e Petrônio. Porém, segundo a narrativa do próprio Dr. Andrade, o matrimônio só foi concedido por seu prestígio enquanto profissional liberal e carregar o título de doutor. Esse tipo de capital foi o único, mas depois veremos que pouco suficiente, para se instituir o matrimônio, haja vista que sua família de origem não tinha relações com grupos pertencentes à elite agrária daquela ou mesmo de outra região, tampouco prestígio político, portanto, sua ascensão se deu somente pelo investimento

escolar, concedido por seu irmão, que era Padre, e o levou ainda criança para dar-lhe instrução, tornando-se seu mentor. Por isso que pouco sabe de sua família, a ponto de seus filhos conhecerem apenas a linhagem familiar materna.

Agregando-se a família Satyro Xavier, Dr. Antônio alinhou sua atividade como dentista da região à participação intensa na vida política do município de Cacimba de Areia, município próximo à região de Patos. E junto com os parentes da linha paterna de sua esposa, vivencia muitas negociatas e embates eleitorais, inclusive como candidato a prefeito daquele município. Todavia, neste espaço político, o prestígio e carisma estavam nas “veias” de Aldo Satyro Xavier, seu cunhado, considerado o sucessor do Major Migué e do Capitão Silvino nas disputas eleitorais, com vocação herdada da família e que sempre fez parte do conjunto da administração pública da região.

“Lembro-me bem de tio Aldo, sempre muito alegre e comunicativo. Gostava de agregar toda a família em grandes reuniões na Fazenda Carnaúba. Lá, ele fazia muitos banquetes, e a cozinha era seu lugar preferido, pois adorava cozinhar. As festas demoravam dias, com forrós no terraço, cirandas, coco de roda e camaleão. Vinha gente de toda região, com muita música”.

Denise Andrade, março de 2018.

As festas se realizavam, geralmente para anunciar o encerramento da colheita do algodão, uma forma de comemoração e de agradecimento pela fartura concedida a todos os parceiros: proprietário e moradores da Fazenda. E quanto mais estendido os dias de festa, mais intensamente se marcava o lugar, conferindo-lhe distinção perante as outras propriedades da região.

Mas, voltando um pouco à posição de Dr. Antônio na família Xavier e Satyro, o mesmo só ganhou de fato destaque no quadro familiar após conseguir comprar a terra herdada de Pedro Xavier que corresponde a toda área da Fazenda Carnaúba e que estava nas mãos de Clóvis Satyro Xavier, após uma complexa partilha entre os herdeiros (e que resultou na venda da propriedade a um comprador de fora e que anos a frente, Clóvis consegue resgatar para o seio da família). Ele conta com orgulho a dificuldade de adquirir tal propriedade, cujo feito se fez com grande sacrifício econômico, vendendo todos os seus bens patrimoniais:

“A propriedade estava hipotecada no banco por causa de dívida. Meu cunhado fez empréstimos para as safras de algodão, gastou demais e foi ficando ruim financeiramente. Ele queria que eu comprasse a Fazenda. Eu tinha 280.000, não me lembro se era cruzado ou cruzeiro. Precisei vender

mais dois terrenos, chão de casa em Campina Grande e um apartamento no Recife”.

Dr. Antônio, junho de 2018.

Cabe lembrar que sua esposa Ivete, herdeira dos Xavier já possuía uma parcela generosa de terras nos arredores da Carnaúba, a Fazenda Santa Clara, esta de menor porte e segundo os proprietários, com pouca história para acrescentar, afora a beleza do lugar. Além disso, também era uma das herdeiras por parte de sua linhagem materna Satyro, da grande propriedade intitulada Vale da Sela, nos arredores de Patos e São José de Espinharas. Mas, a menina dos olhos para Dr. Antônio era a Fazenda Carnaúba, pois segundo ele: “essas terras não podiam ser vendidas a outra pessoa que não fosse da família, pois remonta a história de Patos e de Cacimba de Areia. É um patrimônio histórico”.

Impressiona como nosso informante expressa sua devoção pela propriedade. Com o olhar fixo na imensa linha de terras que se perde no horizonte conversa por horas sobre tamanho e o potencial “produtivo” do lugar, pedindo as gargalhadas: “que acerte alguma cerca aonde acaba a propriedade”. Notadamente, é possível perceber o orgulho que tem pela propriedade, pela fazenda, pela memória dela. Continua contando sobre os bons tempos de produção do algodão e da criação de gado, da abundância, e de como era povoada a fazenda. De como se tornou grande produtor de algodão da região e de como era ver a abertura das porteiras para a entrada de tantos trabalhadores que chegavam aos montes para a colheita do algodão e para as festividades que se seguiam. Ainda fala sobre valores e os grandes negócios realizados com a produção do algodão e da importância da propriedade para região. Sobre os moradores, ele lembra sorridente de dois deles, que demonstravam amizade e lealdade:

“Eu me vejo muito conversando com Seu Silvino, um morador que nasceu aqui. Morador não, agregado da família. Do tempo ainda de Pedro Xavier e do finado pai. Nasceu aqui e morreu aqui. Todo mundo já tinha ele como família. Tomava de conta do barracão que fornecia alimento aos moradores e trabalhadores do algodão, pra que não precisassem sair pra feira na cidade. Era um homem de respeito, direito e honesto. Ficou com a gente até vir a falecer. Ivete levou pra morar num quarto lá de casa”. Dr. Antônio, junho de 2018.

[Risos] “Lembro também de Zé Pernetá, ele puxava uma perna e era o capanga de Pedro Xavier. Era metido a brabo, a dar tiro por aí. Mas uma vez ele ia se ferrando, porque inventou de se desfazer do povo da serra, eram uns descendentes de escravo, uns cabra forte e preto, que moram lá pra cima na serra. Naquele tempo, eles só desciam uma vez por ano pra tratar de alguma coisa importante. Aí teve um dissabor das partes e Zé Pernetá foi crescer em cima deles. Com dois dias, eles fizeram emboscada pra Zé, que só não

morreu por pouco. Esse povo era valente. E ainda vivem lá por cima, viu”.
Dr. Antônio, junho de 2018.

É interessante observar como a memória se enraíza no concreto, no espaço, nas imagens e objetos. A maior parte das conversas com Dr. Antônio se passaram na Fazenda, com caminhadas pelos arredores da propriedade, no alpendre da casa principal ou na sala de estar ou jantar nas horas de refeição. Para cada um desses momentos, novas lembranças emergiam e contagiavam os outros familiares que também, quando possível, logo participavam complementando a narrativa. Dessa forma, a pesquisa realizada na Fazenda⁷⁷, permitiu colher resultados não apenas da memória individual, mas também sobre a memória familiar e política da região, o que segundo Bosi implica em uma memória coletiva que, “é produzida no interior de uma classe, mas com poder de difusão, que se alimenta de imagens, sons, sentimentos, valores, ideias que dão identidade aquela classe” (2003, p.20). Assim, conhecer a Fazenda ainda conservada com seus objetos antigos e paredes enquadradas de figuras importantes, outrora também residentes, fez sentir o valor que é agregado a esta propriedade por seus donos, especialmente por Dr. Antônio que ainda não permite que as coisas saiam de onde estão.

⁷⁷ A família Satyro Xavier na época da entrevista residia na cidade de Patos, indo à Fazenda apenas nos fins de semana, feriados ou festividades. Apenas Dr. Andrade preocupava-se em estar presente pelo menos duas vezes durante a semana na propriedade, muitas vezes acompanhado de estudantes de Veterinária e Engenharia Florestal da Universidade Federal de Campina. Dr. Antônio considerava importante a parceria da Fazenda com uma instituição que possui conhecimento científico e tecnológico.

CONHECENDO MELHOR A HISTORIA DA FAZENDA CARNAÚBA



Família de Capitão Silvino, que deu origem à história da Fazenda Carnaúba dos Xavier. Foi de importante participação nas atividades políticas e econômicas da região de Cacimba de Areia (ver documento em Anexo).

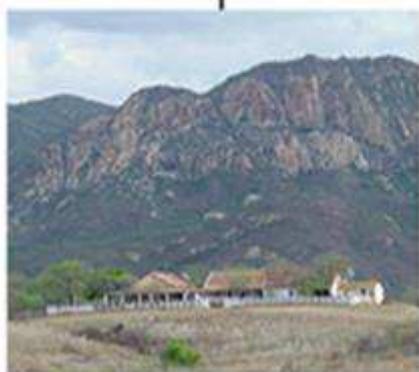


Miguel Sátiro (Major Miguel) - Fundador da cidade de Patos-PB, Pai de: Antônia Sátiro, - nora do Capitão Silvino e irmã de Ernani Sátiro (Ex-Governador da Paraíba e Ex-Ministro do Supremo Tribunal Militar).



Pedro Xavier e Antônia Sátiro - Ele filho do Capitão Silvino, ligado às origens de Cacimba de Areia; ela filha de Miguel Sátiro, ligado às origens e fundação da cidade de Patos-PB. Foram os próximos proprietários da Fazenda Carnaúba dos Xavier.

No casarão sede da Fazenda Carnaúba foi dada a origem da família Sátiro Xavier, nascendo lá seus 8 filhos. Entre eles se destacaram na região: **Aldo Sátiro Xavier** - Ex-prefeito da cidade de Cacimba de Areia e **Ivete Sátiro Xavier**, esta casada com **Antônio Ferreira de Andrade**, atuais proprietários da Fazenda Carnaúba.



Casarões da sede da Fazenda Carnaúba.



Foto da família **Xavier de Andrade** - Cabendo hoje a esta família a responsabilidade de dar continuidade à história, preservar e proteger os bens culturais, arquitetônicos, fauna e flora da Fazenda Carnaúba.

Fonte: Quadro elaborado por Petrônio Xavier, filho de Ivete Satyro Xavier, ano de 2008 para compor dossiê em defesa da não desapropriação da Fazenda Carnaúba.

5.5.2 Presente e Disputa: o desencaixe de um tempo morto

Porém, na parte de fora da Fazenda as mudanças chegam com ou sem a permissão do senhor dessas terras e algumas intrusas situações nos chamam a atenção evidenciando algumas alterações que de certo reposicionam o lugar do proprietário neste novo contexto rural. Destarte, destoando do robusto silêncio da casa-sede, sustentada pelo antigo mobiliário dos Satyro-Xavier, motocicletas cruzam os arredores da fazenda, rompendo com a tranquilidade das lembranças até então marcadas em cada objeto disposto na sala principal. O som incitado mesmo sendo baixo e curto parece aborrecer o dono da casa, pois sugere ao mesmo um tom de provocação que o faz levantar-se e recolher-se ao seu quarto. Procurando compreender tal incômodo com os outros familiares, temos dois relatos importantes para entender a nova configuração de relações sociais entre o dono da propriedade e os moradores:

“É que os moradores daqui não respeitam mais o meu pai, acham que não precisam dele, mesmo morando aqui. Eles criam animais, tem a venda garantida do leite, estão plantando, pescando” (Petrônio Andrade, junho 2013).

“Antônio é teimoso e tem a cabeça-dura, não precisava ser assim. Os moradores são do tempo de papai, tem muito respeito por nós e eu ainda sou madrinha dos meninos. Mas Antônio vive ainda em outro tempo, pelo menos em relação a eles, quer que trabalhem de graça, que nos sirvam, que fique aos pés dele. Eu não concordo com Antônio, as coisas mudaram ” (Dona Ivete Satyro Xavier, junho de 2013).

Cabe aqui lembrar, seguindo a reflexão de Cunha e Maia (2015, p.95) sobre “o controle vertical exercido pelo patronato rural sobre os moradores” em toda República Velha como forma de garantir posição na arena das oligarquias políticas. Em relação aos trabalhadores assinalam:

“Como os trabalhadores não dispunham de terras, tinham que se subordinar as imposições dos grandes proprietários. As relações entre os donos de terras e os trabalhadores rurais corroborava uma verdadeira exploração, através do compadrio e do favoritismo, produzida pelas relações pessoais de produção” (Gurjão, 2015, p.95).

Dr. Antônio participa deste tempo, do tempo em que seus sogros, filhos dos coronéis ocupavam lugar de destaque na vida social da região. Major Miguel Satyro e

Capitão Silvino Xavier exerciam um tipo comum de liderança promovida pelo prestígio político, este por sua vez conquistado “naturalmente” pela situação econômica e social de dono de terras. Dentro desse mundo em que o coronel irradiava influência, resumindo em sua própria pessoa as instituições sociais, já que exercia diferentes e extensas funções administrativas, policiais e jurídicas, Dr. Antônio participava e incorporava de alguma forma a figura desse coronel, mesmo com trajes de doutor e sem patente. E assim, pelo menos na questão de moradia, parece que a realidade subjacente de Dr. Antônio em sua propriedade não se alterou, ficando confinado aí o fenômeno do coronelismo. Confirmando tal proposição:

“Eu ajudei toda essa gente, que era despreparada pro mundo. Na verdade ainda são. Levei para médico, trouxe posto de saúde e escola pra comunidade, porque eu era envolvido na política, a família sempre foi, né? Minha casa em Patos era aberta pra todos. Caso de justiça também era a gente que resolvia. Mas querem viver agora do seu jeito, vão viver.” (Dr. Antônio Andrade, junho de 2013).

Cabe destacar que de todos os moradores apresentados por Dr. Antônio, o que mais se destaca nos assuntos familiares é o conhecido Zé, que nasceu no lugar e é o morador mais próximo da casa-sede. Zé, o qual Dr. Antônio, apresenta com o apelido Zé Preguiça, constituiu sua família na mesma casa que foi dos seus pais e avós, também moradores de Pedro Xavier, pai de Dona Ivete. São de seus filhos as motocicletas que atravessam a Fazenda e incomoda o “antigo patrão”. Também é o proprietário de algumas cabras e ovelhas que fornecem leite para venda nas usinas de beneficiamento da região e com o consentimento de Dona Ivete, com quem mantêm boa relação pessoal e de trabalho, cultiva hortaliças, feijão, milho, e outros legumes para consumo familiar, também possui autorização para pescar em um açude da propriedade. Ainda quando solicitado, realiza alguns serviços de reparo na propriedade, sempre a pedido de Dona Ivete, e é também o cuidador da criação de ovelhas da proprietária e das cabras do filho dela. Em um encontro com ele que estava na lida dos concertos da casa, conversamos sobre sua impressão acerca das mudanças nos espaços rurais:

“[...] Antes o camarada tinha que se sujeitar mesmo, ia fazer o quê? A pessoa precisava, com família, filho pra comer. Não tinha terra, não tinha nada. Era o que o patrão quisesse e pronto. E era ainda pra achar bom. Mas agora o mundo mudou, não é bem assim mais não. Oxe... eu sou pobre, mas sou trabalhador. Se eu trabalho, porque não vou receber. Tá certo não. Hoje as pessoas são mais iguais” (Zé, agosto de 2013)

Esta foi uma das conversas mais longas que tive com Zé na fazenda, quando consegui encontrá-lo sem a companhia de Dona Ivete ou de seus filhos. Na frente deles, Zé sempre estava em silêncio, respondendo de forma curta apenas quando perguntado. Porém, o fato que provocou a atenção foi à observação da quantidade de cabras e ovelhas que ficavam sob os cuidados do morador na Fazenda. Uma parte do rebanho que Zé cuidava pertencia a Dona Ivete e ao seu filho, que por sua vez também eram proprietários e como descrito na introdução deste trabalho, estavam entre os que buscam um lugar ou mesmo uma brecha no mundo social de seus moradores, do camponês/agricultor familiar, para se reencaixar novamente no mercado. Ao questionar Zé sobre a participação dele nessa mediação, o morador explica que a construção de um espaço organizado para a ordenha e a aquisição de um freezer para guardar o leite, providenciados pelos proprietários, ambos de uso comum, foram fundamental para que ele mesmo continuasse produzindo para a usina, pois não dispunha de condições financeiras para arcar com as instalações, condições de higiene e refrigeração impostas pela usina, através do programa de beneficiamento do leite. Além do que, ele recebe uma porcentagem pelo leite, da parte dos proprietários, que é vendido ou por animais que decidem abater ou mesmo vender. Para ele, o único dissabor dessa situação de parceria é a difícil relação com o filho de Dona Ivete, proprietário de alguns animais, pois o mesmo parece não reconhecer a parceria, preferindo tratá-lo ainda como mero subordinado, como se a dependência dessa relação fosse uma via de mão única.

Na situação acima é perceptível o caráter pouco ortodoxo de certas estratégias adotadas para viabilizar a manutenção da fazenda, especialmente aquelas que não possuem maior expressão em termos produtivos quando comparados com o tempo do algodão, sendo essas medidas de “salvação” uma evidência das transformações experimentadas pelo grande proprietário e na grande propriedade, elucidando neste caso, conflitos, resistências e disputas, anunciando um novo cenário, diante do antigo quadro de subordinação característico do sistema de moradia.

Para o grupo social dominante, vivenciar tais mudanças: econômicas, sociais e políticas, que provocou rupturas na histórica estrutura de dominação das relações de trabalho e produção do meio rural, provoca ainda uma aflição nostálgica que se expressa nas lembranças, a exemplo da narrativa que segue:

A história dessa Fazenda remete ao tempo do Capitão Silvino, avô de Ivete e um dos maiores produtores de algodão e criador de gado dessa grande região. Aqui tinha barracão, tinha vapor, tinha armazém para estocagem, casa boa para meeiro.

A Carnaúba era muito conhecida. Pedro Xavier, filho do Capitão e meu sogro, também produziu muito por aqui e também lá em São José do Espinharas, na Fazenda Vale da Sela, herança da sua esposa Antônia, filha de Major Migué (Satyro). A Fazenda era cheia de meeiro, morador, trabalhador que vinha pra ajudar na colheita, era todo mundo satisfeito. Não era vazio assim não. Logo que tudinho era gente da política, os Xavier que puxava mais pra as bandas de Cacimba de Areia, mas assumiram postos importantes também em Patos; e os Satyro, na figura de Major Migué, que esperto como era foi quem dominou a política de Patos e ao redor tudo. Até eu tomei gosto, me envolvendo nisso também. [risos]. A prefeitura era aqui também, na Fazenda, no modo de dizer, porque era uma turma de vereador, deputado, até governador e ministro veio bater aqui. Aí o povo que trabalhava aqui, tinha os privilégios.

Depois da morte dos pais de Ivete, a partilha da herança pra o grupo de irmãos foi complicada, porque quanto mais se tem parece que pior é. E eles tinham muita terra. Ela vinha dos Satyro e dos Xavier. Mas a Carnaúba acabou sendo vendida para uma família da região, e depois tomada de novo por Clóvis, irmã de Ivete. Ele produziu muito, mas acabou vendendo pra mim, que muito satisfeito toquei a produção. Trouxe mais 12 famílias de meeiros pra morar na Fazenda, mandando construir mais casas de morada. Eles já moravam na Vale da Sela e outras propriedades de São José do Espinharas. E também arranjei sociedade com mais outros meeiros, sem ser morador, esses iam e viam. A maioria, quase todos eram muito trabalhadores, desmatava, desmoitava, preparava a terra pra plantar. Eu fazia os empréstimos em dinheiro, sem juro, que eles chamavam de fornecimento e eles me pagavam com algodão, com a parte deles. Não tinha problema algum. Só que não quisesse trabalhar é que não dava pra manter.

Eu sempre gostei de preservar essa parte dos moradores. E ajudava no que podia e se adoecesse eu levava pra onde fosse necessário. Levava na minha caminhoneta, até pra Recife eu levava. Me orgulho de que na minha propriedade, muitos moradores mudaram de vida. Os que antes moravam nas propriedades de São José, que chegaram só com uma gaiola, passarinho, menino, mulher e cachorro, saíram tudo remediado. Das doze famílias que eu trouxe, somente duas não tiveram jeito. E

olhe que eu fazia de um tudo, eu não arrendava nem terra pra morador criar bicho não, eu cedia e os animais comiam no mesmo pasto. Pra se ter uma ideia, me lembro de que aceitei um morador de Antônio Murilo, que chegou só com uns rapazinho e um cachorro. Esse saiu foi com gado: quatro reses, bode. Eu dava condição deles viverem. Podia usar os recursos naturais para o consumo, mas pra comercializar não. Nem caça, nem pesca, nem madeira. E ainda hoje é assim.

Eu comecei com 30 hectares, e depois de um ano eu já estava com 100 hectares, chegando até 350 hectares de área plantada de algodão. Mas veja, não era sozinho não, isso era a terra dividia com os meeiros. Tinha também a minha parte, grande, e pagava diária aqueles que moravam lá e também quando precisava levava gente de Patos e de Cacimba de Areia para trabalhar pra mim. E não era só o algodão que se produzia, tinha o milho e o feijão que também era de meia: uma parte era concedida e outra era pra eles comerem. Eu cedia o boi de cultivador, tinha uns 10 bois bons.

E até então, não tinha conflito, problema grande com meeiro e morador não. Nesse tempo, nenhum me botou na justiça, por nada. Teve um que ainda quis enriquecer os outros com ideias sindicalistas, lá de São João de Espinharas, mas eu controlava tudo.

Ainda consegui produzir do ano de 72, 73 e até 82 eu aguentei. Mas aí ficou difícil, sem incentivo e com bicudo devastando tudo pela frente, a crise tomou conta.
(Dr. Antônio, proprietário da Fazenda Carnaúba)

Figura 25: Morador-meeiros após reunião com Pedro Xavier.



Fonte: Acervo da Família Xavier Andrade.

Assim, da mesma forma que os outros proprietários produtores da região, Dr. Antônio suspende o vínculo de parceria com os moradores, pois não havia mais como manter o cultivo do algodão. E tal qual uma torre de cartas, toda a estrutura econômica

amparada na cotonicultura desaba, dismantelando também o modo de vida de diferentes sujeitos: meeiros, moradores trabalhadores do algodão no campo, trabalhadores urbanos das cooperativas, usinas de beneficiamento e de toda uma infraestrutura existente. As fazendas da região, que fazia circular caminhões abarrotados de algodão, viam em suas rodagens as carroças de mudança dos moradores-meeiros que saíam em procura de outro meio para viver. Muitos destes nunca haviam experimentado outro *modus vivendi*, agora se viam expropriados de suas “condições de produção”, que para Moacir Palmeira representava:

“uma forma de dominação específica, sofrida e interiorizada pelos trabalhadores, em nome da qual – mas não necessariamente pela qual – denunciam a ilegitimidade das formas novas – mas não necessariamente mais suaves – de submissão aos patrões, que, em muitos casos, são os de sempre” (2009, p. 214).

Logo, a separação desta dimensão sistêmica - da relação entre indivíduo e sistema relativamente fixa, em torno da qual se configurava uma ordem econômica e social, provocou alterações em outra dimensão, aquela mais particular a cada sujeito em suas relações intersubjetivas, onde se digladiam as orientações racionais, inclinações afetivas, ações cooperativas e conflitivas. Portanto, a imposição de uma nova dinâmica social é indiscutível, já que as múltiplas relações instituídas entre os grupos se arruinam juntamente com o algodão.

Deste modo, aos que resistiram ‘sair pelo mundo’, restou apenas esperar as mudanças e definições acerca da situação até então existente, cabendo cada propriedade de acordo com suas motivações propor, ou melhor, impor ações de realinhamento da condição destes sujeitos. Na Fazenda Carnaúba, justificou-se, num primeiro momento a necessidade da retirada de alguns moradores-meeiros que ainda permaneceram por não possuir outra terra para se arranjar, uma vez que a preocupação do proprietário com as leis trabalhistas e a impossibilidade de cumpri-las, o leva a manter apenas algumas moradas, já que era importante pensar em dar continuidade às atividades na fazenda, ainda que introduzindo novos arranjos produtivos. Para Dr. Antônio, uma grande propriedade não podia ficar desamparada, vazia, sem gente pra trabalhar. E a moradia, neste caso, desagregada da parceria, seria a forma realinhada de manutenção e sustentação da propriedade.

Sem muitas opções, a não ser sair daquele lugar, os ex-meeiros tornaram-se então apenas moradores da Carnaúba, trabalhando conforme a experimentação de

algumas atividades produtivas, como o cultivo de feijão e milho, que acabou não rendendo muito, tendo em vista as secas e o próprio custo com a mão-de-obra dos moradores remanescentes, agora pagos por diária. A outra atividade foi à incursão de Denise⁷⁸, filha do proprietário, na criação de bovinos de forma mais extensiva e que acabou também não logrando êxito, tendo em vista a falta de experiência dos antigos meeiros com a lida do gado.

No decorrer da conversa, Dr. Antônio ainda lembra da adoção de um projeto de irrigação para o cultivo de frutas tropicais, quando era evidente a dificuldade de encontrar moradores aptos ao trabalho nesse tipo de cultura, além da dificuldade do transporte e do acesso ao mercado para comercializar a produção. Também comenta sobre sua incursão na produção de peixes em tanques, e do problema que o fez “desgostar” da produção: os roubos constantes de peixes na região. E assim, diante da falta de recursos e mesmo do acesso aos empréstimos, o que restou para condução da propriedade foram os investimentos, advindos de sua aposentadoria. E sem obter retorno dos investimentos o proprietário silencia em relação às dívidas que contraiu por causa desta.

Seguindo por muito tempo solitário nessa empreitada, sem a ajuda dos filhos, Dr. Antônio, que na época de nossos primeiros encontros, no ano de 2013, já se encontrava com 86 anos, continuava buscando outros meios para manter a “propriedade viva”, a exemplo da parceria com a Universidade Federal de Campina Grande, campus de Patos, dispondo a fazenda como área experimental em troca de mudas, atendimento aos animais e acesso ao conhecimento e as inovações disponibilizadas pela Universidade. Além desta estratégia, em determinadas épocas do ano o arrendamento de alguns hectares da propriedade acabou sendo outra estratégia para manter a propriedade, inclusive para instalação de torres para produção de energia eólica.

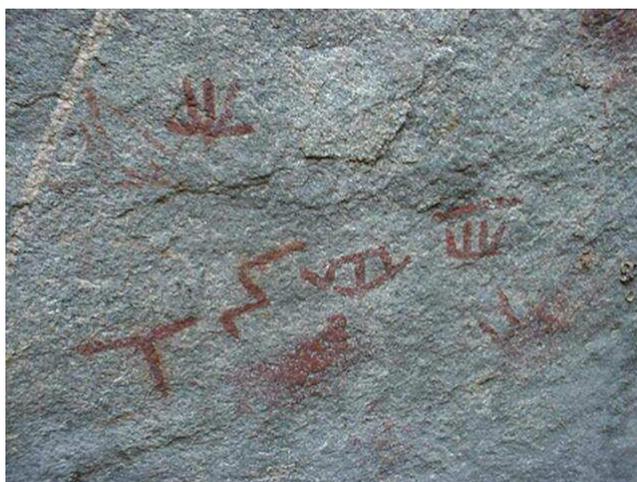
Cabe destacar sobre seus quatro filhos, quanto suas posições em relação à propriedade, no tempo desta entrevista: o mais velho, Aníbal, que residia com sua família na Fazenda Santa Clara, a propriedade de 250 hectares herdada por Dona Ivete. Pouco visitava, não demonstrava interesse na Fazenda Carnaúba; o segundo filho, Samuel, acabou que por seguir a mesma profissão do pai e apenas frequentar à Fazenda em datas comemorativas, não questionava, nem se envolvia nas atividades econômicas da terra; a filha, Denise, idealizadora e ainda proprietária do restaurante Centenário

⁷⁸ Neste tempo, Denise investe grande parte de seu capital na Fazenda, após separação de Ricardo Cavalcante, filho do empresário e fazendeiro Hardman Cavalcante, da Fazenda Conceição.

Café, já apresentado na introdução do trabalho, apossou-se do segundo casarão da Fazenda depois de iniciar a restauração do mesmo. Denise afirma ter planos de empreender atividades ligadas ao turismo rural, o que para o irmão mais novo contraria o desenho de herança que vinha sendo construído. Esta situação conflituosa acabou por resultar na ruptura das relações entre os dois irmãos, que mais à frente intensificariam uma disputa interna sobre a liderança na condução da Fazenda. Sobre Petrônio, o caçula, este tinha por objetivo convencer a família a transformar parte da propriedade em uma RPPN (Reserva Particular do Patrimônio Natural), já que segundo ele, seria uma forma de afastar o Movimento Sem Terra da propriedade, diante das muitas tentativas de ocupação, e ainda garantir a preservação ecológica e a memória do lugar. Para isso, se movimentava elaborando dossiês e documentos, sempre muito ilustrativos, sobre as riquezas da fauna e flora, espaços históricos e arqueológicos para instituições comprometidas com a preservação e conservação de áreas e territórios.

“O acervo arqueológico da Fazenda Carnaúba merece destaque pela ocorrência de pinturas rupestres na pedra do letreiro, localizado em áreas de preservação permanente da propriedade, com características da tradição agreste, em um estado bem conservado. O sítio arqueológico encontra-se em uma área protegida das ações das intempéries por causa da disposição do conglomerado rochoso ali existente” (Petrônio Andrade, outubro, 2008).

Figura 26: Inscrições Rupestres na Pedra do Letreiro



Fonte: Acervo da Família Xavier Andrade, outubro de 2008.

Figura 27: Equipe IBAMA na cova de caboclo bravo

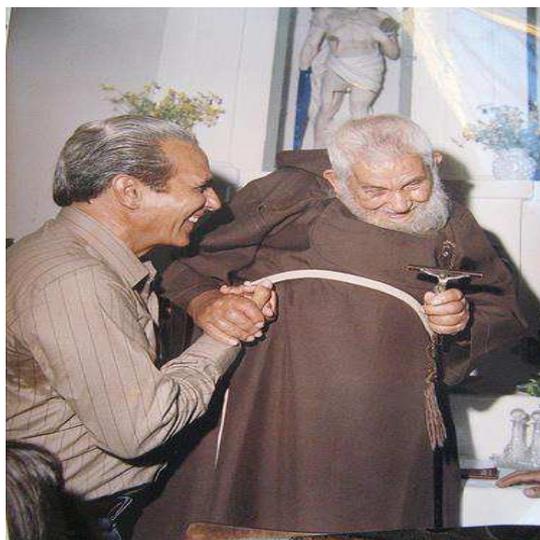


Fonte: Acervo de Petrônio Andrade, janeiro de 2008.

A preocupação com o futuro da Fazenda Carnaúba, a posse e conservação da propriedade das terras, e especialmente a sucessão dentro do próprio grupo familiar é uma constante para o senhor Antônio Andrade, que apesar do esforço em adotar um estilo de pensamento mais afeito às inovações, ainda se mantém enraizado no simbolismo do lugar como uma fonte de prestígio e status social.

Observando o modo de ser e de viver do nosso informante, de sua representação do lugar e da representação de si mesmo como grande proprietário de terras, buscamos transpor na medida do possível a distância temporal que nos separa do fato lembrado, já que é preciso perceber que “a ordenação dos fatos obedece a uma lógica afetiva cujos motivos ignoramos; enfim recontar é sempre um ato de criação” (BOSI, 2003, p.62). Nesse sentido, muitas das questões colocadas na entrevista sobre as estratégias produtivas de outras fazendas e políticas públicas (que sua família acessa) foram ignoradas e substituídas, pelo narrador, por encontros com personagens importantes da história local, como as visitas de Frei Damião à capela da Fazenda, de seu atendimento como cirurgião-dentista ao frei italiano e a conquista de seu apoio nas campanhas políticas. A Fazenda de algumas décadas passadas foi, na verdade o grande motivo e sentido de sua conversa, seja como cenário de reuniões com pessoas ilustres, como a figura política de José Américo de Almeida, de Ernani Satyro, ou ainda como refúgio do líder do cangaço Antônio Silvino, enviado por Miguel Satyro, com qual o cangaceiro mantinha aliança.

Figura: Dr. Antônio e Frei Damião, na capela da Fazenda Carnaúba, 1980.



Fonte: Acervo da Família Andrade

Atentos à ideia de que é a lembrança que impregna as representações, ainda sob o signo de Bergson (BOSI, 2003, p. 35), consideramos que, a figura do grande proprietário rural para Dr. Antônio é elaborada primeiramente a partir de sua percepção do passado, da *conservação* dos estados psíquicos já vividos, como a sensação de prestígio político e distinção social conquistados pela aquisição de terras. É esta conservação que permite escolher as alternativas mais adequadas para cada estímulo oferecido em relação a sua condição de proprietário rural.

Nesse sentido, compreendemos a seleção de estratégias sustentadas pelo discurso do rural contemporâneo, utilizadas para sua permanência no novo mundo rural, como a incorporação do conhecimento científico e incubação de ações via universidade na propriedade rural, bem como a possibilidade de apresentar o “seu mundo” a partir da criação da RPPN e do Turismo Rural. A escolha destas práticas é considerada por ele distintas, que o livra de se equiparar a outras categorias, e é por isso que também se resguarda de participar de ações comuns com os outros grupos sociais, pois não reconhece as novas representações sociais destas categorias (agricultor familiar). Para ele as posições continuam as mesmas e qualquer protagonismo conferido a outros grupos sociais somente desordenam o espaço em que cada um já tem o seu lugar.

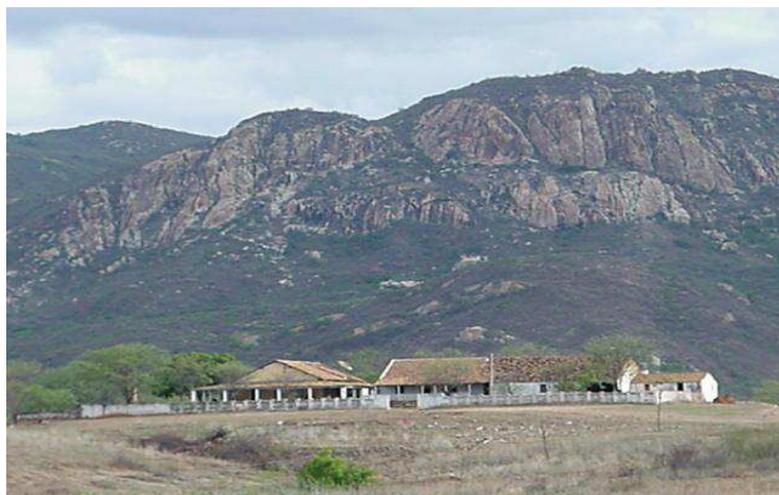
5.5.3. O Futuro na Tradição: a volta no tempo perdido.

A vida real – como processo dinâmico e mutável, e neste caso, aspectos da minha vida pessoal exigiram a prorrogação do presente estudo, estendendo-o por um período mais longo. Todavia, tal ‘complicação’ permitiu o desfrute de outras entradas em campo, que por sua vez propiciou novas observações sobre as mudanças sócias produtivas ocorridas na grande propriedade, situada no Sertão das Espinharas, e os impasses sociais no realinhamento do sistema de moradia. A peleja nas investigações ainda revelou aspectos mais interessantes sobre a questão da sucessão hereditária, que não podem ser ignorados ou ficar em plano secundário.

Nesta parte do trabalho discorreremos a respeito do que se poderia chamar de destino social dos remanescentes moradores, que outrora participaram do arranjo de parceria na Fazenda Carnaúba e que após a crise do algodão permaneceram na condição tutelada do sistema de morada. O próprio destino da grande propriedade também é problematizado quando suas terras buscam se inserir numa nova proposta de produção e inserção no mercado local. E a razão para falar sobre sucessão decorre da constatação da ausência dos filhos do proprietário, que por muito tempo deixaram o negócio familiar por oportunidades mais promissoras de geração de renda fora da propriedade, retornarem para uma acirrada disputa, não somente ideológica de projetos, mas, sobretudo para retirar a geração mais velha do comando da Fazenda.

A passagem de responsabilidades de uma geração para a outra é gradual e deve ocorrer antes da própria transferência patrimonial, integrando o sucessor ou sucessores aos processos de produção da propriedade (SILVESTRO, 2001). No caso da Fazenda Carnaúba esse movimento se deu com a chegada de dois, dos quatro filhos de Dr. Antônio e Dona Ivete, quase que no mesmo tempo. Tal investidura ocorreu diante de alguns fatos que os alertaram quanto ao processo sucessório da propriedade: a) o falecimento de Dona Ivete (a mãe); b) a ação judicial após saída da família do morador Zé; c) o afastamento de Dr. Antônio das atividades da Fazenda, devido à progressão da idade: limitações físicas e eminência de doenças. Além disso, como acréscimo, Denise se desfaz de seu estabelecimento comercial: Centenário Café, ficando livre de atribuições e com certo capital para investir em outras áreas.

Figura 29: Casarões da Fazenda Carnaúba no pé da serra.



Fonte: Acervo da Família Andrade Xavier, 2010.

Estes novos fatos, que anunciam um novo panorama, serve antes aqui para evidenciar o papel exercido por Dona Ivete, herdeira do sobrenome Satyro-Xavier. A questão é que, refazendo o caminho de pesquisa, sabe-se que a redefinição de *morador-meeiro* para *morador* foi o meio encontrado para promover a manutenção da grande propriedade através de velhas e também novas estratégias de subordinação, como aquela em que o proprietário utiliza da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) do morador, para acessar políticas públicas, voltadas para os agricultores familiares, a exemplo do Programa do Leite. Sendo, que estas relações estabelecidas não se mantinham sempre amistosas, sendo permeada por conflitos e certa resistência velada do grupo dominado. Neste contexto, a presença de Dona Ivete na Fazenda, enquanto mediadora entre seu esposo e os moradores, foi de fundamental importância para a permanência da condição tutelada de moradia, já que a mesma era reconhecida como herdeira legítima do lugar, carregando com isso “virtudes” daqueles que outrora foram seus patrões, nos bons tempos de fartura, em que produziam na terra na condição de meeiros. D. Ivete era vista, portanto, com grande admiração e respeito, pois seu tom de voz, paciente e firme, segundo os moradores mais velhos como Dona Teresa, lembrava os verdadeiros donos do lugar.

Figura 30: Dona Ivete, filhos, neta e Dona Teresa, moradora.



Acervo: Família Xavier Andrade, 2000.

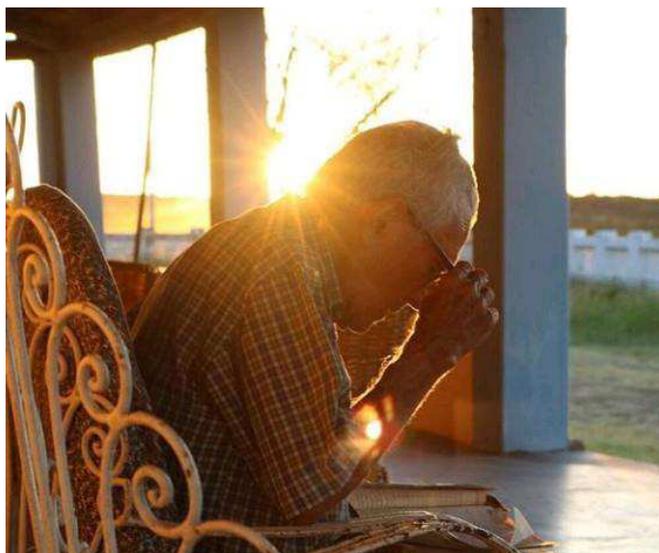
Assim, sua surpreendente partida acelerou a saída eminente de Zé e de sua família, haja vista que sem acordo entre as partes, já que o morador exigia por direito um pedaço terras, e Dr. Antônio, de sua parte, não cedia nenhum “pedaço”. Para a resolução da disputa o caso foi para a justiça, pois Zé tomou a frente e “entrou na justiça” e com seu advogado pediu R\$139.000. Do lado oposto, Dr. Antônio e seus advogados rebateram com ofertas mais baixas, até que depois de muitos embates o valor decresceu para R\$ 25.000, resultando na partida efetiva de Zé, das terras da Carnaúba para morar numa área periférica da cidade de Patos. Em nosso encontro, já na “rua”, ele revela:

“Eu só queria um pedaço de terra. Porque nasci, me criei naquelas terras, pensava em morrer por lá também. Mas fazer o quê? Esse dinheiro foi muito pouco, eu preferia a terra, porque ia plantar, criar, fazer o que sei. Fiquei esse tempo todo lá, trabalhando de tudo que imaginar, aceitando todo negócio pra poder não sair e aí acontece isso”. Zé, ex-morador da Fazenda Carnaúba, setembro de 2018.

Com a saída de Zé, a Fazenda se esvazia de mão-de-obra. Restando somente alguns moradores idosos, em suas casas antigas, a exemplo de Dona Teresa. Alguns deles possuem filhos e netos que já vivem e trabalham em outras propriedades. Dr. Antônio conta que estes “não concertam mais nem uma cerca”, acrescentando que vai “terminar doando a casa de morada e um pedaço bom de terra para se encostarem e assim ficar livre e não ter mais obrigação na justiça”.

Deste modo, sem moradores com disposição para o trabalho, Dr. Antônio ainda negocia contrato com diaristas para dar continuidade a seu projeto predileto: a criação de peixes, como tambaqui e carpa. A criação de animais de maior porte não resiste, haja vista a falta de vaqueiro para morar na propriedade. Porém, mesmo diante de tantas limitações de ordem econômica e prática, e também relacionados à sua própria vida, Dr. Antônio resiste e animado por suas intenções de grandeza encontra motivos para ainda projetar espaços na Fazenda, como: reforma da Capela de São Sebastião, construção de auditório para reunião das famílias, biblioteca e sala de aula pra comunidade. Por fim, ainda me convida para organizarmos quermesses, com o objetivo de angariar fundos de investimento para suas propostas. Ao aceitar o convite, ele sorri e comenta que já está pensando na inauguração disso tudo com uma grande festa de forró, animada por Pinto do Acordeon.

Figura 31: Dr. Antônio no terraço da Fazenda Carnaúba



Fonte: acervo da autora, outubro de 2018.

É diante deste novo cenário que Denise, sua única filha, chega à Fazenda para assumir “a cabeça” da propriedade, uma vez que o risco de abandono da mesma é eminente, em decorrência da fragilidade da saúde de seu pai. Contudo, ao chegar e não mais encontrar os moradores que conheciam a fazenda “melhor que ela mesma” para guiá-la e “ajudar a tocar” toda aquela imensidão de terras, percebe o quanto será difícil. Contudo, e mesmo desanimada se compromete a morar no lugar, já demarcando junto aos outros irmãos sua nova posição ao assumir um dos casarões de destaque, ainda que sem nenhum tipo de arranjo produtivo para dar continuidade. Assim, Denise estuda

critérios os recursos disponíveis na propriedade, as atuais condições de mercado, perspectivas de consumo, produção rural e a possibilidades de mão de obra existentes na região.

Sua experiência enquanto empresária e sua visão empreendedora, adquirida nos negócios familiares dos quais teve acesso ao casar-se com Ricardo Cavalcante, filho do grande empresário e fazendeiro local Hardman Cavalcante, proprietário da Fazenda Conceição - já anunciada neste trabalho e melhor evidenciada mais a frente, a deixam numa situação confortável de quem aprendeu a liderar e administrar muito cedo, conforme narra:

“Comecei a trabalhar com meu sogro muito cedo, logo após o casamento. Ele tinha muitas atividades: empresa de ônibus, concessionárias, postos de gasolina, fazenda de algodão com muito gado, estabelecimentos comerciais e imóveis. Eu gostei muito da parte administrativa, tanto que nunca me empenhei em enveredar pelo mundo das Letras, que é minha formação. Com a confiança do meu sogro gerenciei todos os seus postos de gasolina e ainda inaugurei mais três. Chegamos a ter pelo menos seis postos de gasolina em pleno funcionamento, além de lojas de conveniência, todos em Patos. Após a separação, entreguei o cargo e com minha parte acertada enveredei primeiramente na criação de nelores e zebus aqui na Fazenda, que não logrou êxito. Depois me envolvi no que mais gosto que é o ramo da gastronomia e inaugurei o Centenário Café em Patos, o qual idealizei e planejei cada detalhe por dois longos anos. Algumas coisas aconteceram, e acabei vendendo e voltando a gerenciar algumas empresas em João Pessoa. Agora, quero viver aqui, trabalhar para mim e por esta terra, redescobrimo propósitos”. Denise Andrade, outubro de 2018.

E assim inicia seu empreendimento na Fazenda Carnaúba, fazendo a opção de cultivar de forma orgânica hortaliças: verduras e legumes, para venda direta aos consumidores, entregando-lhes a domicílio cestas de produtos orgânicos (tipo de circuito curto de comercialização).

Figura 32: Trabalhador cuidando de horta



Figura 33: Denise e trabalhadores no antigo curral



Fonte: Laura de Andrade, filha de Denise, julho de 2018.

Assim, aproveitando os espaços existentes, como o curral antes usado para criação de bovinos, Denise faz adaptações ao redor da fazenda e contrata trabalhadores dos arredores para diariamente cuidar das hortaliças. Porém, sem vínculo de contrato de trabalho e morando longe da produção, os trabalhadores nem sempre cumprem com o estabelecido, implicando em prejuízos, tendo em vista às exigências da produção. Por sua vez, ela lamenta a falta de moradores na propriedade, demonstrando preocupação em ter de tratar com pessoas de fora do lugar, seja pela falta de confiança e também por eles não possuírem o mesmo “empenho” que os antigos moradores.

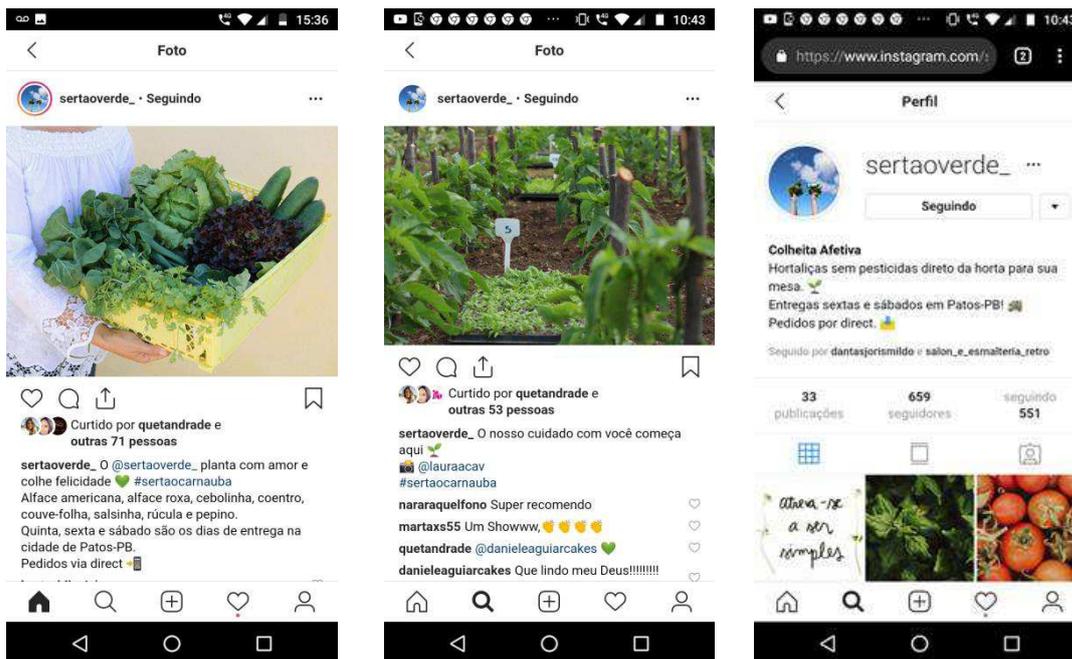
Com estratégias de vendas que não possuem custo, ela oferece os orgânicos para clientes em potencial que já conhece, para que assim possam fazer suas encomendas e também propagar as mensagens de marketing. A comunicação é feita semanalmente através da divulgação da lista de produtos disponíveis via redes sociais, com fotos, lista de valores e dia de entrega à domicílio.

Figura 34: Colheita de Alface na Carnaúba



Fonte: Laura de Andrade, julho de 2018.

Figura 35: Publicações em Rede Social, no perfil @sertãoverde_ – INSTAGRAM, 2018.

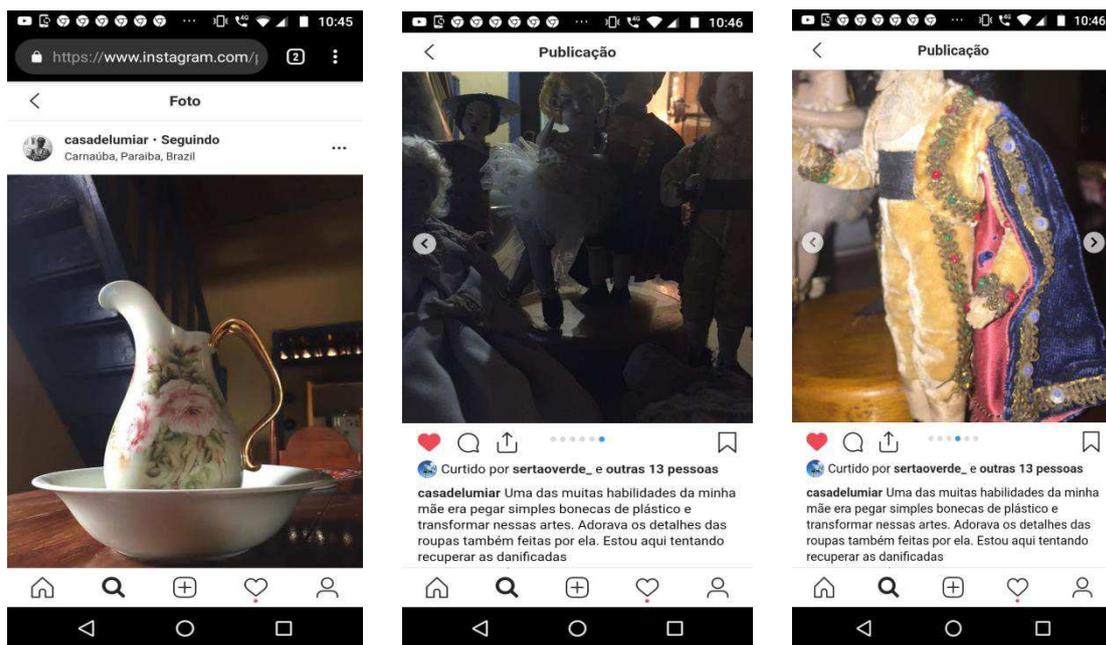


Fonte: www.instagram.com

Além das hortaliças, Denise também produz antepastos, geleias, pães e bolos sob encomenda para clientes das cidades de Patos e João Pessoa. Seus produtos são feitos artesanalmente, em forno a lenha e com um forte apelo à memória da fazenda. Com reconhecimento social cultivado pela sua condição de classe e distinção quanto ao

Animada, descreve ainda um projeto coletivo com suas três filhas, que sonham em transformar um dos casarões da fazenda em um espaço para exposições de arte, cinema e restaurante, que ela deve chamar de: Casa de Lumiar. Para isso ela vem constantemente participando de cursos na capital e até no exterior, de forma a experimentar, criar e recriar pratos conceituais, testar cortes de carne e aprender sobre harmonização de vinhos e cachaças. A ideia é utilizar as louças, móveis, toalhas que pertencem à propriedade, herança de suas avós, para compor o ambiente. São os chamados *objetos de biográficos* que nos referimos em outro momento, e que Denise já vêm selecionando para explorar toda a sua representatividade, tal qual fez no Centenário Café.

Figura 38: Postagens de objetos no perfil social: @casadelumiar.



Fonte: [www.instagram.com](https://www.instagram.com/casadelumiar), 2018

São objetos que representam bem a experiência vivida e afetiva dos moradores que habitaram a fazenda, e que por isso mesmo se tornam sagradas, não devendo ser vendidas e nem cedidas a custo de se tornar um desgosto para aqueles que se tornaram responsáveis por seu cuidado. Todos eles possuem uma expressão e à medida que envelhecem, aumentando ainda mais o valor e aprofundando suas raízes ainda no lugar.

A filha de Dr. Antônio explora bem a presença física destes objetos, pois sabe que eles agregam memória, substância rara na sociedade moderna e de consumo. Desse modo, observando as janelas de oportunidades de mercado e o interesse de uma clientela mais requintada, segue pesquisando as relíquias guardadas nos sótãos e armários dos casarões.

Para ela, todas as estratégias de investimento que se delineiam só fazem sentido quando pensadas em torno do seu objetivo geral, que é: manter a aura da tradição, da história afetiva do lugar, ao mesmo tempo em que deve aproveitar dos recursos que estão expostos e ainda encobertos. Nas palavras dela:

“Eu descobri a riqueza de tudo isso aqui, da terra e da minha família. Deveria ter voltado antes. Agora, quero preservar e ao mesmo tempo usar tudo que se tem aqui. Eu vivo infinitamente melhor na Carnaúba”
Denise Andrade.

Porém, para avançar e arriscar em seus planos, especialmente a título de investimento econômico, Denise precisa enfrentar dois grandes problemas: o primeiro e que está fora de seu controle, é a disputa de sucessão entre os irmãos, especialmente com o mais novo que não permite que a mesma utilize os outros bens da Fazenda, como o casarão, capela e outras construções para exploração de seus projetos. Sem saída, Denise diz esperar pela intercessão do seu pai, que segundo ela prefere não arriscar lado algum, sugerindo apenas que trabalhem em conjunto, em favor da Fazenda, ou que esperem a partilha da herança, após a sua morte.

Para Denise, Dr. Antônio e os irmãos nutrem certa indiferença diante de seu espírito empreendedor, haja vista se tratar de uma mulher, que sozinha enfrenta as intempéries de uma grande propriedade vazia, que eles, enquanto homens não conseguiram fazer avançar e cuja sobrevivência depende agora de sua gestão. Segundo ela:

“A fala de meu pai sobre reviver um sonho, de ver a propriedade produzindo através do meu trabalho, pra mim não reflete a verdade, pois o fundo ele não admite que uma mulher sozinha realize grandes ações. Para ele, uma mulher precisa de um marido, de um homem do lado” Denise Andrade.

Por sua vez, o outro problema consta em arranjar moradores para a Fazenda, pois os diaristas não dão conta de vigiar a propriedade e cuidar integralmente das hortas e frutíferas que ela vem cultivando. Sua ideia é convencer os filhos dos moradores mais

antigos a voltarem a morar na Fazenda com suas famílias, para assim ela empregar, inclusive a mão de obra das mulheres nas instalações do casarão, para fabricação de doces e outros produtos.

“ter morador nos quatro cantos da propriedade é imprescindível, não é possível uma propriedade como esta se sustentar sem os moradores. E este foi o grande erro de papai, de não saber fazer acordo, de não conseguir mantê-los aqui. Eu durmo do lado de uma arma, pois a casa que antes vigiava a nossa, está vazia, o morador se foi”. Denise Andrade.

Revela ainda, que os mesmos resistem à ideia de voltar a trabalhar e *ser* morador da propriedade de Dr. Antônio, pela dificuldade de entendimento com o proprietário e clima de eminente disputa e conflito. Mesmo assim, ela acredita que este é o caminho a seguir, pois os contratos informais realizados mensalmente com os trabalhadores de fora estão se tornando insustentáveis. A atenção constante, lealdade e confiança que deve ser ajustado nos “acordos de moradia”, para Denise, é imprescindível para que possa gerenciar mais tranquila sua produção e projetos, dando a ela condições de inclusive se ausentar da Fazenda, uma situação que é impossível atualmente.

5.6 A FAZENDA TAMANDUÁ: ENTRE A EXPERIÊNCIA E A INOVAÇÃO.

Esta última seção tem como finalidade apresentar as relações de trabalho vinculadas à condição de moradia em outra grande propriedade rural, localizada no médio sertão paraibano. Em sua figuração, essa propriedade também era uma fazenda produtora de algodão, sendo atualmente a sede de um complexo agroindustrial que exporta diversos produtos para a Europa, entre os quais frutas e queijos, resultante do trabalho de aproximadamente trinta famílias, que vivenciam uma situação particular de moradia.

Antes, é necessário analisar as mudanças ocorridas na propriedade e principalmente nas relações de trabalho durante e após a falência do ciclo do algodão, que interferiram no modo de ser e de viver dos diferentes atores, de forma a atualizar e/ou ressignificar as identidades, sociabilidades e acima de tudo o próprio sistema de moradia que continuam mantendo a grande propriedade.

Para isso foi necessário um intenso trabalho de campo, onde foram realizadas entrevistas com o proprietário e ex-moradores e moradores-funcionários da Fazenda-Empresa Tamanduá. As entrevistas, assim como outras estratégias de pesquisa tinham o intuito de compreender, a partir da história de vida dos informantes, o processo de *transformação* que envolve a produção/trabalho dos antigos morador-meeiros em trabalhadores assalariados da Fazenda dos “Franceses” ou Fazenda Tamanduá, e ao mesmo tempo a *permanência* do sistema de moradia nesta propriedade.

Optamos por iniciar a pesquisa com um levantamento histórico sobre a propriedade rural e sua ligação econômica com a cotonicultura, tendo como objetivo mais específico levantar as situações de trabalho e produção dos parceiros, bem como seu modo de vida, de forma a desvendar especificidades quanto a sua condição de moradia. Trabalhamos nesta parte, especialmente com as narrativas de antigos moradores-meeiros, homens e mulheres que construíram suas trajetórias de vida face à produção algodoeira sertaneja. Estas memórias e histórias acabaram por compor de forma preponderante o capítulo anterior, reaparecendo nesta seção para cumprir o papel de evidenciar certas temporalidades e representações sobre o passado, atualizadas no presente.

Antes disso, cabe ressaltar que o primeiro encontro da pesquisa foi com o proprietário da fazenda, Pierre Landolt, que trouxe importantes revelações sobre a história econômica do binômio algodão-pecuária na região, haja vista sua participação enquanto produtor, integrante de grupos de estudo e pesquisa da EMBRAPA e membro efetivo de confrarias locais. De forma determinante para a compreensão de questões previamente postas, conquistamos novos elementos sobre o sistema de produção e de trabalho, além de informações sigilosas que muito contribuíram para interpretar os campos econômico, político e social, daquele tempo.

Mas, conseguir tal feito não foi uma tarefa fácil, especialmente pela dificuldade de encontrar com nosso informante, o grande proprietário e suíço, Pierre Landolt. O problema para ter acesso a “Dr Pierre” não era apenas pelo fato de tratar-se de um grande empresário com investimentos tanto no Brasil como em outros países, o que implica em muitas viagens, dias, meses na Europa. Além dessas questões mais externas, ainda precisava superar a fronteira da desconfiança o que exigiu esforços e criatividade para pensar estratégias singulares.

Por isso, o curso inicial da pesquisa se deu de uma forma não convencional, a partir de um “encontro casual”⁷⁹ ocorrido no centro da cidade de Patos, cuja sorte a pesquisadora bem aproveitou diante de todas as tentativas de contato fracassadas. E assim, com autorização em mãos para tomar a Fazenda Tamanduá como estudo de caso, um cronograma de reuniões e entrevistas pode ser esboçado e a investigação de fato acontecer.

Como foi dito, a primeira entrevista se deu com o proprietário, no próprio *lócus* de pesquisa, na Fazenda Tamanduá. Numa tarde, com muita paciência e boa vontade, Dr. Pierre – como é tratado, narrou acontecimentos dos quais participou referentes à produção do algodão naquela região. Neste primeiro momento, selecionamos questões mais genéricas relacionadas à cultura do algodão, deixando nosso entrevistado mais a vontade para contar sobre sua experiência como produtor. Ainda neste dia, fui levada, pelo próprio empresário, a conhecer as instalações e arranjos produtivos da Fazenda. Durante esta primeira visita, que foi mais geral, pude visualizar a dimensão produtiva e multifuncional da propriedade. Também fui apresentada aos funcionários responsáveis por cada setor da produção, os quais receberam ordens expressas para repassar dados e também participarem das entrevistas, se necessário fosse. E então, a partir deste dia não tive mais dificuldades em ter acesso à fazenda, ao proprietário e aos seus moradores, tendo apenas para cada incursão identificar a minha ocupação, diante da guarita de entrada da propriedade, onde existe um sistema de segurança permanente.

Assim sendo, voltei inúmeras vezes a Fazenda Tamanduá para encontrar, primeiramente os moradores mais antigos em suas próprias casas. Também precisei localizar na cidade de Patos, aqueles que lá já não moravam, mas que possuíam filhos e netos que eram funcionários e moradores do lugar. Ao mesmo tempo que realizava estas visitas, também encontrei algumas vezes com Dr. Pierre, tanto na sede da Fazenda, onde ficam os escritórios, salas de reuniões e setor administrativo, como também no Instituto Estrela, uma associação de fomento ao microcrédito, localizada no centro da cidade de Patos. E a cada encontro íamos alimentando questões estruturais e do próprio cotidiano da fazenda, num crescente laço de confiança que foi animando as conversas e

⁷⁹ Na verdade o encontro com Dr. Pierre Landolt não foi totalmente ao acaso, pelo menos depois de o ver circulando sozinho nas ruas do centro de Patos. Desse modo, na tentativa de aproveitar a situação e efetivar a apresentação do projeto de pesquisa, literalmente o persegui até o melhor momento de abordá-lo, e ainda de uma forma que transparecesse certa naturalidade. Sendo assim feito, não só consegui me apresentar e marcar uma reunião para apresentação da pesquisa, como depois conquistar sua autorização para acesso livre na fazenda.

permitindo que o proprietário contasse um pouco de sua história de vida e da decisão de assumir uma grande propriedade rural no sertão da Paraíba.

Aproximando-me cada vez mais das pessoas do lugar, já que fazia semanalmente visitas para a pesquisa, fui tomada pela ideia de solicitar autorização para permanecer diariamente junto com os funcionários, de forma a vivenciar suas atividades e, ao mesmo tempo, avançar nas entrevistas. O proprietário prontamente acatou tal pedido e ainda permitiu, se assim desejasse, realizar as refeições de almoço e lanches junto com os funcionários. Foi ainda cedida uma sala de reuniões para que eu pudesse fazer o meu trabalho de escrita e um dos moradores para me servir de guia durante as visitas pelas casas dos outros moradores todas bem distante da sede aonde me instalava diariamente.

Dessa forma consegui acompanhar mais regularmente a rotina do trabalho na Fazenda, podendo observar os eventos do lugar e do seu entorno. Organizei uma agenda em que passaria um turno na parte externa, fazendo visita às casas ou setores produtivos, fosse para entrevistar ou para fotografar; e outra parte do tempo na parte interna, ou seja, na sede, especialmente dentro da sala que me foi cedida, quando podia dedicar-me a leitura e escrita. Todavia, mesmo que mais isolada, não deixava de ouvir as conversas e ver o entorno, de modo a perceber o movimento e principalmente a relação dos moradores, moradores-funcionários e dos funcionários entre si e junto à Dr. Pierre.

E cada dia mais presente, a minha figura foi se tornando conhecida, não causando mais estranheza perante os olhares dos que ali viviam, de modo que já não perguntavam sobre o que estudava ali. Fui também me tornando mais próxima de algumas famílias de moradores-funcionários, aos quais dava carona para a cidade e frequentava a casa deles para tomar café no final das tardes. Também me encontrei com outros pesquisadores, que realizavam estudos da Fazenda, agrônomos, botânicos e veterinários, que periodicamente se instalavam na fazenda para realizar suas atividades de campo e experimentos, já que a Fazenda também é sede de um instituto de pesquisas científicas ambientais e de produção da agropecuária orgânica.

Ainda na condição de pesquisadora, participei de duas festas, consideradas as mais importantes do ano de 2017 e 2018, que marca o aniversário da Fazenda Tamanduá. Na última, me envolvi na preparação do evento, que é organizado pelos moradores e tem como ponto alto a apresentação da quadrilha e do trio de forró da Fazenda. Estes momentos foram preciosos para compreender outras sociabilidades,

padrões e desvios de comportamento e definição de posições, para além do mundo do trabalho, ampliando nossa percepção sobre a manutenção dos sentidos das ações sociais reproduzidas em suas relações. E entre um forró e outro, frequentando as mesas dos moradores, do proprietário e dos convidados ali presentes, foi possível avançar no jogo de representações sociais, inclusive jogado pela pesquisadora.

Neste meio tempo já havia recolhido um bom material de análise sobre a constituição da Fazenda Tamanduá em detrimento da antiga Fazenda Conceição, cujo proprietário foi o senhor Hardman Cavalcante, mas faltavam detalhes sobre a chegada de Dr. Pierre que poderia esclarecer melhor algumas novas questões, mais recentemente elaboradas. Insisti, portanto, em ouvir deste proprietário suas memórias de juventude e quanto ao processo decisório de sua vinda ao Brasil, sobre os primeiros contatos no sertão, seu encontro com os moradores do lugar e a adaptação de ambos na nova proposta de “mundo de vida”, a qual se lançava. Aos pouco foi sendo elaborada sua autobiografia, modelada conforme seus discursos: ora mais valorativo e entusiasta, por vezes pouco convencional (expressões irônicas, sarcasmo e fofocas desde grupos políticos locais até a vida dos moradores) e também “ideológico”, que podia ser usado para esconder o teor mais objetivo de sua fala testemunhal. De todo modo, durante as narrativas, não cabia interromper e questiona possíveis contradições, tendo a oportunidade de assim o fazer em outras circunstâncias, já que os encontros tornavam-se mais frequentes.

A minha presença, constante na Fazenda, promoveu um maior acolhimento dos moradores-funcionários, que de acordo com sua disponibilidade, colaboravam nas entrevistas. Já a minha relação com Dr. Pierre foi se estreitando a ponto de conversarmos sobre outras questões fora da pesquisa, como gostos literários, musicais e seu interesse pelos estudos da microsociologia. Animado com os objetivos da pesquisa, inédita na fazenda, ele dizia ao me apresentar: “ela não vai pesquisar sobre os recursos naturais, dessa vez é sobre a gente, e isso é bom”. Ao me encontrar, sabendo do interesse pelo cotidiano das relações sociais estabelecidas, sempre alimentava alguma estória ou fofoca dos seus moradores, acompanhado por outros que sorriam meio envergonhados.

Consegui ainda me encontrar com sua esposa na sede da fazenda, a qual me contou sobre sua vinda da Suíça para o Sertão há 42 anos, e suas dificuldades em se adaptar e realizar atividades de cunho social na propriedade. Por fim, visitei a escola rural e realizei uma investigação com as crianças, filhos de moradores, sobre o modo de

vida e aspirações naquele meio, através de atividades lúdicas como a construção de mapas mentais.

E assim, se apresenta na primeira parte, com um recorte histórico a reconfiguração da propriedade, que deixa de ser Fazenda Conceição, passando a se chamar Fazenda Tamanduá, após a compra direta de Pierre Landolt. A abordagem dará conta sobretudo das mudanças nas relações de trabalho e produção até então instituídas, de forma a discutir o processo de desagregação da parceria e moradia, antes mesmo da falência do algodão, bem como o processo de assalariamento dos moradores-meeiros.

No segundo momento, diante do tempo de crise e fim da cotonicultura, analisamos a necessária reestruturação produtiva da fazenda e sua articulação ao mercado global, objetivando captar algumas particularidades do mundo do trabalho em um novo cenário produtivo.

Por fim, a terceira parte trata da permanência do sistema de moradia diante das transformações ocorridas na modernidade, problematizando a atual relação entre a experiência e a inovação, presente em todo discurso e ações da propriedade. A ideia é ainda, a partir da trajetória de vida dos moradores compreender seus reposicionamentos, através do movimento geracional, bem como seus possíveis destinos sociais.

5.6.1 Dos Alpes Suíços ao Calor do Sertão: Pierre Landolt e a Mocó Agropecuária.

Em uma de suas primeiras narrativas, sentado confortavelmente na varanda da antiga casa grande e defronte ao serrote Tamanduá, Dr. Pierre Landolt, parece estar muito a vontade com a brisa morna que circula em toda a propriedade. E conta, já de uma forma quase automática o que o fez vir para o Brasil e a decisão de investir, capital e juventude na região do semiárido nordestino:

Figura 39: Pierre Landolt na sede da Fazenda Tamanduá, em 2018.



Fonte: Acervo pessoal

Tinha acabado de me formar em Direito em uma universidade de Londres e já vinha há muito tempo me preparando para assumir os negócios da família e ao mesmo tempo pensando em coisas inéditas, assim. Em criar algo próprio e em algum lugar no mundo. Então comecei a ver países africanos e asiáticos e também da América do Sul, quando em um encontro com amigos que também pensavam em trabalhar e produzir algo me falaram do Brasil e de sua grande potência na exploração de recursos naturais. Mas ao mesmo tempo, o país passava por problemas políticos, diziam da ditadura e falavam coisas horríveis e enfim. Resolvi vir conhecer o país, aproveitando que a minha família tinha negócios aqui e em 1974 me instalei em São Paulo.

Eu conheci todas as regiões e estudei muitos caminhos para produzir⁸⁰, mas acabei sendo apresentado a pessoas ligadas a algumas instituições, como a EMBRAPA e em companhia de amigos franceses fui me interessando pela fibra longa do algodão mocó, realmente um produto que era muito bom e que certamente poderia ser melhorado. Então fui incentivado e convidado a produzir algodão e sempre assessorado, parti para o Nordeste com a promessa de ver algumas propriedades. Acabei encontrando uma fazenda ideal, que já era produtora e tinha um grande grupo e trabalhadores, que era a fazenda de Hardman Cavalcante, chamavam de Fazenda Conceição. E ele já tinha muitos negócios, já estava morando em João Pessoa e tinha

⁸⁰ Trabalhou com corantes industriais no Rio Grande do Sul, farmácia e finanças em São Paulo, onde morou por três anos, sementes e defensivos agrícolas.

muitas relações políticas e com bancos e aconteceu que Secretaria de Agricultura do Estado e a EMBRAPA fez a ligação para que eu comprasse a Fazenda.

Em 77 eu venho de vez para assumir a propriedade, comprada de porteira fechada. E a encontro muito devastada, com problemas graves, fico com muita raiva, porque um ano antes eu a não vi assim, quando fizemos o acordo para venda. E soube mais tarde, que o antigo proprietário retirou bens e coisas que não podia e não foi bom isso. Bem, então eu encontro com os moradores, que trabalhavam para ele como meeiros, eles estavam assustados achando que ia botar pra fora e tudo mais. Mas não era claro a minha intenção, porque aonde eu acharia gente para trabalhar que já conhecia o lugar? E eles já sabiam tudo, o que tinham que fazer.

Então, me reuni com eles, todos os homens chefes de suas famílias, mais velhos que eu, alguns próximos de minha idade, que eu era muito jovem ainda. E expliquei que quem tivesse interesse poderia ficar na fazenda, continuar morando e tudo mais, mas que não produziria mais para si, somente para mim. Não ia mais ter essa coisa de meia, que eles chamavam. Era muito precário, onde cada um fazia como queria, sem uma linha de produção... só entregando a mercadorias sem controle de qualidade, sem estratégia de gestão, essas coisas que precisa haver. E expliquei que seria de outra forma, que a partir do primeiro dia de trabalho já iam receber e depois ia assinar a carteira de quem fosse dando certo. Eles concordaram, e todos ali disseram que ficavam.

Eles viviam uma vida muito miserável naquela fazenda, fui ver depois indo na casa de cada um. Eram muito pobres, a casa de taipa, estavam sem ter o que comer, o que vestir, porque Hardman vendeu a fazenda, colocou o gado para comer o resto de algodão e eles ficaram sem ter nada. Eu tive que dar um bônus, alguma porção de dinheiro a cada um para poder ao menos comer e poder trabalhar.

Ora, o velho Hardman deixou todos lá, como se eles fossem os restos da fazenda.

Entrevista em 07/07/2017

É neste contexto que surge a Fazenda Tamanduá, se constituindo já no seu primeiro momento pela reconversão das relações de trabalho e produção, ainda na vigência do ciclo do algodão, quando seu proprietário, Pierre Landolt, declara tendo o sistema de parceria chegado ao fim e com o estabelecimento do trabalho assalariado, dando, entretanto, continuidade a permanência do sistema de moradia, que inicialmente

sugere numa contradição em relação ao discurso moderno e liberal de produtividade da então empresa recém-fundada: a Mocó Agropecuária⁸¹. Contudo, ao imergir na história de reestruturação da fazenda se entende melhor o objetivo da manutenção do sistema de morada na empresa constituída, já que para Landolt:

“não bastava apenas manter os mesmos sujeitos na produção, era preciso também mantê-los na propriedade, pois se via ali um grande acúmulo de conhecimento e de experiência daqueles moradores”. Além do mais, “eles conheciam cada pedaço daquele lugar, do funcionamento e era preciso saber aproveitar aquela memória do lugar” (entrevista em 07/07/2017).

Logo, sua proposta de investimento se organizava em torno não só do produto, mas também dos sujeitos que iriam produzir e a relação que estes mantinham com a propriedade. Diante desta perspectiva, é possível compreender a racionalidade do novo proprietário quanto à estratégia de manutenção da moradia, já se tratava de um excelente mecanismo para acentuar a exploração do trabalho, haja vista o tempo dispensado na propriedade, além de toda uma carga de conhecimento incorporada a serviço do lugar. Cabia apenas, diante da aceitação em massa do grupo de meeiros, renovar a forma de controle e de disciplinamento, já que havia uma nova situação definida, a ser negociada por todos.

Para os moradores mais antigos, que participaram deste acordo, a exemplo de Seu Severino Birrote, a mudança das relações de trabalho foi bem recebida:

“Me arrepende de quê? Se foi a melhor coisa que aconteceu pra gente. Eu passava era o ano todinho pra pegar num tostão pra chamar de meu, porque dinheiro emprestado não é seu não. E aí, quando vi, já tava recebendo toda semana com Dr. Pierre. Que no começo ele pagava pelos dias trabalhados, mas tudo certinho. Não comia nenhum dia e a gente trabalhava com muito gosto, explicando as coisas pra ele, mostrando tudo”.

De forma mais geral, de acordo com as entrevistas, os benefícios trazidos pela constância de um salário compensava a perda da condição de produtor, pois no antigo sistema não havia uma garantia de renda, o que havia era uma previsão, o que impossibilitava qualquer planejamento para investimento ou mesmo de compra de um bem maior, além da necessidade frequente de concessão de crédito para se manter: o fornecimento, que os deixava numa posição de devedor e por isso de subordinação

⁸¹ O nome Mocó Agropecuária é uma referência dupla, a um pequeno roedor nativo desta região: o mocó, como também ao tipo de algosão de fibra longa, o mais famoso do sertão e que foi exportado para todo o mundo.

perante ao proprietário. No mais, ainda como acréscimo para justificar a permanência apenas na condição de morador, eles lembram a permissão dada para continuarem plantando lavouras para a própria subsistência, de forma a utilizar uma porção de terra para se fazer o roçado, e isso sem haver a obrigação de dividir a colheita.

Figura 40: Folha de Pagamento Semanal, por dias trabalhados em 1977

FAZENDA TAMANDÁ		
DIA - 24. Abril 1977		
Nome	Dias	Valor
José Luciano de Souza	6	180,00
José Adolfo André	-	150,00
Severino V. Cavino	-	150,00
Olívio Eualdo	6	180,00
Antônio Gaspar	6	180,00
Marcos de Félix	5	150,00
Valdemar Rodrigues	4	120,00
José Rodrigues	4	120,00
José Queiroz	5	150,00
Renando Rogério	3	90,00
Vandirlei Rodrigues	1	30,00
José Ricardo	4	120,00
Antônio Felix	6	180,00
Lawrence de Assis	6	180,00
João Alves	1	30,00
José Soares	6	180,00
João Flor - menor	4	600,00
Milton Flor	4	600,00
José Maria de	6	900,00
José Edson	6	900,00
Total		2.490,00

Dois mil quatrocentos e noventa e nove reais

S. M. T.

Fonte: acervo Fazenda Tamandá

De toda forma, alguns meeiros não aceitaram a mudança de se findar a parceria, rejeitando a ideia de tornarem-se moradores sujeitados ao pagamento de diária, condição inicial na fazenda. Seu Afonso foi um desses homens que juntou a família e procurou outras terras para continuar produzindo algodão, como conta:

“Eu não quis ficar porque fiquei com medo, ficar num canto pra ser pau mandado e mais de um estrangeiro. Porque uma coisa é trabalhar pra si, outra é trabalhar para os outros. Como meeiro, eu tinha meu horário, sem ter aborrecimento. Não tinha essa de cumprir hora e tá recebendo ordem não, não tinha isso não. Então fiquei receoso e fui embora”. Seu Afonso, morador da Fazenda Tamandá.

Diferente de outros morador-meeiros, Seu Afonso não era morador de Hardman Cavalcante, era apenas meeiro, morando com sua família nas terras de seu tio-avô, esposo de Cecília Rodrigues, irmã de Pedro Rodrigues, de quem Hadman incorporou terras à sua propriedade, a Fazenda Conceição. Depois de adquirir esta propriedade, Dr. Pierre oferece a compra das outras porções de terras que se avizinham, dando a opção daqueles que vendiam permanecer na própria casa, na condição de morador. Seu Bié, pai de seu Afonso, que morava nas terras de Cecília, se vê obrigado a ficar nesta condição, já que Pierre Landolt compra o restante das terras dos Rodrigues. Contudo, seu filho, Afonso, resolve sair de vez.

Por isso, em relação à questão de expropriação do sujeito de suas condições de produção, se observa que esta não pode ser analisada tão somente pelas condições objetivas, mas também por valores morais compartilhados entre os trabalhadores (meeiros), mediante explicitações de visões de mundo e formas de se conceber socialmente.

As mudanças nas relações de trabalho, propostas pela recém-chegada Mocó Agropecuária na tradicional Fazenda Conceição acabou por chamar a atenção dos outros proprietários da região, bem com dos trabalhadores rurais, parceiros ou não, pois se tratava de uma grande novidade: o assalariamento de trabalhadores na produção algodoeira, a partir da desagregação da parceria-moradia. Assim, a Fazenda Tamanduá, portanto, anunciava antes mesmo da falência do algodão, um novo modelo de gestão de produção e de trabalho.

5.6.2 A Fazenda Tamanduá: crise, reestruturação produtiva e integração

Já diante de uma crise que se anunciava, e antes de se efetivar a falência completa do algodão, Dr. Pierre avança e inicia uma maior diversificação de sua produção, iniciando ciclos de produção de frutas irrigadas e a criação e seleção de matrizes bovina – com o gado pardo-suíço.

Neste tempo, na década de 80, Pierre Landolt já se encontrava completamente instalado com a sua família, considerando as terras áridas sertanejas como a sua morada. No entanto, anos antes, sua noiva, Cathérine Jacqueline Marie Amédée de CLERMONT

– TONNERRE⁸² decidiria em sua primeira visita à fazenda, se trocaria os salões de sua nobre família para viver como uma estrangeira aos pés do serrote Tamanduá. Segundo ela, não pensou duas vezes e acompanhou o entusiasta e jovial Pierre Landolt, que estava destinado a viver no “país do futuro”.

Herdeiro da dinastia Sandoz⁸³, Pierre Landolt dedicou-se a pesquisar sistemas de produção sustentáveis para a região semiárida, que pudesse ser também incorporado pelos sertanejos, pequenos e médios produtores, de modo a gerar ocupação, trabalho e renda, de uma forma a complementar a economia do algodão mocó que já ia aos poucos sendo abandonado. Ele ainda resistiu ao enterro da cultura algodoeira e junto à sua Fazenda, integrou o programa de multiplicação de sementes, em convênio com a Secretaria de Agricultura da Paraíba até 1984, data que selou de vez o ciclo do algodão no estado, coincidindo com um longo período de estiagem.

Figura 41: Pierre Landolt, sua esposa Cathérine, a filha Charlotte e moradores, 1981.



Fonte: Álbum de Seu Severino Vigolvino, “Birrote” – o vaqueiro do meio.

⁸² Cathérine pertence à casa real CLERMONT – TONNERRE, pois é filha do Conde Jacques Marie Amédée Fernand DE CLERMONT-TONNERRE, filho do Marquês Amédée Fernand Jacques Marie Joseph DE CLERMONT-TONNERRE, 1898-1990 e da Princesa Albertine Marie Juliette Ghislaine DE MÉRODE, 1899-1992.

⁸³ O Grupo Familiar Sandoz é fundador da *Novartis* (multinacional farmacêutica, criada em 1996 pela incorporação de *Ciba-Geigy* e *Sandoz*, cuja sede é em *Basileia*, na *Suíça*) e da *Syngenta* (grande fabricante de agroquímicos).

Por sua vez, os moradores, que já não produziam algodão na Fazenda – já que o arranjo de parceria tinha se destituído com a chegada de Landolt, não sentiram a desgraça que se acometeu na vida de centenas de pessoas que ficaram à míngua, sem trabalho, sem renda e até sem morada.

Seu Afonso, que havia saído da Fazenda Tamanduá logo após a dissolução da meação, diante da crítica conjuntura retorna à propriedade para oferecer seus serviços em troca de moradia. Dr. Pierre, afeiçoado a seu pai que na época tinha idade para ser pai dele também, concorda em aceitá-lo, e Seu Afonso começa a trabalhar ainda precariamente na Fazenda:

“Eu não sou homem de me arrepender das coisas que faço, mas ter saído da Fazenda não foi bom negócio. Porque tive que voltar, não tinha pra onde ir, nem o que fazer. Cheguei na Fazenda, todo mundo empregado. Tive que trabalhar ajudando o finado Fernando, esposo de Dona Luíza a fazer cerca, que ele era o cerqueiro daqui. Ganhava nadinha, porque já era ele que me pagava, pois tinha roçado também e fazia esse trato comigo. Só depois é que Seu Pierre vendo meu esforço, perguntou no que eu queria trabalhar ali. Eu queria dirigir o trator. Esse era meu sonho, desde pequeno. Ser tratorista. Mas eu nem sabia tirar o bicho do canto. Mas eu disse a ele que aprendia e ele achou graça e deixou. E sou tratorista até hoje, graças a Deus” Seu Afonso.

Alinhados a cada situação posta, os moradores buscavam a cada dia adaptar e se aperfeiçoar em suas funções, aproveitando os cursos e capacitações que chegavam à Fazenda. Por sua vez, numa proposta sistêmica de aprendizagem, Pierre buscava também aprender com o “conhecimento ancestral” dos que nasceram naquele lugar. Segundo as palavras do proprietário:

“Eu achava fantástico, que dizer, ainda acho muito interessante todo o conhecimento integrado que possuem com a natureza. Da forma que experimentam as coisas do lugar. Do seu sistema tradicional de cura e de uma intuição grandiosa, uma espécie de terceiro olho, aquele que o vaqueiro tem e o veterinário não”. Pierre Landolt.

Sobre este fato, os moradores mais antigos confirmam a inclinação do jovem Pierre por suas experiências. Ao menos três dos mais idosos que entrevistamos relatam eventos que demonstram a volúpia das ações do proprietário suíço em relação ao respeito pela tradição e reprodução do saber popular:

“Dr. Pierre era engraçado. Ele dava um valor danado ao jeito que a gente resolvia as coisas. Teve uma vez que um touro reprodutor, bicho selecionado, adoeceu aqui e não se levantava de jeito nenhum. O doutor trouxe todo tipo

de veterinário e nada. Aí já era de noite e Dr. Pierre muito aperrado e eu disse a ele que aquilo só tinha jeito dando macela pro animal. Ele mandou eu ir buscar, eu dei e o bicho ficou bom logo. No outro dia, doutor Pierre já tava com uns oito cabra dando ordem pra plantar macela pela fazenda todinha. Aqui era macela que não acabava mais”. Seu Severino Birrote.

E assim, com experimentações integradas, a fazenda foi se ampliando e adotando novos sistemas produtivos, como a instalação de apiários perto de reservatórios de água e de espécies arbustivas como jurema, catingueira, angico, marmeleiro, malva preta, juazeiro, mofumbo e oiticica, cujas floradas ainda resultam em um mel de consistência, aroma, sabor e cor especiais, de alto valor de mercado.

A família de “galegos” também foi crescendo e logo Pierre e Cathérine estariam cuidando de mais dois filhos: Nicolas e Luana, que cresceram junto à comunidade de moradores da Fazenda, sendo alfabetizados pela própria mãe (através de um sistema educacional francês, via correspondência) até completarem 12 anos de idade e serem encaminhados para instituições de ensino na Europa. A educação sempre foi a ocupação da jovem esposa do proprietário, que desde sua chegada se envolveu diretamente com o funcionamento do grupo escolar localizado na fazenda, cobrando dos governantes maior assistência e recursos ao ensino do lugar.

Figura 42: Nicolas no centro e filhos de moradores pescando



Fonte: Álbum de Dona Luísa, ex-moradora da Fazenda Tamanduá.

Sobre os aspectos relacionados à sociabilidade entre o proprietário e sua família e os moradores, as entrevistas realizadas com os mais antigos revelam de forma mais

particular uma animosidade nas relações com filhos de Pierre e Cathérine, que frequentavam diariamente suas casas para brincar com seus filhos. Sobre isso, Dona Luísa relata que a única preocupação de Cathérine era com a alimentação, que devia ser balanceada e nutritiva, e por isso mandava as refeições para seus filhos que prontamente as rejeitavam, preferindo comer os bolinhos de feijão macassa com farinha, que eles modelavam. Seu Jorge, por sua vez, lembra das reuniões realizadas nos finais de semana, chamadas de “domingueiras”, proposta pelos proprietários, onde se fazia um almoço coletivo: com rubacão, churrasco, uma cachacinha, muita música e brincadeiras para as crianças (quebra-panela, jogos). Os banhos de açude também eram frequentes, bem como os jogos de futebol com times formados e fardados que disputavam semanalmente a bola. E ainda havia os batizados, os casamentos, festinhas de aniversário na casa dos vizinhos, que Dr. Pierre fazia questão de comparecer, mesmo sendo esquecido de ser convidado.

“Doutor Pierre sempre foi muito animado com as festas aqui na Fazenda. Bancou muitas festas de casamento das moças daqui. A minha menina mesmo, Josa, foi ele que fez questão de fazer a festa, porque a gente não ia fazer nada. Mas ele bateu o pé e disse que todo mundo merecia uma festa e que ajeitava tudo e foi uma festa muito boa, muito organizada” Seu Jorge, morador da Fazenda Tamanduá.

Figura 42: Time de futebol e Encontros de Moradores na casa de Zé Bié.



Fotos: Álbum de Dona Cleonice, esposa de Seu Jorge.

Aproveitando as boas lembranças que chegavam sobre este tempo, expressada pela tranquilidade saudosa em suas falas, fiz alguns questionamentos referentes ao modo de viver na propriedade, antes e depois da chegada do “estrangeiro” e sobre o senso de pertencimento ao lugar. Dona Cleonice, acredita que vive seu melhor tempo hoje, pois do tempo passado quando era meeira, só “sente falta do sol que parecia

menos quente”. Esclarece que na parceria, o meeiro que não tivesse roça grande, não dava pra fazer saldo e que por isso deviam mais algodão do que produziam e que somente depois da chegada de Dr. Pierre é que juntou algum dinheiro, pois conseguiu se empregar no grupo escolar e Seu Jorge tornou-se também trabalhador assalariado. Nas falas dos outros moradores também se nota uma diferença qualitativa entre dois tempos, ou mesmo, mundos sociais, cuja criação e distinção se deu pela alteração das relações de trabalho e produção.

Não fica claro se os moradores percebem a contínua linha de condição de dependência objetiva, quanto à forma tutelada de moradia que ainda se submetem e são submetidos. Mas parece haver certo conformismo de caráter naturalizado quanto a essa situação. O discurso de integração é muito forte em todos os cantos e recantos da propriedade, já que o seu proprietário é seguidor da holística de produção e vivência, em que todas as partes devem estar harmoniosamente sintonizadas no sistema operante. Assim, a percepção de cultivar a terra em que vive, experimentar, produzir e conviver no chão que se cresce, respeitando a vegetação e animais do lugar é a missão pretendida da Fazenda Tamanduá.

5.6.3 O Instituto e Fazenda Tamanduá: semear ideias ecológicas e colher sustentabilidade

Hoje a Fazenda Tamanduá possui uma área de quase 3.073 hectares, localizada no município de Santa Terezinha, que faz limite com Patos, na microrregião do médio sertão, onde são desenvolvidas atividades de pecuária de leite, fruticultura, indústria de desidratação de frutas, de laticínios e de equipamentos de irrigação. Tem como objetivo maior trabalhar com a agricultura/pecuária orgânica e biodinâmica⁸⁴, com certificação

⁸⁴ Em texto reproduzido pelo site da Fazenda Tamanduá: “A Agricultura Biodinâmica foi difundida a agricultores pelo seu criador austríaco Rudolf Steiner, na forma de conferências em 1924 em Kuberwitz, Alemanha. Steiner foi organizador da obra científica de Goethe, nascendo daí a semente de desenvolvimento da Antroposofia abrangendo as áreas de filosofia, pedagogia, medicina, artes, agricultura, psicologia, música, ciências naturais, botânica, e economia. A partir disso, a Agricultura Biodinâmica surgiu e hoje é praticada no mundo todo. Assim a Fazenda é tratada como um organismo agrícola, proporcionando a integração das várias atividades da propriedade - animal/vegetal, as pessoas e o ambiente que a cerca – para a produção de um alimento equilibrado em sua formação biológica, nutricional e com os ciclos cósmicos. Busca uma relação saudável entre campo e cidade, através da criação de condições para uma agricultura orientada no equilíbrio entre produtor e consumidor. Não se utilizam fertilizantes químicos sintéticos, herbicidas, fungicidas, sementes transgênicas, hormônios ou antibióticos”.

desde o ano de 1999, por isso reconhecida como uma das primeiras propriedades rurais no país a desenvolver tal modelo de produção sustentável.

São ao menos quatro décadas se desafiando a produzir e preservar a fauna e a flora nativa, sem o uso de fertilizantes químicos sintéticos, herbicidas, fungicidas, sementes transgênicas, hormônios ou antibióticos. Sem dúvida, é possível atestar que a consonância com o meio ambiente é o grande fundamento para quaisquer projeções ou atividades a serem desenvolvidas na propriedade, já que de sua área total, 325 ha foram destinados para a Reserva do Patrimônio Natural (RPPN-constituída pela Portaria do IBAMA-PB N°110/98-N) e 614 ha, para área de Reserva Legal. Cabe destacar, que essa área não sofre ação antrópica há cerca de trinta anos, o que atrai pesquisadores de várias instituições do país e do mundo, animados em descobrir mais sobre o bioma Caatinga.

Este caráter conservacionista da propriedade é evidenciado em muitos, se não em todos os discursos de Dr. Pierre Landolt, como se observa no prefácio do livro *Fauna Ilustrada da Fazenda Tamanduá* (2015):

“Neto de Edouard-Marcel Sandoz, artista suíço, pintor e escultor, que tinha como tema principal a natureza, tive a imensa sorte de aprender com ele a olhar plantas, animais, águas e montanhas de maneira diferente. A preocupação com a natureza ainda não era um assunto tão popular, e as ameaças à sua preservação não eram vistas como hoje, entretanto, a observação e o conhecimento, desde cedo, fizeram com que a conservação do meio ambiente fizesse parte dos meus valores” (p. 5, 2015).

É por isso, segundo o proprietário, que ao chegar em 1977 em busca de fazendas no semiárido brasileiro, e deparar-se com a grande área de vegetação preservada, de “tabuleiros fartos e ricos baixios, que alternava serrotes, açudes e caatinga virgem”, decidiu sem hesitar pela área que hoje se firma a Fazenda Tamanduá. Mas não foi somente a beleza cênica do lugar, destaca o proprietário, que o fez assumir estas terras, mas especialmente o sonho de encontrar um ambiente desprezado e duro, já castigado pelo calor e pelas secas. Pierre Landolt estava destinado, para com as tecnologias adequadas, encontrar meios de estabelecer um equilíbrio entre a agricultura e pecuária avançada e rentável e a conservação do frágil bioma Caatinga, “xerófilo e espinhoso, rico e fascinante, com seus mamíferos, répteis e aves” (p. 5, 2015).

Figura 43: Serrote Tamanduá



Fonte: acervo da autora

Para Pierre, a necessidade de cuidar da Caatinga deve ser lembrada todos os dias e este é um propósito disseminado para todos que habitam no lugar. Ele lembra que o próprio animal que dá o nome à Fazenda, não é visto a muitos anos, sendo impossível afirmar ainda sua existência e reprodução na propriedade. Tal preocupação constante e esforço empreendido culminou na criação de um instituto, destinado a pesquisa, extensão e outras atividades que disseminem ideias ecológicas e promovam o desenvolvimento sustentável da região. Um dos objetivos do Instituto Fazenda Tamanduá é também a promoção de parcerias com outras entidades, como no caso do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA) que apoia e orienta o trabalho de criação e reintrodução de animais de espécies nativas, a exemplo, o próprio mocó (*Kerodon rupestres*), espécie nativa que havia sido caçada na região até a extinção. Essa ação permitiu restabelecer um elemento importante da cadeia alimentar dos carnívoros.

Dessa forma, animados com as experiências exitosas, o Instituto Pró-Carnívoros, parceiro do Instituto Chico Mendes, realizou um levantamento dos animais, comprovando que a Fazenda Tamanduá é um refúgio ou mesmo um santuário, onde se reproduzem mamíferos até pouco tempo considerados quase extintos, como os gatos vermelhos e o maracajá, as raposinhas e os mãos-peladas.

Figura 44: Animal monitorado e preservado



Fonte: acervo IFT

Com um grande número de pesquisas concluídas, artigos publicados e muitos outros trabalhos em andamento, o Instituto Fazenda Tamanduá já possui três livros publicados em parceria com professores e alunos pesquisadores de universidades federais, cujo intuito é reproduzir o conhecimento adquirido ao longo dos anos sobre a constituição da fauna e flora na Unidade de Conservação da Fazenda Tamanduá, de forma que seja útil para ampliar o conhecimento a respeito das Caatingas, quanto para de forma prática, colaborar com os trabalhos de instituições como o IBAMA na definição de locais adequados para a reintrodução de fauna silvestre.

Figura 45: Livros publicados e Ave na sede da Fazenda Tamanduá



Fonte: acervo da autora

Na avaliação do proprietário Pierre Landolt, o Instituto é uma revelação de que a Fazenda Tamanduá é de fato um “organismo agrícola”, pois diversifica e consegue integrar todas as atividades da fazenda, agrícolas, pecuárias, de transformação, de conservação ambiental. Recicla todos os seus resíduos, aplicando os preparados biodinâmicos e buscando o maior nível de independência em termos de insumos, sementes, mudas e defensivos, alinhados com os ritmos da natureza e dos astros. E todo este trabalho foi reconhecido pelos certificadores com a concessão do selo “Demeter” para todos os produtos da Fazenda, a qual passou a ser modelo.

Figura 46: Visita de Certificador DEMETER, 2018



Fonte: acervo da autora

O gerente da Fazenda e o próprio Pierre explicam que todas as áreas da Fazenda são exploradas com toda cautela, a fim de evitar a erosão provocada pelas violentas precipitações da curta estação chuvosa, de forma que buscam cobrir o solo com gramíneas resistentes à seca e que possuem um sistema radicular importante, palatáveis e com bom teor de proteínas para alimentar o gado leiteiro. Ressaltam que a escolha da raça Parda Suíça, rústica e versátil, consiste na sua resistência às condições climáticas mais opostas, das regiões mais frias às mais quentes, com tripla aptidão: tração, carne e leite.

Figura 47: Raça Parda Suíça, vaca e bezerros.



Fonte: acervo da autora

A propriedade desenvolve ainda o plantio de culturas resistentes à seca e adaptadas ao clima e procura utilizar, quando necessário, sistemas de irrigação econômicos para o cultivo de frutas, como mangas do tipo *Tommy Atkins* e *Keitt*, mini melancias e melões orgânicos. O sistema de irrigação, de criação e montagem própria, na modalidade gotejamento, promove a preservação da água e o aproveitamento máximo do que a natureza oferece.

A manga, é o que se pode chamar de o “carro chefe” da produção e arrecadação da Fazenda, com toda safra in natura sempre previamente comprometida para exportação em países europeus, com quase 400 toneladas enviadas por via marítima, pelo porto de Natal, RN. A manga orgânica tem a preferência do mercado importador, onde desfrutam de preços relativos superiores à manga convencional. O produto é

também certificado pelo IBD e ao lado da exportação a empresa se volta para a desidratação das frutas, vendidas no mercado de São Paulo.

Figura 48: Mangas Orgânicas da Fazenda Tamanduá



Fonte: acervo da autora

Existe toda uma preparação especial do solo, manutenção constante do mangueiral e cuidado redobrado na colheita, que carece de um protocolo minucioso para não danificar a fruta. Já na retirada no pomar, é preciso cortar com cuidado o pedúnculo e escorrer o látex, para que não danifique a casca. Por sua vez, as caixas não podem ficar muito cheias, para não amassar e machucar as frutas que ficam no fundo. Para isso, todos os colhedores são treinados. Já no *packing house*, as frutas são lavadas com água potável, secas, polidas, classificadas e embaladas. As frutas que passam no teste de qualidade visual para exportação *in natura* para o continente europeu viram polpa, a ser comercializada, pasteurizada e congelada, no mercado norte-americano.

Neste período, a Fazenda Tamanduá gera emprego e renda para mais de cem pessoas que moram fora da propriedade, com todos os requisitos e direitos trabalhistas, sendo que na seleção dos trabalhadores, a prioridade são os homens e mulheres moradores da Fazenda. É um tempo durante o ano em que o espaço fica “abarrotado de gente”, como diz Seu Jorge, com famílias que vem trabalhar por um período de pelo menos três meses. Muitos destes trabalhadores demonstram grande interesse em ser fazer moradia na Fazenda, quase sempre intercedendo aos outros moradores-funcionários que intercedam para tal conquista.

Ainda, acompanhando todo esse sistema integrado, as abelhas fazem parte da composição primordial do lugar, pois garantem uma polinização perfeita, tanto das

culturas como da natureza, agraciando a fazenda com três floradas melíferas sucessivas de um “inverno” curto. Tal produção apresenta um mel que possui diferença de cor, característica de acordo com a florada: Velame, Marmeleiro e Malva Preta.

Figura 49: Mel e Spirulina da Fazenda Tamanduá



Fonte: acervo da autora

Para Pierre Landolt, uma das grandes descobertas realizadas pela parceria com outras instituições e que resultou na cultura em tanques ao ar livre, é o da microalga Spirulina, uma importante fonte de alimento, útil para o fortalecimento do sistema imunológico e com aplicações inclusive para o mercado estético. É atualmente, segundo o produtor, uma nova, original e lucrativa atividade, beneficiada pelo fato de a Fazenda ser situada num dos pontos mais ensolarados do Brasil.

Quanto a transformação *in loco* dos produtos, através da agroindústria, esta permite que a Fazenda produza também queijos sofisticados, que incluem tipos de origem europeia – como o *Saint Paulin*, o *Reblochon*, o *Crevrotin*, o *Boursin* e a Ricota, e um nordestino - o queijo de Coalho, com e sem lactose, e também temperado. É possível de imediato perceber que toda a queijeira é formada apenas pelo trabalho de mulheres, já que o proprietário acredita que são elas as mais criteriosas para o preparo do alimento, pois possuem forte intuição e ancestralidade, o que propicia uma energia singular que se agrega ao alimento.

Cabe destacar, mais uma vez, que para o cultivo de toda diversidade de produtos, foi imperioso o desenvolvimento de um sistema de irrigação específico para o lugar, a partir do uso de três açudes da propriedade, e que depois foi reproduzido e comercializado para outras propriedades da região Nordeste. Todavia, apesar de

técnicas modernas que auxiliam na produção, Dr. Pierre alerta que a propriedade também é afetada pela seca e que dos três mil hectares apenas 30 ha são irrigados, as outras áreas são beneficiadas com a água de açudes, utilizando a estratégia dos ciclos – adaptando a realidade da propriedade e a capacidade dos mananciais, utilizando pra isso técnicas tradicionais, próprias do nordeste brasileiro que é a cultura de vazantes que aprendeu aqui com os moradores e que para ele ainda é a melhor solução, pois é “mais natural e original”.

Figura 50: Açude da Fazenda Tamanduá



Fonte: acervo próprio

Sobre essa relação de inovação e tradição, Dr. Pierre considera fundamental para o avanço das ideias de transformação e melhorias na produção, a conservação da experiência dos trabalhadores em sua propriedade, através de sua permanente vivência (morada) com aquele mundo, evitando, assim a entrada de trabalhadores “turistas” que nada sabem sobre o lugar.

“Em 1977, quando aqui cheguei, encontrei uma estrutura humana formada. Era uma fazenda de algodão, que mesmo em fase de declínio mantinha muitos moradores. A gente tentou utilizar essas pessoas, os antigos moradores dessa fazenda são hoje meus funcionários e ainda moradores. Os maiores e melhores e que eu tive maior convivência foram meus vaqueiros e hoje trabalhamos com a segunda e terceira geração. E a quarta geração já está nascendo aqui” (Depoimento em 20 de julho de 2017).

É a filosofia sistêmica de integração, que nos olhos de Pierre Landolt de servir para a produção da vida, de forma a garantir a sustentabilidade da propriedade, no âmbito econômico, ecológico, social e cultural.

5.6.4 O Sistema de Moradia como condição de existência da Fazenda Tamanduá

É possível verificar que a moradia, neste caso, tornou-se um mecanismo também sustentável, de fixação do trabalhador no chão da empresa. Em tempo que, se torna também um instrumento compensatório, em aparência, frente à sobrecarga de trabalho muitas vezes incessante, conforme se pode analisar:

“Os nove vaqueiro dessa fazenda moram tudo aqui. São filhos dos antigos moradores, que já foram vaqueiros e outros que vieram pra pedir morada. E tem que morar perto do curral, porque por mais que a gente tenha a hora livre pra ir pra casa, bicho não espera pra adoecer não. Aí você tem que deixar tudo e correr pro curral. Eu me acordo de madrugada pra ver uma vaca amojada. No meu dia de folga passo no curral, pra ver as crias. Se morar longe ou fora da propriedade não dá certo de jeito nenhum” Dudu, filho de Severino Birrote e gerente dos vaqueiros.

“Nós estamos realmente procurando dar apoio a estas famílias. Nós temos mais de 30 famílias morando conosco. Esse pessoal tem carteira assinada e boas casas de morada. Não pagam nada de aluguel, nem de água e nem de luz. Quando aqui cheguei, tinha casos de doenças de Chagas, o irmão de Birrote morreu aqui, por causa das casas que eram de taipa, imundas. Eu derrubei todas e construí casas de alvenaria” Pierre Landolt.

Outro aspecto que interessa é o controle sob o morador não somente das horas trabalhadas, mas a vigilância constante de suas ações e relações na propriedade, haja vista que o mesmo está submetido aos domínios do proprietário, tendo assim uma parte de sua existência confinada. E negociar uma maior liberdade diante dessa configuração de dominação é um jogo constante:

“A minha ideia inicial era construir uma espécie de agrovila, para que todos pudessem morar num lugar só. Seria mais fácil acessar suas casas e gerenciar o modo de vida, evitando conflitos e situações complicadas. Mas, eles todos rejeitaram a ideia, e disseram preferir permanecer nos lugares que já moravam e que tinham apego e tudo mais” Pierre Landolt.

“Não é que a gente não quisesse morar junto, vizinho. Isso podia ser até bom. Mas a gente pensou que era melhor ficar cada qual no seu lugar mais afastado, pra poder ter sua privacidade. Quando alguém vem aqui, eu já avisto a poeira subindo de longe e já me ajeito pra receber, é essas coisas, sabe.” Dona Sônia, moradora da Fazenda Tamanduá.

A longevidade ou tempo de moradia também altera a aproximação e intimidade do proprietário com os seus funcionários. Dessa forma as visitas de Dr. Pierre são mais frequentes aqueles com quem ele tem um maior tempo de convivência, particularmente nas casas dos moradores aposentados, que possuem filhos na ativa. Para eles as visitas significam um laço de amizade e reconhecimento, que resultam numa posição de maior *status* na fazenda perante aos outros moradores.

Sobre essa amizade, entre proprietário e moradores, as visitas de campo, demonstraram que a relação de Pierre com os seus funcionários-moradores da Fazenda é de proximidade, alimentada em diversas situações de presença e animosidade, conferindo participação desde as comemorações familiares até na organização das festividades na propriedade para os que aí residem, intimando a todos a resgatarem as tradições locais. Um de seus principais vaqueiros, por exemplo, comenta orgulhoso:

“Foi o dono da fazenda que descobriu que eu era artista pelo dom, ele me incentivou a continuar cantando, fez gravar um CD, me levou para a Europa onde me apresentei em festivais e até comprei todos os instrumentos. Hoje eu faço parte de um trio de forró pé-de-serra chamado Trio Tamanduá, e os componentes são os moradores da Fazenda” (Depoimento em 12 de julho de 2017).

Figura 51: Trio Tamanduá



Fonte: Acervo da Fazenda Tamanduá.

Quem fala é Rubens, há 25 anos vaqueiro e pai de Roseane e Raif, que também são funcionários da fazenda. Para nossa surpresa, em setembro de 2018, Rubens saiu de vez da propriedade, após pedir demissão, para morar com sua família

em uma casa que construiu e tomar conta de um ponto de moto-táxi que também comprou. Deixou em seu lugar como vaqueiro seu filho Raif, que já vinha realizando inseminação artificial e agora assume a casa de morada junto com sua esposa. A filha de Rubens, Roseane, estuda a noite no curso de ciências contábeis, em uma universidade privada, custeada pela empresa. Segundo ela, desde 2014 aos 19 anos, que é contratada pela fazenda, passando por vários sistemas de produção. Morando com seus pais na cidade, ela vem diariamente para a Fazenda com mais três funcionários que não são moradores e revela que ainda não se acostumou com a nova casa e que sente falta da tranquilidade e dos amigos da fazenda, pois nasceu e se criou ali. No entanto ao fim, afirma que “se aqui é muito bom e tenho saudade, morar na sua casa, é ainda muito melhor”.

Neste contexto, mesmo com relações de trabalho atualizadas, na forma de assalariamento, a casa de morada ainda permanece como elemento de destaque, inclusive nas negociações internas entre moradores e como alvo de conflitos com o proprietário, conforme diálogo abaixo:

PL: E sobre a saída da sua madrinha, já falou com ela? Já está terminando o prazo. Porque ficou acertado, desde abril, quando ela pediu demissão da queijeira, não sei por que, e que ficaria na casa até as aulas dos filhos acabarem. Estou precisando da casa, porque a Edileide mora muito longe da queijeira e vai se mudar pra essa casa agora.

J: Eu vou falar com ela. Mas quem queria ir pra essa casa, que acha maior é dona Conceição, disse até que já vem mexendo os pauzinhos com o senhor.

PL: Ah é, pois não sei dessa história. Esse aí é o seu trabalho, não o meu.

Esta conversa aconteceu durante a entrevista que realizava com Josicleide, a Josa, responsável pelo setor de recursos humanos da fazenda. Ela é filha de seu Jorge e dona Cleonice, e o seu esposo é um dos seguranças na guarita da fazenda. Após o episódio ela contou que é muito difícil gerenciar os funcionários, pois todos ali, a maior parte, possui ligação de sangue ou se conhecem desde que nasceram e que o próprio Dr. Pierre se isenta de resolver algumas questões por também ter certa amizade com os moradores.

De fato, observamos a existência de um extenso grupo familiar, cuja formação é resultante de matrimônios entre os filhos de antigos moradores. Abaixo é possível ver tal conjunção, em quadro elaborado a partir do tronco familiar de dois moradores antigos: Severino Birrote e Afonso Vicente:

Quadro 5: Quadro familiar dos moradores da Fazenda Tamanduá

Filhos de Severino de Brito Morais “Birrote”	Filhas de Afonso Vicente da Silva
José Carlos, “Dudu” – vaqueiro	Silvana - assistente administrativa do escritório FT
Luciano – preparador de solo da agric. orgânica	Aparecida – queijeira
Lúcio – operador da spirulina	Sione – dona de casa

Fonte: elaboração própria

A maior parte dos membros das famílias moradoras possuem atividades específicas na propriedade, sendo designados conforme suas aptidões, habilidades e competências, adquiridas sejam pela educação formal (escola, cursos, capacitações, universidade) ou pela tradição e herança familiar, como no caso de algumas famílias moradoras que cuidam a três gerações apenas da ordenha das cabras. Para um maior *know-how*, necessário às exigências do mercado externo, o proprietário vem custeando cursos superiores (engenharia de alimentos, engenharia de materiais, engenharia agrícola, técnico em agropecuária, agronomia, ciências contábeis) tanto para os funcionários como para os filhos dos funcionários que nasceram na propriedade. Muitos deles, inclusive já concluíram e voltaram para trabalhar na Fazenda, como o filho de Seu Jorge que se formou em Agronomia pela UFCG e teve bolsa de estudo durante todo o curso, financiada pelo Instituto Fazenda Tamanduá.

Quadro 6: Moradores-funcionários e suas ocupações

Nome do Trabalhador	Data de Nascimento	Função na Empresa (Carteira)
AFONSO VICENTE DA SILVA	17/01/1948	Tratorista
ANTONIO GOMES DA SILVA	13/01/1970	Servente de Obras
ANTONIO SOARES FELIX	23/05/1991	Vaqueiro
EDILEIDE OLIVEIRA LEOCADIO	18/03/1976	Operador de Queijeira
EZEQUIEL MEDEIROS NASCIMENTO	14/05/1977	Vigilante
FABIANO RODRIGUES DA SILVA	20/01/1984	Pastor de cabras
FABRICIO JONHATHON VALDEVINO DA SILVA	11/05/1994	Preparador de solo para plantio
FLAVIO ALVES DE MEDEIROS	02/03/1978	Gerente de Produção
FRANCIELDO SILVA DE LUCENA	28/06/1986	Operador de Spirulina III
FRANCISCA GILMARA ARAUJO ALVES	13/12/1981	Operador de Queijeira
FRANCISCA MARTA DE MORAIS	09/09/1976	Operador de Queijeira

BRITO		
FRANCISCO RAIMUNDO DA SILVA	02/10/1981	Pastor de cabras
JOSE AIRTON DA SILVA MORAIS	08/11/1979	Preparador de solo para plantio
JOSE CARLOS DE BRITO MORAIS	15/11/1979	Supervisor de Vaqueiros
JOSE DE ARIMATEIA DOS SANTOS LEOCADIO	16/12/1968	Fazedor de cerca
JOSÉ NOGUEIRA SOUSA	25/12/1980	Vaqueiro
JOSICLEIDE ALVES DIAS MEDEIROS	09/05/1991	Auxiliar Administrativo
JUSSARA FERNANDES QUEIROZ	30/05/1991	Operador de Queijeira
LUCIANO DE BRITO MORAIS	05/08/1974	Preparador de solo para plantio
LUCIO DE BRITO MORAIS	05/07/1974	Operador de Spirulina II
MANOEL LEONARDO MEDEIROS DO NASCIMEN	28/05/1984	Vigilante
MARCELO FERREIRA DOS SANTOS	14/11/1973	Técnico Agrícola
MARCOS ANTONIO RODRIGUES SILVA	25/03/1985	Vaqueiro
MARIA APARECIDA FERREIRA VICENTE	18/08/1984	Operador de Queijeira
MARIA DA GUIA ASSIS ARAUJO	24/09/1970	Operador de Queijeira
MARIA DO SOCORRO RODRIGUES DE SOUZA	19/01/1983	Arrumadeira
NOEL RODRIGUES DE SOUZA	12/10/1986	Vaqueiro
RAIF ARAUJO DE ASSIS	09/01/1996	Vaqueiro
RAIMUNDO NONATO DE MORAIS JUNIOR	18/08/1974	Tratorista
ROBERTO MARTINS CHAVES	20/04/1960	Mecânico III
ROMARIO ALVES DIAS	16/02/1989	Operador de caldeira
ROSA OLIVEIRA DOS SANTOS	09/08/1970	Auxiliar de serviços Gerais
SEVERINA FERREIRA VICENTE	28/05/1983	Assistente Administrativo
MARIA JOSÉ FERREIRA DE LUCENA	03/10/1978	Operador de Queijeira
MARCELINO NUNES NOBREGA	02/03/1989	Vaqueiro
CARLOS ALEXANDRE VALDEVINO DA SILVA	23/10/1977	Cortador de Carne

Fonte: RH Fazenda Tamanduá 2018

Ainda sobre a assistência, vinculadas à educação e a saúde, Pierre nos apresenta o grupo escolar municipal, nos dizendo que “sempre está brigando com os prefeitos para ter professores decentes”. Na visita ao prédio, identificamos instalações superiores a outras escolas públicas, possuindo excelente biblioteca, sala de informática, duas salas de aula bem aparelhadas, brinquedoteca, cozinha, banheiros. A escola é frequentemente visitada pela esposa de Pierre que colabora na aquisição de livros e materiais pedagógicos, também participando das reuniões com os pais e suas comemorações. Nesta escola realizamos uma atividade de pesquisa (mapas mentais) com as crianças, filhos dos moradores da fazenda, pedindo-lhes que apontasse algumas palavras-chaves ou desenhos que expressam suas impressões sobre como é morar naquele lugar, o que mais chama sua atenção, do que mais gostam, do que gostariam de fazer.

Os resultados demonstraram uma centralidade quanto ao campo de trabalho, especialmente em relação às funções desempenhadas por seus pais. Também foi identificado seus desejos em desenvolver as mesmas ocupações que existem na propriedade, especialmente aquelas que pagam melhor, como o setor da Spirulina, já que requer mais conhecimento técnico e disponibilidade. E por fim, mais uma vez, as casas de morada surgiram como ponto de discursão, pois como se localizam próximos aos postos de trabalhos, buscavam associar a casa e a família ao espaço de produção. As crianças, cujos pais eram moradores, mais por certo motivo não estava ocupando cargo, se sentiam pouco a vontade para participar da elaboração da cartografia social da fazenda, outra atividade executada.

Ainda em uma das entrevistas Dr. Pierre demonstra satisfação sobre a manutenção do sistema de moradia, ao dizer que: “esta é parte do negócio que sem dúvida, é a coisa que dá a maior alegria. Hoje é realmente um momento bom, em ver o impacto, ver e sentir o sorriso dos moradores, a felicidade dessa turma toda”. Ele cita o último Censo, explicando que as mudanças não ocorreram somente na fazenda, mas que houve um crescimento considerável de renda *per capita* em todo o município de Santa Terezinha: 510% em detrimento dos 53% no município de Patos, atribuindo com objetividade tal desempenho a economia produtiva da Fazenda, que também gera outras rendas, como a oferta de trabalho para aqueles que não moram na Fazenda, como nos períodos de safra da manga, aguardadas pelos trabalhadores sazonais da região.

Figura 52: Dudu Vaqueiro, Silvana e filhos na Fazenda Tamanduá



Fonte: acervo da autora

O fato é que, é possível verificar a dependência econômica e pessoal dos moradores à existência da fazenda-empresa, vinculando inclusive à condição de sua existência e identidade à vivência nesta propriedade, de forma a cuidar integralmente da sua produção, da terra, dos caminhos, do lugar, projetando o futuro apenas e naquela propriedade, como diz meio ‘encabulado’ o seu Jorge: “se eu pudesse ter um pedacinho de terra aqui, eu ia me assossegar e morrer, mas não posso”. Para sua filha, Josa e os outros moradores de uma geração à frente, eles devem ficar até o dia que Dr. Pierre “mandar eles embora, ou ele mesmo ir embora. Por sua vez, Dr. Pierre se preocupa com a falta de objetivos dos seus moradores em relação à aquisição de bens, especialmente uma casa, quando se expressa alertando que “seria bom usar o que se ganha para comprar uma casa para morar”.

Neste jogo social, se verifica a existência de uma dependência mútua entre proprietário e funcionário em favor da manutenção do sistema de moradia, haja a vista a necessidade de ambas as categorias em reproduzir uma economia moral, baseada em relações de favor, compromisso e honra.

Por fim, entende-se que a escolha de manter o sistema de moradia não representa uma simples alternativa, mas um importante processo decisório da estrutura organizacional da Fazenda Tamanduá, hoje um dos investimentos do portfólio da Holding Axial Par, cujo diretor presidente é Nicolas Landolt-Sandoz, responsável pela gestão de mais 6 empresas brasileiras, onde a sustentabilidade é requisito fundamental para manutenção do investimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após concluir todo o trajeto de pesquisa teórico-metodológico e de campo, a fim de cumprir com o debate de questões referentes às transformações sócioprodutivas da grande propriedade rural e de suas condições de reprodução social amparada pelo sistema de moradia atualizado, é salutar destacar alguns aspectos mais gerais para o fechamento desta tese, dentre eles:

A afirmativa de que a forma de relação de trabalho e produção que melhor sustentou a economia do algodão na região sertaneja foi a Parceria, e de forma mais específica, a plantação de “meia”, tornando-se ainda uma solução para a questão do uso da grande propriedade de terra e a realização de sua função social de produção. E que o tipo de sociabilidade nestes termos instituída, era antes construída conforme a utilização da terra pelos parceiros, sendo que era na instalação completa do parceiro outorgado, ou seja na cessão da morada, que se estreitava os laços de obrigações e confiança. Neste caso, o meeiro e morador, tornava-se também parte da propriedade, sendo inserido em encargos e deveres superiores se comparado aos daqueles parceiros que não estabeleciam morada. Por sua vez, este grupo, requer autenticidade quanto ao seu modo de vida e de trabalho, que se organizava em torno de suas ‘condições de produção’, o que os separava do tipo ideal “morador de sujeição”, figura que marca o tradicional sistema de moradia.

Por isso, a elaboração do termo **morador-meeiro de algodão**, cunhado no trabalho, torna-se necessária, como uma forma de distinção em relação a outros grupos de moradores, como os da lavoura canavieira. Tal categorização incide em especificar um modo singular de *ser*, atrelado a sua sobrevivência e resistência, organizado em torno do sistema de moradia e do regime de parceria (meação), que estrutura as relações de trabalho e produção com os fazendeiros de algodão, amparados numa espécie de economia moral.

Que com o fim do ciclo do algodão no sertão tornou-se inviável manter esse arranjo de parceria, pois não existia mais a demanda dos mercados para a aquela ou outra promissora economia, sendo inexecutável o estabelecimento da morada enquanto atrelada ao arranjo da meação. É nestes termos que muitos moradores-meeiros deixam ou são “convidados” a deixar as fazendas para se aventurar por outros caminhos.

Contudo, é equívoca a ideia promulgada de falência ou dissolução da moradia, por vezes empregado, haja vista que muitas propriedades permaneceram com este sistema depois de desagregá-lo da parceria, pois uma grande parcela dos meeiros-moradores, não possuindo outro lugar para viver e com o medo de se aventurar mundo afora intercede pela moradia e a possibilidade de se trabalhar pelo dia (pagamento da diária trabalhada), garantindo assim a manutenção e reestruturação das grandes propriedades que necessitavam de novos arranjos produtivos após a crise algodoeira.

Houve, portanto, um realinhamento do sistema de moradia, a partir da definição de novas situações conforme as motivações econômicas, sociais e mesmo políticas da grande propriedade, ressignificando ações, relações e posições sociais de todos os agentes envolvidos, como se verificou nos ultimo capítulo apresentado.

Diante de tal conjuntura, vivenciada em todo território sertanejo, o casos das fazendas Carnaúba e Tamanduá, em suas especificidades, demonstram a atualização do sistema de moradia como estratégia de sobrevivência da grande propriedade, a partir de novos elementos (assalariamento) e formas pretéritas de dominação, controle, violência simbólica e resistência, conforme atestam as narrativas dos proprietários, moradores e ex-moradores.

Nestes dois casos, as relações entre morador e proprietário se configuram como um fio não linear e inconstante de cooperação e conflito, a depender da dimensão das negociações que estão em jogo e do campo de forças que estes grupos estão inseridos.

Ainda se sobressai o caso da Fazenda Tamanduá, que revelara uma relação de trabalho reestruturada em torno do salário e da moradia, estabelecendo um tipo de economia moral entre o fazendeiro-patrão e os moradores-funcionários e promovendo uma singular gestão na produção da empresa em questão, onde o controle e o disciplinamento do tempo de trabalho são mais facilmente realizados, resultando em uma constante produção, já que o tempo de trabalho e permanência na morada se confunde.

Observou-se ainda que as formas de comportamento e os sentimentos de gratidão e confiança anunciados, inferida pelo tempo de morada cedido e pelo empenho do morador junto à propriedade, projetam um tipo de interação entre patrão e funcionário que extrapola as relações de trabalho meramente contratuais, recriando um tipo de sociabilidade permeada por símbolos da tradição, com cronograma de comemorações, laços de vizinhança e uso de capital social.

Por sua vez, a configuração da Fazenda Carnaúba expressa o lugar do sistema de moradia na manutenção da grande propriedade, na medida em que esta não consegue superar a fragmentação e cessão da moradia, de forma a buscar estratégias para reaver a completa tutela de remanescentes moradores, que já não compartilham de uma economia moral com o lugar, a fim de se fazer avançar os novos arranjos produtivos, projetados sob as sombras da tradição.

Enfim, consideramos que o intuito maior deste estudo foi revelar a existência de um grupo social – por vezes considerado residual ou mesmo já desaparecido, que resiste e se ressignifica diante de processos de exploração-dominação ainda presente na grande propriedade rural, que por sua vez, busca sua reestruturação produtiva após a derrocada da economia algodoeira no sertão paraibano. Tratou-se, portanto, de uma abordagem necessária para se pensar a diversidade de categorias sociais e de suas relações com trabalho rural, na contemporaneidade.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, João Capistrano de. *Capítulos da História Colonial (1500 – 1800)*. [1907] 4. ed. Livraria Briguiet, 1954.

ALMEIDA, Elpídio de. *História de Campina Grande*. Editora Pedrosa, 1962.

ANDRADE, M. Correia de. *A Terra e o Homem no Nordeste*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1973.

ANTONIL, André João. *Cultura e Opulência do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1982.

ASSARÉ, PATATIVA DO. *Cante lá que eu canto cá*. Petrópolis: Vozes, 2001.

ALBUQUERQUE JR, D. M. de. *A invenção do Nordeste*. São Paulo: Cortez, 1999.

BARROSO, Gustavo. *Terra e Sol: natureza e costumes do norte*. Rio de Janeiro: Benjamin de Aguilã, 1912.

BAUMAN, Zygmunt. *Identidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BERGER, Peter. *Perspectivas sociológicas: uma visão humanística*. Petrópolis: Vozes, 1983.

BOSI, Eclea. *O tempo vivo na memória: ensaios de Psicologia Social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

_____. *Memória e Sociedade – Lembranças de Velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 10ª ed. 2002.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. 8º Ed. In. Fernando Tomaz: Bertrand Brasil. Rio de Janeiro, 2011.

_____. *A Distinção: crítica social do julgamento*; tradução Daniela Kern; Guilherme J. F. Teixeira. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 1996.

_____. *Conceitos Fundamentais*. Trad: Fábio Ribeiro. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário 2006. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica>. Acesso em nov. 2016.

- BRUNO, Regina. *Senhores da Terra, senhores da guerra: a nova face política das elites agroindustriais no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense Universitária: UFRJ, 1997.
- BURSZTYN, M. *O poder dos donos: planejamento e clientelismo no Nordeste*. Rio de Janeiro: Garamond; Fortaleza: BNB, 2008.
- CARDOSO, Ruth. Sustentabilidade, os desafios das políticas sociais no século 21. *São Paulo em Perspectiva*. Vol.18, nº 2, p. 42-48, 2004.
- CARVALHO, Abdias Vilar de. *O tempo social visto por um sociólogo*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2018.
- CASCUDO, Câmara. *Tradições da pecuária nordestina*. Fundação José Augusto, 1956.
- CAVALCANTI, José. *Potocas, Piadas e Pilherias*. João Pessoa, Interplan Editorial Propaganda, 1974.
- CHIZZOTI, M. *Métodos Quantitativos e Qualitativos para as Ciências Sociais*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2015.
- COSTA, José Jonas Duarte da. *A Crise do Sistema de Produção algodoeiro Paraibano: (uma análise das causas)*. Dissertação em Economia Rural, Campina Grande: UFPB, 1996.
- CUNHA, Euclides. *Os Sertões*. Rio de Janeiro, 1940.
- CUNHA, Luís Henrique; MAIA, Freitas Kaliane. “Narrativas” sobre a grande propriedade do Sertão Nordestino: território da pecuária, do latifúndio e das oligarquias. *Raízes*, Campina Grande, vol. 35, nº 2, jul./dez. 2015.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.
- FAORO, Raimundo. *Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro*. 12 ed., São Paulo: Globo, 1997.
- FAUSTO, Boris. *Trabalho Urbano e Conflito Social. (1890-1920)*. São Paulo/Rio de Janeiro, Difel, 1976.
- FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo, Dominus/Editora da Universidade de São Paulo, 1965, vol. I.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Unesp, 1997.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 34 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. Ed: Schmidt, Rio de Janeiro, 1933.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: ed. Fundo e Cultura, 1959.

GALIZZA, Diana Soares de. *O Declínio da Escravidão na Paraíba, 1850-1888*. João Pessoa: Ed. UFPB, 1979.

GARCIA JR., Afrânio. *Terra de Trabalho*. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1983.

_____. Sujeitos e Libertos: sobre a transição para trabalhadores livres do nordeste. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 3, n. 7, p. 05-41, 1988.

_____. A Sociologia Rural no Brasil: entre escravos do passado e parceiros do futuro. *Revista Estudos Sociais e Agricultura*, n. 19, out, p. 40-71, 2002.

_____; GRZYNSZPAN, M. Veredas da questão agrária e os enigmas do grande sertão. In: *O que ler em ciências sociais*. Sérgio Miceli (org.) São Paulo: ANPOCS, 1999.

GUEDES, Paulo Henrique Marques de Queiroz. *A colonização do sertão da Paraíba: agentes produtores de espaço e contatos interéuticos* (dissertação de mestrado) Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2006.

GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro Séculos de Latifúndio*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2009.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. *A Morada da Vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. *Formas de dominação e espaço social: a modernização da agroindústria canavieira em Alagoas*. São Paulo: Marco Zero; Brasília: MCT/CNPq, 1988.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26 ed., São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. Tradução de Luís da Câmara Cascudo, 2 ed. Recife: Ed. Departamento da Cultura, Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Pernambuco, 1978.

KOZEL, Salette Teixeira. Mapas mentais - uma forma de linguagem: perspectivas metodológicas. In: KOZEL, S; FILHO, S. F. (orgs) *Da percepção e cognição à representação: reconstruções teóricas da Geografia Cultural e Humanista*. São Paulo: Terceira Margem – EDUFRO, 2007.

JOFFILY, Irineu. *Notas Sobre a Parayba*. Rio de Janeiro, 1892. (obra original)

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1997.

LEWIN, Linda. *Política e Parentela na Paraíba: um estudo de caso da oligarquia de base familiar*. Rio de Janeiro: Record, 1993.

LUCENA, Damião. *Patos de todos os tempos: a capital do sertão da Paraíba*. João Pessoa: A União, 2015.

MAIA, Kaliane de Freitas. *O Agronegócio sertanejo: (re)pecuarização e grande propriedade rural na microrregião de Catolé do Rocha (PB), semiárido nordestino*. Tese (Doutorado em Pós-Graduação em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Campina Grande, 2013.

MARIZ, Celso. *Apanhados Históricos da Paraíba*. João Pessoa, 2ª edição, 1980.

MARTINS, José de Souza. *Sobre o modo capitalista de pensar*. In: As coisas no lugar: da ambiguidade à dualidade na reflexão sociológica sobre a relação cidade-campo. São Paulo: Hucitec, 1978.

_____. *Uma Sociologia da Vida Cotidiana*. São Paulo: Contexto, 2014.

_____. *A Sociabilidade do Homem Simples: cotidiano e história na modernidade anômala*. 3. Ed., São Paulo: contexto, 2013.

_____. *O Cativo da Terra*. 9 ed., São Paulo: Contexto, 2013.

MARX, Karl. *O Capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

MENEZES, Marilda. *História Oral: uma metodologia para o estudo da memória*. *Vivência*, nº 28, p. 1- 13, 2005.

_____. *O cotidiano camponês e a sua importância enquanto resistência à dominação: a contribuição de James Scott*. *Raízes*, Campina Grande, Vol. 21, nº 01, jan/jun, p. 33-44, 2002.

_____. Marilda. *Da Paraíba pra São Paulo e de São Paulo pra Paraíba: migração, família e reprodução da força de trabalho (dissertação de mestrado)*. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba, 1985.

MENEZES, Mozart Vergetti de. *A provedoria real da capitania da Paraíba: 1647-1755* (tese de doutorado) Programa de Pós-Graduação em História Econômica de São Paulo.

MILLS, Charles Wright. *A imaginação sociológica*. 4 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

MORAES, Ana Paula da Cruz Pereira de. *Em busca da liberdade: os escravos no sertão do Rio Piranhas, 1700-1750* (dissertação de mestrado) Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande, 2009.

MOREIRA, Emília de Rodat Fernandes; MOREIRA, Ivan Targino. *Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba*. João Pessoa: Editora Universitária, 1997.

MOREIRA, Ivan Targino; MOREIRA, Emília de Rodat Fernandes; MENEZES, Marilda Aparecida de. Espaço agrário, movimentos sociais e ação fundiária na zona canavieira do Nordeste. In: Adriano de Sousa Barros; Maria do Socorro de Lima Oliveira; Ghislaine Duque. (Org.). *Agricultura familiar: a diversidade das situações rurais*. Campina Grande: GPAF-PPGS/UFCCG, 2005, v. 1.

MONTEIRO, José Marciano. *A Política como Negócio de Família: para uma sociologia política das elites e do poder político*. São Paulo: LiberArs, 2016.

NASCIMENTO, Celso Gestermeier. Trajetórias de um conceito: a economia moral dos pobres. *Raízes*, v. 33, n.2, jul-dez, 2013.

NEVES, Delma Pesanha; SILVA, Maria Aparecida de Moraes (Org). *Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil – formas tuteladas de condição camponesa*, vol 1. Ed: UNESP/NEAD, 2008.

NUNES, Aldo Branquinho. *Dinâmicas de fronteira e conformação das estruturas social e fundiária nos Sertões da Borborema entre finais do século XVIII e início do século XX*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Campina Grande, 2016.

PALMEIRA, Moacir. Casa e Trabalho: Nota sobre as relações sociais na *Plantation Tradicional*. [1977]. In: Welch, Clifford, Malagodi, Edgard; Cavalcanti, Josefa, S.; Wanderley, Maria de Nazareth (orgs). *Camponeses brasileiros. Vol. I Leituras e Interpretações Clássicas*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

PASSOS FILHO, Paulo de Barros; CHAVES, Leonardo da Silva; CARVALHO, Rafael de Albuquerque; PILATTI, Patrícia; D'ASSUNÇÃO, Mariana Miranda e Prado Neto, João Gomes. *Fauna Ilustrada da Fazenda Tamanduá*. Vinhedo, Avis Brasilis editora, 2015.

PAULILO, Maria Ignez. *Mulheres Rurais: quatro décadas de diálogo*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2016.

PICCIN, B. Marcus. *Os senhores da terra e da guerra no Rio Grande do Sul: um estudo sobre as práticas de reprodução social do patronato rural estanceiro*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – UniCamp, 2012.

PINTO, Irineu. *Datas e Notas para a História da Paraíba*. João Pessoa. Editora Universitária, 1977. (reprodução da edição de 1908).

PRADO, JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. Ed: Brasiliense, São Paulo, 1946.

_____. *História Econômica do Brasil*, 6. Ed. São Paulo, Brasiliense, 1961.

QUEIROZ, Rachel de. *O quinze*. 25 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979.

RAMOS, Graciliano. *Vidas Secas*. 92 ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

- ROSA, Guimarães. *Grande Sertão, Veredas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003.
- SCOTT, James C. Formas Cotidianas da Resistência Camponesa. Trad. Marilda A. de Menezes e Lemuel Guerra. *Raízes*, Vol. 21, nº 01, p. 10-31, jan/jun, 2002.
- SEIXAS, Wilson Nóbrega. *Viagem através da Província da Paraíba*. João Pessoa: Secretaria da Educação, 1985.
- SIGAUD, Lygia Maria. *Trabalho e Tempo Histórico entre Proletários Rurais*. Revista de Administração de Empresas. Rio de Janeiro, jul/set, 1973.
- _____. *Greve nos engenhos*. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1980.
- SILVA, Sérgio. *Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil*. São Paulo, Alfa-Mega, 1976.
- SIMMEL, Georg. *Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- SCHÜTZ, A. *Fenomenologia e relações sociais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- SOUZA, Jessé. *A Construção Social da Subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica*. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.
- SUASSUNA, Ariano. *Romance d'a pedra do reino e o príncipe do sangue do vai-e-volta*. 8 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.
- VIANNA, Ariosvaldo. *O livro das crônicas. Vol. II de Memórias*. Ed: QueimaBucha/Fundação SINTAF, 2016.
- WANDERLEY, José Permínio. *Retalhos do Sertão*. 2º ed. Patos: Fundação Ernani Satyro, 1996.
- WANDERLEY, Maria Nazareth B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. *Estudos Sociedades e Agriculturas*, n. 15, p. 87-145, out/2000.
- _____. *Um saber necessário: os estudos rurais no Brasil*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2011.
- WEBER, Max. “Classe, estamento, partido”. In: *Ensaio de sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.
- _____. *Economia e Sociedade*. Vol. 1. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.

